



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE

GERMANO QUINTANILHA COSTA

Entre o desejo e o gozo: o infantil na psicanálise

Rio de Janeiro

2018

Germano Quintanilha Costa

Entre o desejo e o gozo: o infantil na psicanálise

Tese de doutorado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia da Costa Leite

Rio de Janeiro

2018

Germano Quintanilha Costa

Entre o desejo e o gozo: o infantil na psicanálise

Tese de doutorado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de Março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sônia da Costa Leite (Orientadora)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge
Instituto de Psicologia – UERJ. Membro interno ao Programa

Prof.^a Dr.^a Rita Maria Manso de Barros
Instituto de Psicologia – UERJ. Membro interno ao Programa

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria de Freitas Perez
UNIRIO – Membro externo ao Programa

Prof.^a Dr.^a Bruna Pinto Martins Brito
Universidade Federal Fluminense – Membro externo ao Programa

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Murillo e Tânia.
À minha esposa Jaqueline
À minha filha Nicole.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sônia da Costa Leite por ter apostado junto comigo na realização desse trabalho. Agradeço pela forma cuidadosa e competente como me conduziu nesta rica trajetória. Nos momentos difíceis sua escuta e suas palavras foram um grande apoio para que meu desejo continuasse trabalhando.

Aos professores que aceitaram o convite para comporem a banca de avaliação deste trabalho, Prof. Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge, Prof.^a Dr.^a Rita Maria Manso de Barros, Prof.^a Dr.^a Lucia Maria de Freitas Perez, Prof.^a Dr.^a Bruna Pinto Martins Brito.

Aos professores e colegas do Programa Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pelo aprendizado conjunto e pelas parcerias.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge, que desde os meus primeiros passos na psicanálise soube me incentivar e me servir de grande inspiração.

A Elizabeth Chacur Juliboni, pela longa parceria e pela riqueza das experiências vividas mestra na transmissão da psicanálise.

Aos colegas do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise – Seção Campos dos Goytacazes pelo companheirismo e pelo trabalho realizado em prol da psicanálise.

Aos meus pais e irmãos (Michelle, Miriam e Nina) por todas as lutas e desafios travados em prol da conquista de nossos sonhos. Agradeço pelo apoio e pela presença constante em meus desafios.

A minha esposa Jaqueline, que com seu amor duradouro e corajoso sempre caminhou ao meu lado.

A minha filha Nicole, que com sua graça de menina me presenteia a cada dia com um pedaço do meu próprio infantil.

A minha avó Dulcinéia, em memória, que se faz presente pelas marcas indeléveis que povoam os meus sonhos.

O herói destemido é uma criança terna.

Koan zen

RESUMO

Este trabalho tem como tema objetivo central investigar o infantil como condição estrutural do sujeito. Percorrendo a teoria de Freud e Lacan, demonstra-se que o infantil e a infância, apesar de possuírem proximidades dentro da teoria psicanalítica, são noções que precisam ser reconhecidas em suas especificidades conceituais. Mesmo não tendo sido formalmente conceituado por Freud, a pesquisa apresenta que o infantil pode ser localizado desde os primeiros textos que compõe a pesquisa freudiana. Passando pela teoria do trauma, pela sexualidade infantil, pela formação dos sonhos e pela formação dos sintomas, o infantil é analisado em sua articulação com a pulsão sexual. Com a virada teórica, promovida pela noção de pulsão de morte, revela-se que o infantil, para além de sua face vinculada à sexualidade, possui também uma face de angústia e gozo. Dentro da teoria lacaniana, analisa-se o infantil tendo como eixo condutor a constituição do sujeito. As conceituações sobre o desejo, a angústia, o gozo e a repetição, são exploradas de modo a analisar o infantil em suas articulações com o desejo e o gozo. A partir das noções de alienação e separação, analisa-se o lugar do infantil na estruturação subjetiva pelo viés da noção de tempo lógico. Por fim, demonstra-se o modo com as duas facetas do infantil surgem na estrutura do sujeito e a importância de sua incidência dentro do processo de análise.

Palavras-chave: Infantil, Desejo e Gozo.

ABSTRACT

The main objective of this work is to investigate the infantile as a structural condition of the subject. Going through the theory of Freud and Lacan, it is shown that infantile and childhood, although they have proximity within the psychoanalytic theory, are notions that need to be recognized in their conceptual specificities. Even though it was not formally conceptualized by Freud, the research shows that the infantile can be located from the first texts that compose the Freudian research. Going through the theory of trauma, child sexuality, formation of dreams and formation of symptoms, the infantile is analyzed in its articulation with the sexual drive. With the theoretical turn, promoted by the notion of death drive, it is revealed that the infantile, besides its face linked to sexuality, also has a face of anguish and jouissance. Within the Lacanian theory, the infantile is analyzed having as its guiding axis the constitution of the subject. The conceptualizations about desire, anguish, jouissance and repetition are explored in order to analyze the infantile in its articulations with desire and jouissance. From the notions of alienation and separation, the infantile's place in the subjective structuring is analyzed by the prism of the notion of logical time. Finally, it is demonstrated the way in which the two facets of the child appear in the structure of the subject and the importance of its incidence within the process of analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
CAPÍTULO I: NA TRILHA DO INFANTIL NA PSICANÁLISE	15
1.1 – A inscrição da infância no discurso social e na psicanálise	15
1.2 A sexualidade infantil no discurso analítico	20
1.3 – O paradigma evolutivo: o infantil e o tempo	23
1.4 – Psicanálise com crianças ou experiência educacional?	26
1.4.1 – A aposta freudiana no esclarecimento sexual da criança	28
1.4.2 – A angústia infantil que não pode ser evitada	30
1.4.3 – A ambiguidade com relação à clínica com crianças	33
1.4.4 – A criança e os desdobramentos da sua clínica	38
1.5 – Os rumos do infantil na clínica: A. Freud e M. Klein	41
1.5.1 – Os trabalhos de Anna Freud	43
1.5.2 – Os trabalhos de Melanie Klein	46
1.5.3 – O infantil no nascimento da clínica psicanalítica com crianças	51
CAPÍTULO II: A TRAJETÓRIA DO INFANTIL NA OBRA DE FREUD	54
2.1 – O infantil e a causalidade psíquica das neuroses	55
2.1.1 – A teoria da Sedução Traumática	56
2.1.2 – A realidade psíquica e a fantasia	59
2.1.3 – O infantil à luz do <i>Nachträglich</i>	60
2.2 – Do resgate de memórias para aquilo que está oculto	63
2.3 – A primeira tópica e o modelo dos Sonhos	69
2.4 – A sexualidade infantil e o desenvolvimento pulsional	74
2.5 – A constituição da neurose infantil	79
2.6 – A pulsão de morte e o infantil	83
CAPÍTULO III: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E O DESEJO	88
3.1 – O mundo simbólico e o advento do sujeito	90
3.2 – Da insuficiência à antecipação: o estágio do espelho	95
3.2.1 – O engano do olhar: os esquemas ópticos	101
3.2.2 – Considerações sobre o estágio do espelho e o imaginário	107
3.3 – A metáfora paterna como encruzilhada estrutural	108
3.3.1 – A problemática do falo e da falta do objeto.....	108
3.3.2 – As modalidades da falta de objeto e os três tempos do Édipo.....	116
3.3.3 – A metaforização do Nome-do-Pai	122
3.4 – Necessidade, Demanda e Desejo	126
3.5 – O desejo é o desejo do Outro.....	131

CAPÍTULO IV: O GOZO E O INFANTIL	139
4.1 – O desamparo infantil: trauma e angústia	139
4.1.1 – A angústia na concepção freudiana	139
4.1.2 – A angústia no encontro com o Outro	142
4.2 – A divisão subjetiva e a extração do <i>objeto a</i>	149
4.3 – Alienação e separação: uma perda de gozo	154
4.3.1 – O sujeito não é a causa de si mesmo	154
4.3.2 – A bolsa ou a vida	157
4.3.3 – A separação com o Outro	163
4.4 – O gozo	169
4.4.1 – Para começar a pensar o gozo: o <i>objeto a</i> e <i>das Ding</i>	169
4.4.2 – Considerações sobre o conceito de gozo	172
4.4.3 – Autômaton e tiquê: a repetição e o real	177
4.5 – O infantil e o tempo lógico	180
4.5.1 – O sujeito e a questão do desenvolvimento	184
4.5.2 – A estruturação do sujeito e a fantasia	187
4.6 – O infantil entre o desejo e o gozo	191
 CONCLUSÃO.....	 198
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 202

INTRODUÇÃO

“O menino é o pai do homem”, eis uma frase do poeta Wordsworth que traduz perfeitamente a lógica de todo o campo psicanalítico elaborado por Freud e Lacan. Mas como compreender essa afirmação que faz caducar a noção temporal do homem moderno? A psicanálise, como sendo o “*avesso das adultices*” (Lajonquiére, 2004), escuta o saber do poeta e vem pronunciar que os primeiros anos de vida são fundamentalmente relevantes para a constituição do sujeito e que o tempo precisa ser entendido de uma forma absolutamente singular quando nos referimos ao inconsciente.

No livro de memórias sobre a sua infância, “*Memórias Inventadas*”, Manoel de Barros, diz que “*Tudo o que não invento é falso*”. É interessante notar como os poetas abordam noções tão importantes para o trabalho do psicanalista: as origens, o tempo, a fantasia. Daí nós fazemos a indagação: o que falamos em nossas análises sobre nossas infâncias foge a este princípio de que “tudo que não invento é falso”? Há uma verdade que mora enterrada na infância que possamos resgatá-la através de nossas recordações?

Estas primeiras perguntas apontam que o tema do infantil se faz necessário ao fazer analítico. O sujeito que se põe em análise é aquele que, de alguma forma, está à procura daquilo que lhe causa o desejo e o sofrimento. Buscando decifrar os enigmas que o inconsciente lhe impõe, tal como faz Manoel de Barros, o sujeito se vê impulsionado a tentar decifrar suas origens. É, portanto, neste ponto que o tema do infantil revela sua presença na teoria e na prática da psicanálise. Aproximando-se e distanciando-se da infância, o infantil se impõe como enigma não somente aos analisandos, mas também aos analistas.

A motivação para a escrita desse trabalho surgiu, portanto, a partir da confluência de nossa experiência em dois campos de atuação: a clínica psicanalítica com crianças e adultos, e o trabalho como docente de ensino superior em disciplinas de psicanálise. Nestes dois espaços nos deparamos inúmeras vezes com uma concepção, muito difundida, de que a psicanálise é frequentemente associada à ideia de infância e de experiências do passado.

Em nosso trabalho clínico, por diversas vezes, nos deparamos com analisandos que, durante as primeiras entrevistas, indagavam-nos se deveriam começar a falar a respeito de suas infâncias. Longe de considerar que tais perguntas eram de pouca importância, estas indagações sempre nos conduziram a uma constante interrogação a respeito das dimensões que o infantil possui dentro da teoria e da clínica, psicanalítica. Essas questões ganhavam uma

repercussão ainda maior em nossas reflexões, justamente, porque em nosso trabalho clínico acolhíamos em análise não só adultos, mas, também, crianças e jovens.

A clínica sempre foi, portanto, um lugar que nos exigiu uma constante atitude de reflexão. Afinal, nos perguntávamos: do que se trata quando recebemos uma criança em análise? Sobre o que exatamente a análise opera em uma criança? Por outro lado, a pergunta se invertia: o que da infância exatamente se processa em uma análise de um adulto?

Além da clínica, outra experiência que nos motivou na construção dessa pesquisa foi o trabalho como professor de disciplinas de psicanálise em cursos de psicologia. Neste cenário, sempre fomos confrontados com o desafio de transmitir a psicanálise com crianças de modo que ela não fosse confundida com concepções desenvolvimentistas e evolutivas. Assim, algo que sempre nos moveu foi a preocupação em não estabelecer uma ideia de *especialização* em torno da nossa prática clínica com crianças. Nunca nos pareceu coerente pensar na prática psicanalítica a existência de uma “psicanálise infantil”, pois, isso implicaria admitirmos a existência de duas psicanálises diferentes, o que certamente é algo absolutamente questionável. No entanto, era preciso saber o que poderia sustentar essa unidade da psicanálise de modo a garantir que a experiência analítica com crianças não fosse extraviada para caminhos não condizentes com as diretrizes da prática psicanalítica.

Tendo as questões a respeito do infantil em nosso horizonte de estudos, a atualidade social da temática, também, nos trazia uma fonte de observação e de interesses. Sempre observamos, por exemplo, com grande preocupação o crescente fenômeno de patologização dos processos psíquicos presentes na infância e do maciço processo de medicalização cada vez mais crescente na sociedade. Nesse sentido, sempre consideramos a importância do ponto de vista da psicanálise, no reconhecimento do sofrimento do sujeito, e de sua justa palavra, nos contextos clínicos que abordam o autismo, as psicoses infantis, as dificuldades com o aprendizado, as perturbações da linguagem, as problemáticas familiares, dentre outras.

A confluência desses pontos acabou por produzir um forte efeito em nosso desejo de saber sobre o tema em questão, uma vez que, desde o início de nosso trajeto na formação psicanalítica, nossos interesses já incluíam o campo da psicanálise com crianças. No entanto, ao longo de nossa trajetória, a questão da clínica com a criança foi se desdobrando e aos poucos começamos a nutrir o desejo de entender o infantil na constituição do sujeito de um ponto de vista estrutural. Começamos a nos interessar por algo que dizia respeito às crianças, mas, também, aos adultos, e foi assim que encontramos na temática do infantil uma possibilidade de contemplar as inúmeras indagações que moviam nosso desejo pela teoria e pela prática da psicanálise.

Escolher o *infantil* como tema de pesquisa obedeceu, portanto, ao tempo lógico da nossa própria caminhada ao longo da formação analítica e, se o situamos como objeto de investigação, foi justamente por apostar que o infantil é uma noção psicanalítica fundamental para todo aquele que tenha o desejo de sustentar uma prática no campo da psicanálise.

Nesse sentido uma das justificativas para a realização desse estudo é que “*a psicanálise reclama o infantil como conceito*” (Lajonquiére, 2008). Tal colocação encontra grande repercussão em nossa motivação para a pesquisa desse tema, porque, apesar de constituir uma noção fundamental para a teoria e para a prática psicanalítica, toda essa importância convive com o fato de que o infantil, enquanto conceito, não foi sistematicamente teorizado por Freud nem por seus seguidores mais imediatos. Isso se comprova pelo fato de que, nos dicionários de psicanálise mais conhecidos na literatura psicanalítica, encontramos apenas verbetes que se referem à infância, mas não, especificamente, ao infantil. Em Lacan, o infantil também não foi especificamente conceituado, mas podemos considerar que seu ensino deu espaço para que importantes psicanalistas começassem a se despertar para a importância do estudo e distinção desse tema.

A referência à criança e ao infantil na psicanálise é extremamente extensa e suas conexões se estabelecem com uma gama enorme de conceitos. Temos que reconhecer que essa foi uma das grandes dificuldades em nossa investigação, ou seja, priorizar alguns pontos em detrimento de outros, visto que o tema do infantil cria uma rede de articulação com praticamente todos os conceitos e temas em psicanálise.

Tentar circunscrever o tema do infantil em psicanálise é, sem dúvida, uma tarefa árdua, pois apesar de o tema do infantil tangenciar a infância e a psicanálise com crianças, ele certamente não se limita a elas. O infantil, do ponto de vista do inconsciente, não se restringe às crianças ou aos adultos, ele diz respeito ao *sujeito* e é nessa linha de investigação que nosso trabalho se situa.

Tomados, portanto, pelo tema intrigante do infantil, a problematização de nossa pesquisa foi construída em cima de algumas questões centrais: como podemos conceber o infantil dentro da teoria psicanalítica? Em que medida o infantil se inscreve como condição fundante da estrutura do sujeito? De que forma o infantil se apresenta na vida psíquica do sujeito? O que é o infantil no processo analítico?

Ao valorizarmos esse tema, acreditamos que seu estudo poderá contribuir para o esclarecimento não só de certas encruzilhadas teóricas, mas, também, para o embasamento a respeito de como o infantil emerge na experiência psicanalítica. Apostamos que existe uma relevância clínica neste tema, pois, seja qual for a idade da pessoa em análise, o psicanalista

precisa reconhecer as facetas infantil durante o processo analítico. Se a infância for confundida com o infantil, certamente estaremos correndo risco de embasarmos equivocadamente nossa prática analítica.

Para além do universo psicanalítico, consideramos que o estudo do infantil pode vir a trazer também uma importante contribuição para outros campos e disciplinas que se dedicam ao trabalho com crianças e adolescentes. Através da noção de infantil, esperamos demonstrar que, até mesmo para disciplinas que trabalham de um ponto de vista do desenvolvimento maturativo humano, a psicanálise tem algo importante a revelar.

Vejamos, então, o modo como distribuimos as discussões que serão desenvolvidas ao longo de nosso estudo.

No primeiro capítulo, “Na trilha do infantil na psicanálise”, construímos uma fundamentação e contextualização da questão investigada. Primeiramente, pesquisamos sobre como o conceito de infância se insere nas transformações históricas e ideológicas da sociedade ocidental. A partir dessa contextualização vamos avaliar o impacto que a psicanálise produziu ao introduzir a criança dentro de um saber não normativo.

Abordando as apropriações e torções do paradigma da evolução dentro da obra de Freud, o infantil começou a ser delineado em função de uma diferença com relação à infância cronológica. Daí, seguimos para uma análise das primeiras incursões de Freud na clínica com crianças e o modo como as questões pertinentes ao infantil se colocou nesse cenário. Por fim, investigaremos o trabalho pioneiro de Anna Freud e Melanie Klein, momento em que será indagada a forma como diferentes correntes da psicanálise foram definidas a partir de concepções diversas sobre o tema do infantil.

No segundo capítulo, “A trajetória do infantil na obra de Freud”, desenvolveremos uma investigação da obra freudiana buscando elementos, através dos quais, seja possível reconhecer o aparecimento de noções que nos permitam abordar a dimensão do infantil.

Inicialmente percorreremos seus trabalhos, desde as primeiras investigações sobre a etiologia da histeria, passando pela teoria da sedução traumática e pela teoria da fantasia. Analisaremos a teoria da sexualidade infantil e a relação que ela estabelece entre o infantil e a pulsão sexual. Em seguida tomaremos os textos que abordam o aparelho psíquico e o fator infantil presente no funcionamento psíquico. Por fim, consideraremos as consequências para a compreensão do infantil a partir da virada teórica trazida pela noção de pulsão de morte.

No terceiro capítulo, “A constituição do sujeito e o desejo”, a proposta é a investigação do infantil no ensino de Lacan. Buscando uma compreensão da constituição do

sujeito no campo simbólico, consideraremos o infantil a partir dos conceitos que evidenciam sua articulação com a noção de desejo. Primeiramente, a partir dos processos do estágio do espelho e depois avançando para o estudo da metáfora paterna. Neste momento, nosso estudo tomará as críticas que Lacan endereçou às leituras psicanalíticas baseadas nas relações de objeto. Essa discussão mostra-se extremamente importante para nossa pesquisa, pois o foco dessa discussão gira em torno de assuntos que tocam diretamente ao tema do infantil. A partir da noção de falta de objeto, adentraremos nas conceituações concernentes à necessidade, demanda e desejo, buscando situar aí a forma como o infantil se faz visível nos processos constituintes do sujeito.

No ultimo capítulo, “O Gozo e o Infantil”, conduzimos o estudo do infantil pelo viés do conceito lacaniano de gozo. Começando, pelas teorizações de Freud e Lacan sobre a angústia, analisaremos de que forma este conceito se articula ao tema do infantil. Tal proposta considerará a divisão significativa do sujeito e a produção do *objeto a*. Nesse ponto fomos levados a considerar as operações topológicas da *alienação* e *separação*, momento importante de nosso estudo que considerará a dupla causação do sujeito no campo da linguagem e no campo do gozo.

Concluindo, o lugar do infantil será destacado no processo da estruturação do sujeito, colocando em relevo as operações constituintes entre o infans e o Outro e refletindo sobre suas consequências dentro do processo analítico.

CAPÍTULO I – NA TRILHA DO INFANTIL NA PSICANÁLISE

A psicanálise trouxe ao mundo uma noção de criança absolutamente diferente e impactante quando comparada àquela que imperava no contexto social de sua fundação. Porém, se a criança é, antes de tudo, uma categoria imaginária, tecida na esteira da história, para compreendermos adequadamente a apropriação, e a subversão que a psicanálise operou nesta temática, é preciso que possamos traçar primeiro o cenário científico e ideológico com o qual Freud se deparou nos primórdios da psicanálise. Esta análise se mostra importante e necessária, pois através dela podemos compreender com mais clareza como a psicanálise se apropriou e modificou o significado destes termos, relançando-os ao discurso social a partir de uma nova perspectiva.

1.1 – A inscrição da infância no discurso social e na psicanálise

Autores como Ariès (1978) e Badinter (1985) realizaram pesquisas valiosas envolvendo a noção de infância na Europa entre a Idade Média e o século XX. Estes trabalhos revelam que foi somente ao longo de uma longa jornada histórica e social que a “infância” passou a se inscrever no pensamento e no discurso social. De uma posição praticamente periférica dentro da família e da sociedade, a criança foi conduzida, ao final do século XX, à posição de centro da família e de foco de interesse do Estado.

Se a criança, em um primeiro momento, não era vista em sua especificidade e diferença com relação aos jovens ou aos adultos, ao longo dessa jornada, ela passa à condição de objeto de expectativas do mundo adulto, tornando-se alvo de uma valorização que a reposicionava para o lugar de uma garantia da sociedade futura. A infância passou a ser, portanto, o momento em que o Estado poderia construir futuros adultos bem educados e inscritos nas regras e produtividade social.

A noção de infância, tal como a que existe na sociedade contemporânea, surgiu a partir do século XVIII, a partir do processo de moralização dos reformadores católicos e protestantes ligados à Igreja e ao Estado. Saindo de seu anonimato social, a estrutura familiar passou a reservar à criança o lugar central quanto às atenções e amor parental, sendo que a partir desse momento a educação tanto familiar quanto escolar passou a conduzir a formação dessa criança até se tornar um adulto produtivo, bem-formado e saudável.

A criação da psicanálise no final do século XIX está situada exatamente no contexto histórico-social no qual a noção de família sofria uma transformação importante: a família deixa de ser algo do domínio público para o privado; surge uma valorização do amor e da ternura entre os conjugues, entre pais e filhos; surge uma noção de educação formal; o Estado passa a administrar o processo de escolarização das crianças como garantia de adultos produtivos e saudáveis. Deste modo, o conceito de amor familiar passou a estar intimamente associado à noção de educação, isto é, o amor familiar se demonstrava através de todo um trabalho para formar os filhos dentro de determinadas normas sociais (Zornig, 2000)

O impacto que o advento da teoria psicanalítica promoveu no cenário social e intelectual pode ser explicado por muitos prismas, um deles diz respeito a essa noção subversiva da criança dotada não só de uma sexualidade, mas de uma sexualidade perversa e polimorfa. Esse impacto só pode ser devidamente compreendido se tivermos clareza do contexto cultural no qual a psicanálise inaugurou seu discurso, bem como é preciso ficar claro em que dimensão ela se afasta e subverte a visão pedagógica e moralista que circundava a “infância”. Façamos, agora, uma investigação mais detalhada da obra de Phillipe Ariès.

Em *“A História Social da Criança e da Família”* (1978), Ariès se utiliza de uma linguagem narrativa e trabalha com uma multiplicidade de documentos históricos (fotos, diários, músicas, iconografia religiosa, jogos infantis, trajes, tratados pedagógicos) referentes ao período compreendido entre a Idade Média e o século XX, de modo a demonstrar como a definição de “criança” se modificou no decorrer do tempo de acordo com parâmetros ideológicos. Para a condução de seu estudo, o autor se utiliza de dois caminhos norteadores: o primeiro é a verificação de que a carência do sentido de infância, como um estágio importante do desenvolvimento da pessoa, até o fim da Idade Média, abre possibilidades para uma interpretação das sociedades ocidentais tradicionais; o segundo caminho é que esta mesma maneira de definir a infância, como um período diferente da vida adulta, também possibilitou a análise do novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades modernas industriais.

Tomando como ponto de partida a sociedade medieval, Ariès (1978) afirma que não existia nessa época o que ele chama de “sentimento da infância”, sentimento este que corresponde à consciência da particularidade infantil, às particularidades que distinguem essencialmente a criança do adulto. Não se trata de dizer que as crianças fossem desprezadas ou negligenciadas, pois o “sentimento da infância” não significa o mesmo que afeição pelas crianças. Para o autor, essa consciência da particularidade infantil não existia e por isso, assim que a criança adquiria a possibilidade de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de

sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e daí em diante não se distinguia mais destes.

Entre o século XVI e XVII, Ariès (1978) afirma que um novo sentimento da infância começou a surgir, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que ele chamou de "paparicação". Porém, ele ressalta que esse sentimento de paparicação foi procedido por um sentimento oposto, um sentimento declarado de exasperação, pois também se começava a considerar insuportável a atenção que se dispensava às crianças.

Segundo Ariès (1978), este primeiro sentimento da infância - caracterizado pela "paparicação" - surgiu no meio familiar e se limitava às primeiras idades, correspondendo à ideia de uma infância bastante curta. O segundo, a exasperação pela infância, ao contrário, proveio dos eclesiásticos, dos homens da lei e dos moralistas no século XVI e XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas tornaram-se sensíveis a infância, que anteriormente era tão negligenciada, mas se recusavam a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar.

Esse segundo sentimento, que surge num contexto dos moralistas foi o responsável por exprimir uma importante tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância, e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda. Sem eles, afirma o autor, a criança teria permanecido apenas um pequeno ser cômico e gentil com o qual as pessoas se distraiam com afeição, sem preocupação moral ou educativa (Ariès, 1978).

Nas classes populares, esse sentimento de uma infância, como uma fase da vida extremamente curta persistiu ainda por muito tempo, pois passados os cinco ou sete primeiros anos de vida, a criança abandonava a sua infância e se fundia sem transição com o mundo e a vida dos adultos. O surgimento de uma visão da infância, como uma fase da vida mais longa é, portanto, depositária dos moralistas e educadores do século XVII que conseguiram impor seu sentimento preocupante e grave de uma infância longa graças ao sucesso das instituições escolares e às práticas de educação que eles orientavam e disciplinavam.

De acordo com Ariès (1978), esses mesmos homens, que eram obcecados pela educação, são um dos grandes responsáveis pela origem do sentimento moderno da infância e da escolaridade. Através da disciplina e da educação, a infância passou a existir para além dos anos em que a criança ainda andava com o auxílio de "guias" ou quando ainda falava seu "jargão". Entre a infância e a vida adulta surge uma etapa intermediária: a etapa da escola, da

vivência no colégio. Assim, as sociedades ocidentais passam a classificar e dividir as idades do ser humano em torno das instituições escolares e religiosas. A adolescência, muito pouco distinguida e percebida durante o antigo regime, passa a se distinguir, no século XIX e já no fim do século XVIII, através da conscrição, isto é, do alistamento tanto na escola quanto no serviço militar.

A evolução da noção de infância foi, portanto, fruto direto da ação dos homens religiosos e moralistas, detentores da autoridade, da razão e do saber. Foram esses homens, detentores do discurso pedagógico e moralista, que compreenderam a particularidade da infância e a importância tanto moral como social da educação, introduzindo os processos de uma formação metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essa finalidade (Ariès, 1978).

Uma outra contribuição valiosa para o estudo dessas transformações históricas podemos encontrar na obra de Elizabeth Badinter, “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*” (1985). A autora assinala que, no século XVII, a família, embora já não fosse a mesma da época medieval, não pode ser considerada uma família moderna no que tange a ternura e a intimidade entre pais e filhos. Ainda ocupando uma posição de pouca importância, a criança ainda era considerada como um estorvo para os pais. Em sua análise, essa posição tem uma correspondência com a filosofia de santo Agostinho, para o qual a infância não possuía nenhum valor e constituía o indício da corrupção pecaminosa dos adultos. Sendo fruto do pecado original, a infância, antes de qualquer processo de coerção educativa e moral, era considerada uma época em que predominava a maldade da criança, cabendo aos pais adotarem uma atitude rigorosa com seus filhos.

Sendo assim, Badinter (1985) esclarece que o pensamento moralizante existiu durante muito tempo na história da pedagogia e acabou por desenvolver um comportamento de frieza no funcionamento das famílias, e os pais, instruídos pelos pedagogos, passam a adotar uma educação rígida para livrar as crianças de suas malignidades naturais. A partir do século XVIII, com o surgimento do discurso filosófico iluminista, que orientou o pensamento pedagógico até o século XX, esse sentimento pecaminoso e inconveniente da infância começou a se modificar gradativamente. Para ela, Jean-Jacques Rousseau foi um dos representantes dessa transformação, pois ao contrário de santo Agostinho, ele acreditava na bondade natural do homem. Acreditando que a criança nasce inocente, para ele, cabia, à educação o desenvolvimento de suas potencialidades naturais e seu afastamento dos males sociais.

Badinter (1985) ressalta que em “*Emílio*”, Rousseau elabora um manual para educadores onde traça as linhas gerais que deveriam ser seguidas para que fossem formados bons adultos. Se não há uma maldade original na criança, é a sociedade que a corrompe e diante disso os educadores devem seguir os princípios por ele sugeridos para impedir que essa corrupção se estabeleça. Na visão de Rousseau, o termo “criança” remete a uma etapa da vida na qual o *infans*, isto é aquele que não fala — é desprovido de sexualidade e essa foi uma concepção que acabou se enraizando fortemente no imaginário social. No século XVII, a Igreja já se preocupava em manter as crianças afastadas dos assuntos e experiências sexuais, alegando os prejuízos que estas vivências traziam à formação do caráter dos indivíduos.

Os trabalhos de Ariès (1978) e Badinter (1985) caminham numa mesma direção, e através deles podemos tecer algumas conclusões a respeito dessa mutação que o “sentimento da infância” sofreu ao longo da história da sociedade ocidental.

Com a ascensão do capitalismo e dos ideais da burguesia, os valores individuais passaram a ter uma significativa importância. A criança na medida em que foi transformada num investimento lucrativo para o Estado passou a ser vista como uma força de produção que traria lucros em longo prazo. Em consequência, temos o fato de que foram justamente as instituições escolares que passaram a exercer a função de educar as crianças nos princípios e valores condizentes com o objetivo de assegurar o futuro da civilização. Esse sentimento de responsabilidade pela formação da criança também passou para a vida familiar. A família começa a se ocupar de tudo que diga respeito à vida de seus filhos, desde as brincadeiras até a educação, incluindo um elemento novo que é a preocupação com a higiene e a saúde física (Ariès, 1978).

Todas essas transformações levaram a criança a assumir um lugar central dentro da família. Já no século XIX, é possível observarmos uma preocupação mais ampla e sistemática com o estudo da criança e a necessidade de uma educação mais formal, fato este acompanhado pelo rápido desenvolvimento da pedagogia, da pediatria e das especializações em torno da criança.

Dentro dessa perspectiva histórica, que estamos traçando, é possível observar, portanto, uma trajetória que se inicia com um total desconhecimento das especificidades da criança, chegando ao ponto em que ela passa a ser ressaltada pelo viés de uma natureza inadequada a ser corrigida pelo adulto. A ideologia que impõe a educação coercitiva a criança é a mesma que vai representá-la como um ser imaturo, assexuado e sem desejo próprio. Todavia, essa concepção de infância, na qual a sexualidade não se faz presente, também

sofrerá uma torção, promovendo assim um interesse de várias áreas do saber pela sexualidade infantil.

1.2 – A sexualidade infantil no discurso analítico

Quando se pensa nos aspectos da sexualidade, que estão presentes na vida da criança, é comum encontrarmos a opinião de que foi a teoria psicanalítica a responsável pela introdução, no mundo ocidental, da ideia de uma da sexualidade infantil. Mesmo que seja inegável a influência da obra freudiana nesse processo, é importante esclarecermos que o pioneirismo dos trabalhos psicanalíticos deve também ser compreendido como consequência de um contexto histórico propício para tal transformação.

Remetendo-nos aos trabalhos de Foucault (1988), somos advertidos de que a descoberta da sexualidade infantil não foi uma prerrogativa da psicanálise, mas, sim, uma decorrência da mudança histórica ocorrida, a partir do século XVII, quando o poder soberano do Estado, de causar a morte ou deixar viver seus cidadãos, é substituído por uma preocupação sobre a administração dos corpos e pela gestão da vida.

Nesta perspectiva, torna-se possível a compreensão da importância do sexo como foco de disputa política: de um lado, ele faz parte das disciplinas do corpo por meio de seu adestramento; de outro, pertence a uma lógica de regulação das populações. Ao abordar essa questão pelo prisma da sexualidade, Foucault (1988) desconstrói a ideia de que a época clássica teria condenado a sexualidade infantil a um ocultamento radical, e, também, por outro lado, teria sido a teoria freudiana a sua grande libertadora. Na compreensão do filósofo, a sexualidade das crianças encontrava sim um espaço no discurso social, porém, essa sexualidade era falada de uma maneira bastante específica, uma vez que estava envolvida num discurso de controle e coerção social.

Por intermédio do discurso pedagógico do século XVIII, e da medicalização do século XIX, o sexo das crianças, e dos adolescentes, torna-se alvo de dispositivos institucionais e estratégias discursivas do Estado. Tal estratégia aponta para uma tentativa de regular e policiar a estrutura familiar, através da medicalização da sexualidade e pela tentativa de definição de normas para o desenvolvimento sexual, surgindo daí as classificações médicas e os seus parâmetros de normal e patológico. A sexualização da criança aparece como uma das vias de intervenção da política do sexo, manifestando-se sob a forma de uma campanha pela saúde da raça, já que a sexualidade precoce, vivida na infância, foi apresentada desde o século

XVIII, até o fim do século XIX, como um risco não somente à saúde dos futuros adultos, mas também à sociedade.

Apesar de fugir ao escopo dessa pesquisa, caberia interrogar quais as consequências atuais das intervenções médicas que visam permitir ao sujeito a mudança de sexo. Temos visto que cada vez mais procedimentos médicos tem invadido a realidade social contemporânea visando bloquear as transformações da puberdade, por meio de tratamentos hormonais, ou pelas complexas cirurgias de troca de sexo. Seriam estas práticas novas versões do controle da sexualidade infantil?

Sendo assim, é possível reconhecermos que o grande mérito da psicanálise não foi exatamente o fato de ter introduzido a sexualidade infantil no discurso do saber, mas, sim, de ter conduzido a criança e a sua sexualidade numa direção contrária ao movimento de controle político do Estado. A psicanálise tem de fato uma marca importante nessa história, pois é inegável que a sua emergência ocorreu na medida em que ela se inseriu no campo dos saberes inaugurando um discurso questionador das interdições morais e educativas relativas à sexualidade infantil.

Apesar de reconhecermos que a psicanálise não foi a primeira a introduzir a sexualidade infantil no campo do saber, é importante que ressaltemos esse aspecto que faz com que ela esteja situada numa posição bastante singular em relação aos demais saberes. Freud situa a criança num discurso diferente do discurso moralista, porque a sexualidade infantil é, em sua análise, uma sexualidade perversa polimorfa, regida pela lógica das pulsões eróticas e que apresentam uma impossibilidade de serem domadas pela razão e pelas forças externas. É, portanto, esse caráter perverso da sexualidade infantil que surge como navalha cortante do discurso psicanalítico. Vejamos, então, de mais perto como Freud compreende a sexualidade infantil e seus efeitos para o psiquismo do sujeito.

As questões relativas à sexualidade, principalmente a sexualidade infantil, podem ser tomadas como sendo a base discursiva da emergência histórica da psicanálise. É por isso que as palavras “sexualidade” e “infância” são marcas enraizadas no imaginário da psicanálise, não só para aqueles que são especialistas, mas também para todo um público leigo. A razão para isso é que esta articulação entre sexualidade e infância configurou-se, desde os primórdios dos trabalhos freudianos, como um importante trunfo teórico e clínico.

A sexualidade infantil, e todas as repercussões psíquicas a ela associadas, constituem a base conceitual e clínica com a qual Freud trabalhou em sua empreitada inicial para elaborar uma teoria sobre o psiquismo inconsciente, teoria esta que precisava ser também capaz de dar suporte para um tratamento psíquico para pacientes neuróticos. Assim, podemos dizer que foi

a busca pela etiologia das neuroses que o conduziu às suas primeiras produções a respeito do infantil.

No final do século XIX predominava uma concepção naturalista sobre a sexualidade humana. De acordo com Kaufmann (1993), tal concepção considerava a sexualidade atrelada aos instintos sexuais que despertavam na adolescência com a única e restrita finalidade biológica de reprodução. Todas as atividades sexuais que escapavam desses limites estabelecidos como normais e saudáveis eram considerados como comportamentos desviantes e patológicos, tais como: a masturbação, as perversões dos adultos ou a mera busca do prazer sexual. Assim, concebia-se que a normalidade sexual concentrava-se na sexualidade genital dos adultos e na consumação do ato sexual voltada para a finalidade reprodutiva.

Em meio a este cenário, Freud introduz uma concepção de sexualidade muito mais ampla e que exerce uma influência na vida humana de modo jamais antes compreendido. O sexual, aqui, possui uma determinação não só na vida do adulto e ultrapassa os aspectos reprodutivos. Forjando uma visão absolutamente inovadora sobre a sexualidade, a tese freudiana inscreve o sexual na vida das crianças, bem como no funcionamento psíquico inconsciente.

Ao definir a criança como um “perverso polimorfo”, Freud provoca de fato uma enorme rejeição nas mentes pensantes de sua época. Se a sexualidade infantil não era negligenciada, como defende Foucault, o mesmo não aconteceu quando se tratou de aceitar o fato de que crianças possuíam uma sexualidade perversa. A pouca aceitação de sua tese, no entanto, era vista, por ele próprio, como uma prova cabal de que o caminho trilhado era correto. A rejeição dos adultos frente à ideia da sexualidade infantil perversa era, em sua interpretação, uma comprovação da hipótese de que o adulto recalcava as lembranças referentes às suas experiências infantis, justamente por conta do caráter perverso de sua própria sexualidade.

Essa sexualidade infantil possui, assim, um caráter não domesticável e, na medida em que é imaginarizada como uma ameaça à sociedade, os indivíduos passam a lidar com ela de duas maneiras: negam as características perversas dessa sexualidade, mantendo a fantasia de uma “inocência infantil”, ou, acionam um mecanismo inconsciente responsável pelo desencadeamento de uma amnésia das experiências vividas na infância.

1.3 – O paradigma evolutivo: o infantil e o tempo

Uma questão importante para entendermos as primeiras abordagens que Freud realiza em torno da temática da infância diz respeito ao *Zeitgeist* no qual ele estava inserido. A emergência da psicanálise, no final do século XIX, aconteceu em um momento em que muitas ciências estavam sob forte influência do paradigma da evolução de Darwin. Não fugindo também dessa influência, Freud atesta em algumas passagens de sua obra a importância que a teoria darwinista teve em seus trabalhos¹. É dentro desse contexto que podemos começar a situar o valor que a infância recebeu nos primeiros passos da criação da psicanálise. Uma vez que a lógica darwinista põe acento na genealogia dos seres, Freud faz sua primeira aposta que a possibilidade de investigar a origem da histeria e dos processos constituintes estava na infância.

Os pressupostos da teoria evolucionista deixaram uma marca inegável na teoria freudiana, o que pode ser comprovado pelas referências explícitas que Freud faz à Darwin em vários segmentos importantes de sua obra. No entanto, é preciso reconhecermos que o paradigma evolutivo teve uma incidência na construção da psicanálise que vai muito mais além do que o restrito campo da biologia. A perspectiva, trazida pela teoria darwinista, teve efeitos muito mais amplos do que se costuma pensar e o seu impacto, para o pensamento freudiano, se dá justamente pelo fato de que esse paradigma revolucionou todo o horizonte científico da era moderna. A teoria da evolução perpassou todo o século XIX e foi responsável pelo advento de construções teóricas sobre a natureza, a cultura e a sociedade, trazendo em seu seio a lógica de que “*as coisas do mundo seriam atravessadas pelo tempo e marcadas no seu ser pela história*” (Birman, 1997, p11).

A obra de Darwin traz uma ruptura fundamental com as antigas concepções teológicas sobre a natureza humana. De acordo com sua teoria sobre a origem das espécies, o homem também está inscrito na natureza como uma espécie animal, e, a humanidade, para chegar ao ponto em que se encontra, precisou atravessar um longo processo evolutivo. Dentro desse ponto de vista, a origem da humanidade não pode mais ser explicada como sendo fruto da criação espontânea de um ser divino, ela possui uma história evolutiva e sua origem obedece à lógica das demais espécies. Na diacronia temporal dessa história, a teoria evolucionista afirma que em suas origens o homem vivia tal como os demais animais, sendo regido por ritmos

¹ Em “*Introdução a epistemologia freudiana*” (1983), Paul-Laurent Assoun analisa as relações do pensamento freudiano com o Darwinismo, destacando a importância dos trabalhos do zoólogo alemão Ernest Haeckel, que ao traduzir Darwin, acrescentou à teoria da evolução a Lei Biogenética Fundamental ou Teoria da Recapitulação, segundo a qual a ontogênese recapitulava a filogênese.

vitais e pelos ciclos da natureza. Somente após um longo processo evolutivo é que veio acontecer os processos de humanização da espécie humana.

Desse pensamento podemos extrair uma observação valiosa. Se o paradigma evolutivo traz consigo a lógica de que os seres possuem uma história, na qual se inscreve uma temporalidade cronológica, existiria, portanto, uma “infância” da humanidade. Esta infância aqui está referida à dimensão do tempo cronológico e, também, da origem. Afirma-se que existe uma origem para os seres e essa origem está associada à noção de um passado evolutivo e temporal. Numa lógica evolutiva, portanto, pode-se dizer que é no passado que se encontram as condições causais para que o presente seja do modo como ele é.

O paradigma da evolução trouxe uma marca fundamental para a construção da psicanálise. Freud, situado no espírito de sua época, construiu um modelo teórico para pensar o funcionamento do psiquismo como sendo constituído pelo eixo do tempo. Buscando compreender o sofrimento psíquico dos adultos, a categoria da infância foi introduzida para explicar a causalidade desses fenômenos e a sua estreita relação com a sexualidade. Com isso, a psicanálise inaugurou um discurso no qual o sujeito passou a ser entendido por sua história psíquica e pelos destinos que seus processos psíquicos assumiam ao longo desse tempo.

No que tange essa questão do tempo, queremos ponderar que se Freud reconheceu o inconsciente, como um sistema psíquico organizado e dotado de uma significação, foi porque ele desvendou as *leis causais* e a *lógica* de seu funcionamento. Contudo, apesar da forte influência do espírito positivista de sua época, as leis da ciência clássica pouco podiam responder aos enigmas do inconsciente, principalmente, no que dizia respeito à sua temporalidade. No artigo “*O Inconsciente*” (1915), Freud afirma que os processos do sistema inconsciente “*são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não tem qualquer referência ao tempo*” (Freud, 1915, p.41). No entanto, se o inconsciente é atemporal e subversivo à cronologia, da mesma maneira somos obrigados a aceitar que ele não é um sistema caótico, já que obedece com fidelidade às suas próprias leis temporais².

² Nos capítulos posteriores iremos dedicar uma atenção especial a esta temática. Por agora queremos esclarecer que essas três proposições sobre a atemporalidade do inconsciente tornam-se perfeitamente compreensíveis e válidas quando consideramos a tese freudiana de que não existe uma equivalência entre a noção de tempo que impera no sistema “Consciente”. Segundo Gondar (1995), o tempo que permeia a consciência é uma abstração, que possuindo um padrão único e exterior ao sujeito, ordena todos os eventos sempre da mesma maneira. Sendo assim, quando Freud afirma que o inconsciente é atemporal, ele está afirmando que o inconsciente despreza a ideia consciente sobre o tempo. Desse modo justificamos que quando nos referimos a atemporalidade do inconsciente, estamos advertidos de que o inconsciente seja de fato constituído por uma noção específica de temporalidade e causalidade psíquica, que Freud chamou de “*Nachträglich*”.

Faz-se mister, então, destacar que essa formalização da psicanálise, em cima de uma subversão do tempo, não se deu de modo fortuito. Foi a partir de um questionamento, sobre as “*reminiscências das históricas, do fora do tempo da pulsão, do retorno do recaiado, da persistência do trauma, da inércia da fantasia, das voltas da repetição e do caleidoscópio dos sonhos*” (Fingermann, 2009:1), que Freud pôde teorizar o inconsciente. Isso foi possível porque ele estava alicerçado numa compreensão de temporalidade psíquica absolutamente diferente de uma temporalidade cronológica linear. Foi, portanto, na trilha dessas formações do inconsciente, e de suas leis de funcionamento, que o *infantil* fez sua estreia no discurso freudiano, ganhando, a partir daí, um lugar cativo dentro dos principais conceitos psicanalíticos.

Tomado por uma preocupação sobre as origens do aparelho psíquico, Freud elaborou uma série de conceitos que articulam o inconsciente a uma temporalidade. De acordo com os estudos de Gondar (1995), além da própria teoria do trauma que inaugura a psicanálise, a temporalidade também se fez presente no prefixo “*Ur*” – que significa “originário”, “primordial”, “primitivo” – presente em diversos conceitos, tais como, “*Urverdrängung*” (recalcamento originário), “*Urphantasie*” (fantasia originária) e “*Urszene*” (cena originária).

No entanto, este legado da teoria evolutiva ao ganhar espaço no campo psicanalítico, permitiu a construção de duas concepções que possuem, ao mesmo tempo, uma proximidade e uma distância epistemológica. A partir de uma concepção do tempo, a psicanálise passa a conceber a subjetividade como uma entidade historicizada, fazendo com que o sujeito seja entendido como desprovido de uma substancialidade absoluta. Em contrapartida, a subjetividade passa a ser entendida, também, a partir da lógica do processo evolutivo, marcado pelos princípios da seleção natural e da adaptação (Birman, 1997). Como podemos ver, são duas concepções que surgem a partir de um mesmo referencial, mas que podem conduzir a teoria psicanalítica para campos absolutamente heterogêneos.

Estas influências encontraram eco ao longo da história da psicanálise e podemos enxergá-las nos trabalhos das gerações de psicanalistas que sucederam Freud. O nascimento e desenvolvimento da clínica com crianças foi um campo determinado pela ênfase que os psicanalistas deram a essas concepções. Sobre o destino que essas concepções tiveram dentro do próprio pensamento freudiano, Birman apresenta uma hipótese que demonstra muito bem a complexidade da obra de Freud. O autor defende o seguinte ponto de vista:

O discurso freudiano se iniciou com a concepção evolucionista de Darwin, através do qual encontrou os pressupostos mais abrangentes da episteme da história,

o que lhe permitiu se decantar progressivamente de seus valores propriamente evolucionistas. (Birman, 1997, p.14)

Por meio dessa análise, podemos compreender as razões que fizeram alguns analistas partirem da obra de Freud para a construção de teorias psicanalíticas, com características desenvolvimentistas e evolutivas. De fato, há na construção do pensamento freudiano uma influência do paradigma evolutivo, contudo, não seria correto pensarmos que essa influência tenha acontecido de modo inteiramente direto, bem como, não seria correto considerarmos que todo o conjunto da obra freudiana esteja inteiramente amparado nesse paradigma.

Em nosso ponto de vista, não é a lógica biológica, propriamente dita, que está presente no pensamento freudiano, mas, sim, as consequências da apropriação que Freud realizou. Assim, é preciso compreender que, ao transpor certos aspectos desse paradigma, Freud parte de uma teoria evolutiva, porém, o produto final de sua obra apresenta um importante desprendimento do ponto de vista evolutivo. Em nossa opinião, é preciso cautela diante da psicanálise, pois uma leitura apressada da obra freudiana pode conduzir a interpretações equivocadas, caso se negligencie essa “decantação” e “torção” que os conceitos freudianos receberam ao longo do tempo.

Essas observações são extremamente preciosas para nosso trabalho, pois, através delas, é possível enxergarmos que a obra freudiana é constituída de uma torção. O que queremos destacar é que quando a psicanálise inaugurou seu discurso, a partir de um uso teórico bastante específico sobre a infância, é necessário reconhecermos que os deslocamentos teóricos, que Freud realizou, fez surgir uma categoria absolutamente distinta da infância, a saber, aquilo que nossa pesquisa deseja fundamentar como sendo o *infantil*.

1.4 – Psicanálise com crianças ou experiência educacional?

A ideia da criança como ser assexuado, portador de uma natureza potencialmente pecaminosa, e que precisa ser corrigido e adestrado pela educação moral, imperou no imaginário social durante um longo tempo. No entanto, se o deslocamento da forma de compreender a criança e suas particularidades, inclusive sexuais, não foi exatamente uma prerrogativa da psicanálise, por outro lado, não há como deixar de destacar o quanto foi inovador o modo como a psicanálise acolheu as questões da criança. Propomos neste tópico investigar como a psicanálise introduziu a criança no tratamento analítico e as questões que tocavam no campo da educação.

Os trabalhos de Ariès (1978), Badinter (1985) e Foucault (1988), nos permitem situar que a psicanálise emerge, exatamente, num momento histórico, em que o discurso médico passa a ocupar um lugar de destaque na sociedade, associando a vida da criança à procedimentos escolares, cuja visada era a adaptação social. Esses acontecimentos foram responsáveis por uma grande transformação nas relações de afeto e de amor parental, que passam a ser vivenciados, não mais, através do apego e da paparicação, mas, principalmente, pela preocupação em torno da educação.

Se a psicanálise não foi a única forma de saber que soube enxergar a sexualidade infantil, conforme demonstra Foucault (1988), por outro lado, seu grande mérito foi, sem dúvida alguma, ter criado condições para que ela começasse a ser compreendida fora de uma visão reguladora e normativa. Contudo, essa subversão operada pela psicanálise não aconteceu de modo plácido, pois o contexto social e cultural, que localizava a criança dentro de um discurso pedagógico normativo, não deixou de ser um desafio à psicanálise.

Neste tópico queremos analisar, sob quais aspectos o discurso pedagógico se fez presente nas primeiras abordagens clínicas sobre a criança, fato que merece uma leitura cuidadosa. Não estamos afirmando que Freud tenha se posicionado de modo normativo e pedagógico com a criança, mas é importante salientar os pontos, nos quais, ele manteve uma espécie de ambiguidade a respeito das características e condições das análises praticadas com crianças. Pretendemos demonstrar que Freud oscilava entre duas concepções: em um momento, ele considerava a análise com crianças sendo semelhante à de um adulto, e em outro, considerava que a criança apresentava uma dificuldade ao estabelecimento pleno da análise.

Percorrer este terreno é importante para nossa pesquisa, pois acreditamos que a causa dessa oscilação se encontra no fato de que as noções de infância e infantil estiveram superpostas nesse momento em que Freud precisava se posicionar com relação à clínica com crianças. Em meio a essas discussões, Freud não pôde distinguir que dentro de sua própria teoria estas duas categorias se faziam presentes, porém, apresentando nuances que exigem uma distinção. A psicanálise, nesta época, já compreendia que a criança apresentava atributos psíquicos característicos e que a infância precisava ser compreendida em sua especificidade em relação a vida psíquica dos adultos. No entanto, em outra dimensão da teoria psicanalítica, no que tange a lógica do inconsciente, a psicanálise trazia em seu núcleo uma compreensão de um infantil atemporal, que estava relacionado a algo da estrutura do funcionamento do psiquismo e que, portanto, não dizia respeito somente ao estado psíquico da criança. Passemos, então, à nossa investigação.

1.4.1 – A aposta freudiana no esclarecimento sexual da criança.

Começemos por explorar as primeiras experiências de Freud com a criança propriamente dita. A única experiência direta nesse sentido foi com o caso do pequeno Hans, publicado com o título “*Análise de uma fobia de um menino de 5 anos*” (1909). É preciso considerar, no entanto, que o menino estivera na presença de Freud, apenas uma única vez. Quem, na realidade, conduziu a análise de Hans foi seu pai, Max Graff, um musicólogo que estudava psicanálise e recebia supervisão de Freud, especialmente, por cartas.

A importância desse caso para a psicanálise é gigantesca, a começar pelo fato de que através da análise dessa criança, Freud intencionava comprovar suas teorias a respeito do psiquismo infantil, antes elaboradas a partir das análises de seus pacientes adultos e neuróticos. Contudo, o texto freudiano pode ser compreendido como sendo portador de uma oscilação, quanto à especificidade da análise quando conduzida com crianças. Em um momento, ele coloca a experiência analítica de Hans no mesmo patamar da análise dos adultos, porém, em outros momentos, chega a afirmar que essa era um tipo de análise que deveria ser incluída numa categoria diferenciada, e que poderia ser denominada como uma “experiência educacional” (Freud, 1908).

Ao afirmar, inicialmente, que não havia aprendido nada de novo nesta análise que já não tivesse observado na análise dos adultos, Freud aproxima a análise de crianças da análise de adultos, ressaltando que Hans apresentava sonhos, lembranças passadas e fazia associações, como qualquer adulto. Queremos chamar a atenção para a importância da atitude de Freud, pois ao discutir o processo analítico de uma criança, consideramos que ele estava abordando aspectos que não envolvem apenas a clínica com crianças, mas da psicanálise em geral.

Essa posição, no entanto, vai coexistir com outra que Freud assume diante da análise com crianças. Denominando-as de “experiência pedagógica”, o adulto é colocado como detentor de um saber que não é possível às crianças. Nessa perspectiva, o lugar do analista deveria sofrer, então, uma modificação. O analista não poderia se manter calado, ou indiferente, diante das curiosidades das crianças. Ele precisaria assumir uma posição de esclarecer as dúvidas e indagações da criança, atitude que poderia ser entendida, em certo sentido, como uma atitude educacional. Essa experiência educacional pode ser entendida como o ato de fornecer informações para a criança diante de uma situação sofrida ou de um impasse.

Essa concepção possui uma razão justificável dentro dos caminhos teóricos que Freud vinha realizando nesta época. Em “*O esclarecimento sexual das crianças*” (1907) e em “*Sobre as teorias sexuais infantis*” (1908), ele critica a censura dos adultos diante das perguntas das crianças a respeito das questões sexuais. Ao questionar se haveria, de fato, algum malefício nos esclarecimento das dúvidas sexuais das crianças, Freud aponta para a possibilidade de que os adultos pudessem assumir uma atitude mais aberta diante das crianças, podendo dessa forma viabilizar que suas dúvidas pudessem ser formuladas.

A recomendação por uma educação menos moralista, quanto aos termos sexuais, provinha da sua compreensão de que a censura moral dos assuntos sexuais traziam muitos danos. Como podemos ver, no artigo, “*Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*” (1910), Freud argumenta que a atividade intelectual, das crianças maiores e dos adultos, seria uma saída sublimada da curiosidade sexual da primeira infância. Desse modo, destaca que a censura, dos adultos e dos educadores diante da curiosidade sexual das crianças, poderia provocar, posteriormente, um prejuízo à atividade intelectual.

Freud também manifesta essa aposta na atitude de esclarecimento das questões sexuais para as crianças, quando afirma no artigo “*Análise de uma fobia de um menino de 5 anos*” (1909), que se tivesse maior manejo da condução do tratamento analítico do paciente³, teria arriscado a fornecer ao menino uma parcela importante de esclarecimentos sexuais que seus pais retiveram dele, teria confirmado as suas premonições e teria, ainda, lhe falado da existência da vagina e da cópula, podendo assim pôr fim à sua torrente de perguntas. Pois estava convencido de que:

(...) essa nova parcela de esclarecimento não o teria feito perder nem seu amor por sua mãe nem sua própria natureza de criança e de que ele teria compreendido que essa preocupação com essas coisas importantes, essas coisas muito importantes, precisa descansar no momento – até que seu desejo de ser grande tenha sido satisfeito. Mas a experiência educacional não foi levada tão longe (Freud, 1909, p.150-151).

Esta posição assumida no caso do pequeno Hans está em consonância com aquilo que Freud já postulava em “*Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna*” (1908). A ideia de que haveria razões analíticas para fazer uso de um “procedimento educacional” estava embasada em sua hipótese inicial, de que os sintomas neuróticos tinham como causalidade

³ Freud faz essa afirmativa, pois como já afirmamos, o menino esteve em sua presença apenas uma vez. Pelo fato de ter sido o pai de Hans quem conduzia a análise, sob a supervisão de Freud, podemos compreender que nesta passagem ele estava se referindo, portanto, a impossibilidade manejar diretamente a análise de Hans.

etiológica os fatores repressores da moral civilizatória. Dentro desta perspectiva, ele chega, inclusive, a propor uma reforma educacional como forma de profilaxia das doenças nervosas.

Conforme afirmamos no início desse tópico, é possível percebemos que, no pano de fundo dessa posição de Freud, situa-se a questão da infância e do infantil. Em nossa análise, quando Freud propôs uma reforma social a fim de prevenir a origem dos problemas neuróticos, ele estava trabalhando com uma noção mais pontual de criança e de infância. Tentando atuar na origem da vida do sujeito, ele acreditava que muitas neuroses poderiam ser evitadas por meio de uma intervenção “educativa” realizada diretamente na infância, ou seja, no tempo primevo da história psíquica. Sendo assim, podemos perceber que a aproximação com o ato educacional se dá quando ele aborda a pessoa da criança propriamente dita, que trazia à tona exatamente as singularidades do momento psíquico característico da infância. Por outro lado, vimos que no caso do pequeno Hans, ele chega a analisar a situação não pelo viés da infância, mas pelas produções do inconsciente do menino (sonhos, lembranças passadas, associações). No caso Hans, podemos ver Freud está operando muito mais pela via do infantil, que funciona no funcionamento do psiquismo, sendo por esta razão que ele chega a afirmar que a análise do menino se igualava às análises de adultos.

Com relação a esta aposta no ato educativo, é preciso fazermos uma ressalva de que esta posição será reformulada ao longo de sua obra. É isso que veremos no próximo tópico.

1.4.2 – A angústia infantil que não pode ser evitada

Se durante algum tempo, Freud considerou a repressão da sociedade como fator desencadeador das neuroses, a partir de 1930, suas investigações o conduzem à consideração de que nenhum tipo de reforma social seria capaz de erradicar o mal-estar inerente à civilização. Como podemos ver, em “*Novas Conferencias Introdutórias sobre Psicanálise*” (1932), ele afirma:

Estou abandonando totalmente o fato de que a psicanálise deveria recusar qualquer influência na educação, no caso de esta se propor objetivos incompatíveis com a ordem social estabelecida. A educação psicanalítica estará assumindo uma responsabilidade para a qual não foi convidada, se ela tencionar transformar seus discípulos em rebeldes. Ela terá desempenhado seu papel se os tornar tão sadios e eficientes quanto é possível (Freud, 1932, p.149-150)

Em “*Análise Terminável e Interminável*” (1937), Freud dá provas de que seria necessário abandonar sua antiga aposta de que uma educação analítica poderia evitar o aparecimento de neuroses na vida adulta. Reconhece que essa aspiração, de que uma educação

menos repressora pudesse ter um efeito profilático nas neuroses, estava fadada ao fracasso, porque, com o tempo, veio a compreender que na etiologia das neuroses as censuras do meio externo desempenham um papel muito menor do que ele podia imaginar. Afirma que o efeito preventivo das explicações de ordem sexual dadas às crianças passou a ser subestimado pelos psicanalistas. Adverte que mesmo que elas tenham seus conhecimentos ampliados, através de um esclarecimento dado por um adulto, ou, por meio de sua própria investigação, ainda assim, elas relutam em fazer uso dessa informação de modo a conservarem intactas as suas próprias teorias sexuais, tecidas em harmonia com a organização libidinal que governa o funcionamento de suas vidas psíquicas.

Como podemos ver, as investigações de Freud agora lhe permitiam compreender que a cisão do psiquismo, cuja responsabilidade era atribuída anteriormente à censura da prática educativa, não deixará de ser produzida mesmo que se oferte esclarecimentos sexuais para as crianças. Em sua opinião, mesmo após receberem esclarecimentos sexuais as crianças “*se comportam como as raças primitivas que tiveram o cristianismo enfiado nelas, mas que continuam a adorar em segredo seus antigos ídolos*” (Freud, 1937, p.250).

Esta nova posição assumida, tornou-se possível a partir da compreensão de que as neuroses possuíam suas causalidades no mecanismo do recalque⁴, um processo psíquico absolutamente diferente da repressão moral exercida pelo meio social. Ele agora levava em consideração que, mesmo se os adultos fornecessem para as crianças esclarecimentos sobre suas curiosidades sexuais, ainda assim, haveria nas crianças uma força interna em seu

⁴ Consideramos oportuno esclarecer que “recalque” e “repressão” são conceitos utilizados com clareza por Freud em seus escritos na língua alemã. Porém, a interpretação dos tradutores disseminou no campo psicanalítico divergências em relação ao significado e utilização desta terminologia. Na obra de Freud, algumas traduções apresentam a palavra “*Verdrängung*” traduzida como “repressão”. A utilização desta terminologia pode gerar distorções quanto ao entendimento do conceito original escrito por Freud. É certo que as palavras “recalque” e “repressão”, embora com significados parecidos, apresentam diferenças minuciosas. O termo repressão significa, “*esmagar, oprimir, impedir de se manifestar*”. A repressão ocorre a partir de movimentos psíquicos conscientes, como autocontrole e força de vontade (Hans, 1996). Essa operação é realizada no espaço consciente e irá direcionar o material que deve ser reprimido para o pré-consciente (Laplanche e Pontalis, 2001). A palavra recalque significa “*rebaixamento de terra ou paredes*”. O radical “*calcar*” é conceituado como “*calcar a terra, pressionar, pisar, apertar*” podendo também ser utilizado como “*oprimir, vexar, desprazer*” (Hans, 1996). É possível considerar que a conotação “*tirar do foco, impedir que algum conteúdo psíquico se manifeste*” é o que há de semelhante entre “*Verdrängung*” e “repressão”. Porém, a palavra “repressão” não contempla a totalidade conceitual do termo em alemão. Quanto ao termo “recalque”, pressupõe-se que houve um movimento anterior, ou seja, primeiro houve o calcamento (recalque original) para depois poder ocorrer o re-calcamento (recalque propriamente dito ou a posteriori). O termo “recalque” puramente, não contempla a tradução de “*Urverdrängung*”, por isso torna-se necessário o termo “recalque originário”. Embora exista essa ponderação, alguns autores afirmam que a utilização da palavra recalque é a mais apropriada para englobar o conceito apresentado por Freud (Schlachter & Beividas, 2010).

psiquismo inconsciente que as fazia optar por não reconhecer totalmente certos fatos a respeito da sexualidade.

A investigação sexual por parte das crianças revelou que o desejo de obter respostas a respeito da sexualidade era um processo que ocorria conjuntamente com o despertar de afetos angustiantes. A construção das “teorias sexuais” revelava que, ao mesmo tempo em que as crianças desejavam avançar em sua curiosidade, essa investigação era permeada pela angústia despertada pelo encontro com a castração. As teorias sexuais visavam, assim, trazer respostas sobre os enigmas sexuais, porém, eram elaboradas de modo a manter uma distância sobre a verdade da castração. A partir disso, Freud fica convencido de que era uma aposta muito ingênua alimentar a expectativa de que houvesse alguma possibilidade de que a sexualidade não produzisse um encontro traumático. Mesmo que a criança pudesse receber esclarecimentos sobre a sexualidade, a angústia da castração era inevitável, do mesmo modo que era ingênuo esperar que o mecanismo do recalque não fosse acionado pelo psiquismo.

Este momento envolve um aspecto fundamental para abordarmos o tema do infantil. Quando percebe que a sexualidade tem a potencialidade de conduzir o sujeito a uma experiência traumática, Freud está fazendo valer sua tese de que a sexualidade infantil é perversa e incoercível. A pulsão sexual é ao mesmo tempo algo que impulsiona a sexualidade na busca por satisfação, mas, é, também, aquilo que faz o sujeito se deparar com um afeto de angústia.

Quando compreende que não havia educação que pudesse impedir o encontro traumático com o sexual, o que passa a ganhar mais evidência é esse fator infantil presente na sexualidade. Essa é uma torção fundamental. Quando Freud afirma que mesmo recebendo informações a respeito da sexualidade, as crianças ignoram o conhecimento dado e continuam operando pela via de suas próprias fantasias inconscientes, podemos perceber que há um infantil dentro desse fenômeno. O infantil não se reduz à infância, pois ele diz respeito ao modo do inconsciente funcionar e isso é vai além da idade que o sujeito tenha. O infantil se faz soberano no inconsciente e as experiências de Freud começam a comprovar que essa condição do sujeito não pode ser eliminada nem mesmo através do saber e do conhecimento da consciência.

No entanto, estas torções da infância, que fazem emergir o infantil do inconsciente, não foi algo que Freud esteve atento o tempo todo. Ele faz uso dessas compreensões em situações diferentes, mas sem se preocupar em dar a elas uma delimitação precisa. Em nossa opinião, essa é uma das razões que fez Freud apresentar uma série de opiniões ambíguas quanto à experiência da análise direta com crianças. Quando pôde enxergar que o infantil se

fazia presente em Hans do mesmo modo que se fazia presente nos adultos, nesse momento pôde, então enxergar que não existia havia grandes diferenças entre estas duas clínicas. Contudo, quando abordava a questão pela via das características e atributos do psiquismo da “criança”, isso fazia com que ele pensasse em uma análise diferenciada. Vejamos, com mais detalhes essa questão no próximo tópico.

1.4.3 – A ambiguidade com relação à clínica com crianças

Como podemos ver, as variações entre a infância e o infantil é o que determinou estas duas posturas Freud em relação à análise com crianças. Vimos em nossa discussão anterior, que seus textos não fornecem uma posição homogênea a respeito dessa problemática, pelo contrário, é possível dizermos que a fundamentação da prática clínica realizada com crianças permaneceu bastante nebulosa. Neste tópico queremos desenvolver a hipótese, que levantamos anteriormente, de que essa ambiguidade foi consequência do fato de que dentro dessas discussões não houve uma distinção precisa entre a criança e o infantil. Deixando que estas categorias se mesclassem, não foi possível à Freud separar as questões pertinentes às especificidades do psiquismo da criança das questões que dizem respeito ao funcionamento do método analítico a partir da lógica do inconsciente.

É importante considerarmos que, se em algum momento de sua obra, Freud condenava as censuras exercidas sobre as crianças e defendia uma postura de permitir que suas questões pudessem ganhar expressão, isso não nos autoriza afirmar que ele estivesse propondo um paralelismo entre psicanálise e pedagogia. Como podemos ver, em 1925, ele escreve um prefácio para o trabalho de Aichhorn, “*A juventude desorientada*”, onde ele aborda questões relativas à psicanálise e à educação, estabelecendo-as como atividades heterogêneas. Vejamos o que ele afirma:

(...) o trabalho da educação é algo *sui generis*: não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela. A psicanálise pode ser convocada pela educação como meio auxiliar de lidar com uma criança, porém não constitui um substituto apropriado para a educação. Tal substituição não só é impossível em fundamentos práticos, como também deve ser desaconselhada por razões teóricas (Freud, 1925, p.308).

Freud deixa claro, nessa passagem, que a psicanálise e a educação não poderiam ser consideradas práticas semelhantes. No entanto, prosseguindo nesse mesmo texto, ele vai discutir sobre os aspectos que inviabilizam a análise com as crianças. Vejamos o que ele afirma:

Não devemos deixar-nos desorientar pela afirmação – incidentalmente uma afirmação perfeitamente verídica – de que a psicanálise de um neurótico adulto é equivalente a uma pós-educação. Uma criança, mesmo uma criança desorientada e delinqüente, ainda não é um neurótico, e a pós-educação é algo inteiramente diferente da educação dos imaturos. A possibilidade de influência analítica repousa em precondições bastante definidas, que podem ser resumidas sob a expressão ‘situação analítica’; ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. Onde estas faltam – como no caso de crianças, delinqüentes juvenis e, via de regra, criminosos impulsivos – algo diferente da análise tem de ser utilizado, embora algo que seja uníssono com a análise em seu *intuito* (Freud, 1925, p.308).

Como podemos verificar, apesar de na análise do pequeno Hans, Freud ter afirmado que o menino apresentava todas as condições de uma análise de adultos, agora, de modo oposto, ele afirma que crianças não eram capazes de realizar uma neurose de transferência e que, por esta razão, a situação analítica, clássica da análise, não lhes era acessível⁵. Freud se coloca descrente quanto à possibilidade da criança realizar uma transferência com o analista, porque estava convencido de que toda vida pulsional da criança estava voltada, exclusivamente, para as figuras reais de seus pais. Se a criança não possuiria um passado libidinal para ser reeditado na pessoa do analista, então, em sua opinião, a análise de crianças não poderia contar com essa dimensão transferencial. A partir desse ponto de vista, sua expectativa, como consta nas suas palavras, é crer que “*algo diferente da análise tem de ser utilizado, embora algo que seja uníssono com a análise em seu intuito*” (Freud, 1925, p.308).

Estas colorações de Freud indicam o quanto o assunto da análise com crianças desafiou a sua compreensão. Na citação acima, ele descarta a possibilidade de que crianças pudessem fazer análise, porém, mesmo dizendo que a atitude educacional não era compatível com a psicanálise (além de não serem eficientes), ainda assim, acaba alegando que algo diferente precisaria ser feito com crianças. Esse “algo diferente”, no entanto, ele de fato não diz o que seria. Essa passagem retrata bem, portanto, o quanto o tratamento psicanalítico com crianças lhe permaneceu indefinido.

Queremos deixar claro que não é nossa intenção construir uma ideia de que Freud era um adepto dos mesmos paradigmas da educação normativa de sua época. Jamais queremos perder de vista que a psicanálise possui essencialmente um discurso questionador dos mecanismos de controle social. É evidente que a criança conceituada pela psicanálise é aquela

⁵ Quando fala sobre a questão da “situação analítica”, devemos esclarecer que ele está se referindo à neurose de transferência que, em seu texto “*Recordar, repetir, elaborar*” (1914), diz respeito ao modo como no desenrolar da análise o sujeito reinveste toda sua manifestação sintomática na pessoa do analista, criando assim uma neurose artificial, através do qual o analista pode operar nas catexias oriundas do passado do sujeito.

que é movida por pulsões indomesticáveis e por uma sexualidade perversa-polimorfa, o que a coloca numa posição de ser um sujeito bastante relutante ao controle repressivo⁶.

Em “*Freud Antipedagogo*”, Millot (1987) nos fornece uma interpretação muito interessante sobre as relações de Freud com a prática educativa. A autora defende que quando Freud se refere à experiência com Hans como uma experiência educacional, ele parecia referir-se muito mais a uma perspectiva ética do que a uma similitude entre o lugar do analista e a do educador. Assim, na opinião da autora, o analista ao fornecer uma palavra verdadeira, ele estaria reconhecendo a verdade do desejo do sujeito ao invés de reprimi-lo. Concordamos inteiramente com a autora, por isso, consideramos necessário destacar que Freud não estava abordando uma lógica educativa qualquer, porque em várias passagens ele deixa explícita sua preocupação em situar a prática psicanalítica numa dimensão diferente da educação.

As considerações de Millot (1987) constituem, sem sombra de dúvida, um olhar apurado sobre essa questão entre a psicanálise e a atitude educativa. No entanto, se considerarmos essa oscilação freudiana a qual viemos analisando, não há como deixarmos de considerar um fato inegável. Quando teve que se posicionar quanto às calorosas controvérsias, entre Ana Freud e Melanie Klein⁷, Freud continuou concebendo a impossibilidade de uma igualdade plena entre a análise de crianças e a análise de adultos, o que pode ser visto nessa passagem das “*Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*” (1932):

Uma criança é um objeto psicologicamente diferente de um adulto. De vez que não possui superego, o método da associação livre não tem muita razão de ser, a transferência (porquanto os pais reais ainda estão em evidência) desempenha um papel diferente. As resistências internas contra as quais lutamos, no caso dos adultos, são na sua maior parte substituídas, nas crianças, pelas dificuldades externas. Se os pais são aqueles que propriamente se constituem em veículos da resistência, o objetivo da análise – e a análise como tal – muitas vezes corre perigo. Daí se deduz que muitas vezes é necessária determinada dose de influência analítica junto aos pais (Freud, 1932, p.146)

Queremos ressaltar que, apesar de termos clareza de que Freud não almejava conduzir a psicanálise para os domínios da pedagogia, ao afirmar que dentro da análise do pequeno

⁶ Esta discussão, além de nos permitir um reconhecimento do modo como a criança foi introduzida no discurso psicanalítico, em outro plano, nos permite tecermos uma pergunta importante: como teria sido para Freud conseguir enxergar a criança dentro do processo analítico tendo ao mesmo tempo que se distanciar da tradição histórica que associava medicina, pediatria e psicologia às experiências de cunho educativo? Nesse ponto, consideramos plausível reconhecer que se ele comete tais oscilações, flertando, por alguns momentos, com a atitude de um esclarecimento educacional, isso não significa que ele tivesse como objetivo maior a coerção do mundo psíquico das crianças. Pelo contrário, precisamos reconhecer que a concepção freudiana sobre essa “educação analítica”, se podemos assim chamar, tem como balize a ética da verdade e não o enquadramento do sujeito às regras morais vigentes.

⁷ Os intensos debates entre as duas psicanalistas foram transcritos e publicados no livro “*As controvérsias Freud-Klein*” (1941-45), organizados por Pearl King e Riccardo Steiner.

Hans havia uma “experiência educacional”, o fato é que ele acaba utilizando um termo que esteve sempre envolvido na tradição histórica de associar a criança às questões relativas ao procedimento educativo. Assim, é impossível deixar de registrar esse momento do pensamento freudiano, e, se insistimos com esse debate é porque queremos demonstrar que, a partir dessas passagens de sua obra, os psicanalistas conduziram-se por diferentes interpretações da própria teoria psicanalítica. Isto afetou inteiramente o modo como os psicanalistas passaram a conceber o eixo e a direção da condução da clínica psicanalítica com crianças, variações que fomentaram os intensos debates entre Anna Freud e Melanie Klein (Zornig, 2000).

O que pretendemos demonstrar agora é que as primeiras discussões envolvendo a clínica com crianças trouxe muito embaraços, ao próprio Freud, e, também, às psicanalistas que deram continuidade ao desenvolvimento desse campo. A análise que viemos construindo neste tópico visa demonstrar que os rumos da clínica com crianças foi definido em torno da compreensão a respeito de duas noções distintas presentes na teoria psicanalítica: a infância e o infantil. Quando afirmamos que elas são distintas, não estamos afirmando que elas não possuam uma relação de proximidade, no entanto, a partir do ensino de Lacan, passamos a ser alertados para o fato de que estas duas noções precisam ser enxergadas em sua especificidade conceitual.

Sendo assim, consideramos que este é o momento oportuno para apresentarmos uma primeira distinção conceitual entre a infância e infantil. Certamente, que esta questão moverá nossa reflexão ao longo de todo o trabalho, desse modo, queremos advertir que se trata de uma primeira abordagem que faremos sobre essa questão.

Em um momento anterior,⁸ abordamos as influências do paradigma evolutivo e a forma singular como Freud buscou teorizar as origens dos processos psíquicos. Como já demonstramos, a preocupação com “origens” se fez presente numa série de construções teóricas. Pois bem, o que precisamos considerar é que a infância e o infantil ganham expressão dentro da teoria freudiana primeiramente porque estão diretamente inseridas na teorização a respeito das “origens” dos processos psíquicos. Isto implica que os sentidos que a infância e o infantil possuem na obra de Freud estão em consonância direta com a maneira como ele abordava essa dimensão do “originário” em determinados pontos de suas investigações. .

⁸ Desenvolvemos essas questão no tópico “O paradigma evolutivo: o infantil e o tempo”

Existe uma abordagem que Freud faz do “originário” que é pela via da noção temporal do *a posteriori* (*Nachträglich*). Essa forma de conceber os processos inconscientes é que dá contorno ao infantil. O infantil diz respeito ao originário na medida em que o passado só pode ganhar expressão em um “só-depois”. Nessa perspectiva, o infantil pode ser pensado dentro de uma perspectiva estrutural, fazendo com que o desenrolar do tempo possa ser eixo da sincronia. Passado e presente se conectam no eixo sincrônico e não por um desenrolar cronológico. O infantil, sob este ponto de vista, remete a algo das origens que permanece na estrutura do sujeito, mas que aponta para uma origem impossível de ser localizada, portanto ela aponta para algo mítico e não real. Ao se abordar a origem do sujeito pelo viés do infantil, presume-se que ela não possa ser observada diretamente. As causas originárias só podem ser vistas através dos efeitos que elas geram no inconsciente, reatualizando-se no presente do sujeito por meio da retroação significativa.

Porém, Freud também apresenta uma noção de *infância* como sendo um tempo cronológico da vida, uma etapa que confere características particulares ao ser da criança. Essa é outra forma como Freud buscou o “originário” dentro de sua teoria. Pensando as origens, em termos genéticos e de sucessão de um tempo cronológico, nesta abordagem concebe-se que as origens do psiquismo estão situadas no momento primitivo da história cronológica da criança. Desse modo, a “infância” é o momento que coloca a pessoa da criança, e suas experiências, como sendo a instância originária que irá se suceder no tempo até chegar a um ponto posterior de uma linha diacrônica. Aqui entra em cena a questão dos estágios psicosssexuais.

Segundo Assoun (1982), a obra freudiana não apresenta de forma homogênea uma concepção sobre essa noção da gênese psíquica. Essa concepção a respeito da causalidade dos processos originários só pode ser vista dentro de um conjunto de conceitos e formulações teóricas. Por esta razão, o autor afirma que existem na obra freudiana várias formas de abordar as origens: existe uma abordagem *estrutural* (através das metáforas tópicas e arqueológicas de deciframento do inconsciente; além da noção de atemporalidade do inconsciente), uma abordagem *metapsicológica* (quando se apoia na noção de pulsão) e uma abordagem *cronológica e diacrônica* (quando inclui uma noção ontofilogenética da teoria psicosssexual)⁹.

⁹ Sabemos que Lacan surgiu no cenário psicanalítico endereçando fortes críticas aos psicanalistas que conduziam a psicanálise dentro de uma interpretação biologizante da obra de Freud. A partir de sua ênfase na noção de “*nachträglich*” de Freud, o ensino lacaniano vem salientar que os conceitos freudianos não podem ser analisados sem se considerar este ponto de vista retroativo do psiquismo, que impede uma leitura estritamente evolutiva.

Estamos levantando essas questões, pois nosso objetivo é demonstrar que essas diferenças conceituais é o que dão origem às diferentes formas de se conceber o infantil na psicanálise. Algumas linhas teóricas da psicanálise colocam uma tônica na infância e na compreensão evolutiva do psiquismo (deixando de lado a compreensão estrutural do infantil presente na obra de Freud), enquanto na orientação lacaniana, admite-se as particularidades da criança e da infância, porém, não se deixa de compreender o infantil como o cerne da noção do sujeito do inconsciente.

De posse dessa distinção, podemos agora compreender com mais nitidez a dificuldade de Freud quando se viu na necessidade de pensar a clínica com crianças. Percebemos que, no meio dessas discussões, ele não conseguiu distinguir precisamente estas duas categorias. Quando ele se aproxima da fantasia e da angústia pelo viés do infantil, ele compreende que existe um fator atemporal que está em jogo nas crianças e também nos adultos. Dentro desta ótica, o fundamental para o tratamento da criança seria o entendimento dos próprios processos do inconsciente em jogo em uma análise: o encontro do sujeito com a angústia de castração, sua estruturação de defesa, suas fantasias, suas lembranças. Por esse prisma, o infantil é a lógica que torna a criança um sujeito analisável, ao mesmo tempo, que torna o adulto, do ponto de vista do inconsciente, um sujeito infantil.

Situação oposta ocorre quando Freud utiliza os critérios da análise do adulto (a neurose de transferência) e compara com o psiquismo infantil. Ao colocá-las em comparação, o que se evidenciava era aquilo que faltava à criança em relação ao adulto, o que o fazia pensar que a criança necessitava ser tratada de uma forma diferente (mas uníssona com os princípios da análise). O que podemos concluir é que ao enxergar as coisas por esse prisma, Freud estava nestes momentos dando mais atenção à criança, compreendendo a infância como momento inicial do psiquismo e que ainda apresentava uma carência de elementos que só poderiam vir a entrar em jogo com o passar da idade.

1.4.4 – A criança e os desdobramentos da sua clínica

A importância que estamos dando ao nascimento da clínica com crianças¹⁰ tem um motivo: estamos atentos ao fato de que a partir das posições freudianas, surgiram leituras de sua obra que ignoraram as torções envolvendo as noções de infância e de infantil.

Podemos dizer que se no início da psicanálise, Freud cogitava por alguns momentos encontrar respostas num passado arcaico de seus pacientes, suas descobertas o conduziram

¹⁰ No próximo tópico iremos explorar com detalhes o trabalho pioneiro de Anna Freud e Melanie Klein.

certamente a uma compreensão mais elaborada de que não era exatamente o passado factual que se fazia presente na neurose dos adultos, mas sim o núcleo inconsciente da fantasia infantil. O eixo fundamental de sua produção teórica sustentou-se na premissa de que o infantil, que sobrevive no neurótico adulto, não corresponde às memórias exatas de fatos reais da infância, mas às fantasias do sujeito que estão em jogo no processo transferencial da análise. Sob esse ponto de vista, podemos dizer que a psicanálise foi construída operando com a infância de modo retroativo, ou seja, ela não partiu de uma criança real para chegar à compreensão do adulto, pelo contrário, partiu das fantasias de adultos que tentavam reconstruir uma infância já esquecida.

Porém, como estamos trabalhando com a hipótese da existência de uma oscilação conceitual em sua obra, é possível vermos que, em alguns momentos, Freud adota um caminho bastante diferente, por exemplo, ao buscar, nas observações reais das crianças, uma forma de comprovação de suas teorias que haviam sido extraídas da análise de adultos. Aqui, conforme afirma Zornig (2000), ele parece não ter feito uma distinção precisa entre a infância e o infantil, gerando, com isso, uma brecha conceitual que acabou gerando consequências enormes para o andamento da história da psicanálise.

Essa posição de Freud, perante a análise com crianças, possui uma determinação histórica e social. A sociedade ocidental, influenciada pela lógica evolutiva adaptacionista, passou a enxergar na criança o elemento central da sociedade. Daí surgiu o movimento de buscar na criança, na infância real para sermos mais exatos, a garantia de um modelo de funcionamento ideal para a vida dos adultos. A criança foi colocada como origem da vida adulta, e, daí em diante, tudo que concernia a sua vida passou a ser alvo de grandes discussões a partir do século XVIII (Zornig, 2000).

Este cenário diz respeito diretamente à psicanálise, porque estas ambições sociais acabaram também se fazendo presentes dentro de algumas correntes psicanalíticas¹¹ que, pelo fato de dedicarem uma atenção especial aos processos envolvidos no desenvolvimento do ego, passaram a valorizar a observação direta de bebês e de crianças nas pesquisas psicanalíticas. Além das críticas que esse tipo de abordagem costuma receber (pelo fato das observações não serem neutras e estarem impregnadas da teoria que embasa o observador), há também a forte crítica com relação a uma confusão conceitual entre a criança real, a infância fantasiada pelo adulto e o infantil que, por sua vez, não se reduz a nenhuma das duas primeiras.

¹¹ Podemos destacar Anna Freud como uma dos grandes nomes desse método de buscar na observação direta (empírica) das crianças a extração de informações que seriam discutidas no campo da teoria psicanalítica.

No próximo tópico iremos demonstrar que os caminhos tomados por algumas escolas de psicanálise acabaram fomentando essa visão imaginária da existência de uma linha de progressão evolutiva entre a criança e o adulto, sustentados na aposta de que o estudo empírico da infância factual pudesse conduzir o analista à compreensão das origens da constituição do inconsciente e do funcionamento psíquico. Sob nosso ponto de vista, um grande desvio, conceitual e clínico, é cometido nesta forma de pensar, pois o infantil passa ser confundido com a criança e com a infância propriamente dita. Para além da questão de nomenclatura, o problema é que essas definições são fruto de uma leitura dos conceitos freudianos, porém, a partir do momento que essas definições fazem recortes problemáticos, elas geram um risco muito grande de que o trabalho clínico do analista passe a estar embasado por compreensões equivocadas dos fundamentos teóricos que norteiam sua prática.

Conforme já analisamos, Freud não conseguiu delimitar e arrumar precisamente as relações da psicanálise com a infância e com o esclarecimento de cunho pedagógico. Esse ponto problemático retornou com toda força quando os analistas passaram a debater a respeito da especificidade do psiquismo infantil com relação ao psiquismo do adulto e a necessidade, portanto, de uma conduta clínica específica para crianças. A questão que movia o debate consistia em saber se deveria existir uma especificidade da psicanálise infantil ou ela deveria ser pensada como sendo exatamente igual à dos adultos?

Se a criança podia agora ser observada e tratada pela psicanálise, muitos analistas compraram a ideia de que a criança permitia uma observação direta das origens do inconsciente e não tardou para que o discurso psicanalítico se aliasse a uma lógica da profilaxia e da educação. Anna Freud encabeça esse movimento de criar uma psicanálise infantil, diferenciando-se da clínica com adultos, e justificava sua posição por conta das posições que Freud assumiu no caso do pequeno Hans.

O fator gerador de ambiguidade é que essa postura de Freud não prevalece no corpo geral de sua obra, pois, quando valoriza o fator infantil que opera na transferência da análise dos adultos, ele parece novamente distinguir essas duas categorias. Quando estava baseado no pressuposto de que a constituição da neurose infantil na infância indicava a conclusão do processo de organização psíquica do sujeito, a clínica então, não poderia fazer distinção entre crianças e adultos, pois ambas estariam submetidas às mesmas regras do processo analítico, isto é, repetir, recordar e elaborar (Zornig, 2000).

Passemos agora a uma breve investigação das controvérsias entre as pioneiras do campo da psicanálise com crianças e a importância desse debate para a compreensão do tema do infantil na psicanálise.

1.5 – Os rumos do infantil na clínica: A. Freud e M. Klein

Começamos fazendo uma indagação norteadora: se considerarmos que a criação da psicanálise está apoiada principalmente na noção de inconsciente, como podemos situar a importância que a psicanálise de crianças passou a ter nesse contexto? Sabemos que o inconsciente se tornou passível de compreensão a partir do momento em que Freud se pôs a escutar a fala de seus pacientes neuróticos. Escutando o discurso das histéricas, ele foi levado a reconhecer que o inconsciente se desvelava como “uma outra cena”, um lugar psíquico situado para além da consciência onde imperava o funcionamento da fantasia. Através da associação livre, a psicanálise passou a buscar a reconstrução da história do paciente, sendo que a busca desse material se dava, paradoxalmente, nas situações em que o dizer do sujeito apresentava uma lacuna em sua narrativa.

A infância passou a ser um dos terrenos para onde apontavam a causalidade dessas lacunas e nessa busca, por uma reconstrução da história do sujeito, a infância passou a ser alvo de grande interesse para a psicanálise. Como vimos nos tópicos anteriores, diante das próprias considerações realizadas por Freud, não tardou para que a observação direta de crianças começasse a ser buscada como confirmação das elaborações extraídas das análises dos adultos. A consequência que surge daí é que, posteriormente, com o surgimento efetivo da psicanálise de crianças, estabeleceu-se uma forte convicção de que os fundamentos da teoria analítica deveriam ser descobertos nos tempos da infância, ou melhor, na observação real da criança.

Os primeiros passos da psicanálise com crianças parecem estar, portanto, influenciados por três grandes tendências: o paradigma evolutivo, a profilaxia médica e a pedagogia. Segundo Mannoni (1985), os primeiros analistas, compactuando do discurso profilático da pediatria, passam a atribuir grande valor à função educativa e ao diagnóstico precoce como tentativa de evitar o aparecimento das neuroses. Isto é, com base na hipótese de que a normalidade do adulto está diretamente determinada pelos acontecimentos de sua primeira infância, *“a criança é observada e classificada cronologicamente numa tentativa de conhecê-la sobre todos os ângulos e de assegurar (por uma profilaxia) o futuro da civilização”* (Zornig, 2000:79).

Como já demonstramos, Freud acreditava, inicialmente, que uma reforma educacional poderia prevenir o surgimento das neuroses, já que colocava um peso maior na moral repressora da cultura, do que nas pulsões e conflitos psíquicos. Todavia, apesar de,

posteriormente, ter abandonado essa concepção¹², ainda assim, as questões, que relacionavam a psicanálise à educação, deixaram rastros que vieram a ser retomados, posteriormente, pelos analistas que se dedicaram ao campo da psicanálise com crianças.

Nosso interesse nesse momento é abordar o nascimento da clínica com crianças priorizando um aspecto que ganhou bastante relevo nas discussões dos psicanalistas. Nessa época uma enorme polêmica foi travada em torno de um questionamento: a análise de crianças possui os mesmos fundamentos, princípios e direções da análise praticada com adultos? Durante os anos de 1941-1945, com o advento da Segunda Guerra Mundial, muitos psicanalistas, oriundos de diferentes escolas de psicanálise e de diferentes regiões da Europa, migraram para Londres e estabeleceram seus trabalhos dentro da Sociedade Britânica de Psicanálise. Foi nesse contexto que surgiu um debate histórico travado entre a escola vienense, liderada por Anna Freud, e a escola kleiniana, que havia se formado dentro da Sociedade Britânica.

Tendo como foco de discussão aspectos teóricos e clínicos, que giravam em torno da psicanálise com crianças, cada grupo advogava seguir as linhas originais traçadas por Freud, mas o fato é que, para além da luta política e teórica destas duas escolas, acabou imperando, também, nesse contexto um forte ressentimento. Uma observação importante é quando cada grupo apresentava argumentos, de que suas produções estavam embasadas nas linhas mestres do criador da psicanálise, o que fica evidenciado é que Freud realizou um trajeto complexo, passando, em certos momentos, por diferentes caminhos conceituais. Alguns desses caminhos acabaram sendo privilegiados na interpretação que essas escolas davam a sua teoria. Enquanto o grupo de Anna Freud se apoiava nas primeiras conceituações freudianas, o grupo kleiniano dava ênfase aos textos da segunda tópica, o que se faz revelar pela presença constante da noção de pulsão de morte em seus trabalhos.

A discussão das duas psicanalistas girava em torno do quanto se pode conceber que uma criança seja capaz de se submeter à experiência analítica tal qual um adulto. Assim, o ponto principal de divergência entre elas referia-se à possibilidade ou não da criança estabelecer uma neurose de transferência com o analista, questão esta que acabou se desdobrando para um outro debate sobre a precocidade do complexo de Édipo e do superego. Muita discórdia também aconteceu em volta do método lúdico criado por Klein, pois não era um consenso, para todos analistas, que ele pudesse corresponder integralmente ao método da associação livre. No manejo da clínica, enquanto A. Freud trabalhava com os pais da criança,

¹² “Novas conferências introdutórias sobre psicanálise” (1932-1933)

no sentido de buscar informações e esclarecimentos aos pais reais, Klein compreendia as figuras paternas como entidades construídas na fantasia.

1.5.1 – Os trabalhos de Anna Freud

Em 1926, Anna Freud realizou no Instituto de Viena um conjunto de cinco conferências para demonstrar as diferenças de sua teoria em relação à de Melanie Klein. Posteriormente essas preleções foram publicadas no livro “*O Tratamento psicanalítico de crianças*” (1971), onde defende que a psicanálise infantil ¹³ precisa se basear em parâmetros específicos em razão da singularidade da criança. Em seu ponto de vista, a especificidade da criança se encontra numa série de condições: a criança não internaliza o seu sofrimento e coloca no meio ambiente a causa de seu sintoma; não consegue associar livremente como o adulto e não estabelece uma neurose de transferência devido a sua forte ligação libidinal com os seus pais reais.

Para diferenciar a análise de crianças da de adultos, Anna Freud introduz uma pergunta: *o que é necessário para analisar uma criança?* Em sua opinião, a criança precisa ter uma consciência de seu estado patológico, pois não seria possível tratar essa criança sem que ela soubesse as razões de estar se tratando. A criança não tem consciência de sua doença, nem acha que tem um “problema” para resolver, pois falta no quadro clínico “*tudo aquilo que parece indispensável no caso do paciente adulto: a consciência de enfermidade, a decisão voluntária e a vontade de curar-se*” (Anna Freud, 1971, p.22)

Frente a esta característica diferencial da psicanálise de crianças, ela propõe a realização de um pré-tratamento, uma etapa prévia de caráter pedagógico, até que a criança possa assumir duas condições básicas: a consciência de que possui algum problema, bem como, o reconhecimento da necessidade de receber uma ajuda para resolver o referido problema. Através desse período de preparação, ocorre uma série de entrevistas preliminares com o intuito de produzir artificialmente uma demanda de análise, permitindo que a criança se

¹³ Queremos fazer um esclarecimento a respeito dessa nomenclatura *psicanálise infantil*, *psicanálise de crianças* e *psicanálise com crianças*. Podemos considerar que foi a partir dos trabalhos de Anna Freud e Melanie Klein que começou-se a estruturar esse campo que fez surgir uma especialização em torno da criança. Anna Freud utilizava a expressão *psicanálise infantil*. Melanie Klein utiliza-se do termo *psicanálise de crianças*. Dentro da orientação lacaniana, surgiu uma visão crítica com relação a estes termos, pois eles engendram uma visão de que existiria uma especialização em torno da criança, dando a entender que existe uma psicanálise a parte. Portanto, autores lacanianos usam a expressão *psicanálise com crianças*, uma vez que esta denota que trata-se da própria psicanálise sendo conduzida com crianças.

conscientize de seu sofrimento e da necessidade de se livrar de seu sintoma. Esta última condição recebe bastante destaque na técnica de Anna Freud, pois, para ela, seria imprescindível que entre analista e paciente houvesse o estabelecimento de uma transferência positiva, visto que o desconhecimento da doença e a hostilidade impediriam o processo analítico.

Na segunda conferência, que deu origem ao livro que citamos anteriormente, Anna Freud se dedica a discorrer sobre a técnica analítica com crianças e, ao descrever o valor dos sonhos e dos desenhos infantis, apresenta forte oposição à tentativa kleiniana de estabelecer um paralelismo entre as brincadeiras infantis e a associação livre do adulto. Em sua opinião, sua opositora comete um grande equívoco ao conceber que existe um valor simbólico nas atividades lúdicas das crianças, pois, considera que nem toda atividade infantil possui um valor simbólico, da mesma forma que nem todas as falas dos adultos correspondem a uma formação do inconsciente.

Em “*Infância normal e patológica*”, Anna Freud (1965), aborda, também, o que considerava como uma incapacidade da criança para produzir livres associações. Segundo a autora, essa atitude intransigente frente à associação livre se encontraria em todas as crianças, tanto pelo fato de não confiarem suficientemente na força de seu próprio ego para suspender a censura, quanto por não apresentarem a confiança necessária nos adultos. Em relação ao tema da transferência, Anna Freud defende, ainda, com veemência, uma incapacidade de a criança desenvolver uma neurose de transferência com o psicanalista, por estar presa às relações afetivas e libidinais com os seus pais reais. É o que afirma a seguir:

A criança não se vê, como o adulto, pronta a produzir uma nova edição de suas relações amorosas porquanto, como se poderia dizer, a antiga edição não se encontra ainda esgotada. Os objetos originais, os pais, são ainda reais e presentes como objetos de amor – não apenas na fantasia, como acontece com os neuróticos adultos; entre eles (os pais) e a criança, todas as relações da vida cotidiana existem, e todas as suas gratificações e desapontamentos dependem, na realidade, desses pais (Freud, 1965, p.60).

Sobre a passagem acima, queremos abrir um parêntese para tecer uma observação que concerne diretamente ao tema de nossa pesquisa. Se considerarmos a questão da atemporalidade do inconsciente, constataremos que Anna Freud não leva em consideração a tese freudiana sobre o desprezo do inconsciente pela forma como o tempo opera no sistema consciente. Sua concepção de transferência parece estar amparada numa visão evolutiva e cronológica dos processos psíquicos. Ela parece ignorar que, o fato da criança estar ligada objetivamente aos pais, não representa um impedimento para que outros personagens ocupem,

simultaneamente, lugares de importância em seu psiquismo. Desse modo, constatamos que em seus trabalhos há uma visão que aprisiona o trabalho do psicanalista na dimensão da infância factual, da criança entendida como ser evolutivo.

Pelo fato da criança não realizar a *verdadeira* neurose de transferência, Anna Freud considera que é, igualmente, impossível que o analista consiga manter uma neutralidade analítica diante da criança. A fraqueza superegóica da criança, que ainda não internalizou os valores parentais, faz com que o analista tenha de exercer uma função dupla, isto é, analisar e direcionar as pulsões, exercendo desse modo um papel educativo. A respeito do diagnóstico clínico, Anna Freud baseava sua investigação em aspectos balizadores de desenvolvimento, tendo como fundamentação parâmetros de normalidade e patologia. Como base nesses critérios visava diagnosticar as patologias da infância, em suas fases iniciais, para atuar sobre elas de forma preventiva. Cada fase do desenvolvimento equivaleria a comportamentos e normas de conduta que, pela observação direta, permitiam ao analista a construção de um diagnóstico dos distúrbios do desenvolvimento infantil.

Apesar de, no final de sua trajetória como teórica, Anna Freud efetuar a revisão de algumas de suas antigas posições conceituais e clínicas¹⁴, sua ideia da ausência de transferência na análise de crianças permaneceu inalterável. Além disso, a característica marcante de sua obra é a ausência de qualquer referência ou espaço para a noção de pulsão de morte.

De um modo geral podemos concluir que Anna Freud, ao conferir às organizações pulsionais um primado cronológico, posiciona sua teoria dentro de uma abordagem que podemos chamar de psicogenética. Isso trouxe consequências diretas para o lugar da infância e do infantil no campo da psicanálise. Em nossa análise, ao trabalhar com noções de desenvolvimento maturativo, a autora privilegia a noção de uma infância, concretamente vivida, localizando nas vivências reais da vida da criança os pontos onde se situam as origens do sujeito, o que justifica nossa afirmação acerca de sua posição mais baseada numa temporalidade evolutiva, do que nos pressupostos freudianos sobre a atemporalidade do inconsciente.

¹⁴ Ela modifica sua opinião de que era necessário um período preparatório nas análises de crianças. Também revê a noção de que o analista deveria ocupar um duplo papel de educador e analista. Abandona a ideia de que só era possível analisar crianças que já haviam passado do período de latência, porém se mantém firme na ideia de que era imprescindível a capacidade de verbalização por parte da criança.

1.5.2 – Os trabalhos de Melanie Klein

Agora vejamos o outro lado desse debate. Em sua obra “*A psicanálise de crianças*” (1932), Melanie Klein reconhece que os primórdios da análise de crianças estão situados na análise conduzida por Freud no caso do “Pequeno Hans”. Fazendo uma espécie de homenagem, ela destaca essa experiência como sendo a primeira análise de uma criança e faz questão de apontar para as contribuições providas dela. Primeiro, ela considera que o êxito obtido na análise de um menino, que tinha menos de cinco anos, pôde demonstrar que os métodos psicanalíticos também podiam ser aplicados às crianças muito pequenas. Ainda mais importante, considera que a análise de Hans pôde comprovar a existência de tendências pulsionais na vida infantil, o que até então era alvo de muito descrédito. Por fim, ela reconhece que os resultados obtidos por Freud, apontavam de modo otimista para as experiências analíticas com crianças, pois, esses resultados “*acenaram com a esperança de que outras análises de crianças pequenas nos dariam um conhecimento mais profundo e mais acurado do funcionamento de sua mente do que a análise de adultos havia dado*” (Klein, 1932, p.19).

Postulando que as análises de crianças possuíam enorme importância para o amplo conjunto de conceitos da teoria psicanalítica, audaciosamente, ela defende a ideia de que as análises realizadas diretamente com crianças eram capazes de produzir um material que era inacessível na análise dos adultos.

Antes da elaboração das técnicas, que se voltavam especificamente para a análise de crianças, tudo aquilo que constava na teoria psicanalítica sobre os temas da infância, era fruto de análises de adultos que tentavam remontar o seu passado psíquico recalcado. Melanie Klein defende a ideia de que a experiência analítica, diretamente conduzida com a criança, representava uma experiência única e incomparável, na medida em que poderia permitir ao analista enxergar os processos do desenvolvimento psíquico ocorrendo em seu próprio tempo, situação que não era possível na análise dos adultos. Encontramos, aqui, muito nitidamente a atitude de buscar localizar a infância como o tempo privilegiado para se observar o inconsciente.

Além da experiência com a análise de crianças, as observações, que havia construído ao analisar adultos, levaram-na a aplicar suas concepções referentes “*aos estágios mais arcaicos do desenvolvimento da criança também à psicologia do adulto*” (Klein, 1932, p.13). Em sua opinião, as conclusões que, anteriormente, foram retiradas da análise de adultos, da observação direta de crianças, foram, posteriormente, corroboradas pela experiência da

análise de crianças pequenas. Isso permitiu à criação do que ela considerou como sendo uma “*nova psicologia do desenvolvimento*”, por intermédio da qual os analistas poderiam ser convencidos de que as crianças, mesmo nos seus mais tenros anos, vivenciam impulsos de caráter sexual, experimentam fortíssimos sentimentos de ansiedade, além, também, de grandes desapontamentos.

Inspirada nas observações de Freud, sobre o brincar da criança no famoso jogo do Fort-Da, ela compreende que o brincar da criança representa simbolicamente suas fantasias e ansiedades. Considerando que existe uma diferença entre a mente infantil e a adulta, ela afirma que foram as particularidades do psiquismo infantil que a levaram a elaboração da técnica do brincar (*play technique*). Vejamos o que ela diz:

As próprias diferenças entre a mente infantil e a adulta mostraram-me de imediato a maneira de chegar às associações de criança e de compreender o seu inconsciente. Foram essas características especiais da psicologia da criança que propiciaram a base da técnica da análise do brincar que eu vim a desenvolver. A criança expressa suas fantasias, seus desejos e suas experiências reais de um modo simbólico, através de brincadeiras e jogos. Ao fazer isso, ela emprega o mesmo modo de expressão arcaico e filogeneticamente adquirido, a mesma linguagem, por assim dizer com que estamos familiarizados nos sonhos; e só poderemos compreendê-la plenamente se a abordarmos da forma como Freud nos ensinou a abordar a linguagem dos sonhos (Klein, 1932, p.27).

Analisando essas formas arcaicas e simbólicas de representação que as crianças empregam em seu brincar, Melanie Klein tece uma importante observação sobre os mecanismos primitivos infantis: na vida infantil existe uma primazia do ato sobre a palavra. Por isso, em sua opinião, quando as crianças brincam, elas estão mais agindo do que falando: “*ela coloca atos – que originalmente ocuparam o lugar de pensamentos – no lugar de palavras, isto significa que o “acting out” é para ela de maior importância*” (Klein, 1932, p.29).

Através de sua técnica de interpretar o brincar da criança, Klein acreditava poder seguir os rumos da transferência e das ansiedades, tal como se fazia na análise dos adultos, e foi nesse caminho que ela afirma ter descoberto um vasto mundo de fantasias inconscientes e de relações de objeto da criança. Suas observações confirmaram diretamente as teorias de Freud sobre a sexualidade infantil, mas, por outro lado, permitiram a observação de fenômenos que até então não haviam sido observados e descritos. Essa teoria das relações de objeto será alvo de grande crítica por parte de Lacan, que chegou a destinar um seminário a esse tema. Como veremos no terceiro capítulo, no *Seminário IV, As relações de objeto* (1956-57), Lacan irá tomar o modelo da sexualidade infantil e apresentar aquilo que Freud enxergava como a principal característica da pulsão: a ausência de um objeto fixo. A partir

dessa noção da falta do objeto, Lacan fará críticas contundentes às concepções psicanalíticas que concebiam o desenvolvimento psíquico em termos de um desenvolvimento, marcado pela concepção de que o sujeito evoluiria em etapas pulsionais de acordo com os objetos.

Na interpretação de Melanie Klein, a teoria freudiana concebia que o complexo de Édipo tinha seu início por volta dos três ou quatro anos de idade¹⁵, porém através de seus estudos clínicos, passa a considerar que este é um processo muito mais precoce do que se podia imaginar (Segal, 1973). Mesclando seus relatos clínicos com o estabelecimento de postulados teóricos, ela utiliza uma série de jogos presentes na análise de crianças pequenas visando com isso demonstrar que nesses casos era inteiramente possível observar ansiedades referentes ao complexo de Édipo e, portanto, ao superego. Em seu ponto de vista, as ansiedades que as crianças apresentavam referentes a um Édipo precoce, revelaram que o superego não só aparecia mais cedo, como também apresentava características bastante selvagens envolvendo não somente as tendências libidinais das fases pré-genitais – orais, uretrais e anais –, mas também da fase genital.

Melanie Klein considera que o conflito edipiano se instala na verdade desde a segunda metade do primeiro ano de vida e que, concomitante a isso, ocorreria a construção de um superego, responsável por sentimentos de culpa numa idade ainda muito tenra. Se a criança pequena já demonstrava estar provida do funcionamento de um superego, isso fazia com que ela pudesse, de modo viável, usufruir de uma experiência analítica. Apesar de a criança pequena apresentar uma série de dificuldades para o funcionamento do dispositivo analítico, ela apresenta, no entanto, aquela que é a pré-condição para o funcionamento da análise: o superego.

Esse é um ponto crucial de divergência com a teoria de Anna Freud. Diferente dela, Melanie Klein afirma que as crianças, assim como os adultos, também desenvolvem uma neurose de transferência e que desse modo a análise com crianças era sim uma experiência possível e viável, *“contanto que empreguemos um método que seja o equivalente da análise dos adultos, isto é, que evite todas as medidas educacionais e que analise plenamente os impulsos negativos dirigidos ao analista”* (Klein, 1932, p.20).

Desse modo, Melanie Klein defende com veemência que a psicanálise de crianças não pode ser exercida nos domínios de uma pedagogia, mas sim a partir dos pressupostos fundamentais da clínica. Prosseguindo em suas divergências, afirma que nas crianças de todas

¹⁵ Melanie Klein se baseia no fato de que em *“O eu e o isso”* (1923) Freud abordou que na origem do nascimento do superego encontra-se oculta *“a primeira e mais importante identificação do indivíduo: a identificação com o pai da pré-história pessoal”* (Freud, 1923, p.44), ou seja, com os pais combinados da cena primária, além dos quais perfila-se a figura do Pai da Horda.

as idades é muito difícil mitigar a severidade do superego, e, além disso, afirma que na medida em que a experiência analítica permanece distante de qualquer influência educacional, a análise não iria fazer nenhum mal ao ego da criança, pelo contrário, iria fortalecê-lo (Klein, 1932:20).

No trabalho clínico, sua posição é que, por meio da análise do brincar, o analista ganha acesso às fixações mais profundamente reprimidas da criança e assim se torna capaz de exercer uma influência em seu desenvolvimento. A diferença entre este método e aquele empregado com adultos seria exclusivamente uma diferença de técnica e não de princípio. A análise conduzida pelo método do brincar leva aos mesmos resultados das análises dos adultos, ou seja: *“análise da situação transferencial e da resistência, a remoção da amnésia infantil arcaica e dos efeitos da repressão, bem como o desvelamento da cena primária”* (Klein, 1932: 35).

Abordemos agora como Melanie Klein desenvolveu a noção de posições. A criação do conceito de posições pode ser considerada o marco de uma mudança significativa em sua teoria, porque até essa época, ela ainda se norteava pela teoria de Freud e Abraham, e, assim como eles, ela também descrevia suas descobertas em termos de estádios libidinais e da teoria estrutural do id, ego e superego.

A partir de 1934, passa a trabalhar com seu próprio conceito de “posição”, por meio do qual pôde formular a posição esquizo-paranóide e a posição depressiva. Tais teorizações possuem uma importância grandiosa, inclusive para os trabalhos de Lacan, porque foi a partir de uma influência desses conceitos que Lacan pôde pensar a respeito da posição do sujeito perante o Outro. Este tema será retomado no último capítulo, quando abordaremos os processos da alienação e separação na teoria de Lacan.

Para pensar a posição esquizo-paranóide, Melanie Klein toma como ponto de partida o dualismo entre os instintos de vida e de morte, observando que, desde o nascimento, esse conflito expõe o ego imaturo do bebê a uma grande cota de ansiedade. Além dessa fonte de ansiedade, o ego do bebê é exposto às ansiedades provenientes do impacto da realidade externa, ao trauma do nascimento, bem como das experiências travadas com a mãe. Quando confrontado com a ansiedade extrema, produzida pelo instinto de morte, o ego realiza uma deflexão, processo que acontece por meio de uma projeção e conversão do instinto de morte em agressividade. O ego sofre então uma divisão e projeta sua parte, que contém o instinto de morte para fora, no objeto original que é o seio. Assim, o seio será sentido como mau e ameaçador para o ego, dando origem ao sentimento de perseguição, daí o caráter paranoico desta posição (Segal, 1975).

A posição depressiva foi definida por Melanie Klein como a fase do desenvolvimento na qual o bebê reconhece um objeto total e passa a se relacionar com ele. O reconhecimento de sua mãe como um objeto total, a partir do segundo trimestre do primeiro ano, promove mudanças fundamentais no desenvolvimento gradativo do eu do bebê. A sua relação com o ambiente externo passa a incluir, também, outras pessoas, sendo que essa primeira pessoa, além da mãe, via de regra, é o seu pai. Ocorre um aumento de sua capacidade de expressar emoções e de se comunicar com as pessoas, e suas gratificações e interesses assumem um âmbito mais extenso. Simultaneamente, a sua organização sexual progride, os impulsos e desejos orais predominam, e as tendências uretral, anal e genital tomam vigor (Segal, 1975).

Relacionando-se agora com uma mãe total, e não com um conjunto de partes anatômicas – seio, mãos, olhos –, o bebê começa a perceber que suas experiências boas e más não se devem ao fato do seio ser bom ou mau, elas procedem na verdade de sua mãe total, que é igualmente fonte do que é bom e do que é mau. Descobrimos que sua mãe se relaciona com outras pessoas, o bebê se dá conta de seu desamparo, de sua completa dependência por ela e de seu ciúme por outras pessoas. Essa mudança ocorrida na forma de perceber o objeto é responsável por uma mudança fundamental no ego, pois assim como a mãe se torna um objeto total, o ego do bebê se tornará cada vez menos dividido em componentes bons e maus, fazendo com que ele também venha ser sentido como um ego total.

Uma característica importante da posição depressiva é o conflito e a ansiedade trazida pela ambivalência relativa à relação da criança com essa mãe total. Como esclarece Segal (1975), na medida em que o processo de integração avança, fazendo com que a mãe e o ego do bebê tornem-se objetos totais, ele se dá conta de que é a mesma pessoa, nesse caso ele próprio, que ama e odeia a mesma pessoa, que é a sua mãe. Essa integração traz repercussões muito importantes, pois elas efetuam uma mudança no foco das ansiedades do bebê.

Se na posição esquizo-paranoide o bebê está sofrendo porque teme que seu ego seja destruído pelos objetos maus e perseguidores, agora na posição depressiva a sua principal ansiedade é de que seus próprios impulsos destrutivos e ambivalentes tenham destruído, ou que possam vir a destruir, o objeto que ela ama e do qual ela depende intensamente. Sua angústia, portanto, deixa de ser paranoide para ser depressiva. A exposição da criança à experiência de que sua agressão destruiu a mãe, é o que vai dar origem aos sentimentos de culpa e de luto, mas também à possibilidade de reparação da relação objetal.

1.5.3 – O infantil no nascimento da clínica psicanalítica com crianças

Feito essa incursão no trabalho dessas duas psicanalistas pioneiras na psicanálise com crianças, façamos agora alguns apontamentos necessários para a condução de nosso estudo.

O percurso, que traçamos neste tópico, teve por objetivo demonstrar a direção adotada por duas vertentes diante das questões que relacionam a infância aos processos inconscientes. Existe uma abordagem que privilegia uma leitura estrutural do sujeito, na qual o “infantil originário” é um fator da estrutura, e que, apesar de ter uma relação com o tempo, só pode ser concebido de modo atemporal. Neste ponto de vista, o infantil remete ao próprio furo da estrutura, que permanece sendo relançado para o sujeito pela via da fantasia no a posteriori. Essa abordagem do infantil está presente em Freud, mas será em Lacan que ganhará um grande alcance.

Uma abordagem diferente é a que vimos através dos trabalhos de Anna Freud e na fase inicial de Melanie Klein. Os trabalhos dessas autoras, apesar das inúmeras diferenças, demonstram um ponto semelhante: estabelece-se um ponto de origem do psiquismo, situado na infância, a partir de onde elas constroem um modelo evolutivo de funcionamento psíquico. Por uma via do desenvolvimento, o psiquismo é explicado no sentido progressivo, isto é, no sentido que vai dos estágios infantis em direção aos estágios adultos. Estas correntes privilegiam o ponto de origem do psiquismo e por isso suas práticas dão espaço à prática da observação direta de bebês e de crianças. Dentro desse ponto de vista, o que se sobressai é uma noção de “infância” atravessada por uma temporalidade cronológica, linear, que se desenrola no eixo da diacronia. Assim, a história do sujeito é entendida como uma evolução que se inicia em um estágio de “imaturidade” até chegar a um estágio avançado de “maturidade”.

Anna Freud trabalha com a criança pela via do seu desenvolvimento em etapas libidinais que caminham no sentido da construção de seu ego. O passado precoce do bebê é entendido como tempo originário, momento de uma imaturidade que dá lugar às funções psíquicas, que amadurecem através de um processo evolutivo. Predomina em sua abordagem, a visão de que a infância corresponde, portanto, a questão do originário que a teoria psicanalítica contempla. Não existe espaço para uma concepção estrutural do infantil, o que prevalece em seus textos é a análise da criança e do adulto pela via das “origens evolutivas” do aparelho psíquico. Uma vez que a criança está atravessando exatamente o que seria o seu tempo “originário”, a prática analítica se sustenta em cima dos registros da infância real e cronológica, técnica esta que se aproximava de uma atividade educativa e profilática. Há em

seu ponto de vista um modelo de criança saudável e um modelo patológico, fazendo com que sua prática analítica almeje operar um desenvolvimento no ego da criança, de modo a fazê-la evoluir em etapas ao ponto de ser tornar adulta.

Sabemos que a posição de Anna Freud costuma receber fortes críticas, no entanto, gostaríamos de ressaltar que os comentários que estamos tecendo aqui, é algo pontual no que tange ao nosso objetivo de poder traçar uma delimitação do lugar do infantil na estrutura do sujeito. Nossos comentários não se propõem a classificar o conjunto dos escritos da autora, mas apenas analisar o foco do nosso tema dentro do recorte que efetuamos. Consideramos que seus trabalhos também precisam de uma valorização. Mesmo que este não seja o foco de nosso estudo, gostaríamos de apontar que ela também deixou contribuições. Podemos dar o exemplo a respeito da importância da participação dos pais na análise com crianças, algo que Melanie Klein deixou absolutamente de fora de sua clínica. Essa concepção de Anna Freud se aproxima do estilo da clínica lacaniana com crianças. Certamente, que as entrevistas com os pais são realizadas pelos analistas lacanianos de um modo diferente, possuindo, também, objetivos diferentes, todavia, existe uma compreensão em comum entre estas duas orientações: ambas compreendem que os pais não podem ser totalmente excluídos do processo analítico.

Quanto à teoria kleiniana, nós podemos situar dois momentos. No primeiro momento de seus trabalhos, vimos que ela se baseava numa perspectiva também desenvolvimentista do psiquismo, o que a prendia numa observação muito literal da criança e das fases do desenvolvimento e das relações objetais. No entanto, quando ela abandona esse ponto de vista e começa a trabalhar com a noção de “posições”, podemos perceber que ali surge uma forma mais estrutural de abordar a infância. A infância que ela passa a se concentrar é elucidada em termos de fantasias inconscientes e de angústias arcaicas do bebê, diante da polaridade inata das pulsões de vida e de morte. Desse modo, ela se distingue bastante de Anna Freud.

Apesar da noção de *posições*, remeter a uma noção mais estrutural, ainda assim ela não consegue se livrar totalmente da perspectiva cronológica, pois acaba estabelecendo datas cronológicas para as posições esquizo-paranóide e depressivas. Por outro lado, ela demonstra um considerável desprendimento com relação aos parâmetros cronológicos, ao advertir que a passagem de uma posição para outra nunca é totalmente atingida pelo sujeito, podendo haver oscilações de acordo com o tipo de conflito deflagrado e o tipo de defesa estabelecido, sua obra consegue deixar espaço para o infantil como estando mais associado à fantasia e a um tempo não cronológico do psiquismo. Outro aspecto que merece nosso destaque é a percepção

de Melanie Klein de que não se pode pensar a constituição psíquica sem fazer referência à pulsão de morte, um aspecto fundamental da teoria freudiana que nós iremos desenvolver nos próximos capítulos.

É importante destacarmos também que quando o movimento psicanalítico se encaminhou para a indagação, sobre a especialização do campo da clínica infantil em contraste com a clínica do adulto, o que surgiu como consequência foi a criação de uma especialização em torno da “psicanálise infantil”. Anna Freud deliberadamente utilizava essa expressão, por ser abertamente defensora da criação dessa “especialidade diferenciada” dentro da psicanálise. Melanie Klein se utilizava da expressão “psicanálise de crianças”, e, apesar de ter lutado bravamente para demonstrar a semelhança entre a clínica de crianças e de adultos, paradoxalmente, seus trabalhos eram nomeados dentro de uma nomenclatura não tão divergente da que sua interlocutora havia estabelecido¹⁶.

Como o ensino de Lacan se constrói a partir de uma leitura estrutural do “infantil originário”, os analistas que trabalhavam sob a orientação de seu ensino, passaram a denunciar o equívoco dos termos – *psicanálise infantil* e *psicanálise de crianças* –, demonstrando que o sujeito da psicanálise é somente um e que por isso ela não comporta diferenciações em sua prática. O termo “psicanálise com crianças” é utilizado por autores lacanianos por demonstrar uma unidade conceitual e clínica, que permite também o reconhecimento das especificidades que a criança apresenta.

Para concluir, podemos afirmar que tanto com crianças quanto com adultos, para entendermos a forma como as experiências originárias constituem a estrutura do sujeito é somente pela via do infantil que podemos responder a esta questão. É crucial que a psicanálise não deixe de observar este ponto fundamental da teoria freudiana: por via de uma temporalidade retroativa (*nachträglich*), o infantil é o que diz respeito às inscrições inconscientes que apontam para uma origem perdida e que só podem ser lidas no a posteriori através das produções do inconsciente.

¹⁶ Uma hipótese sobre essa contradição é que a teoria de Melanie Klein não possui uma visão do infantil como algo estrutural ao sujeito, portanto, mesmo que tenha conseguido demonstrar que a criança pode sim se submeter ao processo analítico, isso não impediu que seus trabalhos ficassem muito voltados para o tema da infância.

CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA DO INFANTIL NA OBRA DE FREUD

A infância faz parte da história da psicanálise como uma de suas marcas indeléveis. Cenas e lembranças referentes aos primeiros anos de vida dos pacientes estão presentes nos escritos freudianos desde os seus primórdios. É importante lembrar que essas questões relativas à infância tem uma ressonância fundamental no trabalho analítico, pois elas sofrem torções à medida que a prática analítica foi assumindo diversos contornos, passando gradualmente pelos terrenos da hipnose, da sugestão até chegar ao método da associação livre.

No entanto uma ressalva se faz necessária. O modo como Freud concebeu o infantil na constituição do psiquismo, na formação dos sintomas e no trabalho de análise não é algo que se apresenta de modo inteiramente homogêneo em seus escritos. Analisando os escritos freudianos, percebemos que não existe uma delimitação conceitual muito precisa das noções de infância e de infantil, daí que não é uma tarefa tão simples distinguir o uso específico que ele faz das mesmas para explicar a importância dos primeiros anos de vida na constituição psíquica.

Abordando o tema do infantil em suas pesquisas, vários autores apresentam a mesma constatação: Freud oscilou, constantemente, em um movimento pendular entre as experiências factuais da infância e o material recalcado que estava associado à fantasia do sujeito (Zavaroni et al, 2007; Zornig, 2000, Birmaham 1997). Porém, mesmo com essa oscilação, um aspecto relevante consiste no fato de que o infantil não é uma construção tardia na teoria psicanalítica. O que vamos propor com esse capítulo é que a especificidade conceitual, que contorna a ideia de infância e de infantil, de algum modo sempre esteve presente nos trabalhos de Freud, delimitando, determinando e configurando uma série de construções teóricas.

Na medida em que Freud distanciava-se dos fatos em direção à interpretação que o próprio sujeito lhe atribuía, ele caminhava em direção à valorização da associação livre como técnica fundamental da psicanálise. Nesse percurso das transformações do método psicanalítico, a nossa aposta é que o infantil aos poucos pode ser visto como assumindo uma posição central. Passemos aos textos de Freud, para que assim possamos desvendar as questões que fomentaram esse deslizamento entre infância e infantil.

2.1 – O infantil e a causalidade psíquica das neuroses

Se em seus primórdios, a criação da psicanálise dependia da possibilidade de fundamentar uma teoria que comprovasse a hipótese freudiana, a respeito da histeria, enquanto estrutura de defesa, foi exatamente no campo da sexualidade infantil que o sofrimento neurótico pôde ganhar sua gênese. O grande trunfo de Freud nesse momento foi conceber a infância como o tempo primordial no qual se produz um acontecimento patológico que só eclodirá num tempo posterior.

Os “*Estudos sobre Histeria*” (1893-1895) podem ser considerados, portanto, uma obra fundamental, justamente por conter em suas linhas uma das primeiras abordagens que Freud realiza a respeito do infantil. Obviamente que nesta primeira aproximação, as delicadas nuances, que distinguem a infância e o infantil, ainda não ganhavam contornos completamente visíveis. Contudo, podemos dizer que essa primeira teoria a respeito da etiologia da histeria representa a abertura de um longo e rico processo de investigação, cuja consequência foi a realização de prolongamentos teóricos, a partir dos quais podemos, hoje, encontrar uma delimitação mais precisa do infantil.

Para que possamos acompanhar as primeiras concepções de Freud, a respeito das questões relativas ao infantil, é preciso percorrer os caminhos que ele seguiu na construção de sua teoria sobre a causalidade psíquica atuante na formação dos sintomas neuróticos. Um ponto de partida é reconhecermos que a formalização do conceito de inconsciente foi um empreendimento que Freud realizou sob a égide de uma forte aposta nas premissas de um determinismo causal.

Se os contemporâneos de Freud, afirmavam um inconsciente como um submundo da mente consciente, onde imperava o caos e ausência de lógica, com a psicanálise, o inconsciente foi alçado ao estatuto de sistema psíquica governado por leis e princípios, cuja lógica de funcionamento aponta para a verdade do sujeito. Amparado no pressuposto de que não poderia existir acaso no funcionamento do aparelho psíquico, os fenômenos lacunares da consciência (sintomas neuróticos, sonhos, atos falhos e chistes) foram trilhados e investigados, de modo a extrair deles uma significação e uma lógica que possibilitava afirmar a divisão do aparato anímico em diferentes instâncias, sendo um deles o inconsciente.

Se inicialmente as experiências da infância foram apontadas, como estando na causa de sintomas neuróticos de adultos, a tarefa de Freud não estava terminada. Com essa hipótese, um enorme desafio ainda permanecia de pé. Ainda era preciso a elaboração de uma teoria que fosse capaz de articular dois eventos que temporalmente estavam muito distantes no eixo da

diacronia do tempo. Como se poderia explicar que um fenômeno da infância fosse um fator determinante de um acontecimento que só era despertado na vida adulta? Como se poderia explicar um fenômeno da vida de um adulto através de algo que estava situado no passado? Que tipo de determinação causal era essa que envolvia duas cenas temporalmente distantes?

Como podemos ver a temática da infância e a condição infantil dos traumas, atuantes na complexa causalidade das neuroses, estiveram presentes desde os primeiros passos da criação do campo psicanalítico. Façamos, agora, uma breve incursão nessas investigações.

Em 1895, Freud publica “*Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada neurose de angústia*”. A ideia central nesse texto era a de que os sintomas da angústia possuíam uma etiologia específica e uniforme, sendo ela de natureza sexual. Tendo este artigo recebido fortes críticas por parte de Loewenfeld, um importante autor no meio médico, Freud escreve uma réplica intitulada “*Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose da angústia*”, na qual elabora uma equação etiológica¹⁷ para demonstrar que existe uma sobredeterminação na formação dos sintomas histéricos. .

2.1.1 – A teoria da Sedução Traumática

Acreditando que a hereditariedade, isoladamente, não podia causar o desencadeamento episódico de uma neurose, Freud publica “*A Hereditariedade e a etiologia das neuroses*” (1896), dirigindo-se, em particular, aos seguidores de Charcot para redigir uma objeção à teoria de que a hereditariedade correspondia a uma única causa verdadeira e indispensável das afecções neuróticas.

A objeção que ele desenvolve consiste em reconhecer a existência tanto de distúrbios nervosos adquiridos quanto de distúrbios hereditários. Apesar de não desconsiderar a hereditariedade como um fator importante na produção de uma neurose, Freud estava cada vez mais convencido de que a hereditariedade nervosa, por si só, era incapaz de produzir as

¹⁷ Segundo Freud, a *causa precipitante*, ou *desencadeante*, pode ser caracterizada como aquela que aparece por último na equação, de modo que precede imediatamente a emergência do efeito, sendo esse fator cronológico a essência de sua natureza principal. As *precondições* são os fatores em cuja ausência o efeito nunca se manifestaria, mas que são incapazes de produzi-lo por si mesmos. A *causa específica* é aquela que nunca está ausente quando o efeito se dá e, numa certa quantidade e intensidade, ela é suficiente para produzir efeitos, desde que as precondições também estejam presentes. As *causas concorrentes* são aquelas que não estão necessariamente presentes todas as vezes, nem podem provocar a manifestação dos sintomas por si mesmas, porém operam em conjunto com as precondições e a causa específica para satisfazer a equação etiológica. Apesar de afirmar claramente que a precondição e a causa específica são indispensáveis para a equação etiológica, Freud ressalta que nenhuma delas pode se bastar isoladamente como uma causa (Freud, 1895). Estas questões foram amplamente trabalhadas em nossa dissertação de mestrado intitulada “*Liberdade e determinismo psíquico: considerações a partir das ciências cognitivas e da psicanálise*” (Costa, 2008).

psiconeuroses se faltasse sua etiologia específica: a excitação sexual precoce. Assim, ele fecha seu artigo afirmando que, em seu ponto de vista, o desenvolvimento das neuroses não provinha da hereditariedade, “*mas de uma característica especial do evento sexual na tenra infância*” (Freud, 1896, p.155).

É nesse contexto se situa a formulação da teoria da sedução traumática, através da qual Freud intencionava explicar as neuroses a partir de uma noção de causalidade que articulava o presente do sujeito às suas experiências infantis. Antes de 1896, no “*Projeto para uma Psicologia Científica*” (1895), Freud já havia escrito a respeito dessa compreensão do traumatismo através do relato de um caso clínico. Trata-se do *caso Emma*, uma paciente que sofria por não poder entrar sozinha em lojas. Em análise, veio fornecer uma lembrança de quando tinha doze anos: ela entrou numa loja para comprar algo, viu dois vendedores rindo juntos, e saiu correndo, tomada de susto. Em relação a esse episódio, terminou recordando que os dois estavam rindo das roupas dela e que um deles a havia agradoado sexualmente. Com a continuidade das investigações analíticas, surge uma segunda lembrança, que ela nega ter tido em mente na ocasião em que acontecera a situação com os vendedores (cena mais recente): aos oito anos de idade, ela esteve em uma confeitaria para comprar doces e o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa.

A partir desse caso, Freud apresenta os fundamentos de sua primeira teoria do trauma: a cena vivida pelo sujeito, em uma época mais recente, retroage em direção ao traço de memória da cena mais antiga, criando um elo associativo. O trauma ocorre na medida em que a cena posterior faz uma associação retroativa de modo a conferir uma significação traumática à cena mais antiga, cuja marca havia permanecido impressa no psiquismo. Em suas palavras:

Agora compreendemos a Cena I (vendedores), combinando-a com a Cena II (proprietário da confeitaria). Basta estabelecer um vínculo associativo entre ambas. Ela própria indicou que ele é fornecido pelo *riso*: o riso dos vendedores a fez lembrar-se do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou sua investida (Freud, 1895, p.408).

Pela via da teoria do trauma, Freud compreende que foi o riso dos vendedores que evocou inconscientemente a lembrança da cena mais antiga (na qual fora molestada). Um detalhe importante diz respeito ao afeto sexual evocado por esta associação entre as duas cenas, pois é aí que reside a explicação para o surgimento da angústia. Para Freud a explicação envolve o seguinte:

A lembrança despertou o que ela certamente não era capaz na ocasião, uma *liberação sexual*, que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, ela temeu que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo (Freud, 1895, p.408).

Em “*Hereditarietade e etiologia das neuroses*” (1896), empenhado em demonstrar que a os casos de histeria precisavam ser analisados pelo viés de uma causa específica, Freud vai defender a que agente de causa específica pode ser encontrado nas lembranças que os neuróticos possuem em relação à sua vida sexual. No entanto, afirma que o evento causador da histeria apresenta duas características: ele é uma situação sexual, porém, além disso, é preciso se reconhecer que essa situação foi vivenciada na infância. Vejamos o que Freud diz:

O evento do qual o sujeito reteve uma lembrança inconsciente é uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a *infância* – até a idade de 8 ou 10 anos, antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual (Freud, 1896, p.89).

A primeira teoria do traumatismo, portanto, postula que uma experiência sexual passiva, antes da puberdade, pode ser entendida como um evento precoce que deixa uma marca indelével no psiquismo do sujeito, fazendo com que no *a posteriori* ocorra a produção de sintomas neuróticos. No entanto, um desafio se colocava à Freud: seria compreensível afirmar que esse tipo de experiência sexual precoce, “*sofrida por um indivíduo cujo sexo mal se diferenciou, pode tornar-se fonte de uma anormalidade psíquica persistente como a histeria?*” (Freud, 1896, p. 91).

A explicação que Freud fornece é que “(...) *é precisamente por estar o sujeito em sua primeira infância que a excitação sexual precoce surte pouco ou nenhum efeito na época; mas seu traço psíquico é preservado*” (Freud, 1896, p.91). Sendo assim, neste primeiro momento de sua teoria sobre o traumatismo, ele concebe que o evento mais antigo do trauma ocorre em um momento em que a excitação sexual não gera grandes efeitos para o sujeito, porém deixa um traço de memória que será resgatado, mais à frente, em um momento em que o sujeito já experimentaria as excitações sexuais da puberdade. Por isso Freud afirma:

Mais tarde, na puberdade, quando as reações dos órgãos sexuais se desenvolvem num nível desproporcional a seu estado infantil, esse traço psíquico inconsciente é de algum modo despertado. Graças à transformação devida à puberdade, a lembrança exibe um poder que esteve totalmente ausente do próprio evento. A lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo. O que acontece é, por assim dizer, a ação póstuma de um trauma sexual (Freud, 1896, p.91).

A primeira tese freudiana do traumatismo psíquico concebe, portanto, a existência de dois tempos separados na produção do trauma. O primeiro tempo é o momento da sedução propriamente dita, ocorrido na infância. Neste momento, a criança suporta passivamente a investida sexual de um adulto – podendo ser o pai ou outro homem próximo – sob a forma de palavras, gestos ou mesmo de uma agressão sexual. No segundo momento, uma experiência ocorrida após a puberdade, sem necessariamente conter qualquer conteúdo sexual, evoca

através de um traço associativo a primeira cena. O trauma envolve, assim, a participação dessas duas cenas, de dois tempos, sendo que é somente a partir dessa segunda cena que a primeira ganha um valor traumático. Freud constata, então, “que *essa relação inversa entre o efeito psíquico da lembrança e o do evento* contém a razão pela qual *a lembrança permanece inconsciente*” (Freud, 1896, p.91).

Nesse momento, Freud utiliza uma noção que será de grande importância em toda a sua obra. Através da noção de causalidade, suportada pela lógica do “*Nachträglich*” (*a posteriori*), Freud passa a compreender que a experiência da criança perante a investida sexual não é traumática no momento em que ocorre; ela torna-se traumática “*só-depois*” na puberdade, por meio de algum traço associativo.

A noção de “*Nachträglich*” passa a ocupar uma importância fundamental na teoria psicanalítica, pois está na base de toda a compreensão que Freud faz a respeito da questão da temporalidade e da causalidade psíquica. O “*a posteriori*” permite a Freud estabelecer a existência de experiências, impressões e traços mnêmicos que podem ser remodelados posteriormente em função das novas experiências vividas pelo sujeito. Esta remodelagem posterior implica, portanto, na possibilidade de que, além desses traços poderem receber um novo sentido, eles poderão apresentar uma nova eficácia psíquica.

2.1.2 – A realidade psíquica e a fantasia

Freud não se apegou durante muito tempo à hipótese de uma sedução real vivida pela criança. De início, o relato de suas pacientes dava impressão de que na raiz das neuroses estavam presentes situações que remetiam a uma sedução real efetuada pelos pais, ou parentes próximos, das pacientes. No entanto, a experiência mostrou-lhe que havia algo de errado nessa generalização. Freud se dá conta de que ele havia, até então, ignorado o poder das fantasias como criadoras de outra realidade, muito mais importante ao psicanalista: a *realidade psíquica*. Reconhecendo que as cenas de sedução eram fantasias de suas pacientes, ele confessa a Fliess: “*não acredito mais em minha neurótica*” (Freud, 1897, p.309).

Apesar do abandono da teoria da sedução, é preciso observarmos que a revisão feita por Freud, em suas concepções a respeito da etiologia das neuroses, não implicou no abandono completo da teoria do trauma. O reconhecimento da fantasia leva Freud a compreender que as cenas relatadas pelos pacientes, como se fossem cenas originárias do trauma, eram fantasias do sujeito. No entanto, a lógica de que as neuroses eram produzidas

por traumas, que eclodiam por meio dessa duplicação de duas cenas temporais, será conservada. Uma das consequências do grande valor que a teoria do trauma passou a ter nas explicações freudianas foi a exclusão da hereditariedade do primeiro plano na etiologia dos sintomas neuróticos e o início do desenvolvimento de uma teoria sobre a defesa psíquica, na qual a infância, em sua articulação com a fantasia, assume uma importância fundamental para o futuro da vida psíquica

Em “História do movimento psicanalítico” (1914), Freud descreve esse momento em que suas certezas foram abaladas, quase chegando ao ponto de desistir de seus estudos, tal como fez Joseph Breuer. Por fim, sua aposta, de não se deixar se desorientar pelos equívocos, trouxe-lhe uma nova compreensão:

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz (Freud, 1914, p.27).

Em sua correspondência à Fliess (1897), Freud apresenta argumentos lícitos para abandonar a sua teoria da sedução traumática. Seria necessário generalizar uma perversão em todas as figuras paternas, o que se mostrava improvável. Outro ponto, era que ele não podia negar que suas investigações o levaram a descoberta de que “*no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto*” (Freud, 1897, p.310).

2.1.3 – O infantil à luz do *Nachträglich*

A respeito da complexa equação etiológica, que Freud elabora a respeito da causalidade das neuroses, queremos destacar a importância dessa particularidade de sua teoria sobre o trauma, pois ela admite uma descontinuidade fundamental entre a causa e o efeito, o que é fundamental para a compreensão do tema do infantil.

Entre as “causas das neuroses” (o trauma infantil) e os “efeitos” (a aparição de sintomas) existe um grande intervalo de tempo e a conexão entre estas duas condições não se mostra nada evidente, se estivermos baseados nas noções clássicas de causa-efeito. Compreender o poder causal que certa experiência possui na direção que a neurose do sujeito vai tomar posteriormente é, portanto, extremamente válido, já que o que perseguimos na obra freudiana é a possibilidade de entendermos as relações e distanciamentos que existem entre as

experiências vividas na *infância* (que deixam marcas fundantes no psiquismo) e o *infantil* (como algo atemporal que não se relaciona diretamente com as experiências vividas no passado).

Como podemos ver, mesmo que Freud tenha abandonado a hipótese de uma sedução real vivida na infância, a lógica da causalidade retroativa será incorporada na nova compreensão da realidade psíquica como sendo governada pela fantasia. Retomando uma discussão que realizamos no primeiro capítulo, o que queremos destacar é que na teoria do traumatismo existe uma tônica em torno da temática das origens dos fenômenos psíquicos. Para dar conta dessa empreitada sobre os processos originários, Freud forjou uma teoria bastante refinada a respeito da lógica causal-temporal, o que faz com que em sua concepção, os eventos da infância, da puberdade e da vida adulta, não se associam por uma conexão causal direta na linha do tempo diacrônico.

Os processos originários que estão em jogo no sofrimento dos jovens e adultos histéricos, ocorridos nos tempos da primeira infância, por si só, não são capazes de produzir o trauma. Freud deixa bem claro que a fantasia originária só tem efeito a partir de uma situação posterior, por isso, podemos dizer que o infantil se mostra como sendo irreduzível à lógica cronológica-evolutiva. O infantil aponta que nas origens do sujeito não estão sedimentados, ali mesmo, a potencialidade de determinar de modo radical o que ele virá a ser no *a posteriori*. Sendo assim, podemos concluir não é possível que o sujeito tente estabelecer, em sua infância, uma primeira causa que possa ser falar sobre suas verdades originárias. O infantil nos esvazia da servidão ao passado, pois as origens só produzem efeitos a partir das vivências que ocorrem no só-depois.

Sobre a importância da noção causal de *Nachträglich*, podemos dizer que esse tipo de lógica temporal começa por impossibilitar toda e qualquer *interpretação que “reduza a concepção psicanalítica da história do sujeito a um determinismo linear que considere unicamente a ação do passado sobre o presente”* (Laplanche e Pontalis, 1986, p.442). Precisamos reconhecer que a causalidade que opera no funcionamento psíquico inconsciente não nos conduz a um determinismo estrito, cuja temporalidade seja linear. Disso extraímos uma conclusão: não podemos tomar às experiências factuais da vida da criança e relacioná-las diretamente aos processos psíquicos posteriores da vida adulta, como se entre elas houvesse um elo causal simples e linear.

Uma das críticas mais frequentes à psicanálise consiste justamente na acusação de que ela reduz o conjunto das ações e dos desejos humanos ao passado infantil. Podemos ver que esse tipo de crítica toma por base uma visão completamente incorreta a respeito da

causalidade existente na psicanálise. Desde as cartas com Fliess¹⁸, Freud (1896) já possuía uma compreensão do funcionamento psíquico que descarta totalmente essa visão. Quando dizia que o aparelho psíquico funcionava por estratificação, ele já compreendia que os traços mnêmicos, que compõem o aparelho psíquico, sofriam de tempos em tempos uma reorganização. Sendo assim, acusar a psicanálise de reduzir a vida do sujeito a um determinismo estrito do passado, mostra-se ingênua e como fruto de um desconhecimento mais aprofundado da psicanálise.

Fica claro, portanto, que reconhecendo o caráter “*a posteriori*” existente no funcionamento do psiquismo, Freud considera o passado como algo flexível, ficando as representações psíquicas do passado sujeitas a um rearranjo promovido pela inscrição de novos traços. Deste modo, podemos afirmar que, dentro da lógica trazida pela psicanálise, existe uma maneira singular de pensar a relação entre os fatores antecedentes e posteriores do funcionamento psíquico. É preciso compreendermos que se Freud tomou o determinismo como uma hipótese de caráter universal para o funcionamento psíquico, é preciso ponderar que não se trata do determinismo¹⁹ clássico, pois ele nitidamente desenvolve uma compreensão muito diferente daquele que era o paradigma científico de sua época (o modelo de determinismo linear causal da física clássica).

A noção de *nachträglich*, por si só já demonstra que a determinação que Freud compreende não é linear e diretamente causal. Se as experiências originárias criam vias de “trilhamento” no psiquismo, todavia, isso não significa que podemos dizer com toda a precisão quais serão os efeitos que elas produzirão no futuro. Podemos dizer que nosso psiquismo não se comporta como um jogo de bilhar. Em um jogo de bilhar a física pode analisar todos os vetores e direções das forças que atuam na tacada de modo a poder prever com previsão todos os deslocamentos que aconteceram na mesa do jogo. Não é o que ocorre no determinismo psíquico. Os efeitos dos traços originais (*Pragung*) dependem da retroação psíquica e dos elos de associação que serão realizados somente no *a posteriori*. Sendo assim,

¹⁸ Carta de Freud à W. Fliess datada de 06/12/1896.

¹⁹ Na visão de Lalande, o determinismo, em uma de suas faces, constitui uma doutrina filosófica segundo a qual todos os acontecimentos do universo, e em particular as ações humanas, estão ligados de tal forma que, “*sendo as coisas o que são num momento qualquer do tempo, apenas existe para cada um dos momentos anteriores ou ulteriores um estado e um só que é compatível com o primeiro*” (Lalande, 1999: 245). Num sentido concreto, determinismo quer dizer o conjunto de condições necessárias para a determinação de um dado fenômeno. Já num sentido abstrato, ele aponta para a característica de uma ordem de fatos na qual cada elemento “*depende de certos outros de tal maneira que pode ser previsto, produzido ou impedido com certeza conforme se conheçam, se produzam ou se impeçam estes últimos*” (Lalande, 1999, p.245).

se existe uma causalidade²⁰ em jogo na psicanálise, ela é definitivamente diferente da que sustentava a física clássica. As causas anteriores não podem explicar de modo restrito o que virá a acontecer na posterioridade.

Lacan poderá demonstrar com maestria que as determinações significantes por si só não podem produzir o sujeito. Através dos processos da alienação e da separação, Lacan (1964) irá demonstrar que o sujeito é fruto do encontro de duas faltas. Se por um lado ele é causado por sua pulsão, por outro ele é atingido pelos significantes que vem do Outro. O sujeito se produz quando o vazio que habita na pulsão se encontra com o vazio da linguagem, fazendo com que a falta de sentido seja a causa do sujeito.

Desse modo, Lacan fornece todas as condições para pensarmos que o sujeito da psicanálise não está reduzido a uma repetição mecanizada dos traumas da infância. O sujeito, enquanto ser falante e ser de gozo, retroage em direção ao seu passado, encontrando ali um furo. Ainda neste capítulo, dedicado à teoria Freudiana, encontraremos elementos para embasar essa posição.

2.2 – Do resgate de memórias para aquilo que está oculto

"*A interpretação dos sonhos*" (1900) é um texto muito importante para nossa pesquisa, pois, em sua formulação, Freud nos apresenta uma consolidação sobre o lugar do infantil na constituição do psiquismo. No entanto, queremos chamar atenção para o fato de que muito anteriormente, nos chamados escritos pré-psicanalíticos, ele já havia estabelecido uma série de proposições que são fundamentais para compreendermos o lugar que a infância e o infantil passaram a ter dentro da psicanálise.

Na correspondência que estabelece com Fliess (1892-1899), as questões temporais da infância e a relação do recalque com as fantasias infantis foram intensamente problematizadas.

Num primeiro momento desse trajeto, baseado na teoria da sedução traumática, Freud perseguia cada fato da infância de seus pacientes na busca da experiência, cuja lembrança

²⁰ Freud aborda a sua concepção de determinismo por meio de sua concepção de "*sobredeterminação*", justamente por não ser uma característica exclusiva dos sonhos, mas de qualquer formação do inconsciente. Estas nos remetem sempre a uma pluralidade de fatores determinantes, tornando impossível o aprisionamento total do sentido de um sonho ou de um sintoma em uma única interpretação. É válido também considerarmos que a equação etiológica que Freud elabora para poder explicar a formação dos sintomas neuróticos, também impede uma leitura de um determinismo clássico.

ficou recalcada e que, em sua efetividade, tornou-se traumática e originou os sintomas. O tratamento analítico, por sua vez, acreditava ser possível fazer com que o paciente pudesse fidedignamente se recordar das experiências esquecidas.

No entanto, apesar de seu ponto de partida ter sido a tentativa de localizar cenas traumáticas, num ponto de vista temporal e factual da infância vivida, o que queremos destacar é que alguns interesses de Freud sofreram uma torção. Se em um primeiro tempo, ele buscava as cenas reais originárias do trauma, depois de algumas modificações teóricas, sua pesquisa vai aos poucos se direcionando para uma nova compreensão. Ele passa a considerar que o sofrimento do adulto era causado por certas marcas psíquicas que não podiam ser plenamente resgatadas pela memória, mas que ainda assim se faziam presentes no sintoma. Esse novo modo de aproximação que Freud faz da infância, o afasta de uma reconstituição puramente factual e o aproxima de uma reconstrução feita pelo próprio paciente em seu relato, algo que chamará no final de sua obra de fantasias construídas na análise.

Nos “*Extratos dos documentos dirigidos a Fliess*” (1892-1899), Freud já se mostrava atento aos acontecimentos da infância e sua importância na constituição dos sintomas da histeria. Propomos então fazermos uma investigação dessas correspondências, buscando localizar as principais passagens que podem começar a elucidar a temática do infantil.

Em “*O rascunho K: as neuroses de defesas*” (1896), ao investigar as condições etiológicas que estão em jogo nas diversas neuroses, Freud afirma que todas elas estão sujeitas às mesmas causas precipitantes dos seus protótipos afetivos, contanto que:

A causa preencha duas precondições a mais – que seja de natureza sexual e que ocorra durante o período anterior à maturidade sexual (as precondições de *sexualidade e infantilismo*) (Freud, 1896, p.267).

Prosseguindo, na Carta 46 (1896), Freud irá desenvolver um esquema explicativo em que correlaciona três aspectos: as cenas sexuais vividas pela criança, o momento cronológico em que ocorre o recalamento e o tipo de defesa neurótica específica que surge no psiquismo. Para isso, ele nos oferece uma primeira ilustração (Fig. 1).

Fig. 1

Idades					
Ia	Ib	A	II	B	III
até os 4 anos	até os 8 [anos]		[até os 14 anos]		até x
Pré-consciente	[Infantil]		Pré-puberdade		Maturidade

Prosseguindo Freud afirma que para haver a produção de uma neurose, o excesso de uma experiência sexual, isoladamente, não era suficiente para causar o recalçamento, seria necessária a atuação de uma defesa psíquica. Os tempos indicados pela lacuna²¹ A (idade de 08 a 10 anos) e B (de 13 a 17 anos) são exatamente os períodos de transição durante os quais ocorreria o processo do recalçamento na maior parte dos casos de neurose. Buscando compreender a etiologia da neurose no momento em que o recalque foi acionado pelo psiquismo, as diferentes neuroses podiam ser compreendidas de acordo com os requisitos cronológicos particulares em relação às cenas sexuais (Fig. 2).

Fig. 2

Requisitos Cronológicos						
	Ia	Ib	A	II	B	III
	até os 4	até os 8		até os 14		até x
Histeria	Cena		Recalque		Recalque	
Neur. Obs.		Cena	Recalque		Recalque	
Paranóia				Cena	Recalque	

Segundo Freud, o período “Ia” possui a característica de ser “intraduzível”, de modo que o despertar de uma cena sexual oriunda desta idade conduz não a consequências psíquicas, mas à *conversão somática*, pois o excesso de sexualidade impede a tradução. Para a histeria, portanto, as cenas ocorrem no primeiro período da infância (até os 4 anos), no qual os resíduos mnêmicos não são traduzidos em imagens verbais. É indiferente se essas cenas de Ia são despertadas durante o período posterior à segunda dentição (8 aos 10 anos) ou na fase da puberdade. O resultado é sempre a histeria, e sob a forma de *conversão*, pois a atuação conjunta da defesa e do excesso de sexualidade impede a tradução. No caso das neuroses obsessivas, as cenas geradoras de excesso sexual e disparadoras da defesa psíquica pertencem ao período “Ib” (até os 08 anos). Diferente da histeria, elas dispõem de tradução em palavras e, ao serem despertadas nas idades II (puberdade) ou em III (vida adulta), formam-se os sintomas obsessivos que acontecem no plano do psiquismo.

²¹ A lacuna A que consta no gráfico da figura 1.

As questões a respeito das cenas da infância serão retomadas mais à frente na Carta 52 (1896), onde Freud apresenta a hipótese de que o mecanismo psíquico é constituído por um processo de estratificação: “*o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias – a uma retranscrição*” (Freud, 1896, p.281). De acordo com essa tese, a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos, uma vez que foi registrada em diferentes espécies de signos.

Nesse processo de estratificação, os sucessivos registros representam as experiências psíquicas de épocas sucessivas da vida. Na fronteira entre essas épocas ocorre uma tradução do material psíquico e a explicação para as psiconeuroses residiria no fato de que essa tradução não se fez no caso de uma determinada parte do material. Afirmando que existe um “*anacronismo*”²² no psiquismo, as neuroses nos expõem a presença do que ele chamou de “sobrevivências”. O mecanismo de defesa neurótico, que clinicamente se manifesta como “recalcamento” é, portanto, uma falha na tradução. O recalcamento é acionado pelo psiquismo sempre que uma determinada tradução produz uma cota de desprazer.

Em “*Notas sobre o Bloco Mágico*” (1925), Freud irá retomar esta lógica presente na carta 52 e irá representar o aparelho psíquico através da noção da inscrição de traços mnêmicos inapagáveis e da possibilidade inesgotável da realização de novas inscrições.

Façamos então uma pausa para tecermos observações. Analisando o conteúdo dessas cartas, podemos observar que nelas estão presentes duas noções fundamentais: a inacessibilidade do material recalcado, referente aos anos iniciais da vida; e a ideia de que na passagem entre os diversos períodos da vida as cenas vividas nos períodos precedentes sofrem uma “tradução”.

Como vimos até aqui, a partir de suas observações clínicas, Freud já compreendia desde muito cedo que o período referente aos primeiros anos de vida era intraduzível e que, por isso, o despertar de uma cena dessa fase levava à impossibilidade de tradução. Olhando cautelosamente, vamos perceber que já existe uma compreensão em Freud de que, além de serem inacessíveis, essas experiências infantis possuem valor de determinação dos sintomas; determinação esta que repousa exatamente na impossibilidade de tradução. Em nosso ponto de vista, consideramos que está presente aqui uma condição bastante importante e necessária para que possamos conceituar o infantil, pois ele parece ser relacionar exatamente a esta condição que faz com que certas experiências deixem uma impressão indelével no psiquismo,

²² O anacronismo consiste em utilizar os conceitos e as ideias de uma época para analisar os fatos de outro tempo.

sem permitir, no entanto, que o sujeito possa recuperar essa memória, ou, que consiga traduzi-la. A questão que pretendemos demonstrar é que isso que não se faz representar na cadeia simbólica do sujeito, não diz respeito somente a experiências das crianças pequenas. O adulto, por exemplo, também está constantemente vivendo experiências, cujas marcas não conseguem ser capturadas pela linguagem. Assim, podemos dizer que o infantil está para além da infância.

Retornando a Carta 52 (1896), podemos ver que Freud discute o processo de transcrição das inscrições deixadas no psiquismo pelas experiências infantis, em alusão não especificamente ao que foi vivido, mas às marcas deixadas pelas experiências de prazer e desprazer que a criança vivenciou. A partir dessas formulações, nos surge uma primeira possibilidade de apontarmos a aparição do infantil. De acordo com Zavaroni *et al* (2007), essa compreensão pode nos apontar para um reconhecimento de que muito precocemente o infantil já ganha uma visibilidade, se o considerarmos pela via dos traços mnêmicos recalcados que possuem valor de determinação. Vale lembrar que traço mnêmico não corresponde para Freud um signo remetido ao real da coisa vivida, mas apenas um traço que permanece da experiência e que não possui a capacidade de remeter a memória para o todo da experiência vivida.

Como podemos ver na carta 59 (1897), ele afirma que havia feito uma importante descoberta, pois o aspecto que lhe havia escapado a respeito da solução da histeria estava na descoberta de uma nova fonte, a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente. Agora, ele estava atento às fantasias históricas:

O que tenho em mente são as fantasias históricas, que, habitualmente, segundo me parece, remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde. A idade em que elas captam informações dessa ordem é realmente surpreendente – dois seis ou sete meses em diante. (Freud, 1897, p.293)

Um fato marcante vai ocorrer nesse período. Freud começa a duvidar de sua teoria da sedução traumática, pois suas descobertas lhe conduziam para um caminho diferente de sua primeira hipótese. É o que ocorre na Carta 69 (1897), quando expressa, de modo claro, o embate teórico que se instalará entre a fantasia e a experiência na etiologia das neuroses. Nessa carta, ele escreve a célebre frase "*não acredito mais na minha neurótica*" (Freud, 1897:309), revelando o seu descrédito na realidade material das cenas de sedução infantil.

Esse embate entre a fantasia e as experiências reais vividas na infância é um ponto importante para nosso estudo. É preciso reconhecermos que a introdução da teoria da fantasia, não significou que Freud tenha abandonado totalmente a importância das experiências vividas

pela criança. Em nossos estudos, chegamos a conclusão de que na verdade ele efetuou um reposicionamento do lugar da experiência vivida na constituição do trauma. Como podemos analisar em seus textos, ao trabalhar com a noção de fantasia, Freud concebe que o sujeito no *a posteriori*, retroage ao passado, buscando os traços das experiências e mesclando sua recordação com a sua fantasia. Seria exatamente o que Manoel de Barros nos diz em seu livro de memórias da infância: “*Tudo o que não invento é falso*”. Ou seja, as verdades encontradas nas recordações do sujeito, são construções da fantasia.

Assim, consideramos que mesmo tendo compreendido que as experiências traumáticas, narradas por seus pacientes, não correspondiam a fatos reais, Freud continua trabalhando com uma noção de que fatos e fantasias mesclam-se na construção das recordações e na produção do recalçamento, visão que nos permite compreender que “*não há fato possível de ser reproduzido em sua integridade e não há fantasia que não possua uma conexão com a realidade*” (Zavaroni et al, 2007, p.67).

Essa discussão toca diretamente no tema de nosso estudo. Se realmente estamos buscando uma compreensão das proximidades e diferenças entre a infância e o infantil, torna-se necessário que possamos realmente responder de que modo as primeiras experiências vividas pela criança ganham expressão em seu psiquismo. Se Freud compreende o aparelho psíquico como um sistema de registros de traços, oriundos das experiências vividas pelo sujeito, de fato, é compreensível a razão de Freud não abandonar totalmente a ideia acerca das experiências que o sujeito teria vivido concretamente.

No entanto, fica claro, que para Freud existiam traços oriundos da infância que jamais poderiam ganhar uma tradução, ou, retranscrição, através das quais o sujeito pudesse ter acesso, por via da recordação. Em nossa opinião, isso é indicativo de que Freud já se deparava com algo que Lacan pôde, mais à frente, formular através de sua teoria sobre a letra, como sendo aquilo que diz respeito a essas primeiras marcas de gozo impressas na criança, num tempo em que ela ainda não dispunha de uma cadeia simbólica que lhe pudesse conferir sentido.

Queremos ressaltar que, se Freud permaneceu interessado pelas experiências originárias e factuais, isso não foi totalmente de modo ingênuo, até porque já está provado que ele entendia o caráter inacessível dessas experiências. De todo modo, seu interesse nas experiências primitivas da criança se explica, pois o que está em jogo ali são as chamadas experiências pulsionais que não podiam ganhar representação, mas que ainda assim, deixavam marcas e trilhamentos no psiquismo. Nesse sentido, consideramos, aqui, uma relação importante com o tema da nossa pesquisa, na medida em que em Freud o infantil se faz

presente na estrutura do sujeito, como a parte da pulsão que é impossível de ser totalmente significada.

Dessa forma a partir do momento em que a realidade material da experiência passou a ser questionada em seu valor determinante da neurose, aquilo que os pacientes reconstruíam em suas análises, em busca do que lhes teriam sido traumático, deixou de ser entendido como uma realidade factual para ser interpretada pela via da realidade psíquica, atravessada pela fantasia e marcada pelo recalque.

Para concluir queremos citar agora o texto "*Lembranças encobridoras*" (1899), exatamente porque nele estão presentes todos esses aspectos levantados anteriormente. Nessa obra, vemos que Freud já se mostra muito mais preocupado com aquilo que a recordação encobre do que, propriamente, com o material recapturado na memória. Nesse trabalho, ele chama a atenção para o lugar da fantasia, da ação do recalque que fragmenta as recordações das experiências e para a inscrição indelével do infantil no psiquismo. Assim, o que está em jogo nesse artigo é a compreensão de que as recordações, que o sujeito faz de seu passado, só conseguem trazer à tona lembranças fragmentadas e lacunares. O trabalho de análise passa a considerar que existe uma impossibilidade do resgate da infância em sua forma original, por isso as lembranças que o sujeito possui de sua infância só podem ser consideradas lembranças “relativas”, pois:

(...) pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância (...) Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas (Freud, 1899, p.354).

2.3 – A primeira tópica e o modelo dos Sonhos

Conforme já afirmamos no tópico anterior, a "*A interpretação dos sonhos*" (1900) é uma obra especial, pois ela representa a consolidação do lugar do infantil na constituição do psiquismo. Neste momento, iremos abordar apenas alguns aspectos presentes nessa obra, por isso, privilegiaremos algumas noções desenvolvidas no capítulo VII, que concernem ao tema da regressão e dos desejos formadores do sonho.

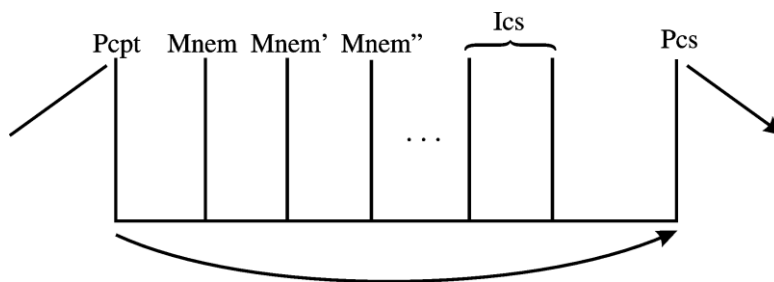
Na busca da compreensão dos mecanismos formadores dos sonhos, Freud irá retomar e dar continuidade aquilo que ela já vinha estudando desde as correspondências com Fliess e os "*Estudos sobre a histeria*" (1893). As experiências que deixam marcas no psiquismo durante a infância aparecem novamente em suas investigações, reafirmando-se como um

terreno fundamental, no qual ele busca elucidar o funcionamento do aparelho psíquico e suas formações.

A tese de que os sonhos são movidos pela força dos desejos infantis surge dentro das explicações a respeito do processo da regressão e para que possamos entender essa tese de modo mais claro, será necessário investigarmos, mesmo que de modo breve, as principais noções que ele desenvolveu no capítulo VII dessa obra. Foi exatamente no segmento destinado ao tema da regressão que Freud apresentou, pela primeira vez, uma explicação tópica do aparelho psíquico.

Abandonando qualquer tentativa de localizar esses lugares psíquicos em termos anatômicos, Freud explica que o que menos importa é a dimensão espacial que elas estabelecem, mas, sim, a direção temporal do funcionamento do aparelho. A primeira tópica, como ficou conhecida, pretende, portanto, expressar o sentido progressivo-regressivo do funcionamento do aparelho psíquico, sendo daí que se extrai a explicação a respeito da *regressão*. Baseado no modelo do arco-reflexo, já presente no “*Projeto para uma psicologia científica*” (Freud, 1985), o aparelho psíquico seria um aparato, onde estímulos recebidos geram uma tensão que irão percorrer o aparelho em direção a uma saída em forma de descarga. Após uma série de reformulações, Freud fornece uma esquematização gráfica do aparelho psíquico, comumente chamado de “modelo do pente”. Nessa esquematização, Freud pretende não só demonstrar os sistemas psíquicos, mas, também, o movimento progressivo-regressivo que os estímulos psíquicos podem realizar dentro do aparelho.

Fig.3



Conforme demonstra o gráfico (fig.3), o aparelho psíquico é um aparelho que guarda traços de memórias, pois o percurso que os estímulos realizam deixava marcas permanentes dentro desse aparelho, daí o ser caráter de aparato de memória. Logo na frente do aparelho está situado, portanto, o sistema *Pcpt*, que recebe os estímulos, mas não os registra, nem os associa, uma vez que ele necessita ficar permanentemente aberto aos novos estímulos. As

funções de registro e associação ficam reservadas assim aos vários sistemas mnêmicos que recebem as excitações do primeiro sistema e as transformam em traços de *permanentes*. Um detalhe importante é que as associações entre os traços mnêmicos ocorrem apenas no interior dos sistemas mnêmicos. Os traços mnêmicos são, em si, inconscientes, embora possam, em algum momento, virem a tornarem-se conscientes. Enquanto inconscientes os traços mnêmicos não possuem nenhuma qualidade, já que esta é uma propriedade exclusiva do sistema de percepção.

Essa é uma compreensão muito importante para analisarmos o infantil, mas antes que façamos nossas ponderações, vejamos uma passagem em que Freud faz uma série de colocações, que descrevem com muita precisão a presença de questões psíquicas que remetem à infância:

É o sistema *Pcpt.*, desprovido da capacidade de reter modificações, e, portanto, sem memória, que supre nossa consciência de toda a multiplicidade das qualidades sensoriais. Por outro lado, nossas lembranças – sem excetuar as que estão mais profundamente gravadas em nossa psique – são inconscientes em si mesmas. Podem tornar-se conscientes, mas não há dúvida de que produzem todos os seus efeitos quando em estado inconsciente. O que descrevemos como nosso “caráter” baseia-se nos traços mnêmicos de nossas impressões; e além disso, as impressões que maior efeito causaram em nós – as de nossa primeira infância – são precisamente as que quase nunca se tornam conscientes. Mas, quando as lembranças voltam a se tornar conscientes, não exibem nenhuma qualidade sensorial, ou mostram uma qualidade sensorial ínfima se comparadas às percepções (Freud, 1900, p.570).

Na citação acima, fica muito clara a tese freudiana de que o funcionamento do psiquismo adulto é fruto de impressões oriundas da infância. Indo ainda um pouco mais longe, ele afirma que as primeiras experiências, vividas pela criança, ao ganharem uma representação, isto é, ao receberem um registro nos sistemas de memória, acabam perdendo a qualidade sensorial que possuíam no sistema perceptivo. Isto aponta para o reconhecimento de algo que ele já compreendia na Carta 52 (1896), mas que agora é incorporado na tópica dos sistemas do aparelho psíquico. Aquilo que é traduzido nos sistemas mnêmicos não é mais o mesmo material que foi recebido pelo sistema perceptivo. Quando esses registros mnêmicos, correspondentes às primeiras experiências da infância, que são inconscientes, conseguem se tornar conscientes, eles não conseguem trazer à rememoração do sujeito os mesmos atributos e qualidades quando comparados ao momento em que eles atingiram o polo perceptivo.

Como podemos interpretar essa colocação dentro da nossa investigação? Consideramos que nesta passagem Freud está se referindo ao fato de que na constituição do aparelho psíquico existe algo que ficaria perdido em relação às primeiras impressões que atingem o aparelho psíquico. Ele nos apresenta essa rica noção de que na composição do registro psíquico ocorre uma perda de uma qualidade sensorial da experiência vivida. Isso tem

grande valor para o nosso estudo, pois podemos considerar que, nesse ponto de sua obra, já existe uma nitidez daquilo que se refere ao infantil. O infantil pode ser visto nesta passagem como aquilo que é da ordem da experiência pulsional que, ao ganhar um registro no aparelho psíquico, acaba perdendo uma qualidade inerente da experiência. No entanto, essa perda constitutiva, é o que faz toda a diferença no funcionamento do psiquismo.

A colocação de Freud é, de fato, muito rica, pois permite que o infantil seja entendido dentro desse processo que faz com que uma coisa perdida não seja uma coisa nula. Se o infantil refere-se a algo da experiência que está perdido na constituição do psiquismo, é bem verdade, que esse infantil, em sua ausência, passa a se inscrever de modo indelével no funcionamento psíquico. O infantil não tem uma consistência, sua eficácia, está exatamente na condição de ausência. Feito este breve intervalo, onde esboçamos nossas reflexões, continuemos nossa investigação para que possamos chegar à questão da regressão, pois ela também aborda uma faceta do infantil.

Tendo exposto os sistemas que compõem o aparelho psíquico Freud se indaga: em qual desses sistemas, portanto, devemos situar o impulso para a formação dos sonhos? É no sistema *Ics* que podemos localizar o impulso à formação dos sonhos. O desejo inconsciente liga-se a pensamentos oníricos, pertencentes ao *Pcs/Cs*, e procura uma forma de acesso à consciência, graças à diminuição da censura durante o sono. Enquanto na vigília o processo de excitação percorre normalmente o sentido progressivo, nos sonhos e nas alucinações a excitação percorre o caminho inverso.

Prosseguindo no tema da regressão, Freud vai novamente nos trazer referências a respeito do infantil. Pelas experiências clínicas com os pacientes neuróticos, ele passa a estar convicto que os mesmos processos causadores dos fenômenos da histeria estão também na causalidade inconsciente da formação dos sonhos. Estando esclarecido sobre o papel desempenhado nos pensamentos oníricos pelas “*experiências infantis ou pelas fantasias nelas baseadas*” (Freud, 1900:576), os sonhos também passam a ser compreendidos como resultado da atração que as marcas mnêmicas das experiências infantis exercem no aparelho psíquico. Ávidas por uma revivescência, essas lembranças lutam para encontrar uma expressão atual na consciência, o que faz com o que o sonho tenha que ser entendido como o “*substituto de uma cena infantil, modificada por transferir-se para uma experiência recente*” (Freud, 1900, p.576). Como a cena infantil é incapaz de promover sua própria revivescência ela se vê obrigada a se contentar em retornar como sonho, o que será possível graças ao mecanismo da regressão. Assim, Freud conclui:

O fato de os sonhos serem hipermnésicos e terem acesso ao material proveniente da infância tornou-se um dos pilares de nossa doutrina. Nossa teoria dos sonhos encara os desejos originários do infantil como a força propulsora indispensável para a formação dos sonhos (Freud, 1900, p.616).

Novamente Freud nos traz uma passagem fabulosa. Os “desejos originários do infantil” são a fonte indispensável da formação dos sonhos, diz ele. Se prestarmos atenção, veremos que a palavra infantil aparece aqui sofrendo uma torção semântica. O infantil não está aqui dando uma qualidade, ou, um adjetivo, ele aparece como um “substantivo”, como uma coisa. Não podemos afirmar que Freud já estava aqui falando do infantil, como sendo absolutamente distinto das experiências infantis, porém, é bastante sugestivo que esse uso do termo infantil, já estivesse antecipando um deslocamento que vai ocorrendo ao longo de sua obra. Se o inconsciente também deixou de ser uma qualidade dos conteúdos mentais, passando a ser um sistema psíquico, assim também ocorrerá com o infantil. Da condição de qualidade temporal, que adjetiva o vivido na infância, o infantil também começa a aparecer como elemento, como algo, que determina o psiquismo.

Outro ponto que podemos extrair dessa investigação é que o conceito de regressão representa uma via onde o infantil aparece não somente nos sonhos, mas, também nos sintomas e nos acontecimentos da vida em vigília. Como veremos ainda neste capítulo, a regressão se desdobra para o tema da repetição que iremos abordar em um tópico posterior. A segunda questão que já comentamos ao longo do texto é o fato de que existe uma perda, um esvaziamento qualitativo da experiência, quando os estímulos recebidos pelo polo perceptivo do aparelho psíquico se deslocam para o sistema de memória onde poderão ganhar um registro.

Apesar de podermos fazer esses apontamentos, o fato é que eles não foram suficientes para que Freud tivesse especificado o caráter diferencial da infância e do infantil, pois seu texto revela que ainda existem oscilações referentes ao modo como entendia as experiências infantis originárias. Em nossa análise, em “*A interpretação dos sonhos*” (1900), a teoria da sedução real da criança, exercida por um adulto, ainda não estava totalmente superada e, a rigor, podemos dizer que isso nunca veio a acontecer de forma completa. Podemos comprovar esta ideia, na passagem em que Freud afirma: “*Fui além dessa teoria, sem abandoná-la, ou seja, hoje não a considero incorreta, mas incompleta*” (Freud, 1900, p.36). Conforme analisa Garcia-Roza, a explicação de que o sonho é o resultado da atração exercida pelas marcas mnêmicas das experiências infantis, pode ser interpretada como uma teoria que se inscreve na mesma problemática da teoria do trauma. Ainda continua de pé a concepção de que a

“primeira cena traumática” se refira a uma cena real e a fantasia desempenharia, nesse caso, um papel secundário.

A respeito dessas oscilações, que o texto freudiano apresenta entre as experiências reais da infância e as fantasias inconscientes, em nossa opinião, o fato da teoria do trauma não estar completamente superada (no que tange à concretude das cenas originárias) isso não enfraquece, de maneira alguma, a nossa aposta de que as raízes para a compreensão do infantil já estivessem presentes nesta obra. Pelo contrário, é totalmente compreensível que Freud tenha defendido que sua antiga teoria do trauma não estava errada, mas sim incompleta.

Em nossa análise, Lacan pôde nos trazer respostas sobre esse embaraço que permaneceu vivo na obra de Freud. No *Seminário VI, O desejo e sua interpretação*, Lacan irá retomar esse sistema de traços para demonstrar o advento do significante. Ele vem demonstrar que as experiências que o bebê vive com o Outro, que lhe presta os cuidados maternos, são experiências que não ganham registro no campo do significante, porém, são experiências que deixam um rastro. Esse rastro não sinaliza para o sujeito o real da experiência, mas indica a perda de um objeto que não pode mais ser recuperado. Quando esse rastro é apagado, ele vem ser substituído por um traço de memória. Sendo assim, podemos entender que após a experiência vivida, o rastro da coisa vivida é perdido e no lugar desse vazio o sujeito coloca um traço de memória. Isso explica quando Freud fala da perda das qualidades sensoriais quando o estímulo se transforma em um registro. Esses traços, a princípio, ainda não possuem uma significação, porém, eles constituem a base da lógica significante que surgirá posteriormente. .

No momento, não iremos desenvolver em profundidade esta questão, mas consideramos necessário demonstrar que Freud não estava realmente tão equivocado. De fato, isso que é vivido importa, mas não no sentido de dizermos que o sujeito poderá encontrar através da recordação as verdades de suas origens. Isso importa no sentido de que há algo que fica de fora do sistema de registros psíquicos e que insiste em produzir efeitos no sujeito.

2.4 – A sexualidade infantil e o desenvolvimento pulsional

Os “*Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (1905) é uma obra fundamental para nossa pesquisa, visto que, por meio de sua elaboração Freud introduziu noções que tocam diretamente na infância e no infantil. Após a descoberta do funcionamento da fantasia na realidade psíquica, neste momento Freud está apto a conceber que o sexual não é traumático

na infância devido à fatores externos (a sexualidade do adulto abusador), mas sim aos próprios processos que articulam a fantasia e a pulsão sexual inerentes à própria criança.

Em “*Um estudo autobiográfico*” (1924), Freud afirma que o fato de ter abandonado sua antiga teoria da sedução não o fazia perder a convicção de que ele não havia “sugestionado” os seus pacientes a produzirem as fantasias de sedução. Ocorre, porém, que naquela ocasião ele ainda não havia se dado conta de um fator importante: “*Eu tinha de fato tropeçado pela primeira vez no complexo de Édipo, que depois iria assumir importância tão esmagadora, mas que eu ainda não reconhecia sob seu disfarce de fantasia*” (Freud, 1924, p.40).

Quando a sexualidade infantil e os processos do complexo de Édipo ganharam ampla repercussão nas investigações de Freud, tonou-se possível uma nova leitura a respeito do traumatismo. É importante que façamos um parêntese para fazer uma observação: é o complexo de Édipo que vai dar complexidade a noção de sexualidade. Se sexualidade encontra sua fundamentação no campo pulsional, e não nos instintos, ela remete ao sujeito a questões que são da ordem desejo, mas, também, da angústia. Daí o infantil remeter nosso estudo para estes dois polos da vida psíquica.

Com a publicação dos “*Três Ensaio*s” (1905), podemos afirmar que a infância passa a ser considerada como o palco das pulsões sexuais, responsáveis por uma sexualidade infantil perversa. Essas pulsões seriam capazes de conduzir a criança a uma condição produtora de neurose, não pelo viés de um acontecimento factual de sedução de um adulto, mas pelos próprios caminhos que essa sexualidade assume nas fantasias da criança. Os elementos que estão nas origens traumáticas fazem parte dos processos psíquicos do complexo de Édipo: a sexualidade infantil é traumática, porque ela coloca a criança diante de uma cena erótica e fantasiosa envolvendo suas figuras parentais, o que convoca a criança à angústia diante da possibilidade de infração dos principais tabus civilizatórios, o parricídio e o incesto.

Com a compreensão que agora possuía sobre a sexualidade infantil, a partir dos acontecimentos e consequências oriundos do complexo de Édipo, Freud podia enfim abandonar a teoria da sedução factual e postular o campo da fantasia, em sua articulação com a sexualidade, como sendo o lugar que o sujeito constrói sua realidade psíquica. No entanto, é importante frisarmos que ele não abandonou inteiramente a teoria da sedução, pois, a partir desse ponto de sua trajetória, já havia ficado claro para ele que todo sujeito no início de sua vida havia vivenciado uma sedução da qual nenhum ser humano poderia escapar, a sedução e a erotização dos cuidados maternos. Nas próprias palavras de Freud:

O trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa – usualmente, a mãe – contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela a acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo (Freud, 1905, p. 210-211).

Em “Novas Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise” (1932), reconhecendo que a fantasia de ser seduzida pelo pai é a expressão do típico complexo de Édipo nas mulheres, Freud traz á cena uma situação em que a fantasia toca na realidade, o que faz com que entre em jogo a fantasia de sedução na pré-história pré-edipiana das meninas; contudo, o sedutor é regularmente a mãe. Aqui, diz Freud:

(...) a fantasia toca o chão da realidade, pois foi realmente a mãe quem, por suas atividades concernentes à higiene corporal da criança, inevitavelmente estimulou e, talvez, até mesmo despertou, pela primeira vez, sensações prazerosas nos genitais da menina (Freud, 1924, p.121).

Essa compreensão a respeito do erotismo infantil tornou-se possível porque os “*Três ensaios para uma teoria da sexualidade*” (1905) introduziram o conceito de pulsão sexual em divergência à noção de sexualidade instintiva. A noção de pulsão sexual é a matéria prima primordial com a qual Freud pôde abordar a constituição do psiquismo pela via de processos que organizam a atividade psíquica do sujeito ao longo de diferentes modalidades de erotismo pulsional. Uma forma de conceber a constituição do psiquismo que difere inteiramente de qualquer visão que enxerga o desenvolvimento do homem como sendo guiado por instintos.

Fugindo do campo dos instintos, da pura maturação biológica, a pulsão sexual permitiu a construção de uma teoria psicosssexual que vem afirmar uma lógica e um ritmo do desenvolvimento do psiquismo, como sendo regido pelos movimentos da pulsão sexual e pela sua repercussão no campo do psiquismo. Através da pulsão sexual, a sexualidade dos adultos passou surpreendentemente a ser compreendida à luz da sexualidade perversa-polimorfa das crianças, isso porque na elaboração de sua teoria psicosssexual, Freud (1905) aponta para uma marca de sobreposição, que se constitui como característica fundamental do processo de subjetivação, em que os modos mais arcaicos do desenvolvimento pulsional permanecem presentes, também, na sexualidade do adulto. Nesse ponto de vista, podemos dizer que o adulto, porta para sempre o infantil que o constituiu, pois, mesmo que as pulsões parciais sejam submetidas à ação do recalque e do processo secundário, elas nunca abandonarão seus intentos de retorno ao prazer primordial, passando a ser elaboradas como fantasias de desejo (Zavaroni et al, 2007).

Os “*Três ensaios para uma teoria da sexualidade*” (1905) contêm também uma importante discussão que é de muito valor para nossa pesquisa. Freud aborda a singular *amnésia*, presente em grande parte das pessoas, responsável por encobrir os primeiros anos da infância até os seis ou oito anos de idade. Existe nessa amnésia, um paradoxo ao qual precisamos dar atenção: se em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução de impressões psíquicas é maior do que justamente nos anos da infância, qual é a razão de grande parte das pessoas só preservarem na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas? Vejamos sua colocação:

De fato, somos informados de que, durante esses anos, dos quais só preservamos na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas, reagíamos com vivacidade frente às impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam violentamente, e até formulávamos frases que eram registradas pelos adultos como uma boa prova de discernimento e de uma capacidade incipiente de julgamento. E de tudo isso, quando adultos, nada sabemos por nós mesmos (Freud, 1905, p. 164).

Por outro lado, Freud demonstra estar certo de que essas mesmas impressões esquecidas pelo sujeito deixaram, ainda assim, “*os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior*” (Freud, 1905, p.165). Em sua opinião, não é possível concebemos, portanto, um declínio real das impressões infantis, mas sim numa amnésia, semelhante àquela que ocorre nos neuróticos adultos devido ao recalçamento.

Quando se indaga sobre que tipo de forças atua nesse recalçamento das impressões infantis, Freud vai afirmar que a amnésia histérica, que está à serviço do recalçamento, só pode receber uma explicação se considerarmos que o indivíduo já possui um acervo de traços mnêmicos que deixaram de estar “*à disposição da consciência e que agora, através de uma ligação associativa, apoderam-se daquilo sobre o que atuam as forças repulsoras do recalçamento*” (Freud, 1905:165). O que liga essas duas amnesias é exatamente a presença de moções sexuais no período da infância, o que lhe permite afirmar que sem a amnésia infantil não haveria amnésia histérica.

Creio, pois, que a amnésia infantil, que converte a infância de cada um numa espécie de época *pré-histórica* e oculta dele os primórdios de sua própria vida sexual, carrega a culpa por não se dar valor ao período infantil no desenvolvimento da vida sexual. Um observador isolado não pode preencher as lacunas assim geradas em nosso conhecimento. Já em 1896 frisei a significação da infância para a origem de certos fenômenos importantes que dependem da vida sexual, e desde então nunca deixei de trazer para primeiro plano o fator infantil na sexualidade (Freud, 1905, p.165).

A fim de apontarmos nossa discussão para o estudo do infantil, o que podemos extrair desses recortes? Consideramos que ao abordar o tema do esquecimento, localizando a pré-história do sujeito nos primeiros anos da infância, Freud nos permite formular a seguinte observação: o infantil é um paradoxo, porque, ao mesmo tempo em que está associado a algo esquecido, ele possui, também, acima de tudo um valor determinante. Existe nesta obra um importante avanço com relação ao tema do traumatismo e sua incidência nos tempos da infância. Como demonstramos, no processo de constituição psíquica, a infância é colocada como momento de maior capacidade de receber e reproduzir impressões psíquicas. Há uma clareza de Freud, portanto, que essas impressões, após passarem por um esquecimento, acabam deixando os mais profundos traços no psiquismo, e, que, por isso, podem ser considerados como traumáticos e constituintes. Podemos ver novamente que o infantil encontra expressão nas conceituações que abordam esse rastro apagado das primeiras experiências infantis.

Quando Freud enfatiza que não podemos falar de apagamento ou abolição das impressões infantis, mas sim de recalque, existe uma nova compreensão daquilo que é “traumático”, pois não seriam mais as cenas provenientes de experiências factuais, mas são os seus traços que passam a adquirir um estatuto traumático. Inscrições e traços esquecidos, mas não apagados.

Conforme analisa Birman (1997), os “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (Freud, 1905) marcam uma posição que é definitiva para a psicanálise, pois com a formulação de uma teoria sobre a sexualidade humana, incluindo a do adulto, o infantil aparece e permanecerá daí em diante como um aspecto intrínseco e indissociável da pulsão. Se Freud enxerga as pulsões polimorfas, que constituíam para ele a essência da sexualidade e do gozo humano, como fundamento do inconsciente e do desejo, o infantil pode ser identificado então como o que opera dentro do universo caótico do desejo, sendo este a sua matéria prima fundamental. Em nosso estudo, isso nos permite afirmar que o infantil, não abandonando jamais o universo do desejo pulsional, é o que dá o tom ao discurso do inconsciente. Esse discurso, no entanto, desenrola-se sob a regência do compasso temporal de “*Nachträglich*” (a posteriori), o que vem fazer com que o infantil encontre uma materialização simbólica nos sonhos, atos falhos, chistes, e sintomas.

É importante estarmos ciente de que com a teoria das pulsões sexuais, Freud efetuou uma virada na etiologia do trauma, porém, permaneceu associando o inconsciente a uma temporalidade não linear e não-evolutiva. É dentro desse novo modelo que podemos situar vários casos clínicos de Freud.

. 2.5 – A constituição da neurose infantil

Como vimos no tópico anterior, a infância que é descoberta pela psicanálise é essencialmente uma infância esquecida pelo próprio sujeito e mesmo possuindo esse caráter desconhecido possui valor fundante para sua história. Já sabemos que essa infância, que se mantém desconhecida para o sujeito, possui estreita relação com fortes impulsos e fantasias sexuais, o que explica o fato dela ser recalcada. Tomando como ponto de partida essa amnésia estruturante, em “*Análise de uma fobia de um menino de cinco anos*” (1909), Freud vai extrair o importante postulado de que toda neurose de adultos tem como ponto de partida uma angústia infantil. Desse modo, ficava claro, que o conteúdo que surgia das lembranças e fantasias dos adultos durante suas análises eram atualizações dessa infância desconhecida e recalcada.

Na discussão do caso Hans, Freud aponta que as histerias de angústia (as fobias) são os distúrbios neuróticos mais comuns e que aparecem mais cedo na vida, sendo, portanto, “*as neuroses da infância par excellence*” (Freud, 1909:106). Em sua opinião, as neuroses de angústia possuem o mesmo funcionamento das histerias de conversão, havendo apenas uma diferença: na histeria de angústia, a libido, que tinha sido libertada do material patogênico pelo recalque, não é convertida (isto é, desviada da esfera mental para uma inervação somática), mas é posta em liberdade na forma de angústia. Possuindo um caráter móvel, esse tipo de neurose faz com que a angústia se fixe numa representação que é um substituto dos conteúdos originalmente recalcados. Assim, a fobia podia ser entendida como uma angústia diante de um objeto fantasiado que trazia no núcleo de sua camuflagem aquilo que fora recalcado.

O objeto fóbico constitui um representante simbólico de um elemento inconsciente, um instrumento que permite ao sujeito enquadrar a angústia da castração, transformando-a em medo, por exemplo, medo de cavalos no caso do pequeno Hans. A análise cuidadosa e meticulosa que Freud emprega às fantasias de Hans puderam revelar que, no pano de fundo da fobia por cavalos, estavam localizados os conflitos oriundos do complexo de Édipo. Esse trabalho de escuta do sintoma de uma criança possui um valor inestimável para a psicanálise. Através dele tornou-se possível a compreensão de que as neuroses infantis possuem uma função estruturante, através das quais a criança encontra um meio de elaborar saídas para o intenso sofrimento vivenciado no percurso edipiano, sem sofrerem com isso um impacto maciço do recalque.

Desse modo, podemos interpretar o caso da fobia de Hans como um momento crucial em que Freud se dá conta da importância da constituição da neurose infantil. O aparecimento dos sintomas de Hans era totalmente congruente e revelador dos processos que ele vinha elaborando para explicar a constituição do aparelho psíquico. Quando ocorre na infância a constituição e consolidação de uma neurose, Freud vai compreender esse processo como sendo o resultado da estruturação do psiquismo pela via da instauração do recalque (Zornig, 2000). A constituição de uma neurose é, portanto, uma produção final, uma consequência, do mecanismo do recalque.

Quando falamos sobre angústia, sobre defesa e constituição de neurose é preciso fazer um esclarecimento norteador. Na época da publicação do caso do pequeno Hans, a teoria freudiana não compreendia a angústia como o motivo responsável pelo desencadeamento defensivo do recalque²³. Pelo contrário, nesse momento, a angústia era vista como um afeto que surgia após o recalque.

No caso de Hans, é possível visualizarmos esse processo de constituição do sintoma fóbico. Num primeiro momento, podemos localizar um sonho de angústia, no qual o menino acorda chorando, porque havia sonhado que não possuía mais uma mãe para lhe fazer carinho. Nesse primeiro momento, a angústia pode ser localizada como um excesso de energia libidinal não convertida, desligada de uma representação. A análise de Freud o levava a entender que esse sonho de angústia era proveniente de suas vivências e afetos do complexo de Édipo que haviam sido recalcados. É após a ocorrência desse sonho que o menino irá construir o sintoma da fobia por cavalos que, através da leitura lacaniana, pode ser interpretado como a forma simbólica por meio da qual Hans construiu um substituto paterno (cavalo), capaz de cumprir a função de um terceiro elemento castrador, interditando assim sua relação com a mãe fálica.

A neurose infantil é, portanto, uma modalidade de defesa que possui valor estruturante, pois, na medida em que possibilita nomear e interpretar os impasses de sua relação com o Outro, a criança pode encontrar uma posição de sujeito. Encontramos um esclarecimento sobre isso em Zornig (2000):

(...) não só Hans apresentou sintomas semelhantes a muitas crianças, como pode, ao contrário de algumas, construir sua neurose infantil no sentido de dar uma interpretação (mediante das teorias sexuais infantis) aos significantes obscuros que os adultos lhe apresentavam, como o enigma da existência, os desejos incestuosos e ambivalência sentida na relação com o pai (Zornig, 2000, p.53).

²³ Esta noção Freud irá desenvolver em 1926 no texto “*Inibição, Sintoma e Angústia*”.

Mesmo sabendo que Freud irá reformular sua concepção sobre a angústia e sua relação com o recalçamento, o que queremos dar relevo agora é que o caso do pequeno Hans demonstra que a constituição das neuroses na infância apresenta uma aparição importante do infantil. Se prestarmos atenção, é bastante revelador que, ao se lançar à procura da angústia infantil numa análise de um menino de cinco anos, Freud logo percebe que *“não é a infância em si que ali se apresenta, mas um mundo de desejos, fantasias, lembranças e recordações que, mesmo em uma criança, se davam a posteriori”* (Zavaroni et al, 2007, p.68). Isso pode ser comprovado se considerarmos a importância que Freud concedeu à escuta das fantasias, sonhos e desenhos que o menino construía e relatava.

A princípio, o infantil ganha visibilidade como aquilo que está encarnado na fantasia do sujeito, como tela de proteção contra as pulsões sexuais infantis e desejos de cunho edipiano. No entanto, se considerarmos que, mais à frente, a angústia será entendida como sendo o motivo que dispara o recalçamento, então podemos tecer uma interpretação regressiva dentro de sua obra. Podemos dizer que, para além de sua condição de adjetivo referido ao tempo cronológico da infância, o caso Hans demonstra que o infantil está encarnado na angústia proveniente das pulsões sexuais e na angústia do encontro com a castração. O infantil participa da constituição do psiquismo como expressão do desamparo que conduz o sujeito à angústia.

A neurose infantil pode ser compreendida a partir de duas facetas. Primeiro, conforme já demonstramos através do caso Hans, ela é o ponto culminante da organização psíquica do sujeito, relativas às vicissitudes do Édipo e à angústia de castração. Segundo, a neurose infantil pode ser entendida também como aquilo que está presente na reconstrução que os pacientes adultos tecem a partir do retorno do recalçado. Esta segunda faceta foi amplamente desenvolvida por Freud no caso “O homem dos lobos”.

Em 1918, em *"História de uma neurose infantil"*, Freud dedicou um lugar especial aos aspectos fundamentais da reconstrução daquilo que ele chamou de *“fator infantil”*, como sendo uma condição para a formação das neuroses adultas. O caso *“O homem dos lobos”*, como ficou conhecido, insere-se na história da psicanálise como um dos casos clínicos mais bem elaborados e que traz em seu seio uma importante defesa da hipótese a respeito do lugar determinante das experiências infantis na subjetividade do adulto.

No entanto, essa obra é certamente um dos textos onde Freud mais demonstra essa oscilação entre o que seria de fato esse fator infantil na causação das neuroses. Apesar de podermos visualizar uma visão clara do infantil atemporal, que não se confunde com as cenas

da infância, ainda existe uma nítida aposta de Freud pela busca das experiências originárias causadoras do trauma.

Situando-se em meio a uma série de debates com Jung, a respeito da natureza dessas cenas primárias envolvida no recalque originário, o estudo dessa obra revela que Freud fazia questão de não abandonar a ideia da existência de alguma cena ocorrida na infância. Para conciliar todos seus achados, ele busca incessantemente construir um enlace entre a fantasia e a cena traumática primária e, de algum modo, o estudo dessa obra nos dá a impressão que ele permanece em uma alternância, ou talvez numa busca de conciliação, entre a reconstrução histórica e a reconstrução fantasiada. Se por um lado, ele entendia as fantasias como lendas que "camuflam" um passado recalcado, por outro, aponta que a *"sedução pela irmã (no caso do homem dos lobos) não foi certamente uma fantasia"* (Freud, 1918, p.32).

Em um acréscimo que fez posteriormente ao relato desse caso, ele mantém o amálgama da experiência e da fantasia na reconstrução da cena primária: *"certamente não há mais necessidade de duvidar que estamos lidando apenas com uma fantasia, que nasceu talvez da observação de relações sexuais de animais"* (Freud, 1918, p.69). Assim, podemos dizer que a experiência como acontecimento traumático da infância permaneceu em sua teoria através da manutenção da cena primária com os animais na constituição da fantasia da cena da relação sexual dos pais.

No entanto, apesar de estar preso nas discussões acerca do recalque originário, bem como do questionamento a respeito do caráter fantasiado ou real da cena primária, esse caso clínico possui uma grande importância, uma vez que ele consolida a noção de que existe algo das angústias infantis que não se resolvem na infância. Há uma consolidação de que o infantil é um fator que opera no psiquismo tanto de crianças quanto de adultos, fazendo com que o tempo cronológico não possa ser usado para explicar o funcionamento do inconsciente. Ao analisar uma neurose infantil *"quinze anos depois de haver terminado"* (Freud, 1918:20), Freud nos dá uma prova cabal do caráter atemporal do infantil.

Nessa direção, podemos concluir que uma das facetas do infantil que surge a partir desse texto equivale àquilo que é traumático e que permanece como fator inconsciente capaz de gerar sintomas, sonhos, etc. O infantil pode ser entendido como sendo o que se reconstrói em análise das cenas e das fantasias da infância do paciente. Desse modo, é patente um traço infantil que não se "desfaz" no adulto, mas que permanece determinando aquilo que o mesmo reconstrói no trabalho de análise.

2.6 – A pulsão de morte e o infantil

O percurso que realizamos até aqui nos permite observar que a noção do infantil está relacionada com a sexualidade infantil, com as pulsões sexuais, com a teoria do trauma e com o complexo de Édipo. Por meio dos textos que investigamos podemos identificar que o funcionamento do psiquismo estava regido pelo princípio de prazer, fazendo com que a sexualidade possuísse um funcionamento regido por condições eróticas. O trauma dentro dessa lógica estava associado, exatamente, ao caráter incestuoso do erotismo da sexualidade infantil.

No entanto, com a publicação de “*Além do Princípio de Prazer*” (1920), a teoria freudiana vai sofrer uma reformulação importante, visto que a antiga oposição entre as pulsões de vida e as pulsões de auto-conservação, será substituída pela oposição entre as pulsões de vida e a pulsão de morte. Para compreendermos a importância dessas reformulações para o tema do infantil, consideramos adequado primeiro efetuarmos uma breve explanação sobre o percurso que conduziu Freud a teorização da pulsão de morte.

Na teoria e na clínica freudiana podemos identificar dois momentos relativos à dimensão da pulsão. O primeiro, caracterizado pela necessidade de tradução do recalcado (representação ideativa da pulsão) para a consciência e do esforço para descobrir uma saída diferente para o sofrimento sintomático. Para atingir essa meta, Freud utilizava a interpretação como eixo principal na direção do tratamento, acreditando que o encontro com a verdade sintomática e sua simbolização poderia abolir o sintoma. Cabe ressaltar que neste momento da psicanálise, o fundamento do inconsciente e do desejo estava localizado nas pulsões perverso-polimorfas, que constituíam a essência da sexualidade do sujeito, fosse ele criança ou adulto.

Todavia, as dificuldades presenciadas nos tratamentos clínicos passaram a apresentar para Freud a impossibilidade da completa tradução do recalcado, além da constatação de que o acesso a esta verdade só poderia ocorrer através dos derivados do recalcado. O segundo momento da clínica freudiana é marcado, então, pelo além do princípio de prazer, pela pulsão de morte e pela compulsão a repetição. Em um trecho dessa obra, Freud aponta uma mudança nos objetivos da prática analítica:

O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. Dessa maneira, ele não adquire nenhum sentimento de convicção da correção da construção teórica que lhe foi comunicada. É obrigado a *repetir* o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, *recordá-lo* como algo pertencente ao passado. Essas reproduções, que surgem com tal exatidão indesejada, sempre têm como tema alguma parte da vida sexual infantil, isto é, do complexo de Édipo, e de seus derivativos, e são invariavelmente atuadas (*acting out*) na esfera da transferência, da relação do paciente com o médico. Quando as coisas

atingem essa etapa, pode-se dizer que a neurose primitiva foi então substituída por outra nova, pela ‘neurose de transferência’ (Freud, 1920, p.29).

Para Freud, a partir de 1920, existe, portanto, uma compulsão a repetição, que implica em experiências que não trazem ou nunca trouxeram possibilidade de prazer, nem mesmo para os impulsos recalçados. É importante considerarmos que o tema da repetição já estava presente na obra freudiana, porém ela estava ligada ao princípio de prazer e ao processo de rememoração, que seria o caminho para elaborar o material psíquico. No entanto, a partir do “*Além do Princípio de Prazer*” (1920), tal tendência à repetição passa a ser admitida como algo que pode, não somente, sobrepujar, mas também ser mais primitiva, mais elementar e mais pulsional, do que o princípio de prazer. Sendo assim, Freud postula que se por um lado o funcionamento psíquico aponta para a tendência do aspecto econômico do princípio de prazer, de outra parte, a dinâmica mais radical da pulsão reconhece apenas a exigência da repetição, da compulsão à repetição.

Com isso, a relação estabelecida entre a pulsão e a compulsão à repetição poderá ser explicada com amparo em dois elementos: o primeiro, pela força constante da pulsão, e o segundo, por ser a pulsão, um impulso que busca restabelecer um estado anterior para além de qualquer perspectiva representacional.

A virada da teoria pulsional tem um impacto gigantesco na teoria e na clínica psicanalítica. Não só a conduta clínica da psicanálise foi reformulada, mas, também, a explicação tópica do aparelho psíquico, que será explicada a partir das instâncias do “Isso”, “Eu” e “Supereu”. Nesse momento, queremos lançar uma interrogação. Se o infantil, até então, aparecia como tom do discurso do inconsciente atemporal, no qual se conjugavam o erotismo pulsional, o trauma, e o recalque, como compreender o *infantil* a partir da introdução da pulsão de morte? Consideramos esta pergunta fundamental, pois parece muito claro que o infantil está de fato profundamente associado à dimensão sexual. No entanto, o conceito de pulsão de morte introduz novos aspectos para a temática do sofrimento psíquico e para a própria sexualidade, a partir da noção de compulsão à repetição.

A noção de infantil está absolutamente atrelada à teoria pulsional de Freud e isso traz uma consequência direta para o estudo do infantil. É preciso reconhecer que os contornos teórico-clínicos do infantil sofreram torções à medida que a teoria pulsional era configurada. Podemos dizer que partindo dos primórdios das investigações freudianas até os anos de 1920, o infantil permaneceu identificado com o desejo sexual e com o princípio de prazer como regulador do funcionamento psíquico. Durante este período, o infantil esteve associado ao trauma na medida em que o infantil era uma face da pulsão sexual.

No entanto, a partir de 1920, através de sua obra “*Além do princípio de prazer*”, a pulsão deixa de estar inteiramente a serviço da sexualidade em sua face erótica, pois não era mais possível deixar de fora do discurso psicanalítico um outro aspecto da pulsão, uma dimensão em que ela opera sem os seus *representantes-representativo*. É aqui que surge o conceito de pulsão de morte apontando para uma modalidade pulsional que opera em oposição às pulsões de vida. O infantil sofre com isso uma grande torção e sua compreensão vai ser deslocada do campo do erotismo sexual para um campo que é regulado pelo não erotizável (Birman, 1997).

Nosso estudo reconhece, portanto, que qualquer tentativa de circunscrição conceitual do infantil precisa levar em consideração que o infantil está articulado a noção de pulsão de morte. A psicanálise introduz a dimensão do erotismo como aquilo que vem possibilitar a existência e o advento do sujeito, uma vez que ela faz frente ao impulso à pulsão de morte.

Desse modo, a existência de um aparelho psíquico nos seres humanos não é uma mera consequência do funcionamento do organismo vivo, mas fruto de um complexo processo de erotização que visa dominar e frear o movimento espontâneo do organismo em busca da morte e da imobilidade. É aqui que entra em cena o trabalho do Outro materno que receberá o prematuro bebê como objeto de uma economia libidinal e que através de seus cuidados, efetuará uma erotização, capaz de oferecer um amparo e uma proteção frente ao desamparo primordial, oceano da pulsão de morte. O amparo desse Outro é imprescindível para que o recém-nascido possa manejar a pulsão de morte, tendo como arma o laço erótico que estabelece com ele, porém o trauma é inevitável. A razão para isso se encontra na lacuna ineliminável que surge entre o excesso pulsional (que atinge o corpo do bebê) e a linguagem (que é incorporada pelo campo do Outro).

Este enlaçamento erótico que é o motor da constituição do sujeito conduz nossa investigação novamente para o tema do traumatismo. Aqui é preciso resgatar o que falávamos a pouco sobre o fato de que os *representantes-representação*, na linguagem freudiana, e os *significantes* na linguagem lacaniana, chegam sempre atrasados na tentativa de dominar o impacto da força pulsional que transborda no real da angústia. É em torno disso que gira a questão do trauma. Sabemos que apesar de Freud ter abandonado a sua primeira teoria de uma sedução real, ele manteve a importância da noção de traumatismo. Mas agora as antigas questões sobre a sedução podiam ser entendidas de outra forma. Essa travessia se tornou possível porque agora Freud estava atento ao fato de que, se a sedução paterna era de ordem fantasmática, o mesmo não ocorria com a sedução materna; já que no caso do pequeno Hans,

ele observa que esta sedução se dava pelos cuidados iniciais que a mãe presta ao bebê, prática na qual a mãe erotiza o corpo do filho.

Como os cuidados maternos introduzem o sujeito no campo da sexualidade com todo seu significado traumático, o trauma agora é entendido pelo fato da criança ser defrontada muito precocemente com os significantes enigmáticos propostos pelos adultos. Os resquícios dessa primeira sedução vão se atualizar no conflito edípico, confrontando a criança com a questão da castração e com a possibilidade de se organizar como sujeito, pelo estabelecimento do recalque. Como consequência dessa constituição, que se dá ao mesmo tempo no plano pulsional e da linguagem, o infantil revela e encarna a situação de desamparo do sujeito frente à exigência de trabalho da pulsão (Freud, 1915).

Sobre a rubrica da pulsão de morte, vemos Freud, no final de sua obra, retomar a questão do trauma sobre uma outra perspectiva. Se de início o trauma tinha sua gênese na sedução real, visto como um excesso de erotismo, agora o trauma é fruto de um encontro com o real (no sentido lacaniano) da sedução, isto é, com a face hedionda e mórbida da pulsão. A sedução agora não é habitada apenas pelo erotismo, ela, também, presentifica o poder da morte, do excesso pulsional impossível de ser absorvido pela linguagem do sujeito.

Através desses apontamentos, consideramos que é possível fazermos uma leitura da obra de Freud de modo a visualizarmos que a partir das teorizações sobre a pulsão de morte, a infância pode ser considerada como sofrendo um deslocamento da compreensão genética e cronológica, passando a receber sua significação no campo do funcionamento psíquico. O infantil passou a ser portador da dimensão de um conceito na medida em que já era patente a sua diferença com relação à infância. Nestes termos, podemos dizer que o infantil deixa de ser visto como um acidente de percurso no desenvolvimento cronológico do sujeito, *“ultrapassando as barreiras da cronologia, ele assume seu caráter mais indelével ao se mostrar como uma vocação estrutural do sujeito e do inconsciente”* (Birman, 1997, p.8).

Uma conclusão importante que queremos extrair desse percurso é que apesar da aparência enganosa das palavras, o fato é que num primeiro momento o infantil surgiu como uma função de “adjetivo”, o que foi posteriormente ultrapassado pelo seu caráter de “substantivo” (Birman, 1997). Nestas transmutações significantes, não houve apenas uma questão de nomenclatura, como já vimos, esse deslizamento conceitual trouxe como consequência uma revolução dentro da própria psicanálise, através da qual uma nova leitura se processa sobre o sujeito, o sintoma e o inconsciente.

Articulado agora ao novo campo do funcionamento pulsional, acreditamos que tudo que anteriormente havia sido entendido sobre o infantil pode agora encontrar um apoio teórico

mais sólido. Não se trata de desfazermos todas as compreensões anteriores, mas de relermos essas concepções à luz da lógica da segunda tópica. Em nossa opinião, se o infantil já aparecia como sendo algo da constituição do psiquismo que apontava para experiências que deixavam uma falta e uma ausência no psiquismo, com a noção de compulsão à repetição e de pulsão de morte, essa forma de compreendê-lo pode tornar-se agora mais clara.

O infantil sendo uma face da pulsão sexual não pode ser reduzida ao âmbito traumático das cenas vividas e recordadas da infância. Podemos dizer que o infantil reside exatamente naquilo impossível de ganhar registro e que continua habitando o núcleo das recordações que o sujeito constrói como sendo a história de sua vida. Como viemos demonstrando ao longo desse capítulo, o infantil se torna efetivo em sua determinação traumática, não por possuir uma consistência positiva. A dimensão traumática do infantil, ao contrário, reside no fato de que ele possui uma consistência negativa, nos remetendo para a uma ausência fundamental que é estruturante do psiquismo. Com Lacan, poderemos avançar nessa hipótese, quando pudermos analisar o infantil através da teoria do desejo e do gozo.

CAPÍTULO III – A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E O DESEJO

No capítulo anterior buscamos extrair dos trabalhos freudianos um eixo central para entender o infantil. O funcionamento do aparelho psíquico impõe que todo sujeito esteja às voltas com uma dimensão estrutural do infantil, na medida em que ele é uma expressão da pulsão. Em nossa opinião, quando Lacan vem afirmar que toda pulsão é em si uma pulsão de morte, ele faz com que a compreensão do infantil seja direcionada para o terreno da pulsão de morte e do gozo. Porém, sabemos que esta é uma posição que foi elaborada em uma etapa mais avançada do seu ensino, pois foi pela via do desejo que Lacan iniciou sua produção. Sendo assim, se quisermos nos beneficiar o máximo possível daquilo que a teoria lacaniana tem a contribuir para o tema do infantil, precisaremos ser cautelosos e não dispensarmos as suas conceituações iniciais.

Estudar o infantil em Lacan exige que façamos um percurso, um tanto semelhante, ao de Freud. Como o capítulo anterior demonstrou, antes da introdução da noção de pulsão de morte, o infantil esteve durante muito tempo relacionado com as pulsões eróticas. De certo modo, foi assim também com Lacan. A ênfase inicial do seu ensino recai sobre as noções que abordavam o sujeito pela via do desejo e de sua articulação com a linguagem, sendo somente depois do Seminário X e XI que a pulsão de morte e o gozo começaram a surgir com mais força. Dessa forma, o caminho que optamos percorrer implica que antes de analisarmos o infantil pela via da teoria do gozo, precisamos investigar o infantil pela via dos processos que constituem o sujeito no campo do desejo.

Para começarmos essa investigação do infantil à luz da teoria lacaniana, vamos adotar uma direção a partir daquilo que pudemos apreender com o estudo da teoria freudiana. O infantil aparece em Freud como sendo o tom que a pulsão dita ao psiquismo fazendo reverberar em seu funcionamento os efeitos daquilo que é da ordem do irrepresentável. Freud possui um grande mérito, pois sua teoria nos fornece possibilidades de constatar que o infantil tem o estatuto de um resto, de algo que fica de fora dos processos da linguagem, mas que nem por isso, deixa de ter uma determinação no psiquismo.

Se o infantil é o tom da pulsão e se esse tom faz ecoar algo impossível de ganhar significação, então a incursão que faremos na teoria lacaniana será a seguinte: buscaremos fundamentar como o sujeito se constitui para Lacan, procurando analisar de que modo ele

abordou a questão da pulsão. O que vamos demonstrar de agora em diante é que a constituição do sujeito deve ser entendida como um processo que só pode ocorrer à medida que submete o sujeito a sofrer uma inevitável perda de gozo. Essa perda de gozo, que possui consequências estruturantes para o sujeito, apresenta a nós um rico caminho para extrairmos contribuições para a compreensão do infantil.

De acordo com Miller (2005), a teoria de Lacan apresenta três diferentes “reescrituras” da pulsão freudiana, que variam de acordo com a ênfase que ele concedia a um dos três registros (real, simbólico e imaginário). A princípio, nas teorizações sobre o estágio do espelho, a pulsão aparece envolvida no registro do imaginário. Posteriormente, no *Seminário V* (1957-58) e na *Subversão do Sujeito* (1960), a pulsão aparece, sob a ênfase do registro do simbólico, por isso ela consta no grafo do desejo como estando ligado a demanda do Outro. Por fim, a partir do “*Seminário X*” (1962-63) e principalmente do “*Seminário XI*” (1964), a pulsão aparece sob a ênfase do registro do real, estando ligada ao *objeto a* e ao gozo.

Para justificar a razão de escolhermos abordar o infantil pela via da noção de sujeito, queremos trazer uma colocação feita por Sauret (1997). De acordo com o autor, para abordarmos o infantil e sua implicação na estrutura do sujeito, precisamos partir da premissa de que existe uma distinção necessária a se fazer entre a criança, o sujeito e o infantil. A criança pode ser entendida como um conceito da psicologia evolutiva e desenvolvimentista, ela é fruto de uma visão de que o organismo e o funcionamento cognitivo do humano se desenvolvem desde uma imaturidade até um ponto ideal de maturação. A noção do que é uma criança depende, como vimos no primeiro capítulo, de fatores ideológicos presentes na cultura. O sujeito, por sua vez, é uma conceituação da psicanálise que aponta para o funcionamento de um discurso do inconsciente, este, porém, não se desenvolve, não amadurece, ele se constitui num processo cujo tempo se expressa em termos de uma lógica de operações. Essa distinção é que pode nos conduzir a compreensão do infantil que habita na estrutura do sujeito.

Sendo essa a nossa proposta, decidimos que o presente capítulo irá se concentrar nos fundamentos da concepção de o sujeito pelo viés de sua inscrição no campo do imaginário e do simbólico, de onde poderemos analisar as operações cruciais do estágio do espelho e da metáfora paterna. Pretendemos demonstrar que mesmo antes do Seminário XI, já havia em Lacan uma série de formulações que se aproximam do infantil enquanto “presença” de uma falta.

3.1 – O mundo simbólico e o advento do sujeito

Sabemos que a introdução da noção de sujeito na teoria psicanalítica é algo que se deve ao trabalho de Lacan. Como cerne de sua produção, Lacan retomou os fundamentos da obra freudiana buscando com isso reconduzir a psicanálise para um discurso que fosse estruturado pela lógica do inconsciente. Em sua trajetória de retorno à Freud, ele se viu na necessidade de se contrapor aos próprios psicanalistas, que segundo sua opinião, haviam se distanciado totalmente da verdadeira face da descoberta freudiana. Através de sua teoria do sujeito, Lacan remonta às estruturas e fundamentos da obra freudiana, buscando desse modo reconduzir a psicanálise para um eixo diferente daquele que era praticado pelos psicanalistas de sua época.

Para Lacan o inconsciente não possui uma ontologia biológica e orgânica. Tampouco o inconsciente é algo que se situa magicamente nas profundezas da mente, em um campo subliminar perceptivo da consciência. O inconsciente não está escondido, ele se faz ver na medida em que ele é estruturado como uma linguagem. O inconsciente é, enfim, o discurso do Outro, o que nos aponta para o fato de que o sujeito só pode se constituir em meio a um processo em que recebe uma transmissão de um lugar que podemos identificar como sendo o de uma alteridade simbólica.

Lacan muitas vezes foi erroneamente identificado como um adepto do pensamento estruturalista. Apesar de ser inegável a influência dessa corrente de pensamento em sua obra, o fato é que Lacan nos apresenta uma teoria da subjetividade absolutamente nova. Assumindo uma direção contrária à maioria dos intelectuais pós-estruturalistas, que procuravam desconstruir e negar a própria noção de sujeito, Lacan se afirma do lugar de psicanalista e acredita que o conceito de subjetividade é indispensável. Lançando mão de algumas noções extraídas do estruturalismo, ele é movido pelo desejo de decifrar questões pertinentes a subjetividade e a sua relação com o inconsciente: o que significa ser um sujeito? Como alguém se torna um sujeito? Quais são as condições responsáveis pelo fracasso em tomar-se um sujeito (levando à psicose)?

Um primeiro detalhe concerne ao próprio termo *constituição*. Dentro do campo lacaniano o termo “constituição” é utilizado para demarcar uma diferença com relação às teorias que abordam o “desenvolvimento”, termo este, que traz o risco de conduzir a psicanálise a trabalhar com paradigmas orgânicos e maturacionais. Por meio de sua concepção sobre o sujeito, o ensino lacaniano vem denunciar a incoerência de se pensar a teoria do inconsciente freudiano, a partir de paradigmas organicistas, por isso, iremos abordar

neste capítulo, as críticas que Lacan formulou em relação às teorias das relações objetais fortemente influenciadas pela lógica do desenvolvimento maturativo.

Diferente da teoria lacaniana, dentro do campo plural das “psicologias” não existe espaço para a noção de sujeito, ao contrário, concebe-se que a *personalidade* é um produto interativo de fatores genéticos com fatores aprendidos ou ambientais. Em algumas teorias psicológicas é possível afirmarmos que o psiquismo chega a ser reduzido “*a um lugar de interseção, de entrecruzamento, sem nenhuma positividade, de duas ordens primárias, a biológica e a sociológica, estas sim positivas*” (Elia, 2007, p.35).

A psicanálise apresenta uma concepção sobre o sujeito e sua constituição que se opõe radicalmente a essas concepções. Para a psicanálise, o campo do psíquico precisa ser pensado como uma positividade, e não como um efeito interativo e secundário de ordens positivas, que por sua vez são estranhas ao psíquico. A noção central que permite que a psicanálise delimite o campo do psíquico, sem os comprometimentos de teorias fisicalistas e sociais, é justamente a noção de sujeito. Se o sujeito é fruto de uma produção que não é nem inata nem aprendida, podemos dizer então que ele não “nasce” e não se “desenvolve”, ele se constitui. Sendo assim, se quisermos explicar o modo pelo qual o sujeito se constitui é necessário considerar o campo do qual ele é efeito: o campo da linguagem.

A partir da retomada que Lacan empreendeu dos textos freudianos, o sujeito só pode ser concebido a partir do campo da linguagem. Embora saibamos que Freud nunca tenha se referido explicitamente a isso, podemos observar que em todas as suas elaborações sobre o inconsciente, ele aparece como um sistema estruturado por representações (*Vorstellungen*), por traços de memória (*Erinnerzeichen*), por signos de percepção (*Wahrnehmungszeichen*), que se organizam por meio de processos de condensação e deslocamento. Uma teoria como essa exige, metodologicamente, a referência a um sistema de articulação de elementos materiais simbólicos. O inconsciente freudiano é metodologicamente sustentado por dois estatutos: ele é material (a psicanálise é um saber materialista) e é, ao mesmo tempo, simbólico (a psicanálise não é uma biopsicologia). Seguindo o caminho de Freud, Lacan soube reconhecer que é no campo da linguagem que o inconsciente freudiano encontra respaldo para se afirmar nestes dois estatutos (Elia, 2007).

Nos primeiros anos que empreendeu esta retomada da obra de Freud, Lacan realiza uma leitura do inconsciente freudiano pelo viés do campo da linguagem e para isso realiza uma apropriação de elementos da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure. Para Saussure, um signo linguístico é produzido a partir da combinação mútua entre dois elementos: o significante que é a imagem material acústica do objeto referido, e, o significado

que constitui o conceito ou a ideia do objeto. Em busca de uma sustentação para sua tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, Lacan recorre à linguística, subvertendo a associação entre significante/significado, passando a conferir uma primazia do significante na produção do significado. Assim, para Lacan, o significante prevalece sobre o significado e é a articulação entre os significantes que vai produzir o sentido, que lhe é, então, secundário.

Reinventando a teoria do signo linguístico de Saussure, Lacan traz para a psicanálise um suporte metodológico necessário para uma teoria do inconsciente. Sua compreensão sobre o significante será a chave mestra dessa empreitada, pois se analisarmos os dois elementos constitutivos do signo, veremos que o significante é ao mesmo tempo material e simbólico. Ele é material na medida em que consiste em uma imagem sonora, sendo, portanto, a unidade material da fala humana. Por outro lado, podemos afirmar que o significante seja simbólico porque sua articulação em cadeia produz uma ordem capaz de engendrar o sentido, que não se encontra constituído desde o começo, antes da articulação significante.

Se o sujeito é um efeito do significante então a sua constituição aponta para uma anterioridade simbólica. Antes mesmo de ser concebido biologicamente, o bebê humano já é falado por sua família, possuindo assim uma determinação simbólica que lhe é prévia. É essa anterioridade simbólica que vai permitir que o bebê seja inserido no que podemos chamar de ordem humana. Desse modo, a dicotomia entre as dimensões do individual e do social não faz sentido no pensamento de Lacan. A linguagem é esse lugar que faz com que o sujeito e o Outro estejam profundamente associados²⁴. No entanto, apesar de compreender o sujeito como tendo sua constituição articulada ao plano do Outro, as contribuições de Lacan à psicanálise permitem que o sujeito tenha preservado sua positividade, enquanto sujeito do inconsciente. Desse modo, a teoria do sujeito de Lacan não pode ser confundida com uma concepção culturalista do sujeito.

Quando falamos do sujeito precisamos reconhecer que ele é fruto de um processo de humanização. A visada da psicanálise reconhece que apenas fatores filogenéticos não são suficientes para que um bebê humano torne-se um sujeito inserido na ordem social e cultural. Sem uma inserção na ordem familiar e social, nenhum ser da espécie humana poderá se manter vivo, muito menos poderá vir a se constituir como sujeito. Existe, assim, um destino inevitável a todo sujeito: em sua chegada ao mundo, ele necessariamente precisa ser “adotado” ou inserido em uma ordem social a partir do dispositivo da família ou de seus

²⁴ A banda de Moebius, que Lacan passa a usar em seus seminários e escritos, demonstra perfeitamente como na estrutura do sujeito não existe um dentro e um fora.

substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.).

A entrada no mundo dos homens é correlata ao que Lacan vai chamar de humanização do desejo, processo que só pode ocorrer a partir de uma transmissão simbólica vinda de um lugar Outro. O conjunto de criações humanas, que chamamos de cultura, é o terreno de onde o sujeito poderá receber a transmissão de elementos simbólicos necessários para sua constituição, já que a anatomia e os instintos não são suficientes para responder às questões do sujeito. A partir do momento em que o bebê é cuidado e amparado por um outro, que já está inscrito num universo simbólico, todas suas experiências serão travadas numa dialética com esse outro que lhe insere na linguagem e no campo do desejo. A partir disso, toda experiência corporal e orgânica do bebê será vivida dentro de um universo simbólico, o que para a psicanálise não é sem consequências.

A conceituação referente aos processos constituintes do sujeito é bastante cara ao nosso estudo, porque ao percorremos esse trajeto teórico, veremos que o infantil aparece na teoria de Lacan de um modo semelhante à de Freud.

Façamos nos entender. Como demonstramos no capítulo anterior, Freud não se lançou em uma busca pelo infantil. O infantil tornou-se uma tônica de seus trabalhos porque ele estava envolvido em muitos processos psíquicos (no trauma, na sexualidade, nos sonhos e na formação dos sintomas). Para chegar até o inconsciente, podemos dizer que Freud inevitavelmente precisa atravessar os caminhos do infantil. Com Lacan a situação é semelhante. Ele não se dirigiu diretamente ao tema do infantil, porém, ao formular uma complexa teoria sobre o sujeito, ele acaba fazendo uma série de pontes que dão grandes possibilidades de estudarmos o infantil.

Se Freud se aproxima do infantil, porque desejava desvendar os fundamentos inconscientes das neuroses dos adultos, Lacan chega perto do infantil porque, além de querer teorizar o que é o sujeito do inconsciente, estava também empenhado em demonstrar como ocorre a constituição desse sujeito. Lacan, poucas vezes formulou algo específico sobre a psicanálise com crianças, mas, o curioso é que apesar desse fato, seus conceitos abordam questões inteiramente pertinentes à infância. Prova disso, é que a sua teoria contribui intensamente com o avanço do trabalho de psicanalistas que atuavam na clínica com crianças. A explicação para isso reside no fato de que ao falar sobre a constituição do sujeito automaticamente ele estava abordando o modo como um bebê poderia vir a se constituir como sujeito. Mas, como o ponto principal de nosso trabalho é demonstrar que a infância e infantil possuem nuances diferentes dentro da teoria psicanalítica, então, devemos ressaltar que se

Lacan abordou pouco o tema das crianças especificamente, por outro lado, as questões pertinentes ao infantil aparecem em grande profundidade em sua teoria, mesmo que não nomeado dessa forma.

Os conceitos de Lacan não podem fugir de uma condição da psicanálise: para onde quer que apontemos a teoria do sujeito, não há como não esbarrar de algum modo com a temática do infantil. É por esta razão que iniciamos esse capítulo abordando a humanização do sujeito pela ordem da palavra. Fizemos essa introdução para demonstrar que é pela via da relação com o Outro que o bebê pode vivenciar e atravessar as operações constituintes de sua subjetividade: o auto-erotismo, o narcisismo e o complexo de Édipo. A relação com o Outro está no cerne dessas operações e ao discorrer sobre elas estaremos, na verdade, encontrando os fundamentos que se articulam ao infantil.

De agora em diante nosso esforço se concentrará na tarefa de demonstrar não só como o sujeito se constitui no campo da linguagem, mas, principalmente, aquilo que essa operação faz sobrar como “resto” ou “resíduo”. Para investigarmos o infantil nessa etapa do ensino de Lacan, vamos nos guiar, então, por algumas perguntas centrais: se aprendemos com Freud que a pulsão é algo fundamental na vida do sujeito, como que o simbólico e o imaginário podem representar aquilo que é da ordem da pulsão? De que forma um bebê, que ainda não fala, pode vir a possuir uma representação de seu próprio eu? Como esse *infans* vem a se tornar um ser falante? Como ele pode vir a responder ao desejo do Outro e como ele se torna um sujeito desejante? Essa constituição do sujeito do desejo a partir da cadeia significante deixa que tipo de resto? Já de antemão queremos salientar que o atravessamento do *infans* por essas operações constituintes não é um processo governado por um ritmo temporal pré-programado pelo instinto. Esse desenrolar da constituição subjetiva depende essencialmente das operações que o *infans* vai conseguir realizar com o Outro.

Tudo isso remete diretamente ao infantil, pois, ao final dessas operações, entre a pulsão e a linguagem, o que surge como resto é um objeto faltoso, que é constituinte do sujeito e que não se apaga com o passar do tempo. Essa noção será muito bem definida quando Lacan teorizar a face real do objeto a, porém, nesse capítulo vamos verificar o caminho que ele percorreu antes de chegar a tal compreensão.

3.2 – Da insuficiência à antecipação: o estádio do espelho

Neste tópico iremos abordar o modo como Lacan explica a saída da criança do desamparo do corpo despedaçado em direção à montagem do seu “eu”. Pretendemos retomar a perspectiva que é somente a partir de uma relação com a alteridade que se torna possível a unificação das pulsões em torno da imagem de um corpo unificado. Assim, poderemos discutir em que ponto se situa o infantil neste momento da constituição subjetiva.

Situemos primeiro, o contexto do início dos seminários de Lacan. No primeiro ano (Seminário I: 1953-54), ele trabalha a transferência e a resistência; no segundo (Seminário II: 1954-55), a noção de inconsciente; no terceiro (Seminário III: 1955-56), as psicoses. Esse início é caracterizado pelo percurso que ele realiza pelos textos metapsicológicos de Freud e pelos seus escritos técnicos. É nesse contexto que Lacan começa a desenvolver suas primeiras formulações sobre o sujeito do inconsciente, através da distinção que ele promove entre o pronome francês “Je” (Eu) e o “moi” (Eu), que tradicionalmente era utilizado no campo psicanalítico para se referir ao ego.

Propondo uma subversão no cenário psicanalítico, Lacan começa a construir uma crítica da leitura que os psicanalistas de sua época faziam da obra de Freud, sobretudo no que dizia respeito à instância do eu, entendida a partir de uma dualidade simplista entre o sujeito/objeto, interno/externo, ilusão/realidade etc. A teoria do estádio do espelho foi o instrumento com o qual Lacan entrou no território da psicanálise. Em busca de uma renovação da teoria do eu (moi) ele vai ser enfático na necessidade da psicanálise recusar de todo o modo a tentação em fazer do eu uma instância de conhecimento do real, tentação da qual os analistas de sua época não conseguiram se abster (Porge, 2006). A partir dessa subversão na compreensão do eu, sua crítica vai se estender a presença de um ponto de vista desenvolvimentista e biológico na psicanálise, bem como, também, será direcionada para denunciar a necessidade de estabelecer uma diferenciação estrutural entre neurose e psicose a partir da relação do sujeito com o simbólico, isto é, com a linguagem.

Um fato curioso é que o primeiro texto sobre o estádio do espelho não se encontra à disposição dos analistas. Primeiramente, Lacan o apresentou a Sociedade Psicanalítica de Paris em junho de 1936 e, posteriormente, em agosto de 1936 no 14º Congresso Psicanalítico Internacional, em Marienbad, ocasião em que fora interrompido prematuramente por Ernest Jones, que alegava a impossibilidade de se ultrapassar o tempo da apresentação. Como nos conta o próprio Lacan, ele teria se descuidado em entregar o seu texto para a ata do congresso e depois o perdeu. Após, esse incidente, várias versões do estádio do espelho foram

elaboradas ao longo de seu ensino e, tal como propõe Porge (2006), podemos distinguir a teoria do estágio do espelho em dois períodos: as versões que vão até o artigo “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (1949) e o da versão posterior sobre o estágio do espelho generalizado (que aborda o esquema ótico do vaso invertido). Começemos por este primeiro período.

O estágio do espelho é uma experiência na qual crianças entre seis a dezoito meses vivenciam a aquisição da capacidade de identificar suas próprias imagens em um espelho. Inicialmente este fenômeno fora descrito pelo psicólogo francês Henri Wallon através de seus estudos sobre o desenvolvimento de crianças. Contudo, quando falamos de estágio do espelho em psicanálise não estamos nos referindo exatamente aos estudos de Wallon com espelhos reais, mas sim a apropriação e conceituação que Lacan fez a respeito do processo em que o bebê aliena-se a uma imagem de seu corpo, a partir de sua relação imaginária com o Outro. O espelho na teoria lacaniana é na verdade uma metáfora para abordar a relação de alienação da criança ao universo do olhar do Outro. Tampouco podemos dizer que o estágio do espelho é apenas uma experiência restrita ao campo das imagens, pois, a identificação a uma imagem do corpo é algo que só pode ocorrer para o bebê humano devido a sua articulação com o campo do simbólico.

O estágio do espelho consiste primordialmente em uma identificação fundamental, por meio da qual o *infans* se apropria de uma imagem capaz de representar o seu corpo. Para Lacan, essa identificação primordial com uma imagem do corpo é o que torna possível a estruturação do eu da criança, vindo a pôr fim à experiência devastadora de se relacionar com um corpo absolutamente despedaçado. Podemos encontrar vestígios desse estado original em que todo ser humano veio ao mundo analisando os conteúdos de fragmentação que determinam a formatação de alguns sonhos, bem como podemos encontrar esses vestígios nos fenômenos agressivos e destrutivos presentes da estrutura psicótica (Lacan, 1949).

Aqui queremos abrir um parêntesis para falarmos sobre o infantil. Se aprendemos com Freud que o infantil diz respeito, fundamentalmente, ao irrepresentável da pulsão, o que então podemos extrair dessa situação em que o bebê vivencia um estado de ser cativo de um corpo despedaçado e sem unificação? Esse estado contempla a vivência do bebê, que ainda não é um sujeito, diante das exigências de suas pulsões sem poder dar a elas uma representação. Trata-se de uma situação que, numa época posterior, Lacan irá nomear como sendo o gozo do corpo, uma vivência que remete ao aniquilamento de qualquer possibilidade de subjetividade. Esse estado é de uma ordem tão ameaçadora que a criança se apressa em sair dele precipitando-se precocemente numa alienação de uma imagem vinda do Outro. O infantil se

faz enxergar nitidamente nesse estado anterior à montagem do eu, momento em que as pulsões imperavam livremente.

Lacan adentra na psicanálise advertindo-nos que quando uma criança se olha no espelho e consegue identificar que a imagem ali refletida é um reflexo do próprio corpo, trata-se de uma experiência que não se dá de modo inato e instintivo, mas sim fruto de um processo de alienação com consequências psíquicas complexas. A possibilidade de construir uma imagem unificada do corpo – que seja representativa do eu – é na verdade fruto de um processo de aquisição. O estágio do espelho consiste, portanto, num processo dialético temporal (trata-se aqui de um tempo lógico e não cronológico) em que o bebê sai da condição angustiante de experimentar um corpo disperso, para uma vivência de identificação alienatória a uma imagem unificadora do corpo próprio:

O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (Lacan, 1949, p.97).

Para fundamentar sua teoria do estágio do espelho, Lacan parte de um fator primordial. Diante do encontro com “sua” imagem no espelho, a criança manifesta uma mímica seguida de um gesto de jubilação denotando com isso um sentimento de triunfo. Esta manifestação de júbilo chama atenção de Lacan e vai ser valorizada na medida em que ela porta uma condição diferencial entre os humanos e os primatas. Baseando-se nos trabalhos da psicologia comparada de Elsa Köhler (1926), Lacan nos revela que, apesar da criança de certa idade ser superada em termos de inteligência instrumental por um macaco, ainda assim, nesse período de sua vida ela já é capaz de realizar uma proeza, uma “*Aha-Erlebinis*”, uma descoberta de sua imagem no espelho que vem a ser acompanhada de manifestações jubilatórias. Através do texto do Lacan, somos convidados a visualizarmos o espetáculo cativante de uma criança, entre os seis e dezoito meses, que diante do espelho, ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta, mas recebendo o apoio de um suporte humano ou artificial (um andador), supera, “*numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio, para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo da imagem*” (Lacan, 1949, p.94).

O sentimento de triunfo manifestado pela criança é interpretado por Lacan como sinal da ocorrência de um processo psíquico fundamental. Este acontecimento produz uma identificação primária e uma transformação do sujeito, justamente, porque ela efetua uma

metamorfose da relação da criança com o seu outro semelhante (Porge, 2006). Se antes do estágio do espelho, a criança vivia a experiência de um corpo despedaçado, a partir desse processo de identificação com a sua imagem refletida no espelho, ela agora está sob efeito de uma antecipação da unidade e do controle da motricidade efetiva do corpo, que da condição de despedaçado passa a possuir uma forma unificada. Como afirma Lacan:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1949, p.94).

O estágio do espelho é desse modo uma experiência de absoluta antecipação, cuja consequência é a instauração das vias libidinais que podem tornar possível a organização do eu da criança. Essa construção se dá, portanto, a partir de uma identificação do seu corpo com uma imagem exterior, fixada e organizada de modo a fazer uma *Gestalt*, permitindo assim que o contorno do corpo ganhe uma forma unificada (a partir dos processos de figura/fundo o contorno do corpo se destaca assumindo uma forma). É a partir desse movimento de antecipação que o sujeito, saindo de sua dispersão pulsional, vai alienar-se a uma miragem. A construção do eu é um processo que se revela, essencialmente, fictício, porém, de suma importância para a constituição do sujeito. É a partir dessa miragem que a criança se sente impelida a antecipar a maturação de uma potência que, de fato, corporalmente falando, ela ainda não possui.

Essa ideia a respeito de uma antecipação já vinha sendo defendida por ele em textos anteriores, tais como “A agressividade em psicanálise” (1948) e “Formulações sobre a causalidade psíquica” (1946), porém, é somente em “O estágio do espelho como formador da função do eu” (1949) que essa concepção veio a ser abordada de modo mais explícito. Vejamos uma passagem onde Lacan toca nessa questão:

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem [...] A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de objetivar na dialética da identificação com o outro, antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1949, p. 97)

O estágio do espelho é de certo modo, em nossa interpretação, uma pressa que faz com que a criança se veja portadora de uma potência unificadora que naquele momento de sua vida

ela ainda não dispõe. Trata-se de uma antecipação que obedece a uma temporalidade lógica, subvertendo a temporalidade da maturação cronológica do organismo. Imersa na angústia e no desamparo estrutural, essa experiência representa o momento em que a criança se apressa em buscar uma forma consistente de representação para o seu eu a partir de uma imagem, encontrando desse modo uma potência maturativa que podemos considerar como sendo “antecipada”. Os apontamentos de Lacan deixam evidências inegáveis que a construção narcísica do eu ocorre por conta de uma antecipação com relação à própria maturação do organismo. Por isso, encontramos Lacan afirmando:

Pois a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como Gestalt, isto é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída, mas em que, acima de tudo, ela lhe aparece num relevo de estatura que a congela e numa simetria que a inverte, em oposição a turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la (Lacan, 1949, p. 95).

A experiência da criança na fase do espelho pode ser analisada ao destacarmos a ocorrência de três tempos fundamentais, que organizam a conquista progressiva da imagem de seu corpo. O primeiro tempo pode ser descrito como sendo o momento inicial em que tudo se passa como se a criança percebesse a imagem de seu corpo como a de um ser real de quem ela procura se aproximar ou aprender. Este é o tempo em que podemos afirmar a existência de uma indistinção primeira entre o si mesmo e o outro, confusão que pode ser atestada quando levamos em consideração o fenômeno do transitivismo infantil. Esse estado tem por característica o fato da criança manter uma relação estereotipada com os seus semelhantes, demonstrando que é a partir do outro que ela se orienta e se percebe, levando Lacan a afirmar:

É esta captação pela imago da forma humana [...] que, entre seis meses e dois anos e meio, domina toda a dialética do comportamento da criança em presença de um semelhante. Durante todo esse período, registraremos as reações emocionais e os testemunhos articulados de um transitivismo normal. A criança que bate diz ter sido batida, a que vê a outra cair, chora (Lacan, 1948, p.114).

No segundo tempo do estágio do espelho, a criança desperta para uma descoberta decisiva para o desenrolar de seu processo identificatório. Se, inicialmente, a criança considerava que a imagem do espelho era uma criança real, agora ela desperta para a compreensão de que aquela criança que aparece no espelho é na verdade uma imagem, apenas um reflexo e não uma criança real. Realizando esta segunda operação a criança não almeja mais apoderar-se da imagem como se fosse um outro concreto. De modo geral seu

comportamento agora indica que ela é capaz de distinguir a imagem do outro da realidade do outro.

A conclusão desse processo lógico do estágio do espelho culmina exatamente no que podemos chamar de dialetização dos dois primeiros tempos. A partir dos dois tempos primeiros vimos que a criança chega ao estado de estar segura de que não está diante de uma criança real, mas sim de uma imagem. Agora neste terceiro tempo ela parte para a conclusão assertiva de que esta imagem que aparece no espelho é a imagem dela própria. Aquilo que antes era uma imagem de uma criança “outra” agora é tomada como ponto de alienação imaginária do próprio eu da criança, como se ela agora pudesse dizer algo como “esse outro do espelho sou eu”. Reconhecendo-se através desta imagem, a criança pode agora de modo eficaz recuperar a dispersão do corpo despedaçado numa totalidade unificadora trazida pela representação do corpo próprio. É fundamental que ponhamos um relevo no fato de que a teoria de Lacan nos demonstra o quanto a imagem do corpo possui um valor capital na estruturação na identidade do sujeito, o que faz com que o estágio do espelho seja compreendido como uma *identificação primordial*.

Analisando os três tempos do estágio do espelho, somos levados a compreender que a experiência de conquistar uma identidade é algo que a criança começa a realizar a partir do registro psíquico que Lacan chamou de imaginário. Imersa em sua prematuridade, a criança do estágio do espelho ainda não possui um esquema corporal formado e a conquista dessa primeira unidade de representação de si mesma ocorrerá pela via do imaginário. Tais afirmações podem ganhar ainda mais clareza se considerarmos que a criança passa a se “re-conhecer” através de uma identificação que ela realiza com uma imagem ótica de seu corpo, que afinal de contas não é de fato o seu corpo propriamente dito, mas uma imagem especular.

Em a “A função do Filho”, Levin (2001) traz uma contribuição valiosa para a compreensão do estágio do espelho. Para o autor, em um primeiro tempo, a criança se “conhece aqui” no seu próprio corpo despedaçado e disperso. Com o atravessamento do estágio do espelho ela irá se “re-conhecer ali” numa imagem que está fora desse corpo. Ela se “apresenta aqui”, com seu corpo real, mas ela se “re-apresenta lá”, naquela imagem outra, que passa a ser o ponto de ancoragem alienatória de seu eu. A experiência do estágio do espelho é, portanto, um “re-conhecimento” imaginário, por meio do qual a criança, apesar de ainda não dispor de um esquema corporal, atravessa esse desamparo precipitando-se numa afirmação de sua identidade.

Feito este percurso, queremos agora trazer novamente um aspecto que é muito importante para a nossa pesquisa. Conforme Lacan demonstra, mesmo após o advento do eu,

por intermédio do imaginário e do simbólico, existe um resíduo do estado infantil original, caracterizado pelo corpo desfacelado das pulsões parciais, que ressurgem nos neuróticos, sob a forma de fantasias de despedaçamento, e nos psicóticas, por meio dos atos de automutilação. Compreendemos, aqui, que Lacan afirma algo relativo à pulsão, ou ao real, que não pode ganhar expressão pela via do imaginário. Isso que fica de fora da captura do imaginário é o que interessa em nossa articulação com o infantil. Esse resíduo que retorna vem dizer que o “eu” não é soberano diante das pulsões. O infantil permanece como um resíduo desse desamparo estrutural mostrando que apesar de uma cota das pulsões serem transpostas para o campo da representação, a parcela real da pulsão não pode ser totalmente apagada do sujeito.

3.2.1 – O engano do olhar: os esquemas ópticos

Feito essa incursão na primeira teoria do estádio do espelho, passemos agora às formulações que Lacan elaborou a respeito do estádio do espelho generalizado a partir do esquema ótico do vaso invertido. Conforme já mencionamos anteriormente, a construção do eu pela via do imaginário, não pode ser pensada independente do campo do simbólico, porém, a efetividade do simbólico no imaginário é algo que passou despercebido por muitos leitores de Lacan. Como afirma Porge (2006), a importância do simbólico para a construção do eu, era algo que estava postulado, mas não estava claramente articulado no primeiro texto de 1949. É somente a partir de 1954 que de fato vão surgir teorizações capazes de suprir as carências que ainda restavam quanto à relação sincrônica entre o real, o simbólico e o imaginário²⁵.

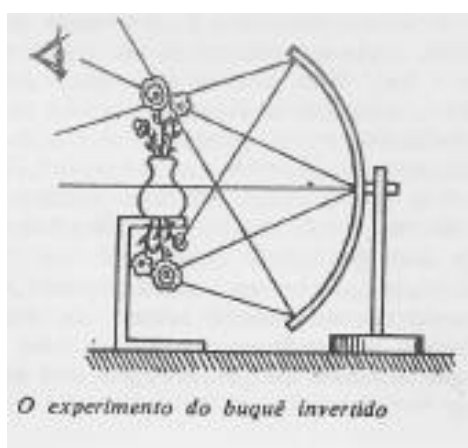
Nossa pretensão ao trazer os esquemas óticos não é a de realizar um estudo aprofundado sobre essa temática, mas fazermos um recorte a fim de explorarmos o modo como Lacan pensa a constituição do eu como uma experiência que ocorre em meio ao universo simbólico. Queremos com isso relacionar esse momento da constituição do sujeito com aquilo que falamos sobre o universo simbólico enquanto plano crucial para a humanização do desejo. Mesmo estando diante de tantos aspectos relativos à imagem, não podemos nos enganar e pensarmos que Lacan falava apenas dos efeitos ópticos e especulares sobre o bebê. Ao trabalharmos esses esquemas pretendemos demonstrar como na experiência humana o registro da pura imagem óptica não é suficiente para fazer com que o infans se

²⁵ Uma primeira versão do esquema é encontrada em O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-54), pp 107, 168, 185. Posteriormente aparece em “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”, in Escritos, pp 653-691; O Seminário, livro 8: A transferência, pp 333-347; O Seminário, livro 10: A Angústia

identifique à sua imagem do espelho. Sem o olhar e a palavra do Outro, os humanos não podem ultrapassar o auto-erotismo em direção ao narcisismo, não podem ter uma confirmação necessária de que aquele outro refletido na imagem do espelho seja ele de fato. O espelho é, portanto, o lugar do simbólico, esse Outro que vai permitir a montagem do eu no plano do imaginário. Vamos aos esquemas de Lacan.

A primeira versão do esquema é abordada por Lacan no “Seminário I” (1953-54) e consiste na reprodução direta de uma experiência de física extraída da obra de H. Bouasse²⁶ conhecida como “experimento do buquê invertido”. Tal experimento consiste em colocar um espelho esférico sobre uma superfície de apoio, e de frente para ele, coloca-se uma caixa oca, aberta do lado que se volta para o instrumento óptico. Sobre a caixa coloca-se, um vaso, de modo que fique na direção que coincide com o centro da esfera. Em baixo dela, coloca-se um buquê de flores. Acompanhemos a figura.

Fig. 4



O resultado dessa experiência é que o buquê de flores, colocado de ponta cabeça sob a borda da caixa, incide sobre a superfície esférica do espelho vindo a refletir-se, de forma invertida, no ponto luminoso simétrico. Com isso, a imagem das flores vem a recair, agora de pé, exatamente sobre o gargalo do vaso. Porém, um detalhe importante é que isto só se dá a ver se o olho do observador estiver situado numa determinada posição específica, no cone de reflexão dos raios que convergem para a formação real do buquê, tal como podemos ver na figura acima (fig.4)

Segundo Lacan, os autores desse experimento não o fabricaram para os estudos de psicanálise, porém, em sua inocência não sabia que estavam produzindo algo que lhe

²⁶ Experimento contido na obra “*Optique et photométrie dites géométriques*”.

despertaria grande interesse. Fazendo uso metafórico desse experimento e de seus elementos (espelho, vaso, flores, olho), Lacan reitera aquilo que ele já havia demonstrado com a teoria do estágio do espelho: antes que o sujeito adquira um domínio da motricidade real do seu corpo, ele constrói a ideia de sua totalidade antecipando este domínio por meio da visão de um outro. Conforme seu próprio dizer:

É a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo, - dimensão essencial do humano, que estrutura toda a sua vida de fantasia (Lacan, 1953-54, p. 109).

A ilusão que a experiência de Bouasse nos demonstra serve de metáfora para a experiência da antecipação do bebê em torno de sua imagem. Ao invés da fragmentação de uma caixa oca com um vaso em cima e flores penduradas embaixo, tem-se a imagem coerente de um vaso contendo flores de forma harmoniosa. O mesmo pode ser pensado quando o bebê, imerso em sua dispersão e fragmentação pulsional, antecipa-se, muito antes de sua maturação biológica, e lança-se numa identificação de uma imagem unificadora de seu próprio corpo. Assim como as flores se harmonizam com o vaso no campo da ilusão ótica, a imagem do corpo próprio também vem a ser uma representação que não corresponde ao real do corpo.

Para Lacan, esse primeiro esquema, já é capaz de nos demonstrar coisas fundamentais, ele “*nos permite ilustrar de uma forma particularmente simples o que resulta da intrincação estreita do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica*” (Lacan, 1953-54: 10). A experiência do buque invertido traz uma delimitação de um fora e um dentro em face de uma situação onde objetos isolados não formavam um conjunto. Esta operação pode ser também entendida como sendo portadora de um estatuto da afirmação de um juízo de existência, teorizado por Freud na obra sobre a “*Verneinung*”²⁷, em que um “eu-prazer” se destaca pela interiorização do objeto bom e a expulsão para o exterior do ruim. Inaugura-se desse modo uma primeira clivagem no psiquismo dividindo-o entre um dentro e um fora. Lacan explica essa clivagem nos seguintes termos:

Supomos na origem todos os issos, objetos, instintos, desejos, tendências etc. É, pois, a pura e simples realidade que não se delimita em nada, que não pode ser ainda objeto de nenhuma definição, que não é nem boa, nem má, mas ao mesmo tempo caótica e é absoluta, original. É o nível ao qual Freud se refere em *Die Verneinung*, quando fala dos julgamentos de existência - ou bem é, ou bem não é. É aí que a imagem do corpo dá ao sujeito a primeira forma que lhe permite situar o que é e o que não é do eu (Lacan, 1953-54, p. 109).

²⁷ Freud, Sigmund. “A negação”(1925). Volume XIX.

Como podemos ver o uso que Lacan faz dessas experiências da física com espelhos é metafórico e tem por objetivo esclarecer como a psicanálise pode representar o sujeito num tempo anterior ao nascimento do eu, bem como o momento do seu surgimento. Se nos situarmos no esquema do vaso invertido (fig.1), chegaremos à conclusão que a imagem do corpo ocupa posição análoga “*ao vaso imaginário que contém o buquê de flores real*” (Lacan, 1953-54, p.109).

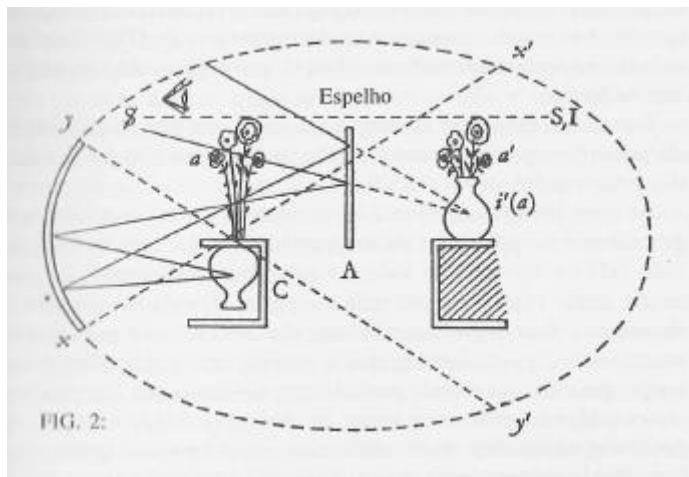
Uma novidade que Lacan está trazendo com essa teorização é que de modo diferente da teoria do estádio do espelho, este esquema está explicitando as condições que permitem ao sujeito ter acesso à sua imagem, uma vez, que torna-se bastante claro agora que a aquisição da imagem do corpo não ocorre de modo automático diante da simples observação visual de um semelhante. Para que o infans possa ter acesso e possa se identificar à imagem com a qual irá constituir seu eu primitivo, é necessário, conforme afirmamos, anteriormente, um olho situado no cone da emissão. Ao indagar o que quer dizer esse olho que está no esquema do espelho, Lacan esclarece:

Quer dizer que a relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito – vocês devem sabê-lo desde que lhes repito – é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou em outros termos, no mundo da palavra (Lacan, 1953-54, p.186).

Este ponto do olhar corresponde na compreensão de Lacan ao lugar do sujeito no mundo das palavras. Isso indica que o sujeito, que está em vias de constituição, só poderá vir a se vislumbrar como um eu, se estiver situado num plano simbólico onde está inscrito o seu nome e as relações de parentesco. O campo do olhar do Outro é, portanto, fundamental para o sujeito, visto que “*(...) é deste lugar que depende o fato de que se tenha direito ou defesa de se chamar Pedro. Segundo um caso ou outro, ele está no campo do cone ou não está*” (Lacan, 1953-54, p.111).

Partindo desse primeiro esquema, Lacan irá elaborar um esquema mais complexo ao introduzir a representação de um mais espelho, agora um espelho plano, fazendo com que esse novo esquema funcione como um modelo teórico capaz de demonstrar os efeitos do simbólico na constituição do narcisismo. Com a introdução desse segundo espelho, temos então, o “esquema dos espelhos conjugados” (Fig.5):

Fig 5



Do que é que se trata esse esquema dos espelhos conjugados? Para Lacan, trata-se “senão de ver qual é a função do outro, do outro humano, na adequação do imaginário e do real” (Lacan, 1953-54, p.186). Este esquema demonstra que o sujeito se encontra no lugar do olho. Porém, se ele quiser ver alguma imagem, ele não poderá ocupar uma posição qualquer, ele terá que assumir um lugar bastante específico e apropriado. Uma vez situado neste lugar, o sujeito terá acesso a qual imagem? Ele enxergará as imagens reais das flores e do vaso? Certamente que não. A imagem acessível ao sujeito é sempre uma imagem virtual e nunca uma imagem real.

Aquilo que o sujeito, que existe, vê no espelho, é uma imagem, nítida ou bastante fragmentada, inconsistente, descompletada. Isso depende da sua posição em relação à imagem real. Muito nas bordas, vê-se mal. Tudo depende da incidência particular do espelho é só no cone que se pode ter uma imagem nítida (Lacan, 1953-54, p.186).

A imagem real o que seria? A imagem real representa o primeiro narcisismo, “ela é a imagem corporal ligada à espécie e organiza a realidade de acordo com quadros pré-configurados” (Porge, 2006:75). A imagem que o sujeito consegue ter acesso é de fato uma ilusão e ela corresponde exatamente ao narcisismo secundário. É sobre essa antecipação da unidade da imagem narcísica que Lacan tratou na teoria do estágio do espelho. Ela oferece a ilusão da unidade do corpo que, de outro modo, seria deixada em seu despedaçamento original.

Colocando ênfase na função do simbólico, Lacan demonstra a função desse segundo espelho ao afirmar que “a inclinação do espelho plano é comandada pela voz do outro”

(Lacan, 1953-54: 187)). Essa função não se faz visível no estádio do espelho, mas, torna-se atuante quando surge para o *infans* os processos que o enlaçam na relação com “*outrem no seu conjunto – a relação simbólica*” (Lacan, 1953-54: 186). A ligação simbólica que marca o mundo humano é esta que socialmente definimos por intermédio da lei. Lei que estabelece as relações de trocas e é “*da troca dos símbolos que nos situamos uns em relação aos outros, nossos diferentes eus*” (Lacan, 1953-54, p.186).

Um ponto central para a compreensão do esquema óptico é considerarmos que o lugar do sujeito é inteiramente dependente de sua relação com o campo simbólico, por isso, Lacan afirma que “*é a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê*” (Lacan, 1953-54: 186). Neste esquema, o simbólico é representado pelo valor metafórico atribuído ao espelho plano. Lacan o identifica a A, o Outro, o lugar da fala, e não somente a um aparelho para refletir um duplo especular. Segundo Porge (2006), o Outro pode ser considerado como aquele que é localizado como um espaço real ao qual se superpõe o espaço virtual imaginário. Ou seja, o mundo das palavras, o lugar do discurso, tesouro dos significantes, é o lugar que permite que o sujeito construa uma imagem de si mesmo. Assim, podemos compreender que o ideal do eu se liga a esse Outro simbólico, em oposição ao eu ideal que é da ordem do imaginário.

Como pudemos demonstrar, essa introdução do espelho plano vem estabelecer a importância que a ordem simbólica tem para o sujeito. No que tange a questão do infantil, o importante é observarmos que a introdução do lugar do simbólico no esquema do espelho, nos permite levantar a mesma questão que salientamos no tópico anterior. Mesmo agora com o imaginário estando profundamente articulado ao simbólico, o fato é que algo do infantil pulsional fica de fora dessa operação de alienação ao olhar do Outro. Se algo da pulsão passa assumir uma forma, uma representação, como o próprio Lacan já havia advertido, algo da primeira condição pulsional da criança permanecerá como resíduo que se reporta ao corpo despedaçado em sua condição de corpo real.

Esse assunto poderá ser retomado no quarto capítulo no tópico em que vamos trabalhar o tema da angústia. Nessa ocasião, vamos discorrer sobre as últimas reformulações que Lacan efetuou no esquema do espelho justamente porque faltava-lhe desenvolver, nessa esquematização, aquilo que é da ordem pulsional. A angústia será explicada como aparição para o sujeito desse elemento não especularizável, um objeto que vem apresentar a falta sem nenhuma cobertura que faça o papel de véu.

3.2.2 – Considerações sobre o estágio do espelho e o imaginário

Antes de avançarmos para o próximo tópico, onde vamos explorar a função da metáfora paterna na constituição do sujeito, precisamos fazer alguns esclarecimentos importantes. No tópico anterior, constatamos que o estágio do espelho assinala um tipo de relação da criança com seu semelhante por meio da qual ela constitui uma demarcação da totalidade do seu corpo. Assim, a primeira coisa que precisamos considerar é que essa experiência do *infans* na formação de uma *Gestalt* do seu próprio corpo tem certamente uma função estruturante na sua constituição subjetiva, ocorre, porém, que essa estruturação acontece ainda num nível do imaginário (Garcia-Roza, 1998).

Já demonstramos como a vivência do corpo despedaçado é sucedida por uma primeira demarcação de “si” por um processo de identificação ao outro. Contudo, como explica Garcia-Roza (1998), esse “si” não pode ainda ser considerado como uma subjetividade; ele estaria mais próximo do “sentimento de si” de que nos fala Hegel ao caracterizar a consciência (*Bewusstsein* e não *Selbstbewusstsein*). Esse tipo de relação que caracteriza o imaginário, Lacan o chama de *dual*. O termo expressa a natureza especular da relação que consiste numa oposição imediata entre a consciência e o outro. Porém, essa relação, por não ser construída por pela mediação da linguagem, acaba se esgotando nesse jogo especular no qual a primeira consciência se perde ou se aliena. Ao procurar a realidade de si, ela encontra apenas a imagem do outro com a qual se identifica e na qual se aliena.

Quando afirmamos que esta fase dual, que caracteriza o imaginário é anterior ao acesso ao simbólico por parte do *infans*, isso não implica em considerarmos que o simbólico esteja ausente. Precisamos considerar que para Lacan, apesar de a criança não ter ainda acesso à sua própria fala, ela é falada pelos outros, ela vem ao mundo a partir de um lugar que já é marcado simbolicamente de forma prévia. Assim, podemos dizer que o *infans* não dispõe ainda de uma função simbólica própria, no entanto, ela é, mesmo antes do seu nascimento, “simbolizada” pelos outros. O imaginário, portanto, não é autônomo em relação ao simbólico, mas encontra-se subordinado à ordem simbólica.

No tópico anterior, vimos que a partir do esquema do buque invertido, Lacan procurou inserir em sua teoria a compreensão do modo como o simbólico é imprescindível no processo do sujeito construir sua própria imagem. Desse modo, não estamos querendo afirmar que a constituição do sujeito possa ser pensada a partir dos três registros (imaginário, simbólico e real) de modo isolado. No entanto, quando avançamos em direção às considerações de Lacan, a respeito do complexo de Édipo, torna-se muito claro o quanto este primeiro momento

especular com o outro (mesmo havendo aqui o lugar do Simbólico) é marcado por uma prevalência de uma relação imaginária, na qual o *infans* não ocupa uma posição de sujeito, mas sim de objeto.

A entrada do *infans* na lógica edipiana possui consequências estruturantes. Ela representa (para o *infans*) a possibilidade de vir a se constituir como um sujeito do desejo, sendo esta ascensão totalmente dependente da ocorrência de uma ruptura nesta relação entre ela e o outro. Como iremos demonstrar de agora em diante, é justamente quando o *infans* se inscreve na cadeia simbólica que de fato ele pode sair da relação mortífera de sua fusão imaginária ao Outro.

Ser o desejo do desejo do Outro é o que caracteriza a criança no início de vida e somente a entrada da linguagem poderá inscrevê-la na cultura, na ordem das trocas simbólicas, rompendo o tipo de relação dual que mantinha com a mãe. Esse momento corresponde à entrada do pai em cena e consequentemente à formação da família: momento do complexo de Édipo. No próximo tópico vamos nos dedicar a analisar o modo como o complexo de Édipo foi retomado por Lacan através de sua teoria sobre a metaforização do significante do Nome-do-Pai.

3.3 – A metáfora paterna como encruzilhada estrutural

Na ultima aula do seminário sobre as psicoses, oferecido entre 1955 e 1956, Lacan aponta para uma nova perspectiva de leitura do complexo de Édipo freudiano. Ao alertar sobre o quanto era inadequado estudá-lo tomando seus elementos apenas por suas dimensões imaginárias, ele vem anunciar que o pai é um elemento significante. Cumprindo seu dizer, no “Seminário VI” (1956-57), ele apresenta uma noção sobre a constituição subjetiva já postulando o lugar fundamental do significante Nome-do-Pai. Em seguida, no “Seminário V” (1957-58), a função simbólica do pai é plenamente desenvolvida resultando na formulação dos “três tempos do Édipo”.

3.3.1 – A problemática do falo e da falta do objeto

A teoria lacaniana sobre a metáfora paterna só ganha a sua devida compreensão se considerarmos que em seu processo existe um elemento, um objeto central, em torno do qual gravita o significante do Nome-do-Pai: o objeto fálico. Para Lacan, o objeto fálico constitui o

alicerce de toda a problemática da castração e do complexo de Édipo, sendo deste modo um elemento imprescindível para a constituição subjetiva.

Não obstante, seu grande esforço em tentar demonstrar o quanto o objeto fálico já ocupava um papel central na teoria freudiana, Lacan nos adverte que esta temática foi profundamente mal compreendida pelos psicanalistas e por alguns dos comentadores de Freud. A começar, por um dos alunos de Freud, Ernest Jones, que ao formular uma teoria sobre o conceito de “afânise” da libido, teria contundentemente criado uma grande deturpação sobre a temática do falo. Esta questão foi tão importante para Lacan que ele destinou um seminário a esta temática, a saber, o “*Seminário VI: A relação de objeto* (1956-57).

Façamos um breve percurso nesse seminário de 1956. Influenciado por seu encontro com a obra “A estrutura dos mitos” (1956), de Levi-Strauss, esse é um momento em que Lacan passa a articular sua tese do inconsciente estruturado como uma linguagem com a premissa freudiana da universalidade do complexo de Édipo. Mas, além disso, existe outro fato marcante nesse seminário. O discurso de Lacan é uma resposta consistente à publicação do livro “*La psychanalyse d’aujourd’hui*”, publicado no mesmo ano de 1956. Essa obra continha uma série de teses psicanalíticas baseadas em ideias desenvolvimentistas e inatistas, todas centradas a partir de um paradigma que estava na moda sobre “as relações objetais”. Tal volume veio na esteira de uma sequência de publicações inglesas “*Progressos da psicanálise*” (1952) e “*Novas Tendências da psicanálise*” (1955), contendo publicações de Melanie Klein, Paula Heiman, Joan Rivière, etc., ambos com prefácios elaborados por Ernest Jones.

É em resposta a esta concepção das relações de objeto, que Lacan procura analisar criteriosamente os textos de Melanie Klein, Jones, Glover e Winnicott, para enfim endereçá-lhes críticas contundentes. Isso se torna muito evidente quando Lacan se debruça no conceito de Jones a respeito da *aphanisis* e da *privação*. Essa tese foi desenvolvida em 1927, no texto “*The early development of female sexuality*”, fruto de uma série de debates ocorridos na IPA a respeito da sexualidade feminina. Resumidamente, podemos dizer que sua tese principal é de que a *aphanisis* exprime o desaparecimento do desejo sexual e, se articulando com a dimensão do complexo de castração, implica em um temor mais fundamental que o da castração. Esse temor da perda do desejo seria, portanto, universal, aplicando-se tanto aos homens quanto às mulheres. Substituindo o temor da castração, a *aphanisis* seria “o temor para o sujeito de ver extinguir-se nele o desejo” (Lacan, 1956-57: 222), horror este que, na ótica de Jones, se articula como uma *privação*, ela sim, a verdadeira origem do sentimento de culpa e do superego. O que Jones faz, então, é afirmar que a privação é igual à frustração, enquanto a castração seria apenas uma derivação masculina da privação do desejo. A partir

disso, extrai-se uma concepção de que não haveria nenhuma necessidade dos psicanalistas aceitarem a premissa fálica da teoria freudiana. Dentro desse ponto de vista, existiria uma equidade para ambos os sexos perante suas saídas do complexo de Édipo: ou o sujeito escolhe o objeto do mesmo sexo, correspondente ao destino anatômico e biológico, ou escolhe o objeto incestuoso do sexo oposto, determinado pelo instinto (Pacheco, 2012).

Um dos grandes esforços de Lacan no Seminário IV é, então, promover um retorno à teoria freudiana sobre a premissa fálica e sobre o complexo de castração, a fim de poder responder a esses interlocutores. A questão central de suas aulas gira em torno do esforço em demonstrar que o falo é um objeto fundamental nos processos da estruturação subjetiva e sexual de homens e mulheres. Totalmente avesso a essa lógica biológica e desenvolvimentista, Lacan vai apontar que o falo não pode ser confundido com o pênis – equívoco cometido amplamente pelos seus interlocutores – e por isso ele não tem valor enquanto órgão humano, mas sim quando é entendido por seu estatuto de significante. O falo é um significante e ele não pode ser desprezado pela teoria psicanalítica na medida em que esta articula-se com algo fundamental: o falo é o significante que vem abordar aquilo que se encontra faltoso na mulher. É a partir dessa dimensão simbólica que o falo importa à estruturação do sujeito, não como um ponto de chegada de desenvolvimento maturacional, mas como um elemento articulador da função simbólica.

Retomando as bases freudianas, Lacan aponta que é pela via do *penisneid* (inveja do pênis) que a menina desloca seu interesse do pai para outro homem, desejando dele um filho. Assim, a criança entra nessa economia para vir a ocupar o lugar de um falo que se julga perdido. Há algumas passagens do seminário IV que nos permitem avaliar com precisão o rumo que ele deseja imprimir a discussão da psicanálise. Ao citar o trabalho de Françoise Dolto, sobre a imagem inconsciente do corpo da criança, Lacan traz à tona o tema da tríade imaginária (criança, mãe e falo) fazendo as seguintes indagações: “*Em que momento a criança é capaz de perceber que o que sua mãe deseja nela, satura e satisfaz nela é a sua imagem fálica? Que possibilidade tem a criança de ter acesso a esse elemento relacional*” (Lacan, 1956-57: 56). Quando se refere a esse elemento relacional, de que objeto Lacan está se referindo? Trata-se, exatamente, do falo como significante da falta que habita na estrutura do feminino. Por isso, mais à frente, no mesmo seminário, ele afirma:

Uma coisa é o pênis, que é assim mesmo uma função imaginária, na medida em que é imaginariamente que se o incorpora. Outra coisa é o falo na medida em que falta à mãe, e que está para além desta e de sua potência de amor (Lacan, 1956-57, p.179).

Se o valor do falo só passa a existir na medida em que ele é em si um objeto faltoso, Lacan vai indagar a partir de qual momento o sujeito descobre essa falta. Essa é uma descoberta crucial para o andamento do processo edipiano e da metaforização do Nome-do-Pai, pois é a partir do encontro com essa falta que o *infans* “*vai se ver engajado em vir, ele próprio, substituí-la, isto é, escolher uma outra via na redescoberta do objeto de amor que se furta, trazendo-lhe sua própria falta*” (Lacan, 1956-57, p.179).

Como podemos ver, Lacan enfatiza a relação da criança com a sua mãe, de modo a demonstrar que é impossível a psicanálise pensar a constituição do sujeito sem estar referenciada a problemática do furo do objeto que se encontra evidenciada nos impasses do desejo feminino. Para nosso estudo, é muito importante que estejamos cientes do rumo que essa discussão em torno do objeto fálico tomou. O próprio nome do seminário já nos responde, o grande foco está na crítica às relações de objeto. Sendo assim, vejamos agora o modo como Lacan formulou essa questão.

Governado sempre pelos trabalhos de Freud, Lacan adverte que a experiência concreta da teoria analítica, jamais poderia prescindir de uma noção da falta do objeto como algo central. Em sua opinião, a falta de objeto não nos aponta para algo negativo, mas para a própria “*mola da relação do sujeito com o mundo*” (Lacan, 1956-57, p.35). É a própria tradição freudiana em cima da compreensão da neurose que nos demonstra que a castração é o ponto central da dinâmica do sujeito neurótico, o que nos remete necessariamente à questão do objeto como objeto faltoso. Assim, na ótica lacaniana, a constituição do sujeito precisa ser entendida a partir de uma falta de objeto que é dada pela própria estrutura. A falta de objeto é desse modo, no ensino de Lacan, fruto da entrada do *infans* no mundo das palavras.

Pensemos então na questão do infantil. Lacan está criticando uma abordagem que se tornou famosa na psicanálise, que acabou trazendo para si um paradigma desenvolvimentista e maturacional incoerente com os postulados freudianos. Ressaltando a castração como noção central do sujeito neurótico, Lacan vem criticar toda e qualquer teoria que coloque o sujeito numa posição em que a falta não estivesse dada como a grande mola do psiquismo. O remédio que ele traz para combater essa visão, de um sujeito que se desenvolve por meio de uma evolução de suas relações pulsionais, é exatamente a noção do sujeito dividido da psicanálise. Com isso, acreditamos que mesmo sem nomear, Lacan está demonstrando que há um infantil irreduzível na vida do sujeito. Continuemos nossa discussão, para que possamos fazer mais apontamentos.

Como temos afirmado, desde o início desse capítulo, o ensino de Lacan evidencia que é o significante que define e marca a existência do homem no mundo. Isso quer dizer que se o

infans não se transformar num sujeito falante, integrante de um mundo cultural, nenhuma interpretação da realidade material lhe será possível. Na terceira aula do Seminário IV, intitulada “O significante e o Espírito Santo”, a realidade simbólica é explicada através da metáfora da usina hidroelétrica, quando Lacan explica que a “*a energia só começa a ser levada em conta a partir do momento em que vocês a medem*” (Lacan, 1956-57:43). O que essa metáfora nos ensina é que somente a partir da linguagem, que permitem os cálculos, é que se pode ter uma experiência com a existência da energia. Do mesmo modo ocorre com a realidade psíquica. A linguagem seria esta usina que já está pronta antes do *infans* vir ao mundo e o seu valor está no fato de que ela não só funda as relações e leis de parentesco, como também as transmite ao longo das gerações (Pacheco, 2012). Desse modo, cabe relembrar, que a ordem simbólica é autônoma e logicamente anterior ao nascimento de cada ser humano.

O que não podemos perder de vista é que ao ingressar nessa ordem simbólica e ser atingido pelo significante surge para o sujeito uma inadequação entre a sua linguagem e o objeto de satisfação instintivamente definido. A alienação do sujeito no campo do simbólico, destino de todo ser falante, produz assim a morte do objeto pré-definido pelo instinto, bem como impede, também, qualquer acesso direto do sujeito à realidade do ambiente externo²⁸. Para Lacan, essa relação vazia entre o sujeito e o objeto pode ser encontrada muito precocemente já no “Projeto de uma psicologia para neurólogos” (1985) e também nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905). Sobre este último texto, ele afirma que é obvio que existe uma referência ao objeto da pulsão, todavia, ele considera que não é sem consequências o fato de Freud insistir no seguinte fato: “*de toda maneira, para o homem, de encontrar o objeto é, e não passa disso, a continuação de uma tendência onde se trata de um objeto perdido, de um objeto a se reencontrar*” (Lacan, 1956-57, p.13).

Queremos agora retomar uma questão importante sobre o infantil. Os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) é de fato uma obra crucial para nossa pesquisa. Através dessa obra, Freud pôde formular que a pulsão sexual não possui um objeto fixo, sendo, portanto, uma força que atua de modo diferente do instinto. O infantil ganhou grande expressão nessa obra, porque a sexualidade será explicada em termos da sexualidade infantil que é *perversa-polimorfa*. Se a sexualidade é infantil, então o adulto possui em sua vida pulsional a marca estrutural do infantil. A importância dessa obra é tamanha, que quando Lacan precisa criticar os rumos que a psicanálise estava assumindo diante de tendências

²⁸ Retomaremos essa discussão em um tópico posterior desse capítulo, quando formos explorar a diferenciação que Lacan faz do objeto da necessidade, da demanda e do desejo.

desenvolvimentistas, uma de suas estratégias foi utilizar a teoria pulsional dos “Três Ensaio” para desbancar a tese das relações objetais.

Se prestarmos bem atenção, esse importante seminário, a respeito das relações de objeto, representa uma atenção especial que Lacan deu a um tema que estava profundamente associado à questão do desenvolvimento pulsional. A infância acaba sendo uma questão importante em toda essa discussão, pois, do ponto de vista das relações objetais, a infância seria uma etapa da vida pulsional que evoluiria para etapas mais maduras adultas. Dentro desse ponto de vista, das relações objetais, seria impossível falarmos de um infantil na estrutura do adulto, pois a pulsão ao invés de ser vista como essencialmente carente de um objeto ideal, pelo contrário, ela seria vista como possuindo objetos ideais e harmoniosos, fazendo surgir a ideia de um sujeito não habitado por uma falta radical. Nestas abordagens, não há espaço para o infantil no sujeito, pois a partir do ponto em se concebe um amadurecimento das relações objetais, perde-se a noção central da pulsão como constituindo um furo.

Lacan vem demonstrar que a dinâmica subjetiva gira em torno de uma dialética entre o sujeito e objeto. A tônica dessa relação está situada numa tensão fundamental, pois aquilo que o sujeito procura não é procurado da mesma forma daquilo que será encontrado. Na explicação de Lacan, existe uma distância fundamental introduzida pelo elemento essencialmente conflitual que se encontra incluído em toda busca do objeto. Assim precisamos reconhecer que é através da busca *“de uma satisfação passada e ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não no ponto onde se o procura”* (Lacan, 1956-57, p.13). Portanto, se não existe esse objeto sublime, podemos concluir que aquilo que impulsiona a constituição do sujeito não é o efeito do encontro com um objeto consistente, pelo contrário, é a falta desse objeto que pode ser considerada como a mola que impulsiona seu dinamismo. Daí extraímos uma consequência muito relevante para o tema da nossa pesquisa. Como seria possível pensar o desenvolvimento infantil? Na ótica lacaniana, é impossível utilizarmos a lógica da relação de objeto (relação com objeto oral, anal, fálico), porque todos esses objetos, ditos, pré-genitais, são na verdade sempre tomados pela criança como outra coisa do que realmente são, justamente, porque são trabalhados pelo significante²⁹. Assim, o encontro com o objeto oral

²⁹ No último capítulo iremos retomar essa temática a partir da compreensão de que a falta do objeto não permite que o sujeito possa evoluir de um estado de prematuridade pulsional até um ponto de chegada que marque uma maturidade. Usaremos estes argumentos para demonstrar que existe um infantil irredutível na estrutura do sujeito.

nada mais é do que uma tentativa de reencontrar um objeto perdido, e uma vez que não consegue ser encontrado continua fazendo com que tal busca não tenha um fim.

Indo nessa direção, Lacan é levado a rejeitar de modo incisivo toda e qualquer teoria que busque apresentar a vida psíquica a partir de um encontro com um objeto ideal, adequado, capaz de suturar o furo estrutural da pulsão. Seu postulado é que o objeto que exerce função na estruturação do sujeito não é de modo algum esse objeto teorizado por seus interlocutores, objeto que levaria o sujeito ao fim de um desenvolvimento, a uma maturação pulsional, por isso ele afirma:

Não se trata, em absoluto, do objeto considerado na teoria moderna como o objeto plenamente satisfatório, o objeto típico, o objeto por excelência, o objeto harmonioso, o objeto que funda o homem numa realidade adequada, na realidade que prova a maturidade — o famoso objeto genital. (Lacan, 1956-57, p.13)

Para Lacan, a partir desse furo da estrutura o falo surge como objeto encarnado da função de trazer uma complementação diante de uma ausência. É sobre o pano de fundo desse vazio que o falo torna-se o objeto privilegiado do desejo humano e é isso que está em questão na estrutura da tríade imaginária. As relações do *infans* com o Outro materno, antes da inscrição da função paterna, são governadas pela lógica de uma estrutura chamada por Lacan como tríade imaginária. Trata-se de uma compreensão necessária no sentido de revelar que no estado fusional, que o bebê mantém com sua mãe, faz-se presente um terceiro elemento que está presente e que é o objeto fálico.

Essa estrutura da tríade torna-se mais compreensível quando consideramos que o falo ganha um maior relevo naquilo que o *penisneid* feminino revela. À medida que a relação da mãe com a criança é regida a partir da busca feminina pelo objeto que lhe falta, não podemos deixar de enxergar que todos os processos da constituição psíquica da criança gira em torno do falo, pois, como já afirmamos, o falo é sempre o terceiro elemento que se faz presente nessa relação.

Através de sua compreensão da tríade imaginária e do falo como objeto faltoso, Lacan irá criticar a teoria de Ernest Jones e a atitude de muitos analistas que passaram a abolir a noção de castração em detrimento de uma noção de frustração que no final das contas acabava se igualando à noção de privação. Subvertendo essa tendência teórica que estava em voga na época, Lacan apresenta um quadro (fig.3) onde irá postular e diferenciar três categorias de falta de objeto: frustração, privação e castração. Na criança como, tal como no adulto, a falta de objeto pode manifestar-se sob essas três formas específicas e inconfundíveis. Mesmo que os três casos envolvam uma falta de objeto, temos que considerar que a natureza dessa falta é

qualitativamente diferente em cada uma delas. Aliás, não só a natureza é diferente, bem como o tipo de objeto também é diferenciado.

Fig. 6

Categoria	Falta	Objeto
Frustração	Dano	Real
Privação	Furo real	Simbólico
Castração	Dívida	Imaginário

O que podemos extrair desse quadro (fig.6)? Resumidamente pode-se dizer que a frustração é o campo da reivindicação por excelência, sendo que não há possibilidade alguma dessa exigência ser satisfeita. Essa modalidade de falta de objeto é um dano imaginário em torno de um objeto que é real. Não é difícil compreendermos então que o objeto da frustração seja, por exemplo, o seio da mãe. Já a castração é uma falta simbólica de um objeto imaginário, o que comprova o quanto Jones estava equivocado, pois o falo aparece aqui como o objeto da castração, sendo ele um objeto essencialmente imaginário.

Se o falo é o objeto imaginário da castração, e se o falo não é o pênis, então a castração também é algo que diz respeito às mulheres. A castração é, portanto, a experiência que remete o a criança à interdição do incesto garantindo-lhe o acesso à função simbólica do Nome-do-Pai. E o que temos a dizer sobre a privação? Certamente ela é um pouco mais difícil de ser compreendida porque ela representa uma falta real de um objeto simbólico. Que objeto seria esse? Para que possamos chegar a esta resposta façamos uma análise mais detalhada dessas três modalidades no próximo tópico.

Mas antes de prosseguirmos, é necessária uma articulação com a pesquisa do infantil. A ênfase que Lacan estabelece no significante fálico vem no sentido de demonstrar que o falo não é o pênis. A passagem pelo Édipo será formulada, por Lacan, em termos de uma metáfora paterna e, se o falo possui uma importância nessa história, é porque ele vem a ser o significante da falta do objeto. Como podemos ver, à medida que Lacan avança em seus seminários, cada vez mais ele demonstra que, apesar do sujeito ser constituído no campo da significação, existe algo que fica de fora da estrutura da linguagem. O falo, portanto, é o significante da castração que direciona o desejo do sujeito não no sentido de possibilitar uma rasura da falta do objeto da pulsão, pelo contrário, ele é essencialmente o significante que vem a representar essa ausência no campo simbólico.

Sendo assim, encontramos, nessa etapa do ensino de Lacan, uma série de conceitos que permitem entender o infantil pelo fato de que o sujeito não envelhece, não vira adulto.

Mesmo que possamos considerar que a pulsão se organize em diferentes modalidades, na sua busca por um objeto, o fato é que Lacan demonstrou que todo objeto que a pulsão encontra é na verdade um objeto substituto do objeto faltoso. Se existem satisfações pulsionais, precisamos admitir que elas são sempre parciais. Do mesmo modo, se existe um sujeito que se constitui a partir da pulsão, precisamos também admitir que, sob nenhuma hipótese, ele poderá chegar ao ponto de deixar de ser um sujeito infantil, visto que não há possibilidades de deixar de ser habitado por uma pulsão estruturalmente perversa-polimorfa.

Essa compreensão da falta do objeto nos ajuda a compreender o infantil como uma característica da estrutura que não a permite evoluir na direção de um amadurecimento. O infantil é um eco da pulsão que faz com que não exista desenvolvimento, capaz de conduzir o sujeito a um oásis onde reina a harmonia e a plenitude pulsional. Essas três modalidades de falta de objeto (frustração, privação e castração) dão provas de que o sujeito se constitui na medida em que realiza operações psíquicas, cujo eixo central, é a ausência do objeto harmonioso da pulsão. Passemos para o próximo tópico, para que possamos, então, explorar um pouco mais essas três categorias da falta.

3.3.2 – As três modalidades da falta de objeto e os três tempos do Édipo

Antes de avançarmos temos duas considerações a fazer. A primeira coisa que devemos considerar é a temporalidade dessas três modalidades. Apesar de logo acima termos abordado a privação em último lugar, na verdade, Lacan trabalhou essas três modalidades pela via de uma sequência lógica. Assim, de um ponto de vista da constituição psíquica, temos a frustração como momento inaugural, depois a privação e por fim a castração. É preciso que um aspecto seja ressaltado. Não podemos perder de vista que o atravessamento do *infans* por essas três experiências de modalidade de falta de objeto constitui de fato o trajeto que introduz a criança nas operações lógicas que irão desembocar, ou não³⁰, no processo de simbolização. A segunda consideração necessária é que essa sequência lógica é inteiramente coerente com os três tempos do Édipo que Lacan desenvolveu no Seminário V, mas para efeitos de uma compreensão mais clara iremos trabalhar os dois temas de modo separado.

Para Lacan o ponto de partida se encontra num tempo inaugural que ele chamou de “tempo zero do problema” ou de “premissa do jogo”. Este é o tempo no qual entre o bebê e

³⁰ Estamos nos referindo aqui ao impasses da constituição subjetiva que impedem o sujeito de ter pleno acesso a dimensão do simbólico. As psicoses infantis atestam essa ocorrência.

sua mãe estabelecem-se os jogos de oposição responsáveis pela “*instituição do símbolo puro de mais ou menos, presença ou ausência, que nada mais é que uma posição objetivável da premissa do jogo*” (Lacan, 1956-57, p.133). No intervalo entre o “tempo zero” e o “tempo um” da constituição subjetiva, ocorre a dialética da frustração. Do que se trata essa dialética? Situando-se nas primeiras experiências do bebê em torno da imago do seio a frustração pode então ser considerada como um conjunto de impressões reais, “*(...) vividas pelo sujeito num período de desenvolvimento em que sua relação com o objeto real está centrada habitualmente na imago dita primordial do seio materno...*” (Lacan, 1956-57, p.62-63).

Se considerarmos o quadro exposto anteriormente, poderemos afirmar que este primeiro momento tem por característica o fato de o objeto ser real, fazendo com que exista aí uma relação direta entre o *infans* e o objeto. No entanto, um detalhe importante é que nesse tempo não há um “outro” constituído para o *infans*. Segundo Lacan, é unicamente em função de uma periodicidade em que “*podem aparecer furos e carências que vai se estabelecer um certo modo de relação do sujeito que não necessita em absoluto admitir que haja mesmo para ele distinção entre um eu e um não-eu*” (Lacan, 1956-57:67). Assim, este é o tempo que pode ser identificado ao auto-erotismo, pois, no sentido em que Freud o compreende, não existe aí uma abordagem concebível de uma relação. A mãe representa, aqui, o “*puro sujeito da exigência simbólica, simples lugar onde pode se manifestar a presença e ausência*” (Pacheco, 2012, p.164). Assim podemos entender que a mãe não é o objeto primitivo, como afirmava Melanie Klein, muito pelo contrário, dentro dessa perspectiva lacaniana devemos situá-la como o agente da frustração.

Esse tempo da frustração precisa ser reconhecido pelo fato de se instalar aqui experiências que irão permitir ao *infans* a inscrição de um par de opostos, “*presença-ausência*”. Esse par deve ser visto como o primeiro elemento que irá constituir a ordem simbólica. Obviamente, ainda neste momento, ele é insuficiente para constituí-la plenamente, mas ela é, sem dúvida, o alicerce necessário para que posteriormente venha a se constituir.

Conforme temos afirmado, a frustração surge exatamente pelo não encontro do sujeito com o objeto. Assim, a frustração é marca de um objeto ausente e sobre isso Lacan pondera algo importante. Da frustração, diz ele, “*podemos afirmar inicialmente que ela não é a recusa de um objeto de satisfação no sentido puro e simples*” (Lacan, 1956-57, p.184). Para tornar mais claro, prestemos atenção numa advertência: a compreensão que temos de satisfação, como sendo satisfação de uma “necessidade”, está longe de definir o que ocorre na frustração. Isso quer dizer que a frustração não é quando a criança tem a satisfação de alguma de suas necessidades negada. Nessa dialética, Lacan afirma que só é aceitável considerarmos que

aquilo que é recusado ao *infans* é o dom, “*na medida em que o dom é símbolo do amor*” (Lacan, 1956-57, p.184).

O dom do amor é essencial, pois ele está envolvido no processo que começa a operar uma abertura para a aparição de elementos que irão introduzir uma dialética entre a mãe e a criança. Sabe-se que a inscrição do par “presença-ausência” já permite, por parte da criança, o endereçamento de um o apelo e que isto já pode ser entendido como o começo de uma atividade simbólica. Mas o que ocorre, então, se essa mãe passar a não mais responder aos apelos do bebê ou simplesmente começar a responder caprichosamente somente ao seu critério? Diante desse impasse, Lacan diz que ocorre uma mudança crucial: a mãe torna-se uma “potência”. Ela torna-se um ser onipresente para o bebê e daí em diante dependerá exclusivamente dela a possibilidade dele vir a ter acesso aos objetos. Estes objetos que a princípio eram objetos de satisfação tornam-se, a partir de agora, objetos do dom, assim, tudo “*o que vem da mãe como respondendo a este apelo é dom, isto é, algo além do objeto*” (Lacan, 1956-57, p.127).

Toda essa dialética caminha para a produção de uma modificação fundamental, pois agora a mãe tornou-se real e os objetos simbólicos. Quando eles aparecem, eles são tomados pelo *infans* como signos do dom do amor da mãe. Vejamos agora a segunda modalidade de falta do objeto, o tempo da privação.

Uma vez que a mãe torna-se a portadora do dom do amor, a privação vai ocorrer agora por causa de uma nova problemática que se impõe ao *infans*: o que pode vir afetar a potência dessa mãe? Retomando o lugar fálico que a criança ocupa no desejo da mãe Lacan indaga em que momento a criança pode “*sentir-se despossuída ela mesma de algo que exige da mãe, percebendo que não é ela quem é amada, mas uma certa imagem?*” (Laca, 1956-57, p.72). Estas perguntas buscam dar visibilidade à problemática do desejo materno, porque a partir do momento em que ela passa desconfiar que algo pode abalar a onipotência da mãe, esta aparece agora como alguém que tem uma falta e que por esse motivo possui um desejo. O que isso representa em termos de privação? Ora, a criança está agora diante de uma dupla experiência de falta de objeto. Há uma decepção que se dá dos dois lados: por parte da criança a decepção surge decorrente do fato dela não ser mais o único objeto de sua mãe, por parte da mãe a decepção acontece por ela se ver privada de possuir esse objeto fálico. Agora podemos entender as razões da privação ser abordada por Lacan como uma falta real de um objeto simbólico, o que também pode ser dito de outra forma: a criança se dá conta de que algo simbólico falta no real, tanto nela quanto em sua mãe.

Continuemos nosso percurso e para isso façamos novas indagações. Como é que a criança sai dessa experiência do furo no real característico da privação e começa a reconhecer o falo como significante? Como ela sai da privação e passa para a castração, momento em que se cumpre a função normativa do complexo de Édipo? Conforme já desenvolvemos, a passagem pela privação faz com que o *infans* experimente no real a falta de um objeto simbólico, havendo aí já algum tipo de simbolização. Porém, isso ainda não é o suficiente para fazer a criança sair sozinha dessa encruzilhada de ser o falo materno (Pacheco, 2012). Mas por que ela não consegue sair? Porque, se por um lado o seu maior drama é ser devorada por essa mãe faltosa e insaciável, por outro, seu maior desejo é ocupar esse lugar fálico. É aqui que o Pai vai intervir como um quarto elemento vindo oferecer para a criança uma saída dessa angústia aniquilante. Sobre isto, Sauret (1997) nos traz uma luz ao dizer que o *infans* vive um grande impasse nesse momento, que pode ser descrito da seguinte forma: é melhor correr o risco de ser “devorado” ou é preferível ser “vomitado” e abandonado por esse outro?

Passemos agora para a terceira modalidade de falta, a castração. Podemos começar afirmando que a castração é a falta simbólica de um objeto imaginário, o falo. Ela é uma falta simbólica, porque ela remete à interdição do incesto que, dentro da perspectiva lacaniana, é a referência simbólica por excelência. É por isso que a função paterna é operatória, pois é ela quem determina para o *infans* o ingresso na ordem simbólica. A falta significada pela castração traz agora uma novidade: essa falta é experimentada como uma dívida simbólica, dívida esta que aponta para a função do Nome-do-Pai na constituição do sujeito. A castração faz com que o falo materno ganhe o estatuto de um objeto imaginário, objeto que só poderá ser acessível à criança de forma simbólica, mas para que isso ocorra será necessário que antes disso ela passe pela castração desse objeto imaginário. Só assim, o falo poderá ser buscado no Pai como quarto elemento e que vem a substituir a mãe enquanto Outro. Dessa forma, devemos compreender que não é mais na relação com o Outro materno que a criança buscará a saída para a sua subjetividade, mas sim no Outro paterno. Tudo isso nos indica, portanto, que a castração é operadora de uma substituição geradora de sentido, o que Lacan irá explicar nos termos da metáfora paterna. Para que possamos compreender mais a fundo a metáfora paterna, vejamos o que Lacan formulou no “Seminário V” (1957-58) a respeito dos três tempos do complexo de Édipo.

O primeiro tempo do Édipo pode ser descrito nos termos de um estado fusional entre a mãe e a criança. Ao sair dos processos identificatórios do estágio do espelho, podemos dizer que a criança já esboça uma centelha de subjetividade, todavia, conforme desenvolvemos no tópico destinado ao estágio do espelho, isto não é capaz de impedir que ela seja prisioneira de

uma relação de indistinção com o outro materno. Esta fusão se explica pelo fato da criança estar identificada com aquilo que ela supõe ser o objeto de seu desejo. Este objeto portador da capacidade de preencher plenamente o desejo materno é exatamente o falo. A criança deseja, portanto, ser o desejo do outro, o que significa dizer que ela aspira ser o falo de sua mãe, tal como afirma Lacan: *“O que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, to be or not to be o objeto do desejo da mãe”* (Lacan, 1957-58, p.197).

Como podemos ver, existe uma problemática fálica neste primeiro tempo do Édipo que se concentra na dialética do ser: ser ou não ser o falo do outro. Isso acontece, porque a criança ainda prescinde da castração. Com efeito, só existe essa relação fusional porque nenhum elemento exterior pode vir a realizar uma mediatização da identificação fálica da criança com a mãe. Aqui cabe uma observação importante. Apesar de nesse tempo, o pai ainda ser um elemento ausente na relação mãe-filho, devemos nos atentar que, para Lacan, o pai é mediador da lei na medida em que esta lei em si já lhe é prévia. Se a mãe é um ser falante e se ela oferece ao filho um lugar fálico, então, precisamos entender que já existe nessa situação uma apropriação do falo como lugar fundante de uma identificação para a criança. O que ocorre é que mesmo sendo necessário ocupar esse lugar, essa posição não é suficiente para dar ao *infans* o estatuto de sujeito. Para isso, será fundamental que um novo passo se dê nesse desenrolar edipiano.

O segundo momento do Édipo será responsável pela instauração de uma mediação: o elemento paterno vai trazer a ordem simbólica permitindo a criança acessar um lugar para além do desejo materno. Intervindo na relação entre a criança e a mãe, o pai aparece aqui como um segundo outro. Do ponto de vista da criança, o pai intervém sob a forma de uma interdição, apresentando-se como o detentor do “direito” de possuir a mãe. A criança sente-se frustrada (a mãe enquanto objeto real se faz faltosa) e diante disso vê-se obrigada a questionar o seu lugar fálico diante da mãe. Do ponto de vista da mãe, o pai irá privá-la do falo que ela acredita possuir sob a forma do filho. Deparando-se com um furo da potência materna, a criança confronta-se com a lei do pai na medida em que descobre que a própria mãe também depende dessa lei para que possa proporcionar satisfação aos seus apelos. Lacan aborda essa questão através da noção de um “tribunal superior”, como sendo esta instância acima da mãe e do qual ela depende:

Eu lhes disse que, no plano imaginário, o pai intervém efetivamente como privador da mãe, o que significa que a demanda endereçada ao Outro, caso transmitida como convém, será encaminhada a um tribunal superior, se assim posso me expressar (Lacan, 1957-58, p.198)..

O fato de o desejo materno estar submetido à lei do desejo do Outro (o tribunal superior) faz com a criança passe a reconhecer que o seu desejo está submetido a um objeto que o outro – o pai – é suposto ter ou não ter. Fiquemos atentos a esse novo aspecto. Agora a dialética que dita os rumos do Édipo configura-se nos termos de ter ou não ter o falo. Abalada em sua antiga crença de ser ela própria o objeto fálico desejado pela mãe, a criança é forçada pela função paterna a um duplo reconhecimento: ela não é o falo da mãe, e, além disso, a mãe também não o possui. O acesso da criança a esse objeto fálico, precisa ser buscado agora num lugar outro, que não a mãe, porém, é o desejo dela que poderá apontar-lhe onde é que o falo é suposto estar. No entanto, esse segundo tempo ainda deixa espaço para que a criança coloque esse pai como um rival, por se tratar daquele que o frustra e que priva sua mãe. O fim dessa rivalidade é o que determinará a entrada no ultimo tempo da lógica edipiana.

O terceiro tempo é exatamente o que corresponde ao declínio do complexo de Édipo, tempo em que se cristaliza a simbolização da lei. Se na etapa anterior havia uma rivalidade, a relação da criança com o pai passa, agora, para uma nova formatação, ela deixa a problemática do ser “*para negociar, por conta própria, a problemática do ter*” (Dör, 1989:88). Como diz Lacan, “*o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui*” (Lacan, 1957-58: 200). Se o pai agora é aquele que detém o falo, essa constatação permite que a criança o retire do lugar da rivalidade, porque agora, ele não é mais visto como o privador do falo da mãe, pelo contrário, ele surge como aquele que é portador do objeto cobiçado pela mãe, sendo o único capaz de restituir a mãe de sua falta. O fato do desejo da mãe ser orientado agora em direção ao portador do falo é o que permite que essa “negociação” seja feita nos meandros do que Lacan chamou de identificação.

Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se *Ideal do eu* (Lacan, 1957-58, p.200).

A reposição do falo em seu devido lugar é estruturante para a criança, seja qual for o seu sexo, a partir do momento em que o pai, enquanto seu legítimo portador, tem direito e preferência sobre a mãe. Essa ruptura da posição fálica da criança em relação ao desejo materno é o que atesta a instauração da metáfora paterna e do recalque originário.

O que podemos extrair desse percurso para o tema do infantil? Conforme já vínhamos afirmando, se o infantil diz respeito ao terreno das pulsões, a frustração, a privação e castração, nos dão provas de que ao longo da constituição do sujeito, é desse furo que estamos sempre tratando. Essas três categorias da falta são definidas pelo modo como a falta do objeto é vivenciada nos registros do real, do simbólico e do imaginário. Sendo assim, podemos dizer

que não importa, sob que aspecto a falta apareça para o sujeito, no que tange a questão do infantil de qualquer modo a falta do objeto se faz presente para o sujeito.

Uma outra questão interessante é que os três tempos do Édipo, tal como fundamentados por Lacan, representam as operações que o sujeito precisa realizar em sua dialética com o outro que lhe recebe no mundo. Esse outro minúsculo, não aparece sozinho, ele vem trazer também o Outro, como o lugar da fala, o tribunal superior, para onde serão endereçadas as questões da falta do objeto. Essas operações começam a embasar a ideia de que criança não chega ao mundo já possuindo um estatuto pleno de um sujeito. Ela precisa passar pelas categorias da falta do objeto, de modo a elaborar a sua posição diante do Outro. A partir do Seminário XI, que abordaremos no próximo capítulo, as operações de alienação e separação surgem de modo a demonstrar com exatidão essa questão entre a constituição do sujeito e o desejo do Outro, incluindo nessa dialética o que falta ao ser do *infans* e o que falta ao Outro.

Nesta etapa da teoria, que se refere ao seminário IV e V, Lacan ainda não formula essa lógica da alienação e da separação, no entanto já podemos ver, aqui, duas questões importantes: a constituição do sujeito implica que o *infans* se inscreva na cadeia simbólica; essa entrada na linguagem só pode ocorrer se houver no sujeito a simbolização da falta do objeto. O infantil pode ser localizado então nessa perda do objeto que precisa ocorrer entre o *infans* e o Outro.

Aqui já podemos começar apontar para uma questão que iremos demonstrar com mais precisão no próximo capítulo: o sujeito só pode advir ao preço do “apagamento” de uma faceta do seu infantil. Para se fazer falante e desejoso, o *infans* precisa sair da posição de ser o objeto que vem preencher a falta da mãe, precisa não só aceitar a falta do seu objeto, como precisa renunciar a se colocar nesse lugar de objeto. Por esta razão, podemos dizer que o sujeito ao se fazer falante, ele o faz ao preço de deixar de fora o seu infantil pulsional. Quando falamos de apagamento, não estamos falando de uma eliminação radical, estamos nos aproximando da concepção de que isso que fica de fora do campo simbólico e imaginário, não desaparece, nem tampouco deixa de ser algo que causa o sujeito.

3.3.3 – A metaforização do Nome-do-Pai

Segundo Lacan, o jogo do *Fort-Da*, descrito por Freud, pode ser tomado como o paradigma mais explícito da realização da metáfora paterna, uma vez que demonstra o acesso do *infans* ao mundo simbólico, por meio de sua tentativa de controlar simbolicamente o

objeto perdido. Vejamos o relato de Freud sobre sua observação do jogo realizado pelo seu pequeno neto:

O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’ (‘ali’). (Freud, 1920, p. 225).

Segundo a própria interpretação de Freud, esse jogo se relacionava a uma grande conquista cultural da criança que se tornou possível por conta da renúncia pulsional que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar. Ela encontra uma forma de compensar tal renúncia, por assim dizer, encenando ele próprio o desaparecimento e a volta dos objetos que se encontravam a seu alcance. Como podemos ver a própria interpretação de Freud dá a Lacan todas as possibilidades de enxergarmos no *Fort-Da* uma nítida expressão de substituição significante. O carretel, como tal, encarna nesse jogo uma metáfora da mãe, uma vez que o carretel é um elemento que substitui e que vem a simbolizar a mãe ausente. O jogo do *Fort-Da*, enquanto expressão clara de presença-ausência, também é uma metáfora, pois ele simboliza os retornos e as partidas de um objeto.

Na perspectiva lacaniana, o *Fort-Da* é indicativo de que a criança consegue controlar a angústia de não ser mais o falo que supre o desejo do Outro materno. Controlando simbolicamente este fato, ela pode sair do lugar de objeto de desejo do Outro e começar a direcionar seu desejo, agindo do lugar de um sujeito capaz de encontrar por ele mesmo objetos que substituam o objeto perdido. Todavia, essa aquisição da linguagem simbólica, que permite a busca simbólica de objetos, só pode ocorrer se houver um recalque originário do significante fálico da mãe. É o recalque desse primeiro significante fálico que permitirá que um segundo significante venha substituí-lo, o significante *Nome-do-Pai*.

No texto “*De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*” (1958), Lacan apresenta uma fórmula da metáfora paterna (fig. 4) e em sua explicação ele deixa claro que aquilo que o pai potente transmite é o falo enquanto significante da falta do Outro. Isso quer dizer que o falo, do qual o pai é portador, é o elemento que vem fazer uma suplência simbólica à falta representada pelo desejo enigmático da mãe. Uma relação significante é então elaborada pela criança a partir do momento em que ela pode nomear as causas das ausências de sua mãe e isso ela o faz servindo-se de uma referência do pai como portador do falo, que surge nesta cena como um pai simbólico. Dito de outra forma, o *Nome-do-Pai* é o

novo significante (S2) que vem substituir o significante do desejo da mãe (S1). Eis que Lacan postula através da seguinte fórmula:

Fig. 7

$$\begin{array}{ccc} \text{Nome-do-Pai} & & \text{Desejo da mãe} \\ \hline \text{Desejo da mãe} & \bullet & \text{Significado do sujeito} \end{array} \longrightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

A análise dessa fórmula pode nos ajudar a compreender a atuação do recalque originário. Quando a criança nomeia o pai como detentor do falo, percebemos que na verdade ela continua nomeando o objeto primordial do seu desejo. Porém, como agora o significante desse objeto fundamental tornou-se inconsciente devido ao recalque, ela passa nomeá-lo de modo metafórico através de uma substituição simbólica. O advento da linguagem tem por vocação expressar ao sujeito a perenidade do objeto fundamental do seu desejo. Uma vez que o sujeito se insere na ordem simbólica, o objeto fundamental do desejo passa a ser designado em função de um desconhecimento do próprio sujeito.

A metáfora paterna institui um processo radicalmente estruturante da constituição psíquica da criança. Além de abrir as vias de acesso da criança ao mundo simbólico, afastando-a de seu assujeitamento imaginário à mãe, é ela quem lhe concederá a condição de um sujeito do desejo. Entretanto, esses ganhos só podem surgir à custa de uma nova alienação. Tão logo o *infans* adquire o estatuto de sujeito desejante, seu desejo torna-se prisioneiro da linguagem, território onde ele se perde enquanto tal. Por que o desejo se perde ao se alienar ao campo simbólico? Porque uma vez que o objeto fundamental está recalcado, o desejo só pode se exprimir por significantes substitutivos, que impõem ao objeto do desejo a característica de serem objetos metonímicos. Como explica Dör (1989), a metáfora paterna exige que a criança tome a parte (objeto substitutivo) pelo todo (objeto perdido), o que nos permite entender as razões do objeto do desejo entrar no desfiladeiro da metonímia.

Engajado na via da metonímia, o desejo permanece constantemente insatisfeito, justamente pelo fato dele ter tido que se fazer exprimir pela linguagem. O desejo renasce incessantemente uma vez que o seu lugar é estar sempre perseguindo o objeto que ele visa, objeto que por sua vez só ganha delimitação pela via dos significantes substitutos. Sendo assim, podemos dizer que quando o desejo se faz exprimir pela palavra, ele se torna nada além do que o reflexo de si mesmo. O desejo de ser o falo, recalcado em prol do desejo de ter o falo, determina que a criança vincule seu desejo na dimensão dos objetos substitutivos do

objeto perdido. Para que isso ocorra, não existe outro caminho para o desejo senão fazer-se palavra, o que irá acarretar num desdobramento para o campo daquilo que Lacan chamou de demanda.

Ao se articular com a demanda, o desejo se perde cada vez mais na cadeia dos significantes que habitam o discurso do sujeito. De um objeto a outro, o desejo remete sempre a uma série indefinida de significantes que simbolizam os objetos substitutivos e, ao insistir na procura do objeto perdido, submete o sujeito, à sua revelia, a um desejo original sempre insatisfeito. Essa articulação do desejo com a demanda é o que vai nos guiar no próximo tópico, mas para concluirmos essa etapa queremos apontar que a metáfora paterna é uma encruzilhada estrutural, pois os rumos da estrutura subjetiva dependem do seu fracasso ou de sua instauração. O fracasso de a metaforização do Nome-do-Pai tem como consequência o desencadeamento de processos psicóticos. Por outro lado, quando ela se instala, sua consequência é efetuar a alienação do sujeito na linguagem, instituindo uma divisão psíquica, que separa o sujeito de uma parte de si mesmo, fazendo advir o Outro, como discurso do inconsciente.

Aqui já podemos começar apontar para uma questão que iremos demonstrar com mais precisão no próximo capítulo: o sujeito só pode advir ao preço do “apagamento” do seu ser infantil. Para se fazer falante e desejante, o *infans* deve sair da posição de ser o objeto que vem preencher a falta da mãe, precisa, não só, aceitar a falta do seu objeto, como precisa renunciar a se colocar nesse lugar de objeto do desejo do Outro. A metáfora paterna é responsável por duas coisas: ela permite que o *infans* adquira o estatuto de sujeito desejante; mas, articulado a isso, como consequência, o seu desejo torna-se prisioneiro da linguagem.

Esse aspecto do desejo nos traz uma forma interessante de abordar o infantil. Quando o *infans* adentra na linguagem, o desejo se perde enquanto tal, porque a condição para se entrar no mundo das reapresentações das coisas é exatamente ter perdido a coisa em si. Como o objeto fundamental está recalcado, o desejo só consegue funcionar por meio de significantes substitutivos, que impõem ao objeto do desejo a característica de serem objetos metonímicos.

O desejo é, portanto, um deslizamento cuja causa é a falta do objeto. A partir dessas considerações, podemos dizer que o *infans* ao se fazer um sujeito falante, ele o faz somente depois de pagar o preço de se ver obrigado a deixar de fora o seu infantil. Quando falamos de apagamento, não estamos falando de uma eliminação radical, estamos nos aproximando da concepção de que isso, que fica de fora do campo simbólico e imaginário, não desaparece, nem tampouco deixa de ser algo que causa o sujeito. O infantil, então, pode ser analisado como aquilo que fica faltante ao sujeito e que passa a estar em jogo na causa do desejo do

sujeito. Se o sujeito deseja é porque ele é infantil na medida em que não se constitui como um ser “acabado” e sem faltas.

No próximo tópico iremos abordar em detalhes a questão da necessidade, da demanda e do desejo, e assim poderemos retomar novamente nossas reflexões sobre o infantil tendo em vista ainda a questão do desejo.

3.4 – Necessidade, Demanda e Desejo

O que trabalhamos até aqui neste capítulo é equivalente ao modo como Lacan pensou a constituição subjetiva nos primeiros anos de seu ensino, tempo este que é marcado pela ênfase na teoria do significante. O percurso já realizado nos permite dizer que o sujeito constitui-se num processo de alienação ao campo da linguagem, o que pode ser representada pelas famosas máximas “O inconsciente é estruturado como uma linguagem” e “O desejo é desejo do Outro”. Para que possamos avançar na compreensão do desejo é preciso nos apropriar de uma diferenciação que Lacan estabelece entre a necessidade, a demanda e o desejo.

A primeira coisa a considerar como ponto prévio do percurso, no qual um sujeito se constitui, é que de início ele é o *lócus* de uma imprescindível necessidade de sobrevivência. Essa afirmativa pode trazer certa confusão, na medida em que abre espaço para o equívoco de considerar o momento da necessidade como uma primeira modalidade da constituição subjetiva. Isso seria, um contrassenso, porque se o estado de necessidade fosse de fato a primeira condição do sujeito, então realmente estaríamos trabalhando com um categoria relacionada ao inatismo, o que absolutamente não é seria correto no campo da psicanálise. Lacan, com seu rigor conceitual, nos livra desse mal-entendido ao afirmar que o sujeito nunca experimenta diretamente suas necessidades sem a mediação da linguagem. Desse modo, podemos afirmar que a necessidade não faz parte da história do sujeito, a não ser que a consideremos como um momento mítico e perdido.

Lacan, além de defender o uso do termo “pulsão” para traduzir o “*Trieb*” de Freud, não se preocupou em dar à pulsão uma excessiva conceituação, pois temia que a psicanálise a usasse como um correlato do instinto dos animais. Para ele, a pulsão é o nome dos efeitos que a linguagem perpetra no instinto, por isso não existe experiência instintiva no sujeito, o que existe são experiências instintivas remodeladas pelo significante. Não seria ousado de nossa

parte dizer que Lacan oferece uma visão do sujeito como estando afastado de sua animalidade pelo fato de ser um ser falante.

Não podemos deixar de observar a importância dessa noção para o estudo do infantil. Quando Lacan afirma que a pulsão é um efeito de torção que a linguagem perpetra no instinto, isso toca diretamente na delimitação que buscamos para o lugar do infantil no funcionamento do sujeito. Se trabalhamos com a hipótese de que infantil fundamenta-se pelo campo pulsional, agora temos mais um dado importante. É a linguagem que faz torções no instinto. Ao efetuar um apagamento da identidade do objeto da satisfação, a linguagem acaba por transformar a procura pelo objeto numa procura sem objeto fixo, o que constitui propriamente a pulsão. Sendo assim, ao afirmarmos que o infantil pode ser lido pelo viés da pulsão, somos obrigados a admitir que essa dimensão pulsional, possui uma relação com os efeitos que a linguagem exerce no sujeito. Avancemos um pouco mais, para que possamos aprofundar nossas reflexões.

Quando o bebê passar a se contar como sujeito, as experiências que ele viveu, no tempo em que era apenas um organismo vivo não falante, ficarão de fora da cadeia significante. Isso traz o esclarecimento de que a necessidade é um momento prévio do sujeito e que passa a ser mítico quando ele passa a ser um sujeito falante. Tenhamos cautela e nos atentemos para um fato importante. Não podemos negligenciar a importância desse estado mítico. Mesmo sendo este um momento que fica excluído do saber do sujeito (da cadeia significante), ela deixará marcas que serão retomadas de modo indireto pelo sujeito. Dizemos que será uma retomada indireta porque o acesso a essas marcas não pode ser feito de forma direta, mas somente através de uma ressignificação conseguida pela via das substituições significantes.

Consideremos então um primeiro momento em que o recém-nascido chega ao mundo submetido a uma torrente imperiosa de necessidades orgânicas. É aqui que surge uma situação crucial chamada por Freud de *complexo de Nebenmensch*. Instalada a tensão orgânica em seu corpo e sendo desprovido de capacidade de realizar *ações específicas* que lhe garanta a sobrevivência, o bebê está numa situação absolutamente dependente, pois precisa que outro “ser” compareça de maneira a poder atender a suas necessidades. Trata-se de um profundo e radical desamparo. Todo ser humano foi obrigado a enfrentar no início de sua vida esse desamparo devido à prematuridade com que nascem os bebês humanos, quando os comparamos com filhotes de outros animais.

Em meio a esse desamparo, que lhe deixa vulnerável diante do ambiente e das próprias tensões internas ao organismo, pensemos na ocorrência de uma primeira experiência de

satisfação³¹, trabalhada por Freud nos termos de um *mito da primeira mamada*, para que daí possamos demonstrar como a satisfação de uma necessidade se diferencia de uma satisfação pulsional. Tudo começa quando o recém-nascido é atingido por um forte estado de desprazer ocasionado pelas tensões oriundas da necessidade, por exemplo, podemos tomar a fome. Essa necessidade precisa ser satisfeita para que ocorra uma descarga dessa tensão que ameaça a sua vida. Quando o bebê é amamentado, Freud postula que duas satisfações ocorrem de modo concomitante: a satisfação da necessidade orgânica e a satisfação pulsional. A satisfação pulsional caracteriza-se pelo prazer atingido na zona erógena diante do alívio da tensão. No entanto, neste primeiro momento mítico, a pulsão se encontra apoiada na necessidade, o que implica no fato de que a satisfação pulsional acontece por conta do alívio da necessidade e não porque há nessa experiência o que poderíamos identificar como uma mediação psíquica por parte do bebê.

Essa primeira experiência tem para Freud um valor incomensurável, justamente por ser ela que irá deixar um traço mnêmico referido à imagem e à percepção da satisfação originária. Quando o estado de tensão orgânica volta a solicitar uma satisfação, esse traço da primeira experiência de satisfação será reinvestido, conduzindo a criança às experiências que Freud identificou como alucinatórias, devido ao fato dela ainda não distinguir a representação do objeto, presente no traço mnêmico, e o objeto real da satisfação da necessidade.

Diante das experiências posteriores da criança, Freud nos indica que ocorre um desvio da pulsão em relação à necessidade fazendo com que elas assumam movimentos isolados e independentes. O chuchar dos bebês comprova que a satisfação que está em jogo em tal prática não diz respeito ao prazer de satisfazer a fome ao comer algo, mas sim na satisfação pulsional, que diz respeito ao “prazer da boca”. No Seminário XI, na aula sobre “a desmontagem da pulsão”, Lacan (1964) explica que, se no começo da dialética da pulsão, ocorre essa distinção entre a necessidade (“o *Not*”) e a exigência pulsional (o “*Bedurfnis*”) é justamente porque nenhum objeto da necessidade pode satisfazer a pulsão (Lacan, 1964, p.159). Metaforizando a pulsão em termos de uma boca, ele afirma:

Mesmo que vocês ingurgitem a boca - essa boca que se abre no registro da pulsão - não é pelo alimento que ela se satisfaz, é como se diz, pelo prazer da boca. É mesmo por isso que, na experiência analítica, a pulsão oral se encontra, em ultimo termo, numa situação em que ela não faz outra coisa senão encomendar o menu. Isto se faz, sem dúvida, com a boca que está no princípio da satisfação o que vai à boca retorna à boca, e se esgota nesse prazer que venho de chamar, para me referir a termos em uso, prazer da boca (Lacan, 1964, p.159).

³¹ Trabalhado por Freud em “*Pulsão e suas Vicissitudes*” (1915).

Se o objeto da necessidade não possibilita uma satisfação da pulsão, então qual objeto poderia satisfazê-la? A resposta envolve o objeto do desejo, mas antes de nos aprofundarmos nisso, retornemos à cena da mãe prestando os cuidados ao bebê. Retornando à situação do bebê em seu desamparo estrutural, façamos uma pergunta: como podemos descrever esse outro que atende as suas necessidades? O ser que atende a essas necessidades, prestando-lhe os devidos cuidados, a psicanálise o reconhece como sendo a “*mãe*”, isto é, um ser de linguagem que atende as necessidades do bebê, utilizando-se de gestos carregados de linguagem. Prestemos atenção a este fato: a mãe não é um outro ser imerso no puro estado da necessidade, ela comparece aqui como sujeito já inserido no campo do Outro. Para sermos mais exatos, consideremos que mesmo antes de sua concepção biológica, o bebê já possui um lugar simbólico no desejo desse Outro materno.

Agora vejamos de que modo os cuidados maternos sobressaltam em sua grandiosa importância para a constituição do sujeito. Seria, por demais, ingênuo pensarmos que uma mãe, ao atender os gritos de seu filho, esteja providenciando apenas um objeto de satisfação da necessidade. Enquanto sujeito falante, todo gesto dessa mãe será sempre carregado de uma linguagem e de uma história psíquica. Através das teorizações freudianas, então somos conduzidos a uma conclusão: diante de uma primeira experiência de satisfação, o psiquismo irá registrar essa experiência e daí em diante o objeto da necessidade irá perder a sua identidade de objeto natural. Este apagamento é o que impulsiona o psiquismo em uma tentativa constante de reencontrar esse objeto. Seguindo as trilhas das representações psíquicas do objeto, o psiquismo é palco de um movimento constante de procura, que pode ser lido como a mola de funcionamento do desejo.

Para Lacan a demanda “*é aquilo que, a partir de uma necessidade, passa por meio do significante dirigido ao Outro*” (Lacan, 1964, p.91). A passagem da necessidade para a demanda traz o efeito do encontro do sujeito com a linguagem. No entanto, esse encontro não configura uma experiência que poderia traduzir o objeto mítico da necessidade para uma linguagem acessível ao sujeito. Trata-se essencialmente de uma primeira inscrição de linguagem, por isso, não existe possibilidade de traduzir a necessidade para a linguagem, pois antes da demanda, não havia linguagem alguma.

No plano da demanda, o sujeito, ao mesmo tempo em que se dirige ao Outro demandando seu amor (nome que designa a presença do Outro), é também movido por uma força incoercível em direção a um objeto, que não possui mais rosto, sendo, portanto, um objeto perdido e faltoso. Para Lacan, a demanda e o Outro são constituídos por naturezas que acabam por se opor:

O mecanismo da demanda faz com que o Outro, por natureza, se oponha a ela, e poderíamos dizer que a demanda exige por natureza, para se sustentar como demanda, que haja uma oposição a ela. A introdução da linguagem na comunicação é ilustrada a todo instante pelo modo como o Outro tem acesso à demanda (Lacan, 1964, p. 92).

A reflexão que Lacan nos convida a construir é de que a necessidade ao entrar na dimensão da linguagem, para ali ser remodelada, passa a ser despejada no complexo significante de modo infinito e “*é isso que faz com que a demanda seja, essencialmente, algo que se coloca por natureza como podendo ser exorbitante*” (Lacan, 1964, p.92). Não é a toa que as crianças em suas demandas incansáveis não cansam de nos pedir a lua. Isso acontece por conta da necessidade, cuja natureza se exprime por intermédio do sistema significante.

A título de ilustração, queremos abrir um parêntese, para relatarmos a fala de uma menina de seis anos para o seu pai. Com bastante frequência, quando o pai chega a casa é comum que a filha se dirija a ele e pergunte “Pai, você trouxe alguma novidade para mim?”. E se o pai responde negativamente, ela faz questão de demonstrar sua decepção. Consideramos que as colocações de Lacan definem bem essa procura da menina através desse significante “novidade”, termo substituto de um objeto que se encontra velado para o próprio sujeito.

Não podemos compreender a demanda, que é sempre de amor, sem levar em conta o objeto faltoso que foi descaracterizado pela passagem para o significante. A demanda, ao introduzir o sujeito no campo da linguagem, acaba por transformar o instinto em pulsão, e, uma vez situado no plano pulsional o sujeito estará sempre em busca de um objeto desconhecido. Esse objeto foi nomeado por Lacan como *objeto a*, justamente por ele estar implicado na dialética do sujeito com o “Autre” e com o “autre” (com o minúsculo). Nestes termos, o *objeto a* por ser um objeto que não existe, passa habitar pra sempre todos objetos que são buscados pelo sujeito.

Se a demanda visa o Outro como objeto, o resultado dessa expectativa só pode ser a de uma radical diferença entre aquilo que é demandado e aquilo que é trazido pelo Outro. É dessa diferença que surge a compreensão lacaniana do desejo, pois ele surge da impossibilidade da demanda ser completamente satisfeita. Como bem esclarece Elia (2004), se a demanda eleva o objeto procurado à categoria de Outro, o desejo reconduz a demanda ao plano do objeto. Rebaixando o Outro das prerrogativas de honra e amor, o desejo degrada o Outro à categoria de objeto fazendo com que passe a ser furado e barrado.

Façamos uma análise da questão do infantil. Essa compreensão de que a necessidade é transposta para a demanda e resvalada para o desejo vêm esclarecer muito tudo que já afirmamos anteriormente. O sujeito surge como um efeito da passagem da pulsão pela cadeia

significante, passagem que só pode ser feita através da demanda e de seu desdobramento para o desejo. O sujeito que se torna falante só pode chegar a essa condição, alienando-se de algo que nem a sua demanda nem seu desejo poderão capturar. O fala-ser, portanto, é infantil, não no sentido de imaturidade psíquica, ele é infantil porque o fato de ser um sujeito do desejo isso não o torna um sujeito capaz de se completar.

Se a demanda é dita por Lacan como aquilo que faz as crianças pedirem a lua e se a demanda não é algo que extingue quando elas se tornam adultas, então a demanda faz do adulto um sujeito radicalmente marcado pelo infantil. Ao sair do desamparo original pela via dos cuidados maternos, a palavra que vem do Outro, cria caminhos de procura no campo da linguagem, no entanto como Freud já postulava, as primeiras experiências marcantes deixam rastro de trilhamento no psiquismo. Podemos dizer que o sujeito da psicanálise, é dividido, incompleto e infantil, quando observamos que diante do furo da pulsão, resta à demanda e ao desejo vasculhar essas trilhas em busca do objeto, sem poder de fato encontra-lo. Essas trilhas não podem levar até ao objeto, porque conforme já demonstramos o que o existe nessas marcas são apenas traços substitutos da coisa.

O mito da primeira mamada demonstra com muita precisão como o encontro com o objeto, ao ganhar um registro, efetua a perda do objeto, enquanto coisa. Para Lacan, essa perda é explicada também no sentido da demanda, pois ao usar certos significantes para encontrar seu objeto, o sujeito na verdade procura algo que foi nomeado pelo Outro e que de fato nunca corresponde ao que de fato ele procura. Essa também é uma forma de considerarmos a divisão do sujeito.

3.5 – O desejo é o desejo do Outro

No período que estava guiado por sua ênfase no simbólico, o ensino de Lacan revela que a alienação do sujeito à linguagem faz com que a pulsão seja pensada a partir da relação do sujeito com a demanda do Outro. Como já trabalhamos a distinção entre necessidade, demanda e desejo, podemos agora abordar especificamente o modo como a pulsão é tomada por Lacan neste momento do seu ensino. Em “*Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*” (1960), ele faz a seguinte colocação:

O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional senão em relação ao Outro, abre sob a forma da possível falha que a necessidade pode aí introduzir, por não haver satisfação universal (o que é chamado de angústia) (Lacan, 1960, p. 828).

Nesse momento de seu ensino, Lacan considera, portanto, que tudo o que é da ordem do humano passa pela palavra, ou seja, pela demanda. O significante da demanda barra a necessidade e origina a pulsão. O desejo funda-se nesta margem em que a demanda se separa da necessidade. Na relação estabelecida entre a demanda e a necessidade algo escapa: o desejo. O desejo é o que resulta, portanto, do deslizamento metonímico do significante da demanda. Sendo assim, a trilogia – necessidade, demanda e desejo – estabelece a pulsão numa ordem simbólica. Como, neste momento de seu ensino, Lacan prioriza a questão da representação, a pulsão sexual foi também entendida dentro desta ordem. Para tornar mais claro, retornemos brevemente à experiência de satisfação do bebê frente aos cuidados de sua mãe, a fim de visualizarmos com nitidez esse estado em que ele permanece às voltas com a demanda do Outro. Vejamos com mais calma o desenrolar dessa cena nas palavras de Brousse (1997):

Um bebê tem uma necessidade definida biologicamente, a qual tem um objeto biologicamente relacionado a ela. O leite está relacionado à fome. O que acontece? Como um pequeno ser humano, está situado num meio linguístico. Sua mãe falava antes que ele nascesse, e continua a falar depois. Ela fala o tempo todo, mesmo enquanto dá ao bebê os objetos requeridos pela necessidade deste. O uso que ela faz do significante ou da linguagem tem consequências na alimentação da necessidade. Por exemplo, ela amamenta o bebê em determinadas ocasiões, de uma maneira específica. Para que a necessidade seja satisfeita, um pequeno ser humano tem que lidar com a demanda do Outro (Brousse: 1997, p.123).

Como podemos ver, para que o bebê possa satisfazer suas necessidades ele tem que levar em consideração a demanda do Outro. Daí podermos afirmar que a pulsão seja uma consequência de sua articulação na linguagem da demanda do Outro. Entretanto, já estamos avisados que evidentemente a demanda do Outro não pode de modo algum corresponder absolutamente à necessidade. Alguma coisa escapa na correlação entre necessidade e demanda, algo central para a compreensão da pulsão e esse algo é o desejo (Brousse, 1997). Mas apesar do desejo não poder ser satisfeito através da demanda precisamos reconhecer que existe um grande paradoxo entre estas duas instâncias, justamente porque o desejo depende da demanda para poder se fazer palavra. Podemos considerar então que o desejo é sempre desejo de outra coisa, pois aquilo que a demanda pode encontrar de modo algum pode preencher o desejo.

Paradoxalmente, embora o desejo esteja fundado num mais aquém da demanda é somente através dela que o desejo pode encontrar matéria significante para se tornar presente no discurso. Daí, concluímos que o desejo, obrigado a se fazer ouvir através da demanda, torna-se inevitavelmente um prisioneiro da linguagem. Esta é uma das formas que podemos

compreender o sentido da alienação do desejo no campo do Outro. Não se extinguindo na demanda, o desejo persiste inabalável se fazendo ouvir por meio de uma verdade inconsciente que aparece sem a intenção do sujeito. Para Lacan, a propriedade da demanda é exatamente “*não poder situar o que vem a ser o objeto de desejo*” (Lacan, 1971-72:89), elucidando a partir disso que a demanda fundamental do analisando é “*peço-te que me recuses o que te ofereço, porque não é isso*” (Lacan, 1971-72, p.90).

Em “O seminário, livro 5: as formações do inconsciente”, a partir do grafo do desejo, Lacan elabora o algoritmo da pulsão ($S \leftrightarrow D$), por meio do qual pretende expressar as operações lógicas possíveis que o sujeito mantém com a demanda do Outro, considerando que o próprio sujeito vai ser pensado como efeito desta operação significante sobre a demanda do Outro. Assim, a pulsão sexual freudiana é traduzida em termos de demanda, sendo ela a expressão daquilo que é possível de ser transposto do pulsional à fala. O algoritmo da pulsão demonstra que a exigência da satisfação pulsional da criança tem que passar, necessariamente, pelos significantes do Outro parental, pelos significantes da demanda do Outro.

Considerando a questão do plano da causalidade do sujeito, esta etapa do ensino de Lacan é marcada, portanto, pela tese da determinação simbólica. Com isso, podemos dizer que a estrutura do sujeito é produzida num primeiro tempo pela sua alienação ao aparelho da linguagem³². Vejamos o que ele fala sobre o advento do sujeito no campo do Outro:

Aquilo a que a descoberta de Freud nos conduz é a imensidão da ordem em que ingressamos, na qual, por assim dizer, nascemos uma segunda vez, saindo justamente do estado denominado *infans*, sem palavra: seja a ordem simbólica constituída pela linguagem, e o momento do discurso universal concreto de todos os sulcos abertos por ele nessa hora, onde foi preciso nos alojarmos” (Lacan, 1957, p. 446)

Para irmos um pouco mais a fundo nessa compreensão, tomemos duas colocações de Lacan bastante famosas: “o inconsciente é o discurso do Outro” e “o desejo é o desejo do Outro”. O que está em jogo nestas duas sentenças? Elas nos remetem diretamente à questão da determinação, porém, o que torna esse assunto um grande enigma para o sujeito é o fato de que existe nele uma profunda “insciência” no que diz respeito à causa do desejo que o governa. Sendo assim, somos levados a compreender que enquanto a primeira frase (“o inconsciente é o discurso do Outro”) aponta para uma determinação objetiva, a segunda (“o

³² Queremos salientar que se trata aqui de um primeiro de alienação ao aparelho da linguagem, porque Lacan irá postular numa época posterior que existe um segundo tempo na produção do sujeito e que não envolve exatamente o campo da linguagem, mas sim aquilo que concerne ao campo do objeto a e do gozo. Trata-se de um tempo da “separação” e que abordaremos no próximo capítulo.

desejo é o desejo do Outro”), por outro lado, diz respeito a uma determinação subjetiva. Em “Subversão do Sujeito e dialética do desejo” (1960), encontramos uma explicação:

Pois aí se vê que a insciência que o homem tem de seu desejo é menos insciência daquilo que ele demanda do que insciência a partir do qual ele deseja. E é a isso que corresponde nossa formulação de que o insciente é o discurso do Outro, onde se deve entender o ‘de’ no sentido do ‘de’ latino (determinação objetiva). Mas acrescentando também que o desejo do homem é o desejo do Outro, onde o “de” fornece a determinação chamada pelos gramáticos ‘subjetiva’, ou seja, é como Outro que ele deseja (Lacan, 1960, p.829).

A questão difícil com a qual Lacan precisou trabalhar foi exatamente não recuar diante da necessidade de articular estas duas determinações e foi exatamente essa tarefa que o impulsionou no “grafo do desejo”. Por um lado, existe a determinação objetiva que se refere à lei da linguagem, à estrutura do simbólico, que é universal e constituinte do inconsciente, mas por outro temos a determinação subjetiva que concerne à posição do sujeito e a estratégia singular de desejo. A questão pode ser formulada nesses termos: como a partir da entrada na linguagem, na ordem simbólica, o sujeito pode surgir como sujeito do desejo? A formalização do grafo do desejo pretende dar conta de explicar como estas duas determinações se articulam num só tempo de modo a permitir o advento do sujeito.

Para prosseguirmos é fundamental considerarmos que a linguagem só pode ser compreendida pela lógica temporal de sua estrutura. Levado pelo conhecimento de Saussure, sobre a conjunção da diacronia e da sincronia, Lacan vai buscar nestas dimensões temporais a compreensão do sujeito através do significante. Em “O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação” (1958-59), ele compreende que a *"estrutura fundamental da cadeia significante submete toda manifestação da linguagem à condição de estar regulada por uma sucessão, por uma diacronia, algo que se desenrola no tempo"* (Lacan, 1958-59, p.22). Mas, ao mesmo tempo, Lacan afirma que o significante se define por sua relação com outro significante de um sistema de oposição significante, que por sua vez se desenvolve numa dimensão que implica certa sincronia (Lacan, 1958-59, p.23).

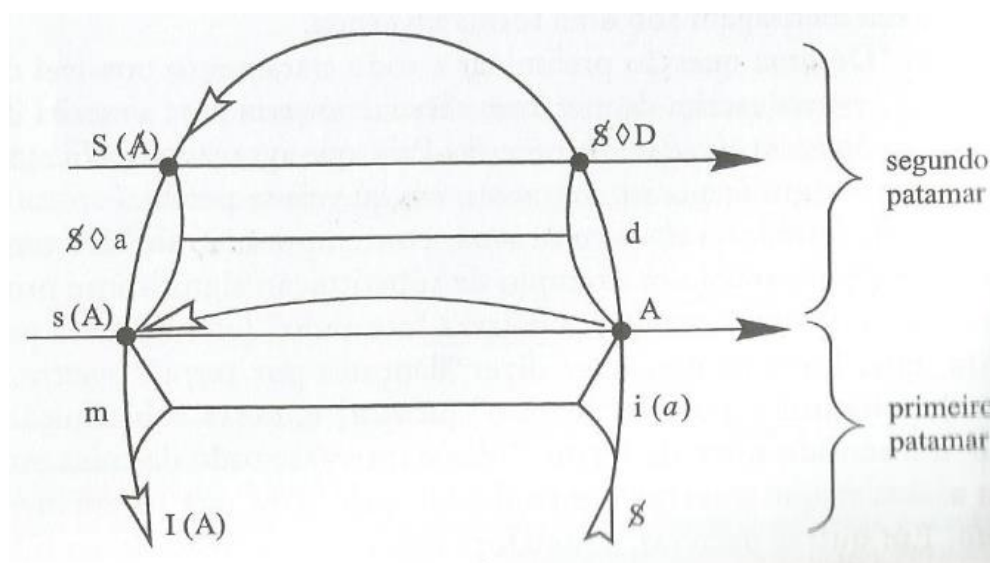
O “grafo do desejo” nos apresenta assim uma simultaneidade entre esses dois eixos: o diacrônico (correspondente ao deslizamento da cadeia no eixo horizontal) e o sincrônico (correspondente ao corte presente no eixo vertical). O cruzamento desses dois eixos, ou seja, o ponto onde eles se encontram, é chamado de *point de capiton*. É esse ponto que permite que o deslizamento metonímico horizontal encontre uma parada, produzindo assim uma significação. Uma ressalva importante é que não devemos olhar para os vários planos desse grafo como se ocorressem neles sucessões no tempo, o que poderia equivocadamente evocar

uma ideia de desenvolvimento genético e cronológico. Trata-se na verdade de tempos que são simultâneos e que se fazem presentes no discurso do sujeito.

É o entrelaçamento desses dois eixos temporais da linguagem que produzem uma significação e é justamente essa dimensão topológica que Lacan buscou elucidar no grafo do Desejo. Sendo assim, “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” foi a hipótese com a qual Lacan iniciou seu trabalho de retorno a Freud. Interessado em valorizar o lugar da fala e de sua relação com o discurso do sujeito do inconsciente, Lacan elaborou uma teoria sobre o processo metafórico do Nome-do-Pai, justamente para demonstrar que a divisão do sujeito e o advento do inconsciente são processos que acontecem pela ordem do significante.

Já vimos que o desejo, para se fazer ouvir, precisa se submeter ao desfiladeiro da demanda, porque é ali ele pode acessar os significantes com os quais tentará seguir o rastro do objeto ausente. Mas a pergunta que faremos agora é a seguinte: e quando é que o sujeito toma consciência de que ele possui um desejo? Essa resposta envolve aquilo que Lacan foi ler na obra de Hegel no que tange à dialética do senhor do escravo. Influenciado por essa concepção, Lacan postula que a tomada de consciência do sujeito desejante só pode acontecer quando se opõe a uma outra consciência desejante pela qual ele, o sujeito, espera ser reconhecido. Podemos dizer, então, que no ponto de partida de sua constituição o desejo do sujeito institui-se como desejo de ser desejado, como desejo de desejo, desejo do desejo do Outro. Para construirmos uma compreensão mais clara façamos uma breve análise do grafo do desejo³³.

Fig. 8



³³ Por razões de recorte metodológico, faremos uma análise breve do grafo do desejo focando em alguns aspectos do desejo e da demanda. O grafo comporta uma série de aspectos teóricos que podem ser aprofundadas por variados ângulos, mas tal empreitada mostra-se impossível diante dos objetivos deste trabalho.

O grafo é composto de dois patamares que se encontram em uma relação de homologia, na qual o superior é reduplicação do inferior. O primeiro patamar sanciona o fato de que o sujeito fala e, assim o fazendo, está submetido às leis da linguagem quando busca acessar a realidade. O segundo patamar ratifica o modo como o sujeito se situa em relação ao primeiro patamar, ou seja, ele aborda o modo como o sujeito se situa não em relação à realidade, mas sim em relação ao fato de ser falante. O que quer dizer que eu sou um ser falante? Como eu me situo quando me dou conta de que eu falo muito mais do que meus enunciados pretendem dizer? É disso que se trata o segundo patamar. Trata-se do campo do inconsciente, da enunciação, pois é aqui que o sujeito experimenta algo que o escapa ao ter que falar.

No primeiro patamar do grafo (a parte inferior) Lacan nos apresenta a linha $S(A) \rightarrow A..$. O Outro (A), que é um lugar, e $[s(A)]$ que é um momento. O Outro é o lugar da fala que num movimento de retorno dá o sentido da mensagem. Logo que o “eu” (“je”) fala com um outro, instaura-se um lugar terceiro, que é o lugar ao qual se refere a verdade da fala. Esse lugar terceiro é o Outro, é o lugar do código, é o tesouro onde os se articulam segundo as leis da metáfora e da metonímia. No final das contas, podemos dizer que essa é a linha que representa o movimento da demanda que aparece em algumas representações do grafo como $D \rightarrow S$.

Cruzando com essa linha $[s(A) \rightarrow A]$ temos o vetor ($\$ \rightarrow I$). Essa seta que vai do sujeito em direção a (I) representa a necessidade se engajando no desfile da demanda. Aqui podemos identificar o momento em que o *infans*, imerso em seu desamparo, emite um grito que é tomado pelo Outro materno como sendo o pedido de algo. A mãe através de sua linguagem coloca o grito da criança como se fosse uma demanda e será a partir de sua própria linguagem que ela buscará atender a isso que ela acredita ser um pedido. O modo como a mãe irá atender a essas primeiras “demandas” determinarão os pontos de identificação mais primitivas do sujeito, constituindo aquilo que Lacan chamou de primeira assinatura do sujeito. Vejamos o que Lacan diz sobre esse movimento:

(...) se produz essa alguma coisa no fim da cadeia intencional a que eu chamei aqui a primeira identificação primária [I], a primeira realização de um ideal do qual nem sequer se pode dizer neste momento do esquema que se trata de um Ideal do eu, mas que certamente o sujeito aí recebeu a primeira rubrica, *signum*, da sua relação com o Outro (Lacan, 1968, p.24).

Porém, a constituição do sujeito não vai se encerrar nesse primeiro patamar de intencionalidade que faz a necessidade ser expressa em forma de demanda. Essa primeira

intenção da necessidade leva o sujeito para um segundo patamar. A segunda parte do esquema implica que mesmo se a criança ainda não sabe ter um discurso, mesmo assim ela já sabe falar. Quando Lacan diz que a criança já "sabe falar", ele quer dizer que se trata, ao nível da segunda etapa do esquema, de alguma coisa que vai além da tomada na linguagem. Lacan traz o jogo do Fort-Da para demonstrar então que falar diz respeito à capacidade da criança emitir apelos ao Outro:

Ha relação propriamente dita na medida em que há apelo do Outro como presença, este apelo do Outro como presença, como sobre fundo de ausência nesse momento assinalado do *fort-da* que tão vivamente impressionou Freud na data que podemos fixar em 1915, tendo sido chamado para junto de um dos seus netos que se tomou ele mesmo um psicanalista - falo da criança que foi objeto da observação de Freud (Lacan, 1968, p.25).

O segundo patamar é, portanto, a representação do inconsciente e enquanto tal ele demonstra o quanto o sujeito é levado por algo que ele não sabe. Pelo fato dele não saber, ele coloca a questão a esse Outro que lhe alterou as necessidades e desviou sua demanda. O sujeito indaga ao Outro: o que queres? *Che vuoi?*³⁴ A questão posta ao Outro sobre o que ele quer, atesta “o primeiro encontro com o desejo, o desejo como sendo de início o desejo do Outro” (Lacan, 1968, p.25). A interrogação do sujeito sobre seu desejo vai se converter, destarte numa indagação sobre o desejo do Outro. Sendo assim, podemos tomar essa frase “o desejo do sujeito é o desejo do Outro” em vários sentidos: primeiro, o desejo do sujeito é ser objeto do desejo do Outro, segundo, o desejo é tomar o Outro como seu objeto, e terceiro, o desejo do sujeito representa o Outro para ele.

Façamos agora alguns apontamentos sobre o infantil. Primeiramente, o que nos chama atenção é a dimensão traumática da implicação do Outro no desejo do sujeito. Em Freud vimos como o infantil esteve às voltas com o tema do traumatismo e agora nessa parte da teoria de Lacan, podemos observar que o traumatismo teve para Lacan, nessa época de seu ensino, a compreensão de ser fruto da experiência de angústia por parte do sujeito em seu encontro com o desejo do Outro. Se o que sustenta o desejo é justamente o objeto que lhe falta, como o *infans* pode construir uma resposta a respeito do que o Outro deseja? Como a linguagem não pode dar conta totalmente do silêncio pulsional, eis porque esse encontro está fadado a ser entendido como traumático. No próximo capítulo iremos aprofundar essa questão quando abordarmos a questão da angústia e do desamparo infantil.

A partir do “Seminário XI” (1964), a distinção do sujeito se produz pelo viés de uma segunda operação de causação do sujeito: a operação de "separação". Isto quer dizer, que além da alienação, o sujeito inclui na sua constituição aquilo que não se sujeita ao Outro. A

³⁴ Frase que está contida no conto “O diabo amoroso” de J. Cazzotte.

pulsão agora passa a receber uma ênfase que recai sobre o registro do real, daí o fato do sujeito não pode ser pensado sem a noção de *objeto a* e de *gozo*. Esses novos conceitos são valiosos para podermos estabelecer o infantil como marca daquilo que não pode ganhar representação. Ou seja, o infantil se faz presente na linguagem, porque ela remete o sujeito a insciência da determinação do próprio desejo, bem como o infantil se faz presente no campo pulsional, na medida em que a pulsão não possui um objeto.

O infantil se faz visível, portanto, na divisão do sujeito que ocorre por duas razões: por um lado ela se dá no plano do significante, mas, por outro, ela acontece no plano do objeto que causa seu desejo, objeto que traria um *a mais de gozo* perdido. No entanto, no grafo do desejo, Lacan ainda não havia conceituado essa dimensão do gozo, bem como ainda não havia formulado essa causa do desejo pela via do *objeto a*.

CAPÍTULO IV – O GOZO E O INFANTIL

4.1 – O desamparo infantil: trauma e angústia

Neste capítulo nossa proposta é abordar o infantil pelo viés do conceito lacaniano de gozo. Para darmos início a essa empreitada iremos percorrer o tema do desamparo e da angústia em conceituações de Freud e Lacan.

4.1.1 – A angústia na concepção freudiana

Em “*Inibições, sintomas e angústia*” (1925), ao discordar da teoria do trauma do nascimento de Otto Rank, Freud cita a situação de angústia que é despertada na criança quando está sozinha, ou no escuro, ou quando se encontra com uma pessoa desconhecida. Esses três exemplos podem ser reduzidos a uma condição única: em todas estas situações trata-se de sentir falta de alguém que é amado e de quem se sente saudade. Ocorre que a imagem mnêmica que a criança possui da pessoa amada é intensamente investida e, dependendo da situação que ela possa vir a vivenciar, a ausência dessa imagem pode se transformar em angústia. A angústia seria então fruto do desamparo da criança. Para Freud, tal angústia tem toda a aparência de ser uma expressão da criança diante de sua incapacidade de lidar com o anseio diante da ameaça de perda do objeto amado. Essa angústia primeva, despertada pela separação da mãe, é o que virá, mais à frente, fazer com que o complexo de castração gire em torno do núcleo da angústia de castração. Nas palavras de Freud:

A imagem mnêmica que a criança tem da pessoa pela qual ela sente anseio é sem dúvida intensamente catexizada, provavelmente de forma alucinatória inicialmente. Mas isto não tem qualquer efeito, parecendo agora que o anseio se transforma em angústia. Essa angústia tem toda a aparência de ser uma expressão do sentimento da criança em sua desorientação, como se em seu estado ainda muito pouco desenvolvido ela não soubesse como melhor lidar com sua catexia de anseio. Aqui a angústia aparece como uma reação à perda sentida do objeto e lembramo-nos de imediato do fato de que também a angústia de castração constitui o medo de sermos separados de um objeto altamente valioso, e de que a mais antiga angústia – a ‘angústia primeva’ do nascimento – ocorre por ocasião de uma separação da mãe (Freud, 1925, p.135).

Na análise de Freud, existe uma impressionante coincidência entre a angústia do bebê recém-nascido e a angústia da criança de colo. Sabemos que ambas as situações são

condicionadas pela separação que ocorre entre o bebê e a mãe³⁵, mas a explicação para tal ocorrência não precisa ser explicada em moldes psicológicos. É o próprio desamparo físico e orgânico que pode explicar aqui o advento da angústia, como um sinal de proteção diante de um perigo. Sendo assim, Freud enxerga a existência de duas formas angústia que precisam ser distinguidas: a angústia real ou automática, que é a própria experiência de desamparo, e a angústia sinal, que surge como tentativa de proteção frente ao perigo que remete ao desamparo.

Assim, a razão pela qual a criança de colo deseja a presença da mãe é que, pela sua experiência, ela já sabe que a satisfação de suas necessidades está nas mãos dela. Diante disso, ela passa a considerar como situação de perigo, da qual deseja ser protegida, aquela que envolve uma crescente tensão decorrente da necessidade e que implica um desamparo contra o qual ela é impotente. Quando a criança tem suas necessidades atendidas pelo outro (a mãe, por exemplo), ela é levada a descobrir que um objeto externo perceptível pode pôr termo às situações de perigo. A partir daí, o perigo que ela teme cujo protótipo é o trauma do nascimento, será deslocado para as situações que envolvam a possibilidade de perda do objeto, porque o que existe originalmente para a criança é a falta real que a imagem do outro recobre. Assim, podemos afirmar que a perda é “secundária”, sob certo sentido, porque ela é uma interpretação a partir do encontro com o outro.

É a ausência da mãe, ou de sua substituta, que agora constitui o perigo e que pode conduzi-lo a um reencontro com a angústia real, que é o próprio encontro com a situação traumática. Assim, logo que surge a ameaça desse perigo, a criança dá o sinal de angústia antes mesmo que a situação temida se estabeleça. Essa mudança institui um primeiro movimento muito importante, que a criança realiza em prol de sua autopreservação, *“representando ao mesmo tempo uma transição do novo aparecimento automático e involuntário da angústia (angústia real ou automática) para a reprodução intencional da angústia como um sinal de perigo (angústia sinal)”* (Freud, 1925, p.136).

Como podemos ver, Freud destaca, nos primórdios da infância, a importância da passagem da vivência da angústia automática e involuntária para a angústia como sinal de perigo. Essa passagem ocorre, especialmente, em torno dos sete ou oito meses, época em que as crianças choram ao se deparar com um rosto estranho. Por via de uma espécie de intuição os pais percebem esse fato e às vezes fazem brincadeiras de esconder o rosto ou mesmo

³⁵ Em seu texto Freud se refere à mãe, mas gostaríamos de salientar que no contexto de sua apresentação, não se trata, necessariamente, da mãe em si, mas da imagem que o bebê tem construída em seu psiquismo daquilo que tem o poder de recobrir o seu desamparo.

colocar máscaras para, em seguida, observar o contentamento do bebê diante do reencontro com o rosto conhecido. Trata-se, também, de um jogo de presença e ausência que remete ao funcionamento da regra da substituição significativa, por isso podemos afirmar que “*o jogo da presença-ausência que caracteriza o reencontro com o objeto do desejo é, talvez, o mais importante jogo que um ser humano precisa aprender a jogar*” (Leite, 2011, p.41).

Freud (1925) narra uma história de uma criança que trava um diálogo com sua tia e que exemplifica perfeitamente o tema da angústia infantil. Certa vez ele ouviu um menino de três anos que diante da escuridão de seu quarto grita: “*Titia, fale comigo! Estou com medo do escuro!*” Sua tia respondeu-lhe: “*De que adiantaria? Você não pode me ver.*” “*Não importa*”, disse a criança, “*se alguém falar a luz vem!*”. A fala dessa criança, diante de sua angústia infantil, revela com grande riqueza a concepção freudiana de que o temor da criança não era exatamente a escuridão, mas sim a ausência de uma imagem querida. Essa história nos permite dizer que o silêncio, enquanto ausência da palavra advinda de alguém que ele amava, aponta, também, para algo equivalente a imagem da pessoa amada, pois a palavra é o que poderia reintroduzi-lo mais uma vez na luz da vida, retirando-o assim da angústia e da solidão. É exatamente por esta razão que a experiência psicanalítica valoriza tanto o lugar e a função da palavra, pois ela é, acima de tudo, a ferramenta que pode recobrir o desamparo humano.

Em “*Angústia e vida pulsional*” (1933), ao reafirmar alguns pontos introduzidos anos antes em “*Inibições, sintomas e angústia*” (1925), Freud retoma as duas formas diferentes de expressão da angústia. Existe a *angústia automática* ou *real*, que configura um reencontro traumático na medida em que envolve uma impossibilidade de o eu representar psiquicamente um determinado excesso de estimulação. Por outro lado, existe a *angústia sinal*, que exerce uma função de proteção do eu por meio de uma antecipação de algum evento traumático. Enquanto a primeira angústia aponta para uma impossibilidade de representação do excesso pulsional, a segunda ocorre em um nível mais reduzido e é por isso que diante dela torna-se possível a ocorrência de um trabalho de representação mental. Podemos dizer que a angústia sinal sinaliza que o eu, que já teria experimentado um trauma passivamente, agora o repete ativamente em versão enfraquecida, no intuito de ter algum domínio sobre a situação de perigo.

Ao relacionar a angústia com a vida pulsional, Freud aponta que a *angústia sinal*, estando a serviço do princípio de prazer, e, portanto, da pulsão de vida, é o que sinaliza e protege o psiquismo da tendência em direção a algo irrepresentável. A *angústia automática*

ou *real*, por outro lado, representa o próprio reencontro com o traumático, campo onde impera o irrepresentável da pulsão de morte.

Nessa perspectiva, consideramos que existe uma importante relação da angústia em suas duas dimensões - como sinal e como excesso que transborda - com o tema do infantil. Ou seja, por um lado, como algo passível de representação pela cadeia significante e, por outro, como encontro com o irrepresentável da pulsão de morte, resto inassimilável, capaz de trazer à tona o desamparo original do sujeito.

4.1.2 – A angústia no encontro com o Outro

No *Seminário VI, A ética da psicanálise*, quando constrói elaborações sobre grafo do desejo, Lacan já possuía uma clara compreensão de que existe uma condição traumática quando o *infans* se depara com o vazio enigmático do desejo do Outro. A enigmática pergunta a respeito do desejo do Outro – Que queres? – faz com que Lacan afirme que “*ante a presença primitiva do desejo do Outro como obscuro e opaco, o sujeito encontra-se sem recursos, hilflos*” (Lacan, 1958-59). Lacan se refere ao termo alemão *Hilflosigkeit*, utilizado por Freud, para designar a condição desamparada do *infans* como sendo o que, de fato, constitui o fundamento da experiência traumática. É dessa experiência de angústia, traumática por excelência, que o sujeito terá que se defender e o modo como realiza essa operação é o que irá determinar a sua estrutura subjetiva.

Mais à frente, no “*Seminário X*” (1962-63), a temática do encontro traumático com o Outro será retomada de modo mais elaborado. Lacan abre esse seminário retomando um apólogo em que ele se imagina como tendo sua face coberta por uma máscara de animal, tal como o feiticeiro da chamada gruta dos Três Irmãos. Estando ele revestido por essa máscara, acontece dele acabar se deparando com um louva-a-deus gigante. Como não sabe qual era a máscara que estava usando, a angústia surge por duas razões: primeiro, quando ele olha para o globo ocular do animal gigante e não consegue se reconhecer através do reflexo; segundo, ele não tem certeza se esta máscara irá produzir um comportamento perigoso no animal, justamente, porque ele não sabe exatamente o que o próprio animal estará vendo à sua frente.

Para Lacan, o momento da angústia pode ser entendido como aquele em que o sujeito se sente premido, no mais íntimo de si, pela presença do Outro, momento da emergência da questão: *que queres?* Contudo, utilizando-se dos vários sentidos que a língua francesa permite, ele desdobra essa primeira indagação em outras duas: “*O que quer ele de mim?*”,

“*Que quer ele a respeito deste lugar do eu?*”. Assim, percebemos que a fábula serve para compreendermos o modo como a angústia constitui uma experiência que concerne diretamente ao eu, à imagem própria e ao desejo do Outro.

A compreensão do tema da angústia em Lacan exige que estejamos cientes da premissa fundamental de que o ser humano é marcado desde o início pelo desamparo e pela dependência ao Outro. Para diferenciarmos o “Outro” do “outro”, consideremos então que o Outro, grafado com maiúscula, implica um campo simbólico que antecede a existência do sujeito e ultrapassa a ideia de outro. O outro, escrito em minúsculo, representa os seres semelhantes que permeiam a vida do sujeito. Dizemos que o “Outro” ultrapassa o “outro”, pois é ele que pode incluir na experiência do sujeito a diferença e a alteridade.

Como vimos, no capítulo anterior, quando Lacan diz que o desejo é o desejo do Outro, isso significa que o sujeito só pode se constituir como humano – como ser de linguagem – a partir do desejo do Outro primário. Porém, um detalhe importante é que o que humaniza o bebê é justamente o fato de que o Outro vai se mostrar invariavelmente falho nos cuidados prestados, possibilitando a transmissão da incompletude para aquele que dele depende. É essa dimensão da angústia que está em jogo na castração.

Desejar o desejo é algo muito diferente de desejar uma coisa qualquer. Na ótica lacaniana, o desejo tem articulação com a angústia, porque não se confunde com a noção mais cotidiana de satisfação de vontades e caprichos. O objeto do desejo, uma vez que não se confunde com os objetos da necessidade e da demanda, é sempre objeto do desejo do Outro, e o desejo, por sua vez, é sempre desejo de Outra coisa. Segundo Lacan, isso pode ser observado na experiência que o sujeito vive como “tédio”, pois o tédio é esse momento em que todo o ser do sujeito deseja outra coisa (Lacan, 1970).

O *Seminário X* (1962-63) marca um ponto importante da teoria lacaniana onde a angústia passa a ser explicada como possuindo uma função mediana entre o gozo e o desejo. A noção de gozo aqui já é herdeira daquilo que Lacan começou a desenvolver no *Seminário VI*, mas, agora, o gozo nitidamente deixa de ser visto como um prazer intenso, ou uma volúpia, para ser concebido nos termos da pulsão de morte. Assim, Lacan vai estabelecer que o gozo e o desejo constituem os dois polos da vida psíquica, sendo que a angústia exerce uma função mediana entre os dois. Isso quer dizer que acessar o desejo não é algo que o sujeito possa fazer sem ter que lidar com a angústia.

Neste momento queremos fazer um apontamento importante para nossa pesquisa: como é possível que a angústia faça uma função mediana entre o gozo e o desejo? Segundo Leite (2009), para compreendermos essa função mediana da angústia é preciso levar em

consideração a distinção que Freud estabelece entre a angústia sinal e a angústia real (automática). Nesse sentido, pode-se considerar que na divisão significativa do sujeito, aquilo que em Lacan, no primeiro patamar se refere ao gozo, ocuparia o lugar do que em Freud foi denominado de angústia real ou automática. Por outro lado, a autora salienta que quando Lacan postula a função mediana da angústia entre o gozo e o desejo o que estaria em jogo seria a angústia como um sinal do real. Ou seja, a angústia que fica num lugar mediano, e que permite o acesso ao campo do desejo, não é a angústia real (automática), mas, sim, a angústia sinal. Como vimos anteriormente, na definição de Freud, a angústia sinal é uma forma de advertência que permite que a instância do eu acione os mecanismos psíquicos (o recalque ou outras formas de defesa, inclusive a sublimação) capazes de recobrir o desamparo originário. A angústia sinal possibilita uma travessia em direção ao desejo, pois ela surge como tentativa do sujeito se defender da condição mortífera que está em jogo no encontro com o traumático. Por outro lado, a angústia real (automática) remete o sujeito à própria experiência de encontro com o real traumático aquilo, que em Lacan, no primeiro patamar da divisão significativa do sujeito é denominado de gozo.

No “*Seminário X*” (1962-63), esta dimensão da angústia sinal é apresentada quando Lacan retoma o esquema óptico para enfatizar que o desmoronamento da imagem corporal está na base da experiência da angústia e que é o acesso ao simbólico que permite a reconstrução imaginária e o recobrimento do real mortífero. É interessante observarmos como Lacan vai chamar atenção para a importância que o registro do imaginário possui para o sujeito. Conforme analisa Soller (2006-07), há um costume de certos analistas em desprezarem as questões relativas aos processos especulares, em detrimento da importância do registro do simbólico. Ao trazer para a discussão da angústia o tema do imaginário, Lacan parece nos advertir o quanto tal atitude é ingênua, pois ele vai demonstrar o papel do imaginário em barrar a angústia real (automática) envolvida na experiência aniquilante do corpo despedaçado.

É possível considerar três momentos no ensino de Lacan quanto ao estudo do registro do imaginário. O primeiro encontra-se em “*O estádio do espelho como formador da função do eu*” (1936); o segundo encontra-se no “*esquema óptico do buquê invertido*”, presente inicialmente no *Seminário I* (1954); o terceiro ocorre e no *Seminário X* (1962-63), momento

em que o esquema óptico é retomado para demonstrar o momento de emergência da angústia³⁶.

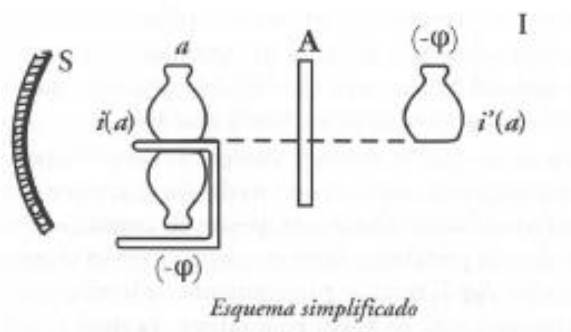
O que as formulações sobre o *estádio do espelho* apontam é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem própria, uma verdadeira antecipação do psicológico sobre o fisiológico. Trata-se de uma operação psíquica pela qual o ser humano se constitui numa identificação com o seu semelhante. O que se apresenta é que, em contraposição à experiência angustiante do corpo desfacelado, a identificação com o outro semelhante permite a unificação do eu, cujo resultado é o apaziguamento do sofrimento e uma retomada da experiência de prazer.

Posteriormente, no esquema do buquê invertido, ao buscar uma articulação entre o estágio do espelho e o significante, Lacan adiciona um espelho plano para representar o efeito da dimensão simbólica na construção do eu imaginário. Tal condição pode ser verificada pelo ato da criança de, ao ser posta de frente para o espelho, “virar a cabeça” em direção ao adulto, parecendo pedir a quem a carrega que ratifique com a palavra o valor da imagem especular aí identificada. É aqui que os três registros nomeados por Lacan – o real, o simbólico e o imaginário – irão se articular, fazendo com que o sujeito se constitua como corpo, palavra e imagem. Se o real é o que está em jogo na experiência do corpo despedaçado, é a palavra vinda do campo do Outro que introduzirá o simbólico em suas articulações com o imaginário, permitindo ao sujeito o reconhecimento de um corpo próprio.

Por fim, no “*Seminário X*” (1962-63), Lacan retoma o esquema óptico com o intuito de colocar em destaque o momento de emergência da angústia. Como no fim de seu seminário sobre o desejo, ele já havia esclarecido que a função do investimento especular situa-se no interior da dialética do narcisismo, agora ele toma, como ponto de partida, o fato de que esse investimento da imagem especular é um tempo fundamental da relação imaginária, justamente por ele ter um limite. Há um resto que se torna o pivô de toda essa dialética e “*isso significa que, em tudo o que é demarcação imaginária, o falo virá, a partir daí, sob a forma de uma falta*” (Lacan, 1962-63, p.49). O cerne do que Lacan deseja transmitir é que nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular, pois nem tudo pode aparecer no espelho, e o que resta disso, não tendo imagem especular possível, se inscreverá daí por diante como *falta* (-φ). Vejamos o esquema que Lacan nos traz:

³⁶ “O estágio do espelho” e o “Esquema do buquê invertido” já foram trabalhados no segundo tópico do capítulo três. Sendo assim, faremos apenas algumas explicações a respeito dessas teorias, de modo que nesse momento nossos esforços irão se concentrar no terceiro momento da teoria sobre o imaginário.

Fig. 9



Como podemos ver, esse esquema é uma reelaboração que Lacan efetuou no esquema dos espelhos conjugados com a finalidade de articular o falo $(-\phi)$ e o *objeto a* ao nível do imaginário. Neste novo esquema, vemos representado sobre a mesa o corpo próprio real produzindo no espelho esférico uma imagem que Lacan chama de imagem real $i(a)$. O espelho plano (A) – o Outro enquanto instância simbólica – é o espelho que pode validar as imagens narcísicas (Soler, 2006-07). O que o esquema nos indica é que para o *infans* ter acesso a sua própria imagem, não basta que ele esteja diante de sua imagem real. É preciso que esse espelho plano, o espelho do Outro, venha produzir nele mesmo a imagem virtual $i'(a)$, ideal, da imagem real $i(a)$.

Através dessas elaborações, Lacan postula algo que tem um grande impacto para a nossa pesquisa a cerca do infantil. Ele especifica todas as características que fazem com que o *objeto a* seja, ao mesmo tempo, tanto objeto da angústia quanto objeto causa do desejo. Mais do que isso, ele traz uma demarcação para esse objeto de modo a conferir-lhe uma condição que o torna irreduzível a qualquer aproximação com os objetos perceptíveis do mundo, assim como, com os objetos da filosofia. Dois tipos de objeto são, então, distinguidos: os que podem ser partilhados e os impossíveis de serem partilhados. Os primeiros surgem a partir do estágio do espelho, são objetos de concorrência, cotáveis, passíveis de troca, representáveis (Porge, 2006). Os segundos, os objetos *a* e o falo, não têm as propriedades dos primeiros, são anteriores ao estatuto dos objetos comuns, socializados e comunicáveis. Podemos perceber no gráfico que Lacan situa o *objeto a* na borda do gargalo do vaso e faz questão de diferenciá-lo do falo $(-\phi)$ (Porge, 2006).

Exploremos um pouco mais o esquema (fig9). O matema $(-\phi)$ significa, portanto, a parte da libido que não entra no imaginário e permanece vinculada ao corpo próprio. Dito de outra maneira, o falo $(-\phi)$ é um quantum de libido que o sujeito não vê, fruto do que Lacan chamou de castração imaginária, por isso representa uma subtração de gozo. O objeto *a* é o

que aparece no lugar do $(-\phi)$, porém, como ele aparece em um lugar onde nada deveria aparecer, temos como consequência a produção da angústia. Nestas circunstâncias, Lacan é levado a definir a angústia como sendo a experiência na qual falta uma falta, isto é, quando a falta não se faz presente. O que esse último esquema do espelho nos demonstra é que a imagem do eu (moi) está marcada por uma falta, notada $(-\phi)$, e na ocasião da angústia é quando o *objeto a* aparece no lugar desse vazio $(-\phi)$ (Porge, 2006).

Indo em direção aos trabalhos freudianos sobre a angústia, Lacan (1962-63) vai pensar a angústia como um sinal no eu (moi). A angústia adverte o sujeito de um perigo, um desejo enigmático que concerne seu ser como perdido e anulável, isto é, como *objeto a*. Portanto, para Lacan a angústia não é proveniente do conteúdo recalcado que retorna a consciência³⁷, ela é o próprio motivo do recalque. Sendo assim, a angústia não pode ser dita como sendo desprovida de um objeto. Certamente que seu objeto não é, pois, um objeto partilhável, especular, mas ela possui sim um objeto, seu objeto é o *objeto a*. Isto vem ratificar a distinção que fizemos anteriormente entre a angústia como sinal e angústia automática, pois é a angústia sinal que está em jogo no acionamento do recalque como forma de defesa perante o gozo destrutivo da angústia real.

O apólogo do louva-a-deus é usado por Lacan para justificar sua hipótese de que a angústia não é sem objeto. Sabemos que o louva-a-deus fêmea é um animal que costuma devorar o macho após a cópula. Isso explica as razões de Lacan lançar mão desse apólogo para falar da angústia. Enfim, esse apólogo encena o cruzamento da identificação narcísica com o desejo do Outro, fazendo com que a angústia surja diante do fato do sujeito não saber que *objeto a* ele é para o Outro. Se o sujeito corre o risco de ser devorado pelo gigante louva-a-deus, esse Outro radicalmente Outro, como diz Lacan, é porque existe aí uma relação entre o falo $(-\phi)$ e o *objeto a*. Conforme analisa Quinet (2012), enquanto o falo $(-\phi)$ está do lado do sujeito, o *objeto a* está do lado do parceiro desejado, como aquilo que vai ser investido na imagem, conferindo-lhe um valor erótico. Com este esclarecimento, podemos entender o porquê do apólogo de Lacan esboçar a angústia do sujeito por não saber identificar que *objeto a* ele representa para o Outro.

Situando o *objeto a* na borda do gargalo, Lacan nos permite compreender a angústia como um fenômeno de borda. Ela se produz na borda do enquadramento da imagem especular, sendo, desse modo, um fenômeno que se produz em um lugar de limite, lugar de falta. Quando Lacan afirma que angústia sobrevém quando a falta se faz faltosa, podemos

³⁷ Essa concepção esteve presente no início dos trabalhos do Freud, mas queremos registrar que o próprio Freud vem a abandonar essa concepção mais à frente.

entender que isso ocorre quando o objeto *a* se desprende, sendo capaz de aparecer nas bordas da imagem especular. É aí que podemos analisar a angústia como sendo o momento em que o *objeto a* se faz presente e passa dividir espaço com os objetos especulares socializados, momento traumático no sentido freudiano.

Se o *objeto a* aparece, onde na verdade deveria aparecer uma falta, sua presença acaba por anular o encobrimento da falta. Para exemplificarmos, tomemos uma situação do sonho infantil presente no caso do “O homem dos lobos”: neste sonho o *objeto a* aparece no enquadramento da janela, sob a forma da imagem dos lobos, e esta aparição é, exatamente, o que traz a angústia para a cena.

Os passos que Lacan deu nesse seminário são muito valiosos para nossa pesquisa. O terceiro esquema do vaso nos traz uma explicação de que não só o *objeto a*, assim como o *falo*, são objetos que remetem ao quantum de libido que não pode ser contabilizado e socializado. O falo passa a ser um elemento presente no imaginário na medida em que certifica a existência dessa falta. O falo, portanto, é o que vem situar a falta para o sujeito, fazendo um papel de véu. A angústia, no entanto, é a prova concreta da existência dessa falta, ela ocorre quando o falo perde sua função de véu e cede seu lugar ao *objeto a*, escancarando, assim, o vazio pulsional na cena psíquica do sujeito.

Essa esquematização vem abordar o aspecto que estamos demonstrando ao longo de nosso trabalho: as operações imaginárias e simbólicas são necessárias para constituir o sujeito, no entanto elas deixam um resto que se faz sempre presente para o sujeito. O falo, apesar de ser um elemento significante, ele é um significante da existência da falta do objeto. Esse objeto que é faltoso, quando aparece sem o véu, é chamado de *objeto a*. Com essa compreensão, Lacan consegue formular no esquema do espelho uma série de aspectos que já se faziam presentes implicitamente em sua teoria. Não restam dúvidas, portanto, que a experiência da angústia é a experiência do infantil *par excellence*. Exposto ao objeto *a*, o sujeito é revistado pelo infantil que habita em sua estrutura. E o falo, apesar de sua incidência na linguagem, é um atestado de que o sujeito é dividido e faltoso, sendo, portanto, o objeto que faz com que nossa condição infantil esteja presente de modo velado.

Encontramos nestes conceitos uma fundamentação para nossa pesquisa. Se até agora viemos acompanhando as teorizações de Freud e Lacan, sempre tentando localizar o infantil, agora com *objeto a* temos de fato uma possibilidade mais consistente de alcançar nosso objetivo. Quando abordarmos o objeto *a*, mais à frente, poderemos ver que no “Seminário XXII” (1974-75), o *objeto a* será apresentado no centro do nó borromeano, o que demonstra que ele se faz presente ao mesmo tempo nos registros do real, do simbólico e do imaginário

(Coutinho Jorge, 2010). Assim, poderemos nos basear no *objeto a* para esclarecer como o infantil se situa na estrutura do sujeito.

Baseado no esquema do espelho, queremos propor uma reflexão. A imagem do vaso que aparece no espelho côncavo é a imagem real $i(a)$. O vaso que aparece no espelho plano (A) é uma imagem virtual $i'(a)$, ela é uma imagem ideal da imagem real. Se o infantil é algo que diz respeito à condição da pulsão, que não pode ganhar representação no imaginário e no simbólico, isso nos permite pensar que o infantil, em sua dimensão do real, está situado nesse lugar do vaso real que está em cima da bancada diante do espelho côncavo. Conforme o esquema demonstra, o vaso possui em seu gargalo o *objeto a*. Isso nos faz levantar a hipótese de que o infantil aparece nesse esquema estando situado na imagem do vaso com *objeto a* em seu gargalo, sem as flores (que agora são representadas pelo falo).

Quando o vaso é visto no espelho plano, ali ele forma uma imagem ideal e harmoniosa, onde o falo entra em ação para fazer um véu da cota pulsional que não pôde ser transposta para a imagem. Nessa segunda imagem do vaso nós propomos situar a imagem da infância que o sujeito constrói para si mesmo. As lembranças e narrativas são formas de tentar enquadrar o real do sujeito dentro da moldura da fantasia³⁸. Assim, o infantil é a parte da história do sujeito que não costuma ganhar espaço na cena imaginária e simbólica, mas que, mesmo por sua condição, de resto faltoso, continua a se fazer presente na estrutura do sujeito. Quando o *objeto a* aparece onde deveria, na verdade, haver uma falta, simbolizada e camuflada pelo falo, a angústia se escancara para o sujeito fazendo ele se proteger de seu desamparo infantil. Daí a presença dos lobos no sonho do homem dos lobos. Esse objeto que vinha resgatar os resíduos do infantil que, como Freud já sabia, configuram os fatores formadores dos sonhos.

4.2 – A divisão subjetiva e a extração do objeto a

O início da década de 1960 marca uma transformação radical da teoria lacaniana a respeito da constituição do sujeito e de sua determinação. Esse movimento tem início no *Seminário IX* (1961-62) e é plenamente desenvolvido nos dois seminários subsequentes. Na aula de 23 de maio de 1962, do “*Seminário IX*”, já podemos verificar que Lacan começa abordar a causalidade subjetiva a partir de um resto, de um furo da linguagem, tal como indica essa passagem:

³⁸ Por isso podemos pensar que, no caso da psicose desencadeada, o que se expressa é esse infantil mais primário ligado ao gozo e ao real.

“Todo o corte do sujeito, aquilo que no mundo o constitui como separado, como rejeitado, lhe é imposto por uma determinação não mais subjetiva, indo do sujeito para o objeto, mas objetiva, do objeto para o sujeito” (Seminário IX, 1961-62, Lição de 23 de Maio de 1962).

Obviamente, a determinação objetiva, a qual Lacan se refere, não diz respeito aos objetos da realidade material que circundam a vida do sujeito, trata-se especificamente do objeto *a*. Para Lacan, a noção de causa trouxe muitos impasses ao avanço da epistemologia, tanto no que tange às reduções a uma causalidade física quanto metafísica. Através da psicanálise e do conceito de *objeto a*, Lacan se julga de posse de elementos que lhe faria ser capaz de redefinir o estatuto justo da causalidade. Transferindo a questão da determinação do sujeito para a dimensão da causa, ele cria um conceito novo que permite uma solução para a dicotomia excludente entre objetividade e subjetividade, impasse com o qual ele próprio precisou lidar anteriormente. Trata-se, portanto, da noção de “objetividade” que é a propriedade correlata ao objeto *a* e que diz respeito a uma realidade que unifica o sujeito em termos de sua causa (Seminário IX, 1961-62, Lição de 13 de Junho de 1962).

O *Seminário X* (1962-63) vai ser profundamente governado por essa noção do *objeto a* como causa do desejo do sujeito, fazendo com que o grande esforço de Lacan seja formalizar a operação pela qual se forma esse resto, que ele chamou de “tripa causal” (Lacan, 1962-63). É a entrada do sujeito no campo do significante que dá o ponto de partida para essa operação, pois é o significante quem introduz o corte que acarreta na extração do *objeto a*. Para uma melhor compreensão, façamos uma retomada daquilo que trabalhávamos no tópico anterior a respeito do esquema do vaso (Fig.9): nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular e o que resta dessa castração imaginária passa a se inscrever daí por diante como *falta* (-φ). É aqui que precisamos enxergar já o começo da divisão significante do sujeito, pois o falo surge, a partir daí, como significante da falta em tudo aquilo que é demarcação imaginária.

A metáfora paterna agora pode ser compreendida como o tempo em que o enigma mortífero do desejo do Outro materno passa a ser simbolizado pelo significante Nome-do-pai. O que podemos compreender, a partir disso, é que a instauração da divisão do sujeito revela que o falo, indicativo da falta, não podendo ser representado no campo da imagem especular, passa a ser efetivamente excluído, pois, basta considerarmos que aquilo que prima no registro imaginário é, justamente, a ilusão de completude e não a falta. O que resta dessa operação é o que Lacan denomina *objeto a*, objeto que causa o desejo, elemento indicativo que se há significante da falta, há, portanto, desejo. Lacan considera que o que não se projeta, nem se

investe, na imagem especular é irredutível a ela, em razão de permanecer profundamente investido no nível do próprio corpo (do narcisismo primário) remetendo à noção de gozo.

A partir desse corte operado pelo significante, Lacan vai elaborar uma operação de divisão entre o sujeito e o Outro, de onde vai explicar o surgimento do *objeto a* enquanto resto final da operação. Logo abaixo temos o esquema dessa divisão significativa do sujeito.

Fig. 10

A	S	<i>la jouissance</i> (o gozo)
a	A	angústia
s		desejo

Esse gráfico (fig.10) nos apresenta três patamares correspondentes aos três tempos da operação que constitui o sujeito a partir do corte operado pelo significante. São eles respectivamente: o gozo, a angústia e o desejo. Vejamos esse primeiro patamar. Aqui temos (A) e (S) representados no tempo do gozo, um tempo no qual ainda não haveria uma falta instalada, nem para o sujeito nem para o Outro. Trata-se, como explicou Lacan, de um tempo onde esse sujeito pode ser chamado de sujeito do gozo, com a ressalva de que “*não podemos de modo algum isolá-lo como sujeito, a não ser miticamente*” (Lacan, 1962-6, p.192).

Para prosseguir façamos uma pergunta: como podemos ler esse primeiro patamar à luz da relação do *infans* com o Outro? O bebê, esse sujeito mítico do gozo, emite um grito, sem ao menos saber as razões e o sentido de tal expressão. O grito pode ser aqui entendido como pura expressão verbal instintiva, impulsionada diante das tensões internas atuantes no corpo do bebê. Acontece, porém, que esse grito é escutado pelo Outro materno não como puro grito sem sentido, ele é tomado como expressão de uma demanda endereçada a ela. A mãe não aparece nessa cena, portanto, apenas como uma pessoa física, ela aparece como aquela que encarna o Outro da linguagem, o tesouro dos significantes.

Quando a mãe escuta o grito, ela o toma como expressão de uma mensagem, por isso é comum que as mães indaguem aos bebês “você está com fome?”, “você está com frio?”. Como analisa Sauret, (1997), por meio de sua pergunta, as mães introduzem uma resposta ao bebê e essa resposta é uma estrutura de significantes. Sendo assim, o modo como a mãe responde é sempre algo que carrega a marca do seu desejo, de seus significantes e de sua castração.

E como o bebê recebe os cuidados prestados por sua mãe? Uma coisa a se considerar é que esse Outro materno nunca será, exatamente, aquilo que o bebê espera encontrar. Há sempre uma demora, uma oferta exagerada, enfim, um certo desencontro. Por conseguinte, devemos entender que toda resposta vinda do Outro vai revelar invariavelmente a incompletude desse Outro. Se o Outro é castrado, isso então é indicativo de que existe uma impossibilidade dele vir a responder e satisfazer plenamente as demandas da criança.

Como nos aponta o gráfico da divisão significativa do sujeito (fig. 10), o que sobra dessa primeira operação é o objeto perdido e, portanto, impossível de ser assimilado. O gozo não pode conhecer o Outro, senão através do *objeto a*, diz Lacan (Lacan, 1962-63). Por isso, nesse segundo patamar da operação, do lado esquerdo, temos o *objeto a* e, do lado direito, o Outro barrado ($\bar{A}$), marcado por sua falta. O aparecimento do objeto *a*, no segundo patamar, trará uma consequência: ele produz a divisão do sujeito, que passa a ser grafado como *sujeito barrado* (\$) no terceiro patamar. Analisando com cuidado, percebemos que o *objeto a* é justamente aquilo que resiste a qualquer assimilação à função do significante, e é por isso mesmo “*que simboliza o que, na esfera do significante, sempre se apresenta como perdido, como o que se perde para a “significantização”*” (Lacan, 1962-63: 193). O sujeito barrado (\$) é a produção final dessa operação em forma de divisão, já que o *objeto a* é um resto irreduzível e impossível de ser operado. Segundo Lacan, essa barra que divide o sujeito é um lembrete da existência do *objeto a*. Ela seria um lembrete de que a relação de divisão entre o objeto *a* e o sujeito (\$) é o que está em jogo no sujeito barrado (\$) (Lacan, 1962-63). Ao final dessa operação podemos visualizar a fórmula da fantasia ($\$ \diamond a$) que vem demonstrar o recobrimento que o sujeito faz do *objeto a* utilizando-se do imaginário e do simbólico.

O *objeto a* é esse objeto caído, excluído, que Lacan considera fundamental para explicar como o sujeito deixa de ser aquele sujeito mítico do gozo, para ser um sujeito desejante, que passa ser movido por uma procura que não coincide com a busca do seu gozo. Ou seja, o sujeito passa a ser movido duplamente, pelo gozo e pelo desejo, mas apesar dessas buscas não coincidirem quanto ao seu alvo, existe uma relação entre elas. O desejo, adverte Lacan, possui uma nuance de articulação com a angústia, pois quando o sujeito tenta fazer o gozo entrar no campo da palavra é aí que ele se precipita, se antecipa como desejante. Essa precipitação não quer dizer que nesse processo aconteça saltos, ela é indicativa de que alguém da realização desse processo nós podemos constatar a “*hiância do desejo no gozo*” (Lacan, 1962-63, p.193).

É na hiância entre desejo e gozo que Lacan situa o lugar da angústia, que em nosso estudo estamos situando como a angústia sinal. Mesmo que esse tempo, no qual a angústia se estabelece, não seja identificável concretamente, é essencial entendermos que a angústia não está ausente da constituição do desejo. Situada nesse intervalo, a angústia obriga que o sujeito consiga superá-la para poder fazer o desejo advir, mas isso não exclui o fato de que a fundamentação do desejo se dá no tempo da angústia. A angústia é, portanto, o afeto que não engana, que surge diante do irrepresentável do enigma do desejo do Outro.

Feito este percurso, queremos agora destacar uma operação importante. Um dos pontos fundamentais do *Seminário X* (1962-63) é que Lacan está demonstrando que, além da divisão significativa do sujeito ter como resto o *objeto a*, o próprio sujeito ao se constituir como sujeito barrado (\$) também precisa ser visto como um objeto que cai dessa operação. A angústia primordial do infans diante do desejo do desejo do Outro está relacionada, então, ao que ele chamou de castração original, momento em que o sujeito cai como objeto perdido. Essa concepção ganhará grande força no “*Seminário XI* (1964)”, onde Lacan irá estabelecer relações lógicas e topológicas para demonstrar a alienação do sujeito no campo do Outro.

O desenvolvimento do “*Seminário X*” é, portanto, fundamental para o tema do infantil, pelo fato de que, através da noção de angústia, Lacan pôde demonstrar com precisão o que existe no intervalo entre o gozo e o desejo. A noção de que não há desejo que não tenha em sua causa a angústia, encontra uma forte repercussão em nosso trabalho, porque nosso objetivo é justamente investigar o modo como o infantil se articula ao mesmo tempo ao desejo e ao gozo. Com esta abordagem sobre a angústia, enxergamos uma forte possibilidade de entendermos as razões que fizeram o infantil aparecer na teoria freudiana como articulada tanto a pulsão de vida quanto a pulsão de morte.

Esse lugar da angústia, fazendo uma mediação entre o gozo e o desejo, é crucial para pensarmos o infantil como sendo constituído por dois aspectos, duas facetas, uma de desejo e outra de gozo. Como afirmamos no tópico anterior, o reconhecimento da distinção entre a angústia sinal e a angústia automática é o que permite que continuemos sustentando nossa concepção de que o infantil remete a algo que falta ao sujeito, mas que não aponta apenas para a angústia destrutiva da pulsão de morte, mas para uma condição que também pode vir a ser causa de desejo, conforme demonstramos no terceiro capítulo. Esta é a nossa aposta neste trabalho e é isso que pretendemos continuar fundamentando no próximo tópico.

4.3 – Alienação e separação: uma perda de gozo

A questão da causalidade do sujeito no ensino lacaniano caminha no sentido de nos permitir afirmar, como já indicamos anteriormente, que sujeito não nasce e nem se desenvolve. Para Lacan, o sujeito se constitui a partir de uma dupla causação, regida pela lógica de duas operações que ele chamou de *alienação* e *separação* entre o sujeito e Outro. O “*Seminário XI*” (1964) e o escrito “*Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval*” (1960 retomado em 1964), representam um marco no ensino de Lacan, pois eles são a consumação da introdução da lógica e da topologia na teoria do sujeito.

Se anteriormente, Lacan trabalhava com os recursos provenientes de sua apropriação da linguística estrutural, combinados com aspectos da teoria de Hegel, a partir do “*Seminário XI*” (1964), ele passa a fazer um uso sistemático dos conceitos de alienação e separação, com o objetivo de especificar as relações possíveis entre o sujeito e o campo do Outro. De modo algum, isso invalida o que havia sido elaborado anteriormente, trata-se agora de um novo recurso que Lacan dispõe para teorizar a constituição do sujeito a partir de noções inovadoras.

4.3.1 – O sujeito não é a causa de si mesmo

Antes de entrarmos especificamente na lógica da alienação e da separação, façamos uma primeira discussão em torno da causalidade do sujeito. Lacan tem uma posição bastante clara: o sujeito não pode auto engendrar-se, isto é, ele não pode ser a causa de si mesmo. Se ele não é a própria causa que move sua constituição, onde reside essa causa? Para Lacan, o sujeito só pode advir a partir de sua alienação ao campo do significante. Este fato sinaliza que dentro da lógica da dupla causação temos que considerar o Outro como sendo a primeira causa do sujeito. É isso que Lacan vai afirmar em “*A Posição do Inconsciente*” (1964):

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é a causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real” (Lacan, 1964, p. 849).

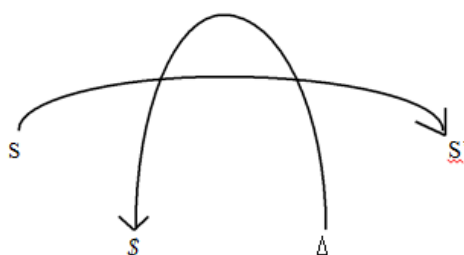
Quando Lacan diz que não pode existir nenhum sujeito no real, pois sua causa é o significante, isso nos permite analisar que tipo de concepção ele constrói a respeito da ontologia do sujeito da psicanálise. Como analisa Soler (1997), o sujeito não é um agente, ele é um efeito, por isso não é possível enxergarmos nele uma natureza autônoma capaz de se auto criar. Se alguém perguntar o que é o sujeito, a resposta de Lacan seria que o sujeito, em si mesmo, não é nada, mas, sim, um efeito do significante. Como o significante não é criado

pelo próprio sujeito, pois constitui um elemento simbólico que reside no campo do Outro, então a única forma de conceber o ponto de partida do sujeito é a sua alienação ao Outro.

O que é então o sujeito antes dessa afetação do significante? Conforme já apontamos, ele só poderia ser chamado de sujeito se o entendermos como uma entidade mítica. A operação de alienação nos demonstra que antes dela ocorrer de fato, existe ali um ser que está na iminência de acontecer, de advir. Esse tempo mítico demonstra que quem está situado ali é o *infans*, esse ser que ainda não fala, e que por conta disso ainda não perdeu a cota de gozo que se realiza a partir da entrada na palavra.

Esse tempo em que o ser do *infans* é marcado pela ausência de alienação à linguagem, pode ser verificado na célula elementar do grafo do desejo (fig11), como um pequeno delta (Δ). Este delta (Δ) é o ponto de partida de um vetor que indica a passagem da necessidade para o registro da demanda, tal como podemos ver na ilustração abaixo:

Fig.11



O delta (Δ) é um ponto de partida. Ele apresenta um ser mítico que vive no âmbito da necessidade, ou melhor, no gozo. Na verdade, o delta é essencialmente um mito, pois imaginar o sujeito fora do significante é impensável. Mas, ainda assim, teoricamente, o desafio de Lacan é explicar o advento do sujeito e, para isso, ele se utiliza da metáfora de um peixe, capturado pelo anzol, sendo o significante o anzol que fiska o *infans*. Desse modo, a condição de sujeito não é algo que seja dado de saída, pois advir como sujeito é um efeito que surge a partir do movimento retroativo do significante, é como que uma primeira resposta da captura que o significante faz do vivente.

Somente ao se tornar um ser falante é que o sujeito poderá retroagir com sua linguagem para tentar representar um passado originário que lhe é indizível e perdido. Desse modo, cria-se um passado, não porque o sujeito estava lá para registrar, cria-se um passado somente depois que o sujeito retroage em busca de sua origem perdida. Isso toca profundamente a questão da infância e do infantil. Podemos dizer que aquilo que o sujeito tenta recuperar é o ser que existia na aurora de sua vida. Ele tenta nomear e encontrar a

verdade e a substância de quem ele era nas vivências do seu passado. O infantil se destaca daí como sendo justamente aquilo que fica de fora da capacidade de representação do significante.

O sujeito é, portanto, falado pelo Outro antes que possa falar, pois como diz Lacan: “*Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele, e é aí que ele se apreende*” (Lacan, 1960: 849). A linguagem fala do *infans*, antes que ele se torne falante. E esse Outro, nós podemos enxergá-lo como sendo os pais que aguardam o *infans* que está para nascer. Quando um bebê é recebido em uma família ele será inscrito na divisão entre os sexos, sendo nomeado sob os significantes “menino ou menina”, esperado como herdeiro, sucessor, médico, psicólogo, herói, presente de Deus etc. Enfim o *infans* é antecipado por numa cadeia simbólica que lhe oferece a única via possível para advir como sujeito.

A questão é saber, então, como o sujeito entra nessa alienação ao Outro e como ele pode subjetivar a sua própria causa? Constituir-se pelos significantes do Outro, dizer sim à presença do Outro, essas coisas fazem com que o sujeito esteja, nesse primeiro momento, profundamente alienado ao discurso do Outro. De que modo ele pode vir a subverter essa posição? Como ele poderá criar condições de responder ao desejo do Outro de modo a criar uma posição de sujeito no mundo?

O sujeito que Lacan demonstra na operação de alienação não é um sujeito desconhecido para ele, esse é o sujeito que ele trabalhou no grafo do desejo. A grande novidade do *Seminário XI* (1964) é que agora ele concebe uma segunda operação, a separação, necessária para que a causação do sujeito possa ser, de fato, consumada. A separação responde à inscrição do desejo do Outro na falta que existe no intervalo significante. Podemos dizer que o sujeito irá responder com sua própria falta (resultante da primeira operação) para responder à falta no Outro.

Uma questão importante, digna de ser ressaltada, é que Lacan chama atenção para o fato de que a *alienação* e a *separação* colocam o sujeito e o Outro em uma relação circular, mas não recíproca. Este processo é circular, porque ele volta ao ponto de partida, porém, elas não apresentam uma correspondência entre si. Trata-se de duas operações heterogêneas que produzem coisas absolutamente distintas: enquanto o produto da primeira operação, a alienação, é o sujeito dividido (\$) (devido a sua dependência significante); na separação o que está em jogo é o surgimento de um objeto que representa algo faltoso, tanto no Outro quanto no próprio sujeito: *o objeto a*.

4.3.2 – A bolsa ou a vida

Para formular a topologia da alienação, Lacan irá combinar duas coisas. Em primeiro lugar ele se baseia na lógica de classes e nos círculos de Euler para representar as relações entre o conjunto do sujeito e o conjunto do Outro. A partir daí, ele vai buscar na lógica proposicional o elemento do *vel*, como o elemento que executa operações lógicas de união ou disjunção, entre diferentes sentenças. O *vel* diz respeito ao operador lógico “ou”, que pode funcionar de formas inteiramente diferentes em sentenças lógicas. Combinando estes dois recursos, Lacan pretende demonstrar que a alienação é uma operação que remete o sujeito a uma escolha forçada.

A teoria clássica dos conjuntos nos apresenta duas formas de ligação entre dois conjuntos. A união de dois conjuntos (A) e (B) é formada por todos os elementos pertencentes ou a (A) ou (B) ou a ambos. A interseção diz respeito somente ao conjunto de elementos que simultaneamente pertencem tanto a (A) quanto a (B). Para demonstrar a propriedade da alienação subjetiva, Lacan irá demonstrar que ela deve ser pensada não como uma união, mas como uma interseção. Vejamos, então, o que Lacan formula sobre o *vel* da alienação.

Fig. 12



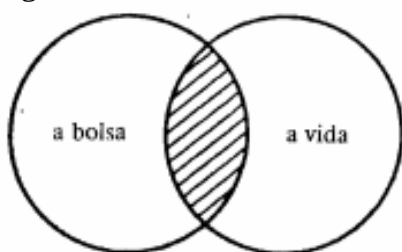
O *vel* diz respeito ao operador lógico “ou”. Na lógica proposicional clássica, o *vel* pode aparecer de várias formas. Consideremos duas sentenças (x) e (y). O *vel* da união é explicado por Lacan da seguinte forma: “*eu vou para lá (x) ou para cá (y)*” (Lacan, 1964:199). Esse “ou” quer dizer que tanto faz, portanto, não é preciso fazer uma escolha, porque qualquer sentença dá na mesma coisa. Já o *vel* da exclusão traz a seguinte situação: “*eu vou ou para cá ou para lá*” (Lacan, 1964:199). Nessa situação o sujeito tem duas possibilidades abertas a ele, porém, ao optar por uma, a outra se torna impossível, pois “*se eu vou para cá, logo, eu não poderei ir para lá*”. (Lacan, 1964, p.199)

Para fundamentar a lógica da alienação, Lacan introduz um *vel* um tanto raro. Trata-se de uma situação que pode ser considerada como uma “escolha forçada”, uma espécie de condenação. A melhor forma de compreendê-la é seguindo o próprio exemplo de Lacan: um

ladrão aborda o sujeito e lhe aponta uma arma dizendo-lhe “A bolsa ou a vida”. O *vel* da alienação faz com que o sujeito esteja diante de uma escolha que tem apenas uma saída possível. “*Se escolho a bolsa perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada*” (Lacan, 1964:201). O *vel* que atua na constituição do sujeito é exatamente um *vel* alienante dessa ordem, responsável por fazer surgir uma escolha cujas propriedades dependem do seguinte:

(...) que há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um, nem outro*. A escolha aí é apenas a de saber se a gente pretende guardar uma das partes, a outra desaparecendo em cada caso (Lacan, 1979, p.200).

Fig.13

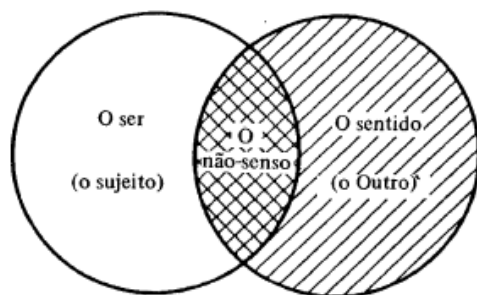


Neste tipo de operação, não existe a possibilidade de fazer uma escolha que conserve os dois conjuntos, pois escolher a bolsa implica em perder a vida e escolher a vida implica em viver desfalcado da bolsa. Diante dessa situação, a única opção possível é o sujeito optar pela vida e viver desfalcado da bolsa. Há algo da primeira alienação do sujeito que o engendra em uma escravidão e foi isso que Lacan leu em Hegel: “A liberdade ou a vida”, pois viver só é possível na medida em que a escravidão se faz necessária.

A metáfora da bolsa da vida vem falar na verdade sobre a relação do sujeito com o Outro, mas isso foi apenas uma preparação para que Lacan chegasse à questão do ser e do sentido. Nesta topologia entre o *ser* e o *sentido*, Lacan desenha então uma interseção que pode ser vista no gráfico abaixo (fig14). Vejamos o que Lacan afirma a este respeito:

Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa cai no não-senso, escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante (Lacan, 1964, p.200).

Fig.14



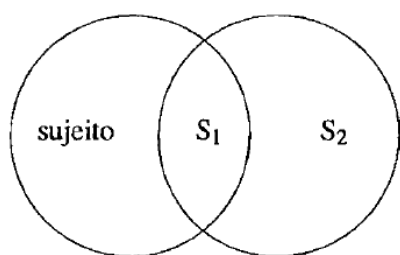
Antes de avançarmos, é de suma importância que façamos um esclarecimento. O único gráfico que Lacan construiu foi esse do *Seminário XI* (1964), que nós apresentamos anteriormente (fig.14). O gráfico que muitos autores utilizam para demonstrar a separação foi, na verdade, elaborado por Jaques Alain Milller em suas conferências. Então, queremos chamar atenção, então, para um detalhe importante. Para Lacan, *alienação* e *separação* são dois processos lógicos que não são governados por um tempo cronológico, porém, ocorrem num movimento circular, conforme já afirmamos. Em nossa análise, Lacan não se preocupou em elaborar um gráfico da separação, porque dentro desse gráfico (fig.14) ele situou simultaneamente as duas operações. Certamente, que se torna um pouco mais difícil compreender as duas operações dentro do mesmo gráfico, mas se estivermos avisados, essa leitura é totalmente possível. Sendo assim, iremos primeiro analisar o gráfico original de Lacan, e posteriormente vamos introduzir os gráficos propostos por Miller.

Lacan estabelece que a intersecção entre o “ser” e o “sentido” está ocupado, como podemos ver, por uma falta, um “não sentido”. Esta intersecção é composta por aquilo que é comum aos dois conjuntos, portanto há um não sentido que é comum aos dois conjuntos. É por isto, que em nossa opinião, o gráfico de Lacan aborda simultaneamente os dois processos. O que está em jogo na alienação e na separação é a questão daquilo que falta. A alienação diz respeito a uma falta inerente ao próprio ser, enquanto a separação está envolvida num “falta de sentido” situada bem no coração do Outro. A separação é o momento lógico em que essas duas faltas irão se encontrar no mesmo lugar.

O gráfico de Lacan pode levar um leitor desatento a uma certa confusão, pois ele situa o “não-senso” no mesmo lugar onde Miller coloca o (S1). Em nossa opinião, isso acontece porque Miller constrói um gráfico específico para cada uma das operações, enquanto Lacan fornece apenas uma única representação para ambas. Para efeito de compreensão do gráfico (fig14), feito por Lacan, consideremos que a alienação pode ser vista aqui quando o ser, o *infans*, imerso em seu silêncio pulsional, é tocado por um significante do campo do Outro,

que lhe abrirá as portas para o campo do sentido. A separação pode ser vista também porque devemos considerar que a linguagem não é capaz de dizer tudo. Como existe um furo no próprio significante, a separação ocorre quando o próprio furo do Outro coincide com aquilo que do sujeito não pode ganhar palavra. Feito este primeiro esclarecimento, tentemos agora analisá-las de modo separado. Vejamos, então, o gráfico específico da alienação proposto por Miller (Fig.15).

Fig.15



Para começarmos uma abordagem da alienação, precisamos primeiro considerar que o “ser” pode ser entendido enquanto aquele ser mítico que vive imerso no silêncio pulsional. O (S1) ocupa esse lugar do sentido, enquanto significante mestre que funda a cadeia simbólica. O que pode estabelecer uma ordem e uma significação a esta desmontagem pulsional do corpo do bebê são os significantes presentes no campo do Outro. Buscando se defender dessa falta radical que habita na estrutura de sua própria pulsão, o infans busca então alienar-se, condenar-se às marcas significantes vindas do Outro, por isso Lacan afirma que *"O sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas por este fato mesmo, isto – que antes não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante"* (Lacan, 1964: 187).

Do lado do ser, podemos dizer que há um “não sentido”, porque podemos situar aqui o infans em sua desmontagem pulsional. Trata-se de um ser faltoso, pois basta considerarmos que, desde Freud, a pulsão é aquilo que insiste em se manifestar como uma satisfação sempre incompleta e que acaba por representar um furo diante da linguagem. Essa primeira falta se relaciona com o fato de que o sujeito não pode ser completamente representado no Outro. Segundo Laurent,

(...) sempre há um resto, um resto que define o ser sexualmente definido do sujeito. Não se pode apresentar aí todo o sujeito. O caráter fundamentalmente parcial das pulsões introduz uma falta, que Lacan designa marcando o sujeito com uma barra (\$) (Laurent, 1997, p. 37).

Aplicando a lógica da escolha forçada nessa operação, chegamos ao ponto em que o sujeito tem apenas uma escolha: petrificar-se em um significante ou deslizar no sentido. A

petrificação é colocada por Lacan para demonstrar a afânise do sujeito perpetrada pelo significante. Esse apagamento, ou *fading*, como Lacan também se refere, acontece porque a alienação traz a seguinte condenação: “*se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise*” (Lacan, 1964:199). Como analisa Soler (2007), o destino desse sujeito do significante é uma vacilação entre petrificação e indeterminação. Petrificação por um significante e indeterminação por conta do deslizamento do sentido. A petrificação seria o congelamento do sujeito em um único significante que não deslizaria na cadeia da significação, o que pode ser entendido por um sujeito que não se questiona e que, muito menos, irá questionar o desejo do Outro. A alienação impõe essa radicalidade: ou o sujeito se submete ao significante ou nenhum estatuto subjetivo será possível.

Analizando as duas partes envolvidas na operação de alienação, somos forçados a enxergar que a criança e o Outro entram nesse processo com pesos muito desiguais e a criança quase que inevitavelmente perde nessa luta. No entanto, ao sujeitar-se ao Outro, ela tem a chance de ganhar algo que sozinha não poderia conseguir: ela ganha a chance de atravessar esse desamparo da desmontagem pulsional para tornar-se um sujeito “da linguagem” e “na linguagem”. Daí, o motivo desse processo operar uma divisão no ser, fazendo surgir um sujeito dividido e assujeitado ao Outro. A criança que existe no ser pulsional é substituída pela linguagem do Outro. Fink propõe que é possível esquematizar isso de forma a demonstrar que, ao se tornar um sujeito dividido, a criança é posta para baixo, ou para trás, do significante. Temos então:

Fig.16

$$\frac{\text{Outro}}{\text{Criança}} \qquad \frac{S1}{S}$$

Uma vez que a servidão à linguagem é condição imprescindível para a constituição do sujeito, o ensino de Lacan nos aponta então que a alienação é o destino de todo ser falante. Mas temos que prestar atenção a um fato. Mesmo que pareça paradoxal, podemos dizer que já aqui um certo tipo de escolha que o *infans* realiza, mesmo que seja uma escolha forçada. Lacan não nos autoriza a dizer que todos bebês aceitar a entrada na ordem simbólica. Aqueles que optarem pela condição de sujeitos falantes não poderão escapar da alienação. Porém, existem situações em que o *infans* recua diante do desejo do Outro e não consente a entrada do significante, isto é, não admite essa perda originária de gozo em prol da palavra.

Obviamente que isto inviabiliza totalmente a constituição de uma subjetividade, mas a clínica com crianças psicóticas está aí para nos demonstrar que essas situações podem ocorrer.

Sabemos que essa “escolha” primordial envolve uma questão vasta para a psicanálise, pois diz respeito à problemática entre a escolha e a determinação, entre o livre-arbítrio e o determinismo. Não é objetivo de nosso trabalho aprofundar nesse tema, mas é oportuno citar que em “*Formulações sobre a causalidade psíquica*” (1946), Lacan apontou para esse movimento primário de escolha em termos de uma “*insondável decisão do ser*” (Lacan, 1946:179). Isso vai ao encontro do que Fink (2008) afirma quando diz que a criança não está fadada a ser totalmente derrotada em sua “luta” com o Outro, podendo a psicose ser entendida “*como uma forma de vitória da criança sobre o Outro, a criança abre mão de seu advento como um sujeito dividido para não se sujeitar ao Outro como linguagem*” (Fink, 2008, p.72). Freud fala da escolha ou eleição da neurose e Lacan sugere que há sempre algum tipo de escolha envolvida na aceitação da criança à sujeição a esse Outro, (uma “escolha forçada”, como ele a nomeia) ou na decisão de não se permitir ser assujeitado pelo Outro, acarretando necessariamente a perda de si mesmo.

Em seu conto “*Menino a bico de pena*”³⁹, Clarice Lispector nos descreve com toda sua poesia a linha que separa o sujeito do Outro. Neste conto, em que descreve uma criança muito pequena, ela diz que a linha que poderia demarcar o limite entre o menino e o outro é tão fina que até o bico da pena não serve para desenhá-la. Até mesmo o bico da pena acaba manchando demais o papel. Descrevendo a relação do *infans* com os significantes do Outro, o conto diz que, se o menino quiser fazer a barganha do amor, ele deverá abandonar a sua solidão, o seu mundo interno e solitário. A nosso ver, a escritora retrata com precisão aquilo que Lacan nos apresenta a respeito da alienação.

Portanto, de acordo com a análise de Fink (2008), através da alienação postulada por Lacan, a criança pode ser entendida, como aquela que, tendo escolhido a sujeição à linguagem, concordou em expressar suas necessidades por meio de um mecanismo distorcido ou da “camisa de força” da linguagem. Desse modo, podemos constatar que a constituição da criança, enquanto sujeito, revela que a divisão subjetiva ocorre ao preço de uma perda de gozo.

A alienação é uma operação que permite visualizarmos um aspecto do infantil que temos ressaltado. Como preço da escolha forçada, entre “o ser e o sentido”, o gozo precisa dar lugar aos efeitos da cadeia significante para que o sujeito possa advir. Esse sujeito mítico do

³⁹ Lispector, Clarice. *Felicidade Clandestina*.

gozo (ou simplesmente gozo), que é representado no conjunto do “ser” (fig.14), pode ser entendido como um aspecto mais radical do infantil, na medida em que ele aponta para esse tempo mítico e originário do sujeito. O que vimos neste tópico, é que a alienação opera uma perda de gozo que precisa ocorrer em função da inscrição da cadeia significante. Assim, podemos dizer que esse estado originário do infantil é impossível de ser acessado pela linguagem, pois isso é um efeito da própria escolha forçada que se estabelece entre o gozo e o significante: ou fica-se com o gozo e perde-se o significante, ou, fica-se com o significante perde-se o gozo.

Assim, podemos retomar uma explicação que fornecemos no primeiro capítulo. O infantil é o que permanece na estrutura do psiquismo e que remete ao sujeito a algo indizível a respeito dos processos ocorridos em sua própria origem. O infantil traz a marca de um gozo originário, mas, que é, no entanto, algo que remete ao impossível de ganhar significação. A partir da noção de alienação podemos considerar que quando o sujeito se aliena ao campo do significante esse estado infantil (como lugar do gozo) passa por um apagamento, uma afânise, o que não significa que ele irá desaparecer totalmente da estrutura do sujeito.

O *objeto a* é a comprovação de que há algo das origens do sujeito que fica de fora do simbólico e que ainda assim continua atuando como uma causa no funcionamento do sujeito. O cerne de nossa investigação sobre o infantil se encontra no fato de que essa causa pode vir a ser motivo de gozo ou de desejo, o que nos faz sustentar a concepção do infantil como possuindo essas duas faces. Poderemos discutir melhor essa questão, depois que investigarmos a operação de *separação*.

4.3.3 – A separação com o Outro

Se a alienação é o destino dos seres falantes, o mesmo não pode ser dito quanto à separação. A separação é algo que pode ocorrer ou não para o sujeito. Soler (1998) analisa que a concepção lacaniana sobre a separação faz evocar um termo “vele”, em francês “vouloir”, em inglês um “want”, ou seja, um querer. Em sua análise, isso é muito semelhante a uma ação realizada pelo sujeito, o que dá a entender que a separação requer que o sujeito “queira” se separar da cadeia significante do Outro. Esse querer, em nossa análise, deve ser compreendido como o próprio movimento, demonstrado por Lacan, através do qual o sujeito busca deixar de ser objeto de gozo do Outro, que a psicose vai servir de modelo para se pensar.

Trata-se, portanto, de um movimento que não é realizado conscientemente, mas sim daquilo que se processa nos primórdios da estruturação subjetiva. O termo “vele” não está no

Seminário XI, mas depois de ter dito que "*o sujeito se realiza sempre no Outro*", podemos ver que Lacan afirma que: "*É por isso que ele precisa sair disso, tirar-se disso, e no tirar-se disso, no fim, ele saberá que o Outro real tem, tanto quanto ele, que se tirar disso, que se safar disso*" (Lacan, 1964, p.178)

A palavra "safar", segundo Soler (1998) é o que nos indica que deve existir, por parte do sujeito, uma ação, algo que faz certa evocação com a questão da liberdade⁴⁰ e do próprio ato do sujeito. A separação supõe uma vontade de sair da alienação petrificante. Trata-se de um ato no qual o sujeito procura se indagar quem ele é para além daquilo que o Outro diz sobre ele. Isto não quer dizer que o sujeito esteja se livrando dos significantes do Outro, mas representa uma oportunidade do sujeito sair de uma posição de petrificação pela via de um deslizamento simbólico.

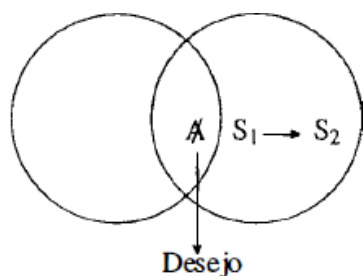
De acordo com Soler (1998), o Outro que aparece na separação não é, portanto, o Outro que está implicado na alienação. Agora não se trata de um Outro cheio de significantes⁴¹, pleno de sentido, mas ao contrário, um Outro a quem falta alguma coisa. Enquanto podemos escrever o Outro, tesouro dos significantes, como A, o Outro como faltoso é escrito com uma barra (A̅). Na interseção entre o sujeito e o Outro há então uma falta, uma lacuna. O que é exatamente esta falta no Outro? Ela diz respeito ao que Lacan chama de desejo. E como ele se torna visível para o sujeito? Podemos pensar, então, no momento em que a criança, já alienada, consegue visualizar que o Outro materno e paterno são faltosos, são castrados, e, que, por conta disso, o desejo deles também está submetido ao furo da linguagem.

O Outro materno precisa mostrar algum sinal de incompletude, para que a separação possa acontecer e que a partir daí o sujeito venha a ser um sujeito do desejo (\$). Em outras palavras, o Outro materno deve demonstrar que é um sujeito desejante, que também se sujeitou à ação da divisão da linguagem, para que assim possamos testemunhar o advento do sujeito. Na separação, o sujeito se vê às voltas com um Outro barrado, isto é, com um genitor que é, por si mesmo, dividido, que nem sempre está consciente do que deseja em seu inconsciente. Podemos então representar essa situação da seguinte forma:

⁴⁰ A autora não se refere à liberdade no sentido de ausência de determinação da cadeia significante. A liberdade aqui seria "relativa", pois envolve um ato de subversão que o sujeito opera na fantasia de modo a encontrar possibilidades criativas dentro de seu espaço simbólico.

⁴¹ Para evitar um mal entendido queremos relembrar o que já foi dito anteriormente. A alienação e a separação são duas operações lógicas que ocorrem simultaneamente. Quando dizemos que na separação o Outro aparece como portando uma falta, é porque nesta operação Lacan quer ressaltar o furo da linguagem. Portanto, Isso não quer dizer que o Outro, como tesouro significante deixou de existir, porque esse é o Outro da alienação. Para Lacan estas duas operações fazem um movimento cíclico ininterrupto.

Fig.17

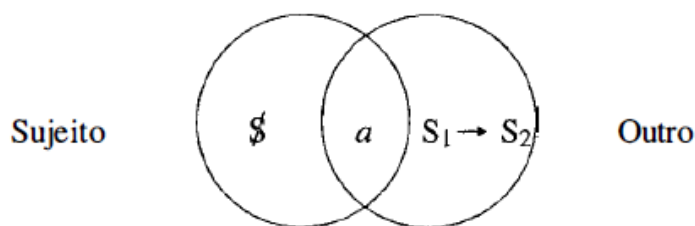


Como já vimos, anteriormente, o que define a *alienação* e a *separação* é a incidência de uma falta. A primeira falta se relaciona com o fato de que o sujeito não pode ser inteiramente representado no Outro; sempre há um resto, um resto que define o ser sexualmente. Na *alienação* o sujeito é marcado pelos significantes do Outro, todavia, precisamos considerar que os significantes, antes de serem reveladores de um sentido pleno, eles só podem cobrir uma parte do ser pulsional. Apesar de o corpo pulsional ser atingido pelos significantes, existe entre a criança e o outro uma cota de não sentido, uma cota de gozo que não pode ser dita pela palavra.

A segunda falta existente entre o sujeito e o Outro diz respeito ao fato de que o significante é aquilo que engana. Introduzida essa segunda falta, temos agora uma nova topologia entre o sujeito e o Outro. Para esclarecermos essa segunda falta, o Outro pode ser abreviado da seguinte maneira: $S_1 \rightarrow S_2$. Isso indica que precisamos de pelo menos dois significantes para definir a estrutura do Outro. O campo do sentido é composto de uma falta, porque um significante sozinho, isolado, ele em si não quer dizer nada. O sentido produz-se somente quando o S_1 desliza na cadeia simbólica em articulação ao S_2 . Sendo assim, temos um ponto de não-sentido situado exatamente entre o sujeito e o Outro. Temos então aí, mais profundamente, uma segunda falta.

O *objeto a* é o que representa esta falta inerente, tanto ao sujeito quanto ao Outro. Para ilustrar esse resto que habita na interseção dos dois campos podemos situar o sujeito (\$) em um círculo, e no outro colocamos os dois significantes ($S_1 \rightarrow S_2$). Na interseção entre os dois quem vai aparecer agora é o objeto *a*, que vem assumir o lugar ocupado anteriormente pelo significante unário (S_1). Desse modo, podemos ilustrar a separação do seguinte modo:

Fig. 18



Se antes o sujeito estava às voltas com uma petrificação e um apagamento de uma parte de seu ser, agora na separação, trata-se do momento em que ele lutará para reconquistar essa parte que lhe fora apagada (Soler, 1997). De que modo ela faz isso? Ela fará isso se questionando e buscando o furo do discurso do Outro. A criança passa agora a demonstrar interesse por aquilo que é indecifrável no discurso dos pais, ela está “*interessada naquela determinada coisa que se encontra no intervalo do discurso parental*” (Fink, 2008, p.77). A famosa fase dos intermináveis porquês das crianças não é, na opinião de Lacan, o sinal de uma simples curiosidade sobre o funcionamento das coisas, mas uma intensa preocupação em saber qual é o lugar que elas ocupam no desejo dos pais. Na verdade, as crianças estão preocupadas em conseguir definir e assegurar um lugar subjetivo para elas próprias e, para isso, irão tentar ser o objeto do desejo de seus pais, tentativa que não poderá funcionar de modo absolutamente efetivo.

Laurent (1997) nos demonstra que, sem a separação, os efeitos da alienação vão imperar de modo petrificante no sujeito. Um "menino mau" é representado como um "menino mau" em relação ao ideal de sua mãe. Logo, "menino mau" (ou qualquer outra identificação que serviu, num tempo, como significante-mestre) funciona para o sujeito como uma linha mestra durante toda a sua vida. Ele é definido como tal e se comporta como tal. No próprio momento em que o sujeito se identifica com esse significante, fica petrificado, sendo “*definido como se estivesse morto, ou como se lhe faltasse a parte viva de seu ser que contém seu gozo*” (Laurent, 1997, p.38).

Vejamos um fragmento extraído de nossa própria clínica. Uma mulher recorda-se de um momento de sua juventude em que ela estava prestes a fazer uma grande e importante mudança em sua vida. Foi quando ela escutou de seu pai “Você não será capaz de fazer essa mudança, logo você que é tão esquisita”. Essa recordação veio trazendo uma recordação muito antiga a respeito desse significante “esquisita”, com o qual ela própria se identificava inúmeras vezes desde o início da análise. A recordação da fala paterna veio trazer luz ao fato

de que ao longo de toda a sua vida ela de fato se sentia mal por não conseguir deixar de ser uma pessoa “esquisita”, mesmo tendo tentado de muitas formas.

Esse fragmento nos mostra o efeito de petrificação que o significante vindo do Outro teve na sua vida subjetiva. Durante uma vida inteira ela dizia que não conseguia se ver dentro dela mesmo, não conseguia se sentir a vontade com ela própria, o que denota esse *fading* do sujeito, esse apagamento do seu gozo. Foi então que nesta mesma sessão ela pôde se surpreender quando afirmou: “*o curioso é que pensando bem, eu nem sei exatamente o que ele quis dizer com “esquisita, eu não sei o que é de fato ser esquisita”*”. Quando a sessão foi encerrada após esse dizer, a analisanda caminha para a porta e afirma: “*Bom, em espanhol, esquisita pode ter um significado de algo que não é negativo*”. Esse “não-senso” nunca havia sido aplicado por ela ao “esquisita” e foi esse furo no discurso do Outro que ela conseguiu realizar na análise.

Esse fragmento clínico nos permite compreender que a chave da diferença entre alienação e separação reside exatamente na diferença entre S1 “sozinho” e S1 formando “par” com S2. No nível de $S1 \rightarrow S2$, S1 tem um valor articulador, é um significante mediador entre o sujeito e o Outro. De outro lado, S1 sozinho tem um valor completamente oposto, ele é um significante redutor do Outro, pois, apesar de sua instalação, ele está fora ainda do sistema do deslizamento significante.

Na alienação, quando o sujeito é definido por um significante-mestre, uma parte pulsional do sujeito é deixada de fora, pois mesmo que ela seja uma “moça esquisita”, ela também é outras coisas, o seu ser possui uma outra parte que não pode ser representada por este significante. No entanto, trata-se de uma perda necessária porque a inscrição desse significante mestre é o que produz o recalque originário e constitui o inconsciente. É somente a partir disso que se torna possível que o significante possa vir a ser apropriado em outros momentos com outro sentido.

A segunda falta trazida pela separação faz com que o sujeito, segundo Laurent (2007), tente, por meio da fantasia, inscrever uma representação do seu gozo no interior do Outro. É através dessa fantasia ($\$ \diamond a$) que o sujeito tenta definir a si mesmo diante do enigma do desejo do Outro. Ao tentar se definir dessa maneira, o sujeito cria outra falta: o fato de que seu gozo é somente parcial, pois não há no Outro significante que possa definir o seu gozo.

Lembrando que alienação e separação fazem um movimento circular constante, a separação é a operação em que o sujeito busca recuperar algo desse ser infantil (do gozo) que

estava apagado. A separação é o momento da construção da fantasia, pois é por meio dela que o sujeito busca incluir o seu gozo no campo do Outro.

Qual a importância desses pontos para nosso estudo? Agora estamos diante de uma constatação de que a fantasia é a tentativa do sujeito responder ao seu gozo e ao furo do desejo do Outro. Nesse sentido podemos considerar com Lacan que a fantasia é uma janela para o real, de onde se emoldura alguma coisa do próprio infantil do sujeito.

Segundo Laurent (2007), se a alienação produz identificações petrificantes, através da fantasia o sujeito tenta encontrar algum gozo a partir do que o Outro diz sobre ele. Queremos ressaltar que na separação, o sujeito não apaga as marcas vindas do Outro, o que ele faz é localizar um furo nessas marcas de maneira que consiga incluir nesse furo a parte do seu gozo que estava sobre efeito de uma afânise. O autor nos dá um exemplo. Se o menino recebe da mãe o significante “menino mau”, a questão da fantasia pode ser entendida ao perguntarmos: como é que esse menino poderá obter algum gozo, algum ser sexuado, quando é definido como um “menino mau” em relação à mulher que ama? Para Laurent (2007), a fantasia é o que vai permitir o sujeito incluir algum objeto – oral, anal, escópico ou invocatório – de modo a proporcionar-lhe um gozo nessa relação com a mulher. Sendo assim, a fantasia é uma forma do sujeito se situar diante das duas coisas que o constitui: os significantes, que se mostram furados e não respondem tudo sobre o desejo; e o objeto a, que representa o gozo.

A partir dessas considerações sobre a alienação e a separação, queremos refletir sobre o lugar do infantil na experiência da análise. Propomos pensar que a análise só pode funcionar na medida em que ela conduzir o sujeito a um “não-senso” de suas primeiras identificações. Com base, nas formulações de Lacan no “*Seminário XXIII*” (1975-76), podemos considerar que a interpretação do analista não deve ser aquela que visa encontrar o sentido daquilo que o sujeito diz ter vivido, pelo contrário, trata-se de apresentar ali o “não-senso” desses elementos. Isso nos faz pensar que o infantil está envolvido nessa ação analítica, pois ao produzir uma “desconstrução” da fantasia do sujeito, a análise faz com que ele tenha que revisitar uma face de seu desamparo, o que certamente é acompanhado de uma angústia. Acreditamos que essa angústia na análise não é exatamente a que constitui o horror do próprio encontro com o trauma, mas, aquela que vem como sinal e que permite a mediação para o campo do desejo.

4.4 – O gozo

Até 1920, Freud pensava o funcionamento psíquico como regulado pelo princípio de prazer, porém ele transforma seu ponto de vista ao se dar conta da existência da neurose traumática e da repetição de sonhos traumáticos. É sob este novo olhar que Freud introduz o tema das brincadeiras das crianças, introduzindo o infantil no campo da repetição, não mais pela dimensão melancólica e mórbida da neurose traumática, mas pela dimensão das atividades normais do psiquismo.

Seguindo a trilha da pulsão de morte, Lacan segue Freud passando a não mais compreender o inconsciente em sua articulação com a linguagem e com o desejo, mas em sua relação com o objeto, com a pulsão, enfim com o gozo. É este percurso que vamos desenvolver neste tópico.

4.4.1 – Para começar a pensar o gozo: o objeto *a* e das Ding

Antes de entrarmos propriamente no conceito de gozo, consideramos necessário fazermos alguns esclarecimentos conceituais. Quando abordamos o tema da angústia, vimos que a angústia tem um objeto: o *objeto a*. Vimos também que a angústia pode remeter o sujeito tanto para o gozo (angústia automática) quanto para o desejo (que é o caso da angústia sinal). Em seguida nas operações de alienação e separação, vimos que o *objeto a* é o que representa a perda de gozo diante da entrada do sujeito na linguagem. Para onde nos leva, então, esse trajeto? O percurso que trilhamos nos conduz para o ponto onde o *objeto a* se apresenta por duas funções distintas: por um lado, ele funciona como causa do desejo do sujeito, mas, por outro, ele é a causa do gozo, no sentido da pulsão de morte.

Como nosso trabalho visa analisar o lugar do infantil entre o desejo e o gozo, consideramos importante que possamos entender de que modo exatamente o *objeto a* exerce essa dupla função.

Conforme analisa Coutinho Jorge (2017), enquanto Freud aborda a angústia descrevendo-a como a possibilidade do bebê perder a imagem do objeto que lhe recobre o desamparo, Lacan vai pensar a emergência da angústia exatamente em termos da proximidade de um objeto. Conforme vimos anteriormente no esquema do vaso (Fig.9), a angústia emerge quando o *objeto a* aparece no lugar da falta do objeto. Trata-se de um sinal que avisa ao sujeito sobre a proximidade de *das Ding*, cuja aparição poderia trazer um gozo aniquilador, justamente por ser capaz de apagar a falta que causa o desejo do sujeito.

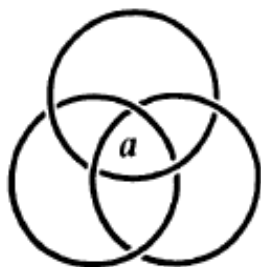
Assim, o *objeto a* demonstra a incidência de duas formas de concebermos a angústia, o que faz resgatar algo que já afirmamos em tópico anterior. A angústia sinal pode ser entendida como aquela que surge em função de uma ameaça da perda do objeto. Como esse sinal da angústia permite que o eu adote mecanismos de defesas psíquicas, nesta situação, a falta do objeto encontra, então, a possibilidade de tornar-se causa de desejo. No caso da angústia automática não há essa possibilidade, pois o que ocorre nessa situação é exatamente a invasão do gozo causada pela face mais-gozar do *objeto a* (Coutinho Jorge, 2017).

A diferença que se estabelece entre estas situações pode ser esclarecida pela seguinte observação: o que vem causar o desejo para o sujeito é a situação na qual o que está em jogo é a ausência do objeto; já na segunda, o que vem trazer o gozo mortífero é exatamente a presença de das Ding, pois trata-se de um objeto que representa o tamponamento do furo que faz funcionar o desejo (Coutinho Jorge, 2017).

Desse modo, podemos dizer que o *objeto a* não é o objeto do desejo. A rigor, o correto é dizermos que ele é o objeto que *causa* o desejo, no sentido mesmo que ele introduz uma falta. O *objeto a* funciona como um verdadeiro motor da estrutura, como causa da própria estrutura do desejo. No entanto, o *objeto a* possui a mesma propriedade da cabeça de Jano: se, por um lado, ele abre o psiquismo para o desejo, por outro, ele cava a trilha da pulsão de morte e do gozo. Sendo assim, para que possamos ter uma melhor compreensão da articulação do *objeto a* com o gozo façamos uma análise pelo viés do nó borromeano.

No “Seminário XXII” (1974-75), Lacan situou o *objeto a* precisamente na região de interseção entre o real, o simbólico e o imaginário, como sendo os três elos do nó borromeano. Através do nó borromeano, podemos ver que ele não só participa simultaneamente dos três registros que constituem a estrutura, como também que ele representa o lugar, inapreensível, do próprio nó que a amarra borromeamente (Coutinho Jorge, 2017). No entanto, precisamos compreender que devido a seu lugar central no nó borromeano, o *objeto a* pode também vir a ter uma aparência no registro do imaginário – que Lacan grafa como $i(a)$, ou seja, as imagens de a —, que podem ser construídas para cada sujeito por intermédio dos significantes do Outro, referentes às inserções históricas singulares de cada um. Porém, conforme esclarece Coutinho Jorge (2000), a dimensão que mais importa e que o configura propriamente enquanto objeto a é o seu estatuto real, pois é na sua “existência” que se torna radical o fato dele se situar fora do registro do simbólico e do imaginário.

Fig. 19



Como nosso objetivo neste capítulo é compreender o infantil, sob o prisma do conceito de gozo, é fundamental que possamos, então, compreender do que se trata essa face real do objeto. O nome da dimensão real do *objeto a*, Lacan empenhou-se em mostrar que foi chamado por Freud de *das Ding*, a *Coisa*. Precisamos compreender que, embora o *objeto a* esteja contido simultaneamente nos três registros, seu pertencimento ao registro do real, sua face de *das Ding*, é o que prevalece na estrutura. Para Lacan, é somente em função de *das Ding* que o sujeito pode ser pensado, por isso ele afirma: “*Neste ponto o que chamamos de humano não poderia ser definido de outra maneira senão por aquela com a qual define há pouco, a Coisa, ou seja, o que do real padece do significante* (Lacan, 1959-60, p.159).

Para que possamos compreender a relação de *das Ding* com o gozo é preciso retornar à teoria freudiana da pulsão. No *Seminário XI* (1964), Lacan demonstra que a pulsão é uma exigência radical que jamais abre mão de obter toda a satisfação que almeja, o que explica a sua força constante rumo a um alvo, ao “goal”, que, na verdade é impossível de ser atingido. Por qual razão existe esta impossibilidade? Pelo fato de que o objeto que poderia garantir uma satisfação plena à pulsão, esse objeto que Freud chama *das Ding* (a Coisa), ele não existe. Na opinião de Lacan, *das Ding* nunca existiu na experiência do sujeito, por isso, trata-se de um objeto suposto por nosso aparelho psíquico. Encontramos em Coutinho Jorge (2000), uma esquematização que resume os achados de Freud e Lacan de modo simplificado. Ele parte do postulado de que existe um único vetor da pulsão que pode ser escrito assim:

Fig. 20



Como o esquema demonstra, a pulsão é uma força que insiste incessantemente em tentar obter essa *Coisa*. A pulsão não consegue atingir *das Ding*, não porque ela seja uma coisa proibida, mas, porque na verdade ela não existe, sendo, portanto, algo da ordem do

impossível de se capturar. Então, o que acontece com a pulsão? Segundo Coutinho Jorge (2000), frente aos pedidos da pulsão, o que sujeito consegue encontrar são pequenos objetos que só podem satisfazê-la parcialmente. Contudo, como esses objetos parciais não tem o poder de interromper a busca incessante da pulsão, podemos dizer, então, que “*O que a pulsão quer é das Ding, mas o que ela acaba recebendo é o objeto a*” (Coutinho-Jorge, 2000, p.134). Para que fique mais claro, gostaríamos de acrescentar que esse “recebimento”, poderia ser entendido, também, como um “não recebimento”, pois o que a pulsão recebe são os estilhaços do *objeto a* e não propriamente o *objeto a*⁴².

Estas considerações são fundamentais para que possamos compreender, a partir de agora, o modo como o infantil pode ser entendido em sua face de gozo. Sendo assim, avancemos para as considerações sobre este conceito fundamental de Lacan.

4.4.2 – Considerações sobre o conceito de gozo

As elaborações sobre o conceito de gozo atravessam toda a produção de Lacan, sofrendo modificações a partir de diferentes problemáticas clínicas e teóricas ao longo da extensão de seu ensino. O que traçamos até aqui é uma das vias possíveis para se chegar até a noção de gozo, porém, é fato que Lacan teorizou uma variedade de gozos⁴³, cuja compreensão não é unívoca entre os lacanianos (Porge, 2006).

Durante os primeiros anos do seu ensino, Lacan usou o termo gozo (*Lust* ou *Genuss*) do mesmo modo como Freud o fazia. Tratava-se de um uso que coincidia com o sentido que gozo possuía na língua corrente, na qual era sinônimo de alegria, prazer extremo, êxtase, beatitude, ou volúpia, quando se trata de satisfação sexual. Quando Freud queria sublinhar o caráter excessivo de um prazer, em vez da palavra *Lust* (que se traduz como prazer, apetite, desejo), empregava o termo *Genuss* (gozo), associando-o a certas situações em que o prazer vinha acompanhado de horror ou um júbilo mórbido.

Como podemos ver a obra freudiana já incluía uma distinção entre prazer e gozo, que será mantida e elaborada por Lacan. Freud abre o caminho do gozo para Lacan quando

⁴² Kauffmann (1996) aborda três aspectos do objeto a: estilhaços, vazio, resto. Considera assim, que o *objeto a* é uma mistura que envolve os três registros e também o resíduo do gozo. Assim, são com os resíduos do *objeto a* que se constituem os objetos partilháveis, portanto, com características simbólicas e imaginárias.

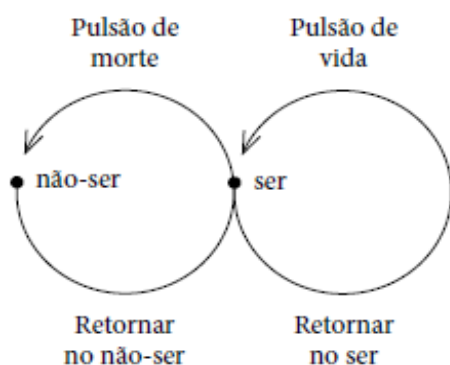
⁴³ Frente a essa amplitude de noções de gozo, não é nosso objetivo percorrer todo esse campo, mas construir uma compreensão do gozo que nos possibilite a construção de uma via para articulá-lo à noção do infantil. Desse modo, privilegiamos as noções que concernem ao objeto a, à repetição, à pulsão de morte e à angústia por serem aspectos do gozo que apontam para a dimensão do infantil.

formula o mais-além do princípio de prazer que se manifesta como prazer na dor, através de fenômenos repetitivos que são governados pela lógica da pulsão de morte. Segundo Valas (2001), apesar de Freud não ter conceituado o gozo, ele tem por mérito o estabelecimento e a definição do seu campo, a partir de onde Lacan pôde o conceituar.

No *Seminário XI* (1964), ao rever o dualismo pulsional presente em Freud, Lacan afirma que existe uma afinidade essencial de toda pulsão com a zona da morte, o que lhe permite conciliar as duas faces da pulsão – “*que, ao mesmo tempo, presentifica a sexualidade no inconsciente e representa, em sua essência, a morte*” (Lacan, 1964, p.188). A pulsão de morte é colocada então como expressão fundamental da pulsão, enquanto a pulsão de vida seria um desvio dela. No entanto, sabemos que não é tão fácil assim demonstrar que a pulsão de morte se faça presente nas pulsões sexuais. Vejamos como isso pode ser entendido.

Na análise de Coutinho Jorge (2000), a característica fundamental que permite estabelecer um denominador comum entre as pulsões sexuais (de vida) e a pulsão de morte é precisamente um traço da teoria pulsional: a pulsão possui um caráter conservador. Toda pulsão é conservadora e visa manter um estado anterior de coisas. Sendo assim, “*tanto a pulsão de morte visa conservar o não-ser do qual o ser adveio quanto a pulsão sexual (de vida) visa conservar o ser que se criou e que devera, portanto, ser preservado em sua existência*” (Coutinho Jorge, 2000:131). Desse modo, o autor nos propõe uma ilustração bastante elucidativa:

Fig.21



No “*Seminário VII: A ética da psicanálise*” (1959-60) encontramos também uma posição de Lacan que é crucial para compreendermos esse monismo em torno da pulsão de morte. Na lição em que aborda os paradoxos do gozo, ele afirma que na pulsão de morte, além do caráter destrutivo, que lhe é inerente, há também uma outra dimensão que é a vontade de recomeço: “*vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar.*” (Lacan, 1959-60,

p.255). Há, na ótica de Lacan, portanto, um paradoxo na pulsão de morte que lhe confere um caráter ambíguo: em uma vertente ela se mostra destruidora, porém, por outro lado se faz valer também por uma vertente criadora.

Façamos uma pausa para abordarmos algo que interessa ao infantil. Quando Lacan concebe a pulsão como sendo a própria pulsão de morte, isso não deixa mais dúvida de que o infantil, em última análise se articula ao gozo nesse sentido da pulsão de morte. Se o erotismo sexual pode ser entendido sem excluir a lógica da pulsão de morte, isso permite enxergarmos o infantil tanto do ponto de vista do erotismo, do desejo, quanto do ponto de vista, da pulsão de morte e do gozo.

Um detalhe interessante que nos é de muita valia encontra-se nessa noção de que a pulsão de morte, não possui apenas uma face destruidora, mas se mostra também como algo que remete a um recomeçar do nada. Essa concepção nos chamou muito atenção, pois ela condiz perfeitamente com a aposta que estamos construindo em torno da temática do infantil.

Todo o conjunto da elaboração teórica que fizemos até agora sobre o infantil, apresentam essa característica dupla: por um lado remete o sujeito ao vazio do trauma, do desamparo, da angustia; mas por outro, ele pode ser um movimento de voltar ao nada permitindo um recomeço a partir dos significantes que aí retornam. Retomemos, portanto, a temática do gozo, para que voltemos a fazer novas articulações com o infantil.

Lacan começa a conceituar o gozo no “*Seminário VII*” (1959-60). Ele apresenta o gozo desejando que este fosse reconhecido como o campo lacaniano. A partir dos comentários de Freud em “O mal-estar na civilização” (1930), sobre o mandamento do amor ao próximo, ele estabelece uma relação essencial entre gozo e Lei (Lacan, 1959-60). Nessa relação, o que se destaca é o movimento ambíguo que o sujeito faz: ao mesmo tempo em que ele busca *das Ding*, também procura se afastar. Podemos compreender essa reação considerando que o sujeito busca uma satisfação plena, através de *das Ding*, mas como o *gozo absoluto* é destrutivo, ele precisa recuar.

Em última análise, a pulsão demanda *das Ding*, porém, essa coisa remete o sujeito a sua extinção, o que nos obriga a dizer que a pulsão de morte é a busca por *das Ding*. Esse empuxo à morte recebeu em Lacan o nome de *gozo*. Gozo, portanto, é o nome que Lacan deu à morte, ao impossível da plenitude pulsional, àquilo que impulsiona o psiquismo e que precisa encontrar uma barreira para que o sujeito não desapareça.

Para definir o gozo no “*Seminário VII*” (1959-60), Lacan não vai mais associar o gozo ao sentido que aparece no vocabulário corrente, nem mesmo, como aparecia em Freud, nos termos de prazer intenso ou de volúpia. Ele vai buscar no discurso jurídico uma compreensão

do gozo como expressão de usufruto, ou seja, gozo como denotando a fruição de um bem: “O usufruto quer dizer que podemos gozar de nossos meios, mas que não devemos enxovalhá-los. Quando temos usufruto de uma herança, podemos gozar dela, com a condição de não gastá-la demais” (Lacan, 1973-73:11).

Segundo Lacan, quando temos usufruto de um bem, podemos gozar dela, com a condição de não gastá-la demais e é nisso que ele enxerga a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo. A partir disso é possível que uma diferença seja estabelecida entre o útil e o gozo. O gozo, enquanto instância negativa, pode ser dito como “aquilo que não serve para nada” (Lacan, 1973-73, p.11).

À medida que o conceito de gozo foi se transformando no ensino de Lacan, a contradição entre o prazer e o gozo habita no fato de que o gozo está interdito aos seres falantes. O gozo só pode ser dito nas entrelinhas por quem está submetido à Lei, pois a lei se funda justamente nessa interdição. Chegamos então ao ponto em que a Lei surge como o fundamento que viabiliza a constituição do sujeito. Lacan pontua que é na cultura que a lei é exercida e sua consequência é eliminar o incesto fundamental, o incesto mãe-filho, o que já havia sido destacado por Freud.

O que encontramos na lei do incesto situa-se como tal no nível da relação inconsciente com *das Ding*, a Coisa. O desejo pela mãe não poderia ser satisfeito pois ele é o fim, o término, a abolição do mundo inteiro da demanda, que é o que estrutura mais profundamente o inconsciente do homem. É na própria medida em que a função do princípio do prazer é fazer com que o homem busque sempre aquilo que ele deve reencontrar, mas não poderá atingir, que nesse ponto reside o essencial, esse móvel, essa lei que se chama lei da interdição do incesto (Lacan, 1959-60, p.85).

Como podemos ver, para que o advento do sujeito da linguagem possa acontecer, é preciso que aconteça a interdição e a instauração da falta. O que está em jogo aqui é uma renúncia pulsional, ou seja, uma perda de gozo, como já indicado anteriormente. O gozo é interdito ao sujeito falante. O gozo, como gozo da mãe, está excluído, barrado. Assim, a palavra é sempre um atestado de que o sujeito está submetido à Lei que proíbe o gozo. O objeto perdido para sempre coloca o sujeito em uma busca desejante que procura reencontrá-lo, através de coordenadas de prazer e desprazer. No entanto, esta busca está fadada ao fracasso.

Valas (2001) demonstra que, na teoria lacaniana, o gozo mantém uma relação paradoxal com o desejo. Por um lado, gozo e desejo se situam em dimensões totalmente heterogêneas, mas, por outro, chegam a se tocar. Para compreendermos esse paradoxo, como ponto de partida, consideremos que o desejo corresponde à Lei que barra o gozo. Então, para que um sujeito possa chegar ao gozo seria preciso que ele transgredisse essa lei. No entanto,

essa transgressão é impossível. Primeiro porque existe um princípio, que faz com que todo excesso de descarga seja evitado, a fim de manter as tensões num nível suficiente para garantir a vida. Há uma barreira que impede todo excesso de gozo que poderia colocar a vida em extinção. A segunda razão reside na estrutura da linguagem, por isso a Lei, enquanto expressão da linguagem se erige sobre a lei do prazer, proibindo o gozo ao sujeito. Sobre esse aspecto, Lacan afirma que:

Aquilo a que é preciso nos atermos é que o gozo está vedado à quem fala como tal, ou ainda, que ele só pode ser dito nas entrelinhas por quem quer que seja sujeito da Lei, já que a lei se funda justamente nessa proibição (Lacan, 1960, p.836).

Se o gozo nos coloca diante de um extermínio do próprio sujeito, a questão que surge é como o sujeito pode chegar a algum gozo? O paradoxo consiste no fato de que, ao mesmo tempo, em que o gozo está no campo de *das Ding*, campo desconhecido e inacessível, ele pode vir a se tornar possível sob a condição de ser um gozo parcial. A inscrição da Lei é o que vem barrar o gozo mortífero e com isso possibilitar a abertura de caminhos para gozos possíveis e parciais. O gozo, sob estas condições, estaria apoiado sobre a Lei e aproximando-se da noção de desejo. Na transgressão, o que ocorre é que o gozo ultrapassa as barreiras da lei da linguagem para encontrar *das Ding*. Transgredir a lei, para encontrar esse objeto, seria extinguir o que estrutura mais profundamente o inconsciente do ser humano, por isso, Lacan afirma que trata-se de um gozo impossível de se alcançar.

Assim, o que fica claro é que o significante é o elemento da Lei que faz barreira ao gozo. Se podemos afirmar que existe um sujeito do desejo, que habita no deslizamento significante, em contrapartida, não há sujeito que possa ser afirmado totalmente no campo do gozo, porque, no gozo (que só pode ser sentido pelo corpo) o sujeito desaparece. Em suma, pode-se dizer que só há gozo do corpo, pois só o corpo pode gozar.

Como podemos então situar o sujeito perante o desejo e o gozo? Se uma parcela da pulsão se conformar às regras da Lei, abrindo mão da transgressão, o sujeito pode chegar a um gozo satisfatório e não nocivo (Valas, 2001). O desejo é aquilo que vem do Outro, ou seja, o movimento que o sujeito faz na procura do objeto pela via da cadeia significante. O desejo é a pulsão que ingressa na ordem da linguagem e se faz palavra, satisfazendo-se parcialmente com objetos substitutos remodelados pelos significantes. O gozo pleno é o movimento que está à procura de *das Ding* e à procura de um estado de não-tensão. O sujeito, portanto, é este que se vê dividido pelo desejo e pelo gozo da *Coisa*.

O que temos dito deixa muito claro que a linguagem impede o gozo absoluto remetendo o sujeito a uma perda, que faz com que a “conta bancária” do gozo tenha sempre

um saldo negativo. No entanto, precisamos ressaltar que o fato dela ser negativa, isso não faz dela uma conta nula ou inexistente (Sauret, 1997). Esse saldo negativo de modo algum deixa de gerar um movimento de resgaste. Segundo Lacan (1969-70), esta dimensão de perda abre caminho para a existência de um gozo a recuperar, sob a forma do objeto *a*. O objeto *a*, objeto *mais gozar* representa o gozo que falta e, exatamente por isso, é o objeto causa do desejo (Lacan, 1962 – 63, p. 115). Ele é paradoxal na medida em que faz existir um mais de gozar e ao mesmo tempo institui a falta de gozo.

Conforme trabalhamos no tópico sobre alienação e separação, mesmo que a tese do inconsciente estruturado como uma linguagem não esteja desvalidada, o conceito de gozo traz à tona o fato de que nem tudo do sujeito está articulado no significante, o que conduz a compreensão de que o significante é produtor de gozo.

O gozo, enquanto estado mítico de possuir e usufruir do objeto ideal da pulsão, é um gozo impossível. A linguagem é o que surge como impedimento ao gozo absoluto, pois a pulsão, ao se fazer presente na corredeira do significante, se perde e se desorienta quanto a identidade do seu objeto. Como Lacan demonstrou na operação de alienação, ao se fazer falante, o sujeito perde uma parte do gozo que lhe constitui. O que queremos demonstrar é que isso que se perde é o infantil em seu aspecto de gozo, esse gozo que o sujeito perde ao se constituir no campo do significante e do desejo. Há algo do infantil que pode ser localizado nesse gozo que será a causa do sujeito, causa que lhe permanece como sendo da ordem da insciência, como disse Lacan. Como afirmamos no tópico da alienação, a criança é esse ser que se torna falante, e que ao adentrar no mundo do desejo, da lei da castração, tem o seu gozo, barrado pela linguagem.

Essa compreensão do gozo e da pulsão de morte põe em evidência a questão da compulsão à repetição que leva o sujeito ao encontro com o horror do trauma. Sendo assim, queremos no próximo tópico, avaliar o modo como Lacan abordou a questão da repetição, para que assim possamos pensar o infantil.

4.4.3 – Autômaton e tiquê: a repetição e o real

A partir de “*O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais*” (1964), Lacan vai formular o inconsciente não mais apenas na ordem do desejo, mas como um encontro faltoso, um tropeço que traz à tona a angústia. Se Lacan está colocando a pulsão, no patamar de um dos conceitos fundamentais, é porque está retomando a descoberta freudiana, de que o

inconsciente é o terreno das pulsões. É, então, a partir da pulsão que ele vai começar a apontar o inconsciente em articulação com a repetição. O infantil, pode então ser visto nesse momento, como estando envolvido no fenômeno da repetição.

Para Lacan, o inconsciente tem um movimento de abertura e de fechamento. A presença e a eficácia do inconsciente são asseguradas por conta da repetição e, nesse sentido, ela aparece situada do lado da abertura do inconsciente, enquanto a transferência aparece do lado de seu fechamento. Articulando inconsciente e repetição, o sujeito vai ser entendido em função de um tropeço, uma descontinuidade, sendo, portanto, aquele que se manifesta como um vacilar dentro da repetição. Todavia, conforme analisa Miller (2005), para que o inconsciente, se manifeste, é necessário que haja primeiro a repetição.

O Seminário XI traz uma nova concepção com relação à compreensão em torno da repetição. É bem verdade, não podemos deixar de citar, que Lacan nunca deixou de sublinhar a relação da repetição com o objeto, como objeto perdido. Ele não cessou de situá-la como um esforço para reencontrar o objeto fundamentalmente perdido. No fundo, ele nunca deixou de situar, na origem da repetição simbólica, a perda do objeto. Todavia, segundo Miller (2005), até o Seminário XI, poderia parecer que a repetição seria uma simples rasura do objeto e que tudo o que fosse dado no começo, de ordem natural, real, ao passar para o simbólico, não deixava um resto.

A novidade trazida pelo Seminário XI aponta que a relação da repetição com o objeto não é a de uma pura anulação. Mesmo o objeto estando rasurado, a repetição continuará a buscá-lo e, ao fazê-lo, não o alcançará. Nesse sentido, pode-se dizer que a repetição funciona na direção de um real em relação ao qual ela falha. Esta mudança profunda do conceito de repetição fará Lacan retomar o conceito freudiano de trauma, compreendendo-o como o inassimilável pelo significante que move e impulsiona a repetição. Para Miller (2005), por mais simbólica que a repetição seja, esse seminário demonstrou que a repetição aparece determinada pelo trauma como real. Aqui Lacan nos esclarece sobre a relação do trauma com o infantil. A partir do momento que o trauma é um encontro com o real, o fenômeno da repetição traz à tona a face irrepresentável que faz parte do infantil.

Segundo Miller, tornou-se claro no ensino de Lacan que existe uma clivagem na repetição, fazendo com que a repetição tenha dimensões distintas. Se pensarmos a repetição com base no pensamento de Heráclito de que "não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio", então teremos uma noção em que a repetição é mal nomeada, pois nesse caso ela seria um retorno não do mesmo, mas de uma coisa outra. Assim, de fato, pareceria não haver retorno, pois não há duas "coisas" que possam ser idênticas ou exatamente as mesmas

(Fink, 2008). Essa não é a repetição, que o “*Seminário XI*” (1964) está introduzindo; ela agora é tomada como retomo daquilo que permanece auto idêntico, e que só pode ser o objeto a. Quando o sujeito entra na ordem significante, este impõe, pela sua própria estrutura, o sistema de diferença nas representações da coisa, por isso é impossível encontrar uma identidade de elementos. No entanto, agora Lacan está apto a enxergar que o real pode fazer isso.

Para fundamentar essa clivagem na repetição, Lacan vai ler em Aristóteles dois termos que são abordados para explicar a causalidade. *Autômaton* vai ser usado para pensar a repetição como algo que acontece em torno “*da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer*” (Lacan, 1964, p.56), sendo nesses termos que ele identificava anteriormente a repetição. A *tiquê*, por outro lado, envolve uma repetição que conduz a um encontro com o real, que está para além do *autômaton*. O real aqui é o nível de causalidade daquilo que quebra o funcionamento de *autômaton*, onde impera a lei regular dos significantes. Como bem explica Fink (1997), o encontro com o real não está situado no nível do pensamento, mas no nível onde a fala produz não-senso, aquilo que não pode ser pensamento. Por isso Lacan, valoriza a procura de Freud por algo do real na fantasia do Homem dos Lobos:

Lembrem-se do desenvolvimento, tão central para nós, do Homem dos Lobos, para compreender qual é a verdadeira ocupação de Freud à medida que se destaca para ele a função da fantasia. Ele se empenha (...) em interrogar qual é o encontro primeiro, o real, que podemos afirmar haver por trás da fantasia (Lacan, 1964, p.56).

Como temos introduzido, o tema do infantil tem uma dupla face e não se resume apenas ao gozo mortífero do real, mas, também, é algo que possui uma inscrição no desejo. Através da noção de *tiquê* e *autômaton* podemos conceber que nem toda repetição leva o sujeito ao encontro com a face mórbida do trauma. Se o infantil é algo que se repete no funcionamento do sujeito, sendo algo que lhe é irreduzível e estrutural, podemos então considerar que na repetição como *tiquê*, o sujeito se depara com o aspecto mais radical do desamparo infantil, na medida em que constitui um encontro vivido como gozo.

Certamente que essa face do trauma, que configura um encontro com o furo do real, constitui a dimensão mais radical do infantil. Trata-se da vertente na qual o infantil emerge na compulsão à repetição que é regida pela pulsão de morte. No entanto, como temos apostado ao longo de nosso estudo, essa constitui apenas uma das faces do infantil. Em outra dimensão é possível pensarmos que existe algo do infantil que pode ser pensado na ordem da cadeia significante, que incluiu a sexualidade e o desejo, que se repete pela via do *autômaton*. Portanto, podemos dizer que os estudos de Lacan sobre a repetição representam uma grande

contribuição para a compreensão de como o infantil encarna uma dimensão de gozo, mas, também, de desejo na constituição do desejo.

4.5 – O infantil e o tempo lógico

Freud já havia postulado que o inconsciente é indiferente à passagem do tempo cronológico. Segundo Kaufmann (1996) a afirmação de Freud segundo a qual “*os processos do sistema inconsciente são intemporais*” foi uma fonte de mal-entendidos no cenário pós-freudiano. De acordo com autor, Lacan retomou e generalizou o esquema do *à posteriori* que Freud havia elaborado para explicar a eclosão dos sintomas neuróticos e sua relação temporal com os chamados traumas da infância. Lacan homogeneizou os dois tempos da teoria de Freud em termos de “significantes”, pois de fato, havia em Freud “*uma disparidades entre o primeiro tempo, designado ora como experiência, ora como traço mnêmico, impressão ou percepção, e segundo, designado pelo termo representação*” (Kaufmann, 1996, p.519).

Ao formalizar o esquema do “só-depois” com o *grafo do desejo*, Lacan fez dele um tempo de retroação do significante sobre outro significante. Com isso, (Lacan) conseguiu separar a ordem lógica da linguagem da ordem das coisas e consequentemente conseguiu conservar a originalidade do conceito de “a posteriori”. Diante da problemática de saber a respeito da existência real ou não da cena originária do trauma, Freud chegou a levantar a hipótese de que o primeiro tempo do traumatismo teria uma relação com a história da humanidade (filogenética), o que consagraria uma primazia do primeiro tempo do trauma. Ao formular os tempos do “*Nachträglich*”, em termos de uma retroação de significantes, Lacan está afirmando a importância da sincronia de seu funcionamento na retroação do “*tempo dois*”, que faz, portanto existir um “*tempo um*”, sendo esta, uma forma de definir a repetição (Kaufmann, 1996).

Essa noção lacaniana da temporalidade do inconsciente é fundamental para nossa discussão, pois ao generalizar esse esquema temporal, Lacan não o restringiu apenas à formação do sintoma histérico, mas o converte num esquema explicativo da *significação*, e, além disso, traçou também o plano das coordenadas temporais do campo do Outro. Sendo assim, essas coordenadas nos apontam para o fato de que pensar a constituição do sujeito na teoria Lacan requer que estejamos cientes dos processos lógicos da constituição do sujeito no campo do Outro.

A primeira vez que Lacan formulou o tempo lógico foi em seu texto "*O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada*" (1945). É importante considerarmos que o tempo lógico acompanhou Lacan para além do manejo da clínica, pois o tempo operativo na análise, que inclui esse tempo em três escansões lógicas, é um tempo lógico coerente com a lógica da constituição do sujeito. É válido lembrarmos que a data desse texto está situada no cenário europeu do pós-guerra. Muitas correntes de pensamento estavam discutindo os efeitos da segregação e dos processos grupais na identidade do sujeito. A escrita desse texto, por parte de Lacan, contém uma resposta à peça de teatro escrita por Jean Paul Sartre, chamada "*Huis clos*" (Entre quatro paredes), na qual três pessoas que morreram vão para o inferno, mas o inferno é uma sala sem onde os três estão enclausurados. Por não existir espelhos, as personagens são obrigadas a se enxergarem através dos olhos dos outros. Diante da angústia que se instala entre as personagens e da impossibilidade de um matar o outro, porque ambos já estão mortos, surge a famosa frase "O inferno são os outros".

Respondendo de modo crítico à Sartre, Lacan formula o sofisma dos prisioneiros com objetivo de demonstrar que a liberdade, deve ser entendida, como o ato em que o sujeito chega até uma asserção de sua verdade como sujeito. No entanto, no sofisma lacaniano, é pela via de um cálculo coletivo, envolvendo o Outro, que o sujeito pode encontrar sua verdade libertadora. Dentro desse processo, Lacan introduz a questão do tempo a partir da lógica.

Vejamos então o sofisma. O diretor do presídio faz comparecerem três detentos escolhidos e lhes comunica o seguinte:

"Por razões que não lhes tenho de relatar agora, devo libertar um de vocês. Para decidir qual, entrego a sorte a uma prova pela qual terão de passar, se estiverem de acordo. vocês são três aqui presentes. Aqui estão cinco discos (...): três são brancos e dois são pretos. Sem dar a conhecer qual deles terei escolhido, prenderei em cada um de vocês um desses discos nas costas, isto é, fora do alcance direto do olhar. "A partir daí, estarão a vontade para examinar seus companheiros e os discos de que cada um deles se mostrará portador sem que lhes seja permitido, natural mente, comunicar uns aos outros o resultado da inspeção (...) O primeiro que puder deduzir sua própria cor é quem deverá se beneficiar da medida liberatória de que dispomos (Lacan, 1945, p.197).

Na execução do sofisma, Lacan vai demonstrar que os prisioneiros obedecem a um tempo que tem a ver com a decifração lógica de um enigma e não com o desenrolar do tempo cronológico. Vejamos esses tempos.

O instante do olhar. Diante do enigma que lhe foi exposto o prisioneiro primeiro "A" chega a um lampejo: "*estando diante de dois pretos, sabe-se que se é branco*" (Lacan, 1945, p.204). Trata-se de um instante de fulguração, isto é, lampejo, clarão. Trata-se, aqui, de um sujeito impessoal do conhecimento, sujeito da ciência, que se colocou um enigma e que nesse

primeiro instante está diante de uma matriz, ainda indeterminada, que virá a permitir uma hipótese num segundo momento. Nas palavras de Lacan:

Pela subjetivação que aí se desenha, ainda que impessoal, sob a forma do ‘sabe-se que...’, e pela conjunção das proposições, que, mais do que uma hipótese formal, representa uma matriz ainda indeterminada (...) Essa modulação do tempo introduz a forma que, no segundo momento, cristaliza-se como hipótese autêntica, pois vem a visar à verdadeira incógnita do problema qual seja, o atributo ignorado pelo próprio sujeito (Lacan, 1945, p.204-205).

O tempo para compreender. Trata-se de um tempo de meditação ou de verificação. O prisioneiro “A” vive o seu inferno, pois ao ver que os outros dois também são brancos, ele fica diante de uma dúvida, pois ele pode ser branco ou preto. Aqui existe um encontro com o exterior (Outro), encontro marcado pela pressa misturada com a hesitação. É essa pressa que faz o prisioneiro partir, da primeira matriz indeterminada, para a construção da “hipótese autêntica”: *“se eu fosse preto, os dois brancos que estou vendo não tardariam a se reconhecer como sendo brancos”* (Lacan, 1945:205). Da meditação em torno dessa hipótese surge a constatação: *“se eu fosse preto, ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco”* (Lacan, 1945, p.205).

Momento de concluir. A pressa e a urgência que levaram a um juízo é o que permite ao sujeito se pronunciar. O sujeito conclui seu drama da seguinte maneira: *“Apresso-me a me afirmar como branco, para que esses brancos, assim considerados por mim, não me precedam, reconhecendo-se pelo que são”* (Lacan, 1945, p.205). Trata-se, portanto, daquilo que Lacan chamou de *“asserção sobre si”*, pela qual o sujeito poderá concluir o movimento lógico na decisão de um juízo.

Através dessas proposições, podemos extrair que enquanto o raciocínio que antecede um ato de decisão é elaborado dentro de um cálculo que obedece a lógica de uma alienação intersubjetiva (tempo para compreender), o momento de concluir (“asserção do sujeito”) se produz quando o sujeito se desprende (separação) da suposição atribuída ao Outro. A análise dessas três escansões temporais demonstra com propriedade que o tempo em que o sujeito se constitui, o tempo em que ocorre sua relação de alienação e separação com o Outro, já descrito anteriormente, esse tempo não é individual, muito menos um tempo físico, cronológico.

É preciso termos a clareza de discernir que o tempo lógico não é uma teoria a respeito da lógica do tempo. Esse tempo a qual Lacan se refere não diz respeito à cronologia. O tempo lógico apresenta a noção de que o ritmo e o desenrolar das operações psíquicas são regidas pelos atos do sujeito diante de enunciados falsos ou verdadeiros. Esse ato tem o efeito de

corte, de escansão, e são eles que regulam as modalidades de operações que o sujeito consegue solucionar ou não (Porge, 2006).

Segundo Perez (2002), o sofisma do tempo lógico de Lacan nos demonstra que a percepção e os dados previamente fornecidos aos prisioneiros são insuficientes para que eles consigam concluir a cor do seu próprio disco, ou seja, “*sabem algo sobre os outros, mas nada sabem previamente sobre si*” (Perez, 2002:161). Há um dado faltoso que move toda a dinâmica desse sofisma que é a identidade própria do sujeito, já que o campo do Outro não encerra um saber pronto capaz de definir a sua identidade. Segundo a autora, nem a sua percepção da cena, que se desenrola à sua volta, nem o saber que a cultura lhe oferece podem trazer respostas consistentes sobre a identidade do sujeito. A identidade do sujeito permanece no nível de um enigma que se desenrola na ordem significativa. O tempo lógico de Lacan vem demonstrar, portanto, que é na busca dessa identidade que “*o sujeito terá que abandonar o ‘lugar comum’, puramente especial, e construir um raciocínio que tenha o tempo como operador*” (Perez, 2002, p.161). Assim sendo, o desafio que se impõe para o sujeito é saber de que modo ele pode sair desse espaço que é o campo do Outro? Como nós sabemos que existe possibilidade de um ser falante se desprender totalmente do campo do Outro, a única saída que o sujeito encontra é operar através de escansões do tempo a fim de que possa encontrar uma posição de sujeito dentro do seu cenário simbólico.

Lacan formula a questão do tempo não pela cronologia, mas, sobretudo, como uma operação lógica entre o sujeito e o Outro. Através dessa noção, a psicanálise pode compreender “*as relações do sujeito, tomado na pluralidade de seus momentos, à determinação significativa*” (Porge, 2006, p.215). Em nossa análise, é pela via dessa lógica que Lacan aborda uma série de questões concernentes a psicanálise: o trauma, o *a posteriori*, a constituição do sujeito, a divisão significativa, a extração do *objeto a*, a construção da fantasia e a incidência do gozo.

O texto do tempo lógico é de fato bastante denso, mas como nosso estudo está delimitado no âmbito do sujeito, nosso interesse é abordar o tempo lógico por um prisma que nos permita discutir a questão do infantil. A questão do tempo toca no infantil por duas vias. A primeira questão diz respeito ao modo como a teoria lacaniana deve ser situada diante das abordagens que trabalham com a noção de desenvolvimento orgânico e psicológico, discussão que apresentamos no primeiro capítulo. A segunda questão remete à compreensão dos momentos da constituição subjetiva a partir do tempo lógico. Vejamos, então, de que modo podemos analisar estes dois aspectos.

4.5.1 – O sujeito e a questão do desenvolvimento

Uma condição importante para a nossa pesquisa é que não gostaríamos que nossas discussões fossem entendidas no sentido de simplesmente criticar a noção de tempo cronológico, como se este ponto de vista também não precisasse entrar nas discussões psicanalíticas. Façamos uma ponderação. Se o organismo humano cresce e amadurece e se o aparato cognitivo demonstra uma evolução em sua capacidade de realizar operações, é inegável então que o desenrolar do tempo – no sentido do deslizamento diacrônico – seja algo importante para a vida humana.

Como temos demonstrado, a noção de infantil, que estamos destacando nesse trabalho, só faz sentido se pudermos sustentar a tese de que existe um sujeito do inconsciente, um sujeito dividido entre o desejo (que desliza na linguagem) e o gozo (situado no campo da pulsão e de *das Ding*). Dentro dessa perspectiva, as abordagens psicanalíticas que concebem a pulsão, a partir de relações harmoniosas com um objeto ideal, se colocam como extremamente simplificadoras. No entanto, se por um lado devemos criticar uma visão maturativa do inconsciente, por outro, quando se trata do organismo e certas funções psicológicas, o sensato é que a psicanálise possa reconhecer também alguma verdade nessas concepções.

Como bem disse Sauret (1997), as transformações e as aquisições que fazem um bebê se tornar uma criança, um adolescente e um adulto, é pauta das ciências médicas e psicológicas. Nosso trabalho não visa desqualificar, ou negar, que o ser humano necessite ser estudado, também, segundo esse ponto de vista. O cerne de nossa argumentação é outro: o que não pode acontecer é confundirmos o sujeito do inconsciente com o organismo humano. Como o conceito de desenvolvimento está bastante atrelado a um discurso organicista, encontramos em Coriat & Jerusalinsky (1982) esclarecimentos que nos permitem fazer uma distinção bastante esclarecedora entre *crescimento*, *maturação* e *desenvolvimento*. Com esta distinção, poderemos apresentar as contribuições que a psicanálise tem a trazer para os outros campos do saber.

O *crescimento* é um fenômeno mensurável e implica um aumento de tamanho, peso e volume do organismo. A *maturação* corresponde ao conjunto de transformações que o organismo sofre em seu processo de aperfeiçoamento do sistema nervoso central e das estruturas neuromusculares, levando-os, progressivamente, à coordenações mais complicadas e possibilitando o pleno exercício de suas funções. Por fim, o *desenvolvimento* é o termo mais abrangente dos três: incluindo o crescimento e a maturação, mas não se reduzindo apenas a um caráter orgânico, ele implica em aquisições instrumentais – psicomotoras, cognitivas e de

linguagem – e está articulado “*ao modo pelo qual um bebê ou criança se apropriará psiquicamente do funcionamento das diferentes funções orgânicas*” (Jerusalinsky, 2002: 150).

No entanto, como as autoras esclarecem, essas três categorias acabam infelizmente sendo confundidas e reduzidas a uma lógica temporal cronológica. O desenvolvimento, que teoricamente é uma noção mais complexa, acaba sendo confundido e enquadrado num ponto de vista evolutivo bastante reducionista. Grande parte das ciências que estuda o desenvolvimento humano acaba por compartilhar uma compreensão mais ou menos desse tipo:

O desenvolvimento da criança é considerado de modo linear, como a série de aquisições que se sucedem no tempo, bastando que a criança conte com certa idade (tempo cronológico) e as condições de maturação correspondente para que, desde o encontro com o meio favorável que a depara com as necessidades, exercite diferentes esquemas e realize uma acumulação dos mesmos que levaria a uma melhor adaptação. Deste modo, um bebê adquiriria balcão, tripode, bipedestação, balbúcio de valor lingüístico, uso de instrumento, entre tantas outras produções tomadas como pautas do desenvolvimento (Jerusalinsky, 2000, p.151).

A questão que merece ser analisada criticamente é que essas produções do bebê são entendidas, equivocadamente, como um mero efeito do exercício dos esquemas propiciados pela maturação e pela interação com o meio ambiente ao longo do tempo. Essa visão mostra sua fragilidade quando temos que considerar as crianças que apresentam uma desarmonia entre sua idade cronológica e seu desenvolvimento (os chamados Transtornos do Desenvolvimento), ou quando, a partir de estudos antropológicos chega-se à conclusão que o ritmo do desenvolvimento das crianças sofre alteração de uma cultura para outra.

A conclusão de Jerusalinsky (2002) é que o tempo de vida é algo que, inevitavelmente, se passa para todos os indivíduos, contudo, as aquisições psíquicas podem acontecer ou não num tempo específico ainda que o bebê apresente todas as condições maturativas necessárias para isso. Sendo assim, quando afirmamos que o desenvolvimento de um bebê não possui sua causa direta na pura passagem do tempo cronológico de vida, isso não significa que estejamos considerando a passagem do tempo cronológico como algo sem valor. A constatação que não podemos deixar de assumir é que a passagem do tempo em si não é um processo capaz de dar conta do advento das operações instrumentais e da constituição subjetiva. Os processos que levam um bebê, a se constituir enquanto sujeito, revelam que as aquisições instrumentais, que ele irá realizar ao longo de sua vida, não ocorrem numa sucessão automática de etapas incitadas somente pela interação do seu organismo com o meio.

A teoria de Lacan apresenta que é na relação do bebê com o Outro que irá se desenrolar as operações lógicas da constituição do sujeito. Não excluindo o real do organismo, nem mesmo o tempo cronológico, a perspectiva lacaniana apresenta um sujeito

que é constituído pelo tempo lógico. O sujeito constitui-se por meio de operações psíquicas que realizam uma passagem do estado da pura necessidade orgânica para a entrada do bebê no campo da linguagem, o que faz surgir o movimento da pulsão. Como salienta Jerusalinsky (2002), o circuito pulsional é posto em funcionamento pela demanda do Outro e é a partir dele que as condições e limites impostos pela maturação irão sofrer o efeito da mutação produzida pela pulsão. Para

O circuito de desejo e a demanda do Outro produz repuxos, estirões na corda pulsional do bebê, e o que decanta destes sucessivos estirões são as produções que, *a posteriori*, poderão ser lidas como uma *linha imaginária do desenvolvimento* (Jerusalinsky, 200, p.167).

Para a autora, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de “desenrolar ou desfazer um rolo”, processo que põe em jogo o arsenal orgânico com o qual a criança nasce. Mas nós sabemos que possuir esse aparato orgânico, por si só, não possibilita que a criança consiga fazer uso dele de modo fazer dele um sujeito. É somente por meio do jogo erótico com Outro que esse arsenal orgânico poderá receber uma função dentro desse intercâmbio. Assim, podemos dizer que o circuito da demanda e do desejo do Outro, provenientes do movimento pulsional, é o que vai fazer com que organismo do bebê possa assumir uma representação de “corpo”, através do qual poderá sustentar um jogo subjetivo e dialético com o Outro.

Jerusalinsky (2002) nos propõe uma metáfora muito interessante. Se considerarmos que a vida de um bebê é semelhante a um jogo de futebol, partimos do princípio que para se jogar futebol é preciso contar, antes de tudo, com a existência da bola, dos jogadores, das chuteiras, do campo, do juiz, da divisão do jogo em tempos. A questão que precisamos admitir é que esses elementos sozinhos não fazem jogadas, eles não fazem o jogo acontecer de fato. Uma coisa são os elementos que constituem o jogo, outra coisa é o jogo em si. O jogo é feito de jogadas, de movimentos, envolvendo, portanto, um intercâmbio.

Percorrendo esse trajeto, esperamos ter esclarecido que a crítica que Lacan tece às teorias ditas desenvolvimentistas é totalmente pertinente ao campo psicanalítico, pois ela denuncia o grande equívoco cometido por alguns teóricos da psicanálise. Como demonstramos ao longo de todo nosso percurso, a constituição do sujeito, do ponto de vista lacaniano, não dá espaço para pensarmos no sujeito do inconsciente que se desenvolve em direção a uma maturidade.

O sujeito não é esse que parte de um ponto de imaturidade e se desenvolve, por meio de relações objetais, até chegar a um ponto de maturidade. O que demonstramos é que o

sujeito só pode se constituir como desejante na medida em que a sua estruturação o submete a uma perda de gozo que lhe é fundamental. O sujeito é, portanto, efeito de uma perda. Sendo assim, sem precisarmos negligenciar o desenvolvimento humano, é possível demonstrar que a demanda e o desejo – como desdobramento simbólico da pulsão – é o que possibilita que o organismo se desenvolva adquirindo as ferramentas que a cultura lhe apresenta. O que fica evidente, portanto, não é a inexistência do desenvolvimento, mas, sim, o fato de que não há desenvolvimento humano que possa ocorrer sem a constituição do sujeito.

4.5.2 - A estruturação do sujeito e a fantasia

O trajeto que percorremos nos tópicos anteriores nos permite abordar agora a questão de como o sujeito se encaminha para uma estrutura, considerando as duas faces que estão em jogo em sua constituição: o campo da linguagem e o campo do gozo. Neste momento de nosso trabalho, pretendemos articular a noção desenvolvida anteriormente com a questão da temporalidade lógica desenvolvida por Lacan, a fim de que possamos explicar a constituição do sujeito, sem cairmos na armadilha das teorias desenvolvimentistas.

Começamos abordando as estruturas subjetivas pela via da noção de defesa. O que vimos a respeito da posição da angústia do *infans* diante do enigma do desejo do Outro, se articula com a ameaça de petrificação que ele vivencia na operação da alienação. Com a noção de gozo, podemos compreender que para Lacan, constituir-se como sujeito é um ato de se defender desta posição inaugural do *infans* que é absolutamente mortífera do ponto de vista subjetivo. As estruturas clínicas – neurótica, psicótica, perversa – constituem modalidades de uma defesa. Como afirma Calligaris (1989), torna-se um sujeito é deixar de ser mais do que alguns quilos de carne, posição que remete ao tempo em que *infans* ainda não era um sujeito do significante.

Contra o que exatamente o *infans* tem que se defender para que possa advir como sujeito? Ele precisa lutar contra o que seria a ameaça de ser reduzido ao real do seu corpo. Precisa escapar do risco de vir a encarnar, com o seu corpo, o objeto de uma demanda imaginária do Outro. Enfim, trata-se, no fundo, da urgência do *infans* em ter que elaborar uma forma de evitar que ele permaneça como objeto de gozo do Outro. Essa operação de defesa consiste em uma operação de metáfora, pois somente através de uma substituição significativa, o sujeito poderá sair dessa posição em que se encontra como objeto da demanda imaginária do Outro. É pela via da metáfora paterna que a criança poderá criar para si, uma espécie de saber

sobre a demanda do Outro. Esse saber fará toda diferença, pois é a partir dele que ela poderá passar a operar no plano da significação, vindo a se colocar como um sujeito.

Em nossa análise, existem duas formas de abordarmos essa ameaça proveniente do gozo em que o *infans* se situa antes de sua estruturação subjetiva. A primeira envolve a noção de gozo do Outro, enquanto esse gozo absoluto que se situa no corpo, como pura instância do real. Esse estado do *infans*, que Lacan compreende nos termos de um momento mítico do Gozo. Nesse momento, anterior à divisão significativa, o *infans* ainda não é um sujeito, portanto, trata-se de uma situação em que está submetido ao gozo do corpo. Corpo aqui entendido como aquilo que se reduz ao real do seu organismo, sendo, portanto, o que Lacan chamou de gozo do Outro.

A segunda forma de compreendermos este estado mortífero é introduzirmos a questão do desejo do Outro materno. Como vimos anteriormente, o trauma diz respeito ao encontro do sujeito com o enigmático desejo do Outro. Com a introdução do conceito de gozo, então, precisamos não só situar o desejo da mãe, mas também o seu gozo. A mãe, enquanto sujeito falante, ela própria está dividida entre o desejo e o gozo, isto é, ela se divide entre uma procura que desliza na cadeia simbólica e uma outra que se dá no terreno da pulsão de morte. Isso nos indica a necessidade de reconhecermos que há uma incidência fundamental na constituição do sujeito que diz respeito ao gozo da mulher.

Desde Freud, sabemos que quando uma criança chega ao mundo, ela é inserida na economia libidinal das mulheres de modo a ser investida das propriedades de um verdadeiro objeto fálico. Através de Lacan, podemos avançar nessa compreensão ao considerarmos que a mulher ao se tornar mãe encontra uma possibilidade de obter um gozo fálico. É muito comum que dentro da psicanálise a maternidade sempre seja analisada pela via do gozo fálico da mãe. Não é que isso não seja verdadeiro, mas é preciso considerarmos que existe na mãe algo que escapa aos efeitos do falo, porque ela não é somente mãe, ela é também mulher.

Segundo Jerusalinsky (2014), existe um gozo na mãe que não se confunde com o gozo fálico, porque esse gozo Outro, do qual estamos falando, não encontra expressão nessa equação que iguala o bebê ao falo. Esta linha de raciocínio pode ser corroborada, quando passamos a considerar as teorizações de Lacan a respeito da mulher, como sendo aquela que é *não toda* submetida à castração.

Sauret (1997) nos traz um esclarecimento que vai nessa mesma direção. Em sua elucidação, se o bebê deve sua sobrevivência, e sua inscrição no campo simbólico, a esse outro que se ocupa dos seus cuidados, é preciso que nos perguntemos por que esse outro mantém o interesse em cuidar desse ser tão trabalhoso e que lhe exige tanto. Por que esse

outro cuidaria da criança, se esta não representasse algo importante para ele? O autor relembra então a tese bastante conhecida de que a criança é recebida como objeto do fantasma da mãe, o que quer dizer que a criança representa uma forma por meio da qual a mãe tentar recuperar um pouco do gozo que ela perde ao ter se tornado um ser falante.

Continuemos abordando um pouco mais essa relação do gozo com o desejo da mulher de ter um filho. Se o que conduz uma mulher em direção a um homem, não é nenhum instinto animal, mas, o desejo e a procura por um ganho de gozo, como podemos conceber o seu desejo em ter um filho? A resposta pode ser encontrada na concepção lacaniana de que não existe no tesouro dos significantes do Outro um significante que possa dizer o que é uma mulher. Ser homem ou mulher é uma questão de linguagem. No entanto, o feminino demonstra que existe um gozo que não se alcança através do falo, porque o gozo propriamente dito não pode ser dito, daí resulta a impactante frase: “*A mulher não existe*” (Lacan, 1971:69). Não existe essa “A mulher” que não esteja submetida a uma divisão entre ser um sujeito da fala e ser algo do gozo.

Baseado nas colocações de Lacan em “*Duas notas sobre a criança*” (1969), Sauret (1997) considera que é justamente porque não existe “*A mulher*” que ela vai desejar ter um filho. Nesse breve escrito, Lacan afirma que a mãe encontra diretamente acessível no filho “*o que falta ao sujeito masculino*”, ou seja, a existência do gozo fálico não impede que a mulher continue às voltas com um gozo impossível. Mas, como pode a mãe ser colocada como um sujeito masculino? Se considerarmos a tábua da sexuação, poderemos observar que a mulher é “*não-toda*” submetida à castração: ela está do lado do masculino, quando ela está remetida à lógica do falo, e está do lado do feminino, quando não se coloca sob a sua referência.

Quando falamos da estruturação subjetiva como uma defesa contra o gozo, queremos dar um destaque a esse primeiro tempo da constituição do sujeito. Esse tempo em que o *infans* está às voltas com o gozo materno. O que apresentamos logo acima nos conduz a necessidade de enxergarmos que o que faz uma mulher buscar um filho é algo que não se resume ao gozo fálico. A mulher encontra no filho algo que não é da ordem puramente fálica, ela encontra algo desse gozo não submetido à palavra e à Lei da castração.⁴⁴ Sendo assim, essa problemática do gozo materno é o que define as operações que caracterizam o primeiro tempo

⁴⁴ Estas ponderações encontram fortes respaldos quando consideramos que em “*Duas notas sobre a criança*”, Lacan fala sobre a diferença entre o sintoma da criança, enquanto efeito da vida inconsciente do casal parental, e o sintoma que é resultado da relação da criança exclusivamente com a dinâmica inconsciente da mãe. Em nossa opinião, isso indica que quando a criança precisa responder somente a uma questão materna, trata-se aí de algo que não possui uma inscrição da lógica da castração, resultando em uma solidão da criança em ter que responder ao gozo materno, sem poder contar com a função do Nome-do-Pai.

da constituição do sujeito. O ponto de partida é esse, portanto, o *infans* situado no lugar do objeto do gozo do Outro.

Num segundo momento, surge uma situação paradoxal entre a criança e o Outro, pois para além da experiência de satisfação o que vai ser marcante aqui é a experiência de uma “insatisfação fundamental” (Sauret, 1997: 19). Em total estado de desamparo, a necessidade instala no seu organismo uma tensão, o recém-nascido grita e a mãe transforma esse grito numa demanda. Frente ao choro do bebê, a mãe se pergunta: Tens fome? Queres o peito? Estás com frio? Esse gesto materno é o que oferece à criança uma significação capaz de pôr ordem em sua indiferenciação pulsional. No entanto, pouco a pouco, a mãe começa a se distanciar e não responde automaticamente ao chamado, isto é, a mãe se faz Outra, possui um desejo próprio e deixa de estar às ordens da criança. Desse modo a criança não tem garantia alguma de que esse Outro continuará cuidando dela. Um enigma indecifrável surge então para a criança: “*O que o Outro quer de mim?*”.

Estamos agora num terceiro momento. Trata-se de um momento de impasse. O enigma a cerca do que falta a esse Outro introduz a criança em uma operação difícil de solucionar: se a criança for útil ao gozo materno, ela corre o risco de ser metaforicamente devorada, caso contrário, ela corre o risco de ser deixada de lado (Sauret, 1997). Frente a esta terrível demanda, a criança sente-se impelida a fazer um apelo. Ela apela para que um elemento exterior a essa relação com a mãe, venha livrar-lhe da ameaça de ser objeto de gozo. A lei paterna é a lei da significação, responsável pela introdução de uma falta nessa relação primitiva entre criança e mãe. Ao apelar para um elemento exterior, a criança está abrindo mão de ser ela própria, com o real do seu corpo, aquilo que viria completar o gozo materno.

A função paterna livra a criança de uma missão impossível. Ela efetua uma castração, pois impede a criança de ser ela própria, a resposta sobre o enigma materno. A função do pai é dizer: “*você não sabe por onde anda sua mãe, mas existe uma razão para isso e você a compreenderá mais tarde*” (Sauret, 1997, p.21). A função paterna não garante um tamponamento do enigma do desejo do Outro, pelo contrário, ela introduz uma falta, porém uma falta que poderá ser falada através de um saber.

O último momento desse processo é quando a criança encontra uma saída para fazer-se sujeito. Aqui entra em cena a operação da construção do fantasma. A função do fantasma é “*sustentar o desejo na direção do gozo em falta fixando a ‘experiência’ que dele teve o sujeito*” (Sauret, 1997, p.22), permitindo que o sujeito se proteja do retorno do gozo que o ameaça de aniquilamento. Tal como desenvolvemos no tópico sobre a operação de separação, a fantasia é uma forma do sujeito tentar recuperar fragmentos de gozo. Como analisa Sauret

(1997), a fantasia encobre o rastro de um “traço de perversão”, isto é, um traço de gozo. Daí, podemos afirmar que o infantil aparece como traço de gozo encoberto na fantasia do neurótico. Trata-se de uma forma interessante de observarmos como o gozo, se faz presente na tela da fantasia. Se a fantasia é a própria realidade psíquica do sujeito neurótico, então podemos dizer que não existe sujeito do inconsciente que seja adulto, o que existe é o sujeito infantil.

4.6 – O infantil entre o desejo e o gozo

O infantil desconhece o tempo. Essa é uma forma como podemos condensar o que extraímos de nossa trajetória. O infantil só pode ser entendido como algo que resiste a ganhar significação. Se por um lado, o infantil remete o sujeito ao encontro com a angústia, por outro, o infantil encarna a possibilidade da criação. Sendo assim, no intuito de concluirmos nosso trabalho, queremos trazer uma reflexão do infantil por outras dimensões.

Uma importante escola de pensamento do mundo, uma das grandes riquezas da humanidade que remonta há mais de 2500 anos, é o Budismo. O Japão que tornou-se budista há muitos séculos atrás, recebeu a transmissão de ensinamentos budistas e fez florescer em seu solo uma importante escola de budismo chamada *Zen-Budismo*. O que o zen-budismo guarda em sua tradição remonta a um conjunto de práticas e conhecimentos milenares relativos ao que Buda chamava de vacuidade dos fenômenos. Vacuidade é a propriedade que se refere à natureza vazia dos fenômenos. Um dos mais conhecidos ensinamentos que Buda teria ministrado, chama-se o *Sutra do Coração da Grande Sabedoria*, nesse antigo texto está escrito “*Forma não é mais que vazio. Vazio não é mais que forma.*” Forma e vazio existem no mundo de modo interdependente. Como se pode ver, o budismo vai nem direção oposta de toda dicotomia e reducionismo que caracterizam o pensamento moderno. Fundamentando-se em torno desse aspecto da doutrina budista, o zen-budismo concentra sua experiência em torno de uma prática que visa levar o sujeito ao vazio inerente da sua própria existência. Lacan conhecia bem o modo como os mestres budistas faziam seus alunos vivenciarem experiências por meio das quais os sentidos das palavras se faziam caducar⁴⁵.

O que queremos trazer para poder falar do infantil é uma forma particular como alguns mestres ensinam a prática do zen-budismo. Buscando fazer o praticante ter uma experiência

⁴⁵ Lacan fez duas viagens ao Japão, bem como sabemos que Lacan recebia aulas de escrita chinesa. É bastante notável a proximidade com que a prática dos cortes nas sessões e as interpretações que visavam fazer escansões apresenta com o estilo zen-budista de transmitir uma experiência que poderia levar ao estado Zen.

com a vacuidade dos fenômenos do mundo e de sua própria mente, os mestres ensinam: “*A mente zen é a mente de principiante*” (Suzuki, 1994). O estado que o zen-budismo procura despertar poderia ser explicado então nestes termos: o sujeito é convidado a tentar olhar para os fenômenos do mesmo modo que uma criança olharia para as coisas pela primeira vez. Assim, diz um ditado zen-budista “*Há muitas possibilidades na mente do principiante, mas poucas na do perito*” (Suzuki, 1994, p.19).

Essa questão nos toca profundamente, pois mesmo fora do discurso psicanalítico, enxergamos aí uma sintonia com aquilo que entendemos sobre o infantil e também sobre o que acreditamos ser o percurso em um processo de análise. É bastante óbvio que os mestres-zen não estão convidando seus alunos a se tornarem crianças. A prática é mais refinada do que isso. O que eles buscam é o fator infantil que permanece presente na estrutura do sujeito, de modo a fazer desse infantil uma possibilidade de desconstruir uma determinada realidade psíquica que aprisiona o sujeito. O olhar de principiante remeteria o sujeito a ter que usar seu infantil para desconstruir os sentidos petrificados de sua cadeia simbólica. Certamente que a tarefa não é simples nem para budistas, por isso trata-se de um ensinamento nobre e uma prática refinada.

Saindo do budismo e partindo para a arte, algo semelhante pode ser encontrado numa crônica de jornal escrita por Clarice Lispector em 1973. Nessa crônica⁴⁶, “*Um ser livre*”, ao tematizar que a criança possui uma pureza e uma liberdade que o artista almeja tornar-se, ela faz a seguinte colocação:

Talvez seja por isso que as exposições de desenhos de crianças, por mais belas, não são propriamente exposições de arte. E é por isso que se as crianças pintam como Picasso, talvez seja mais justo louvar Picasso que as crianças. A criança é inocente, Picasso tornou-se inocente (Lispector, 1973).

O artista, segundo, Clarice Lispector é esse sujeito que apesar de não ser mais criança, busca e encontra na arte a possibilidade recuperar algo do seu infantil. É de fato uma grande sensibilidade quando a autora percebe que o ato de Picasso pintar de modo semelhante às crianças, isso apresenta um grande feito, justamente pelo fato de Picasso se colocar no lugar infantil. Picasso é esse que merece louvor por conseguir olhar para o mundo e para si mesmo com “a mente de um principiante”. Clarice é ainda mais perspicaz quando deixa subentendido que não é qualquer pessoa que consegue os feitos de Picasso. As crianças não são artistas em

⁴⁶ Tivemos acesso a essa referência através da obra “Fundamentos Da Psicanálise. De Freud a Lacan. A clínica da fantasia.”(2010) de Marco Antônio Coutinho Jorge.

si, porque elas não precisam fazer nenhum trabalho para encontrar o infantil, elas estão imersas nesse estado, sem precisar de um esforço.

A questão que precisa ser colocada é porque os adultos perdem esse brilho e essa condição tão interessante do infantil? Certamente que a pesquisa que realizamos nos tópicos anteriores responde a essa pergunta de modo sistemático. Mas o que convém dizer agora é que o infantil revelou-se em nosso estudo como um lugar onde reina o vazio de sentido e, sob estas condições, não há sujeito que possa existir nesse lugar. O *infans* buscando sair desse lugar onde impera o desamparo, a solidão e o terror, aliena-se ao Outro para poder entrar na dialética do desejo. Precisa fazer ganhar nome e forma tudo o que era da ordem do gozo.

Precisamos ser cuidadosos quando falamos “da mente de principiante” e do infantil que é buscado pela arte, pois, como podemos observar a partir do que apontou Clarice Lispector, trata-se de um adulto que vai buscar no infantil algo que possa lhe ajudar a encontrar uma liberdade, uma originalidade, enfim, o que nós chamaríamos de uma travessia. Porém, a nosso ver, não há garantias nenhuma que ao fazer isso o sujeito não visite a angústia. Sabemos que não existe análise que não seja habitada pela angústia, do mesmo modo que temos conhecimento de artistas que podem se sentir profundamente angustiados. Mas aí mora o cerne do infantil. O objetivo de uma análise envolve o infantil, na medida em que espera-se que o sujeito possa desenvolver um “*savoir y faire*” com esse infantil, pois se ele puder atravessar a angústia, sem precisar fugir dela, ela terá acesso ao caminho do desejo. Nesse sentido, o vazio do infantil não necessariamente precisa remeter o sujeito à destruição, ele pode também levar o sujeito à criação.

Encontramos na obra de Leclaire (1977), “*Mata-se uma criança*”, uma posição muito interessante a respeito do infantil que se aproxima de nosso ponto de vista. O autor não utiliza o termo *o infantil*, como nós temos feito, ele usa o termo *criança*, porém, o sentido do que ele nos traz mostra-se coerente com a ideia do infantil.

Abordando o tema do narcisismo primário e da pulsão de morte, Leclaire (1977) aponta para duas dimensões da criança que insistem compulsivamente em se presentificar na vida psíquica do sujeito. Um lado é a criança maravilhosa, a criança que aponta para o júbilo, para a dimensão erótica; a outra é a criança horrenda, que aponta para a angústia, para o abandono, para a agressividade e para o trauma. O narcisismo primário, segundo o autor, dá consistência a uma criança maravilhosa, que é “*primeiramente a nostalgia do olhar materno que fez dela um extremo de esplendor semelhante ao Menino-Jesus em majestade, luz, joia cintilante de poder absoluto*” (Leclaire, 1977:10). No entanto essa mesma pulsão que ganha efeitos tão maravilhosos no registro do imaginário, é aquela que apresenta a imagem de uma

“criança abandonada, perdida numa total solidão moral, só, diante do terror e da morte” (Leclaire, 1977:10).

Para Leclaire (1977), essa criança pulsional de duas faces insiste continuamente na vida do sujeito, exigindo um constante trabalho de morte. O sujeito, assim como o psicanalista, não pode cessar de realizar a morte dessa criança. Trata-se de uma morte irrealizável, mas necessária, pois não há a possibilidade de um sujeito do desejo advir, se essa criança viver para sempre. Essa criança é a representação narcísica primária que pode ser localizada exatamente no *infans*. Ela não fala e só começará a falar se houver a morte dessa criança, por isso, ele afirma: “*Na exata medida em que começamos a matá-la é que começamos a falar, e na medida em que continuamos a mata-la, continuamos a falar verdadeiramente, a desejar*” (Leclaire, 1977:10). Essa criança não pode desaparecer totalmente, pois, mesmo que o sujeito a mate, ela renascerá para sempre. Existe uma ambiguidade nessa criança: renunciar a ela faria o sujeito não encontrar mais razão para viver, mas fingir conservá-la seria condenar-se a não viver.

O texto de Leclaire (1977) merece uma longa análise que não poderemos realizar nesse momento, mas nós o trouxemos para nossa discussão, pois ele apresenta algo semelhante do que viemos apresentando sobre o infantil. Essa face de brilho que é ao mesmo tempo a face de horror. Baseados nos conceitos de Lacan, o que também estamos defendendo é que o infantil desconhece o tempo e ele se faz presente no fenômeno da repetição, e a partir do momento em que concebemos como sendo um efeito do gozo, passamos a conceber que paradoxalmente ele possui também uma face que se abre para o desejo.

A repetição, portanto, faz com que o infantil trabalhe incessantemente. Segundo Lajonquière (2004), contrariando o conceito de infantil da sociedade moderna, no qual a criança é vista como aquela que não tem acesso ao trabalho, na teoria de Freud, o infantil é precisamente *isso* (o inconsciente) que não cessa de trabalhar.

Para o autor, existe uma forma de entender o infantil que também converge para o mesmo ponto de vista de nossa pesquisa: o advento do adulto, no lugar do *infans* de outrora, comporta um giro na posição subjetiva, o que só é possível como fato de linguagem, pois o adulto transforma em metáfora a impossibilidade da criança em responder no real a demanda do adulto. O que resta do encontro de uma criança com o adulto é uma *diferença*. Em uma certa dimensão, essa diferença vai se inscrever no psiquismo como *desejo*, cuja causa é justamente isso que vem sempre *fazer falta* no mundo sempre adulto. No entanto, numa outra dimensão, essa diferença aparece como gozo, ou simplesmente, como o infantil (Lajonquière, 2004).

Outra forma de tentar demonstrar o infantil é a que encontramos em “*O Infantil e a estrutura*”, onde Sauret (1997) apresenta uma distinção que nos é fundamental. Para ele, de um ponto de vista da psicanálise podemos fazer uma distinção entre a criança, o sujeito e o infantil. O termo *pueril (enfantin)* refere-se a tudo aquilo que faz parte da criança e que é passível de evoluir e de se desenvolver. O sujeito, não se confundindo com nenhuma categoria que possa se desenvolver, “*designa a resposta do real ao encontro do significante*” (Sauret, 1997). O termo *infantil (infantile)*, por sua vez, designa expressamente o que da criança não se desenvolve: um traço de *perversão*, um traço ineliminável de gozo que o sujeito deve ao fato de ser falante. Sauret (1997) ainda traz uma colocação muito interessante: no que tange a questão do tempo, o sujeito não tem a idade do seu organismo, ele tem a idade de seu gozo.

Ao longo do nosso trabalho em alguns momentos procuramos demonstrar que para alcançar uma delimitação da noção do infantil seria importante compreender o que aproxima e distancia o tema em relação à noção de infância. Em nossa opinião, essa questão vai além de uma simples diferenciação terminológica. Tal distinção afeta diretamente o modo como o analista compreende e conduz a análise no que diz respeito ao traumático, às construções em análise, às memórias que o analisando traz em busca de sua verdade, à questão do determinismo psíquico, enfim, uma série de questões importantes para a experiência psicanalítica. E nesse sentido essa distinção não afeta somente análise com adultos, ela é fundamental para que possamos pensar também nos fundamentos que embasam a clínica com a criança.

Tendo em vista o percurso que apresentamos até aqui propomos pensar que o *infantil* seja entendido como o que ficou como falta naquilo que o sujeito julga ter vivido em suas origens. A *infância* é uma construção que constitui um saber que o sujeito tece no *a posteriori* pela retroação da cadeia significante. Como se sabe, Lacan demonstrou que o significante é aquilo que vem substituir os traços recalcados que por sua vez haviam assumido o lugar do rastro apagado da experiência com o objeto.⁴⁷ As lembranças da infância são, portanto, construídas com o saber, enquanto o infantil permanece como coisa faltosa, indizível, enfim, permanece como gozo. Propomos que o infantil, em sua perspectiva mais radical, apesar de se relacionar com o tempo da infância, não pode, em função dessa proximidade, ser reduzido a

⁴⁷ Lacan desenvolveu essa noção no “*Seminário VI*” (1958-59), quando ele evoca uma cena em que Robinson Crusoe encontra a pegada do personagem “Sexta-feira” e depois de apagá-la introduz em seu lugar um “X”. Nós desenvolvemos o tema do infantil com o tema da letra e dos tempos da inscrição do significante no artigo “O infantil na constituição subjetiva: restos, escrita e narrativa”, publicado em *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 18(4), 619-633, dez.2015

ela. Sendo assim, o infantil na condição de gozo, de resto, apresenta uma face não de adjetivo temporal, mas de substantivo, uma face de *coisa* que ficou *faltosa* dentro daquilo que se julga ter vivido, estando, portanto, no campo do gozo.

O infantil desconhece a passagem do tempo, já o afirmamos. O que podemos dizer agora é que a linguagem atua na constituição do sujeito de modo a inaugurar uma ficção no psiquismo, ela cria um tempo perdido que nunca aconteceu. Mas essa ficção é necessária, na medida em que ela visa dar sentido para o sujeito a respeito de uma origem perdida e faltosa, que é a causadora da singularidade do sujeito. Assim, afirmamos com Lacan que não é o passado que atravança o presente, mas o real, isto é, aquilo que é impossível de ser simbolizado e subjetivado, e que “*não cessa de não se inscrever*” (Lacan, 1972-73:81). Existe, portanto, um tempo que falta, um tempo atemporal, que se manifesta através de fenômenos que não são ordenados cronologicamente e que não se alteram com a passagem do tempo (Fingermann, 2009).

Sendo assim, é preciso reconhecer a importância que o infantil possui no processo analítico. Quando um sujeito “suposto adulto” demanda uma análise, essa demanda é motivada justamente pelo fato dele não conseguir atingir o ideal de evolução, maturidade e integridade (Clastres, 1991). O imaginário social supõe que o psiquismo obedece à mesma lógica de maturação dos elementos da natureza, por isso, a criança – precária, dividida, incompleta – é vista como aquela que deveria seguir um fluxo natural em direção ao estado do adulto, um estado que se supõe ser maduro, íntegro e completo.

Parafraseando a noção lacaniana, do analista como “sujeito-suposto-saber”, podemos afirmar que na transferência o sujeito se dirige ao analista como se este fosse um “sujeito-suposto-adulto”. Nesta demanda o que está em causa é a busca do sujeito por um saber que lhe liberte de sua condição infantil precária e que possa lhe conduzir ao caminho para atingir a este ideal de maturação. Basta prestarmos atenção nos significantes que as pessoas utilizam em sua vida cotidiana. Quando desejam se referir ao seu sofrimento, costumam dizer: “*eu costumo agir como uma criança*” ou “*me sinto frágil e incapaz de agir de uma forma madura, como um adulto deveria agir*”.

A análise constitui a experiência onde o sujeito constrói uma fantasia que articula a sua neurose de adulto com as cenas de sua infância. O analista ocupando o lugar do *objeto a*, seria esse Outro, que na transferência, faz com que o sujeito desista de sua busca por uma maturidade e por uma completude. A clínica psicanalítica possibilita o processo de esvaziamento do sentido e da significação das cenas e significantes que fundamentam as neuroses da infância, liberando a criança traumatizada que existe em cada um. O percurso de

uma análise, até a sua finalização, por sua vez, é o que permite fazer surgir o infantil do sujeito viabilizando novas inscrições subjetivas.

No “*Seminário XXIII*”, Lacan (1975-76) fala sobre a debilidade mental que opera no sujeito, o que em nossa opinião é fruto da incapacidade de “saber fazer com” (*savoir y faire*) com o real. Mantemos, assim, a nossa inquietação diante do tema do infantil, encerrando o nosso trabalho com uma questão a respeito dessa debilidade mental que opera no sujeito: seria a debilidade mental causada pela nossa condição irreduzivelmente infantil? Ou trata-se do oposto, somos *débeis* quando não sabemos operar com o infantil em nós? Talvez a segunda pergunta seja aquela que continuará causando o nosso desejo de saber.

CONCLUSÃO

O infantil é o que impede que a psicanálise seja enquadrada dentro de qualquer categoria de determinismo absoluto. O sujeito infantil é aquele, cujo passado originário, não aparece como certeza, mas, fundamentalmente como ponto incessante de questionamento e reinvenção psíquica. O infantil faz com que o sujeito seja órfão de uma verdade sobre aquilo que lhe funciona como causa, orfandade esta que pode lhe causar angústia, mas que pode também ser motivo de grande força para o trabalho psíquico. Essa é a primeira constatação que podemos extrair do percurso que realizamos até aqui.

O infantil, como elemento da estrutura, está presente na criança, bem como, se faz presente para o adulto. Pela via de uma abordagem estrutural, o infantil remete aos aspectos que são constituintes do sujeito e que não se tornam obsoletos com o passar do tempo. O infantil não evolui, porque ele resiste a ganhar qualquer possibilidade de significação completa em função de sua face de irrepresentável. Nesse sentido é uma marca sincrônica do originário que se faz constante na estrutura do sujeito. Sob a forma de um furo é aquilo que está sempre em jogo na retroação significativa que o psiquismo faz em direção às experiências originárias.

Nosso trabalho de pesquisa nos conduziu, assim, ao fato de que, sendo o motivo de uma “insciência”, sobre sua própria determinação, o infantil reporta ao encontro com o traumático, mas, é, também, a via para uma construção possível governada pela lógica do desejo.

No primeiro capítulo construímos um caminho visando fundamentar e contextualizar a questão da pesquisa. Primeiramente, buscamos demonstrar que o conceito de *criança* é uma noção bastante comprometida com os ideais sociais familiares, médicos e pedagógicos, sendo, desta forma, um conceito profundamente associado às transformações históricas e ideológicas da sociedade ocidental. Esse percurso foi traçado almejando demonstrar que tipo de conceituação de criança imperava no cenário social na qual a psicanálise surgiu, de modo que assim pudéssemos enxergar as nuances do olhar freudiano sobre esta temática.

Consideramos que Freud ao introduzir a criança no saber psicanalítico produziu um impacto na lógica dominante, ao considerar que a criança era um ser portador de uma sexualidade perversa polimorfa. Investigamos em seguida as torções que o infantil sofreu na obra de Freud de acordo com suas descobertas clínicas e reelaborações conceituais, onde se destaca a virada da teoria pulsional, com a introdução do conceito de pulsão de morte.

Procuramos a partir daí apontar o modo como Freud concebeu a clínica psicanalítica com crianças e o lugar que ele destinou às noções de infância e de infantil, justamente para que pudéssemos investigar as suas consequências para o nascimento da clínica com crianças e as relações equivocadas que surgiram entre a psicanálise e atitude pedagógica. Por fim, ainda nesse primeiro capítulo, demonstramos de que modo o infantil passou do status de ser amplamente presente na obra de Freud, para ser obscurecido a partir da ênfase que os psicanalistas de crianças passaram dar ao registro factual da infância, sob uma perspectiva evolutiva.

No segundo capítulo, investigamos ao longo da obra de Freud elementos através dos quais pudéssemos reconhecer a presença da noção de infantil. Concluímos que mesmo que Freud não tenha realizado uma delimitação precisa entre a infância cronológica e o infantil, enquanto fator presente na estrutura do inconsciente, seus trabalhos não deixam dúvidas quanto a existência dessa diferenciação. Essa investigação pode ser dividida dentro das duas tópicas freudianas. Uma primeira investigação revela o infantil estando associado ao desejo inconsciente, considerando que as pulsões eróticas presentes na sexualidade infantil conduzem o sujeito ao trauma e ao recalque. Na segunda tópica o infantil aparece como associado à compulsão a repetição e à pulsão de morte, permitindo que antigos achados freudianos sobre as primeiras impressões psíquicas ganhassem agora importantes esclarecimentos.

No terceiro capítulo, consideramos os fundamentos da teoria de Lacan que permitiram pensar o infantil pelo viés da constituição do sujeito, orientados por aquilo que extraímos da investigação da teoria freudiana: *o infantil é o tom da pulsão que se faz ouvir na melodia do sujeito*.

Norteados pela relação entre o infantil e a pulsão, estudamos o modo como a pulsão aparecia nesta etapa da teoria de Lacan. A partir do estágio do espelho e do esquema do buquê invertido, o infantil pode ser visto como a parte da pulsão que não entra no registro daquilo que é representável, sendo um resíduo que retorna nas fantasias neuróticas e nas automutilações psicóticas. Demonstramos a crítica de Lacan às teorias das relações de objeto, e como a falta de objeto, presente na sexualidade infantil, surge como a grande contribuição lacaniana.

As categorias da falta do objeto, a inscrição do falo enquanto significante da falta, a metáfora paterna, foram todas apresentadas como operações que inserem o sujeito na linguagem, ao passo que deixam uma cota da pulsão de fora do simbólico. Se o desejo é aquilo que da pulsão pôde ser transportado para a linguagem, o infantil aparece nessa

operação onde a necessidade cede lugar à demanda e ao desejo. O infantil é entrevistado, assim, a partir do desejo, porque este mantém em si a falta do objeto que governa toda a constituição do sujeito.

No ultimo capítulo, enfim, foi possível esclarecer o modo como o infantil se apresenta, duplamente, como algo que remete ao gozo e a angústia, mas que porta, também, a via que leva ao desejo, tal como havíamos extraído da obra de Freud.

Nesse sentido, a equação da divisão significativa do sujeito, demonstra a relação dos diferentes aspectos do infantil pelo viés da *angústia*, que exerce aí uma função mediana, do gozo e do *desejo*. Esse foi um ponto fundamental de nossa pesquisa, na medida em que o *objeto a* é aquilo que resta desta divisão.

A partir do “Seminário XI” (1964) Lacan demonstra a importância dos processos de alienação e de separação na constituição do sujeito operando em torno das duas faltas que constituem o sujeito. O *objeto a*, atestando a condição do infantil no sujeito, é fruto do encontro de duas faltas: a falta que habita na pulsão e a falta que habita na cadeia significativa do Outro. As operações de alienação e de separação são cruciais para compreender o sujeito sendo determinado tanto pela cadeia significativa, quanto pelo objeto que cai da operação da linguagem, remetendo o sujeito ao campo do gozo. Assim, podemos concluir que se o sujeito é marcado por um infantil, atemporal e estrutural, é porque ele é fruto da divisão do sujeito entre o gozo e o campo do desejo.

Para trabalhar a questão do gozo em suas relações com o infantil, retomamos a incidência de o *objeto a* nos três registros – real, simbólico e imaginário – de onde se destaca a delimitação entre o *objeto a* e *das Ding*.

Enquanto o *objeto a* aparece em todos os registros (pois está situado no centro do nó borromeano), *das Ding* é a face puramente real do *objeto a*. Essa distinção permitiu que chegássemos ao tema do gozo, compreendendo-o como o empuxo que direciona o psiquismo a encontrar *das Ding*. Ou seja, o gozo, seria o empuxo que faz com que o psiquismo busque usufruir do objeto real e impossível. O gozo absoluto é incessável ao sujeito, uma vez que *das Ding* não se faz representar na linguagem. Essa compreensão da pulsão de morte nos levou a investigar o modo como Lacan teorizou a repetição, por meio da noção de *autômaton* e *tiquê*. Concluimos que o infantil – enquanto marca de gozo que causa a repetição – pode aparecer em uma repetição que é governada pela linguagem e pelo princípio de prazer, mas, pode também surgir na repetição regida pela pulsão de morte, levando o sujeito ao encontro do traumático.

Em seguida, abordamos o tema do tempo lógico que nos possibilitou concluir que não se trata de uma lógica temporal, mas sim da lógica de operações e escansões que revelam o sujeito. Essa noção permitiu verificar que o infantil é aquilo que o sujeito busca nomear através da retroação significativa, mas que insiste em permanecer de fora da representação que o sujeito faz sobre suas origens. Apresentamos um ponto de vista de como a teoria lacaniana pode contribuir com a perspectiva de uma mudança subjetiva para o falasser, a partir da compreensão do que está em jogo na demanda e no desejo e que permite que o real do organismo possa ganhar a posição de corpo subjetivado.

A partir dessa compreensão demonstramos a trajetória do *infans* diante do desafio de ter que solucionar as operações com o Outro, de maneira a não permanecer no lugar de um objeto de gozo. Nessa situação não teríamos um infantil que fica como resto do sujeito e que retorna na repetição, mas a extinção do sujeito e uma permanência do gozo. O infantil se mostra assim um lugar o qual é preciso atravessar, de modo a tornar possível o advento do sujeito.

Por fim, no último capítulo concluímos que a problemática do trauma e das origens do sujeito, aponta que o infantil em seu aspecto mais radical diz respeito aquilo que fica de fora da cadeia simbólica quando o *infans* dá lugar ao sujeito falante. O infantil não é, portanto, um adjetivo para se referir a uma parte da infância, mas, fundamentalmente um substantivo, uma parte do gozo do sujeito que fica de fora do campo da significação quando ele se faz falante. Demonstramos que mesmo o infantil e a infância possuindo proximidades teóricas, não podem ser considerados sinônimos. O infantil é aquilo que do sujeito não se *desenvolve* e que aponta para o gozo, mas que paradoxalmente, também se articula ao campo do desejo.

Concluindo, o infantil se apresenta como lugar de passagem para uma travessia que leva ao desejo. Em outras palavras, nessa perspectiva, o objetivo da experiência psicanalítica é operar pela via do infantil, pois, a posição do psicanalista, não confirmando a demanda do sujeito, faz com que a infância, enquanto etapa da história, seja relativizada, possibilitando que o infantil surja como a matéria prima fundamental para o trabalho analítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillipe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSOUN, Paul-Laurent. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983 .

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIRMAN, Joel. *Além daquele beijo!? - sobre o infantil e o originário em psicanálise*. In: Santa Roza, Elisa; Reis, Eliana Schueler. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1997.

CABAS, Antônio Godino. *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CLASTRES, Guy. *A criança no adulto*. In: Miller, J. (org). *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991.

CORIAT, Lydia; JERUSALINSKY, Alfredo. *Desarrollo y maduración. Cuadernos del desarrollo infantil*, n.1. Buenos Aires. Edição Brasileira em *Escritos da Criança*, nº1, Centro Lydia Coriat, Porto Alegre 1983.

COSTA, Germano Quintanilha. *“Liberdade e determinismo psíquico: considerações a partir das ciencias cognitivas e da psicanálise”*. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Norte Fluminense.

COSTA, Germano Quintanilha; LEITE, Sonia. O infantil na constituição subjetiva: restos, escrita e narrativa. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 619-633, Dec. 2015 .

COSTA, Terezinha. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.

DOLTO, Françoise. *Prefácio*. In: Mannoni, Maud. *A primeira entrevista em Psicanálise: um clássico da psicanálise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DOLTO, Françoise. *Tudo é linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como uma linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FERRETI, Maria Cecília Galletti. *O infantil, Lacan e a modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes: 2004.

FINGERMAN, Dominique. *O tempo na experiência da psicanálise*. Rev. USP, São Paulo, n. 81, maio 2009.

FREUD, Anna. *O Tratamento psicanalítico de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

_____. *Infância normal e patológica*. Publicação original 1965. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

FREUD, Sigmund, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____. *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1892-1899)*. Vol. I.

_____. *Rascunho B (1893)*. Vol I

_____. *O rascunho K: as neuroses de defesas (1896)*. Vol I

_____. *Carta 46 (1896)*. Vol I

_____. *Carta 52 (1896)*. Vol I

_____. *Carta 59 (1897)*. Vol I

_____ *Carta 61* (1897). Vol I

_____ *Carta 69* (1897). Vol I

_____ *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Vol I

_____ *Estudos sobre Histeria* (1893-1895). Vol. II

_____ *Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada neurose de angústia* (1894-1895). Vol. III

_____ *Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose da angústia* (1895). Vol. III.

_____ *A Hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896). Vol. III

_____ *A sexualidade na etiologia das neuroses* (1898). Vol. III

_____ *Lembranças encobridoras* (1899). Vol. III

_____ *A interpretação dos sonhos* (1900). Vol. V

_____ *A etiologia da Histeria* (1896). Vol. III

_____ *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). Vol. VII

_____ *O esclarecimento sexual das crianças* (1907)

_____ *Sobre as teorias sexuais infantis* (1908).

_____ *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908).

_____ *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909). Vol. X

_____ *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* (1909). Vol. X

- _____ *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1910). Vol. XI
- _____ *Recordar, repetir, elaborar* (1914). Vol. XII
- _____ *A história do movimento psicanalítico* (1914). Vol. XIV
- _____ *O Inconsciente* (1915). Vol. XIV
- _____ *A pulsão e suas vicissitudes* (1915). Vol. XIV
- _____ *Conferências introdutórias sobre a psicanálise* (1916). Vol. XV
- _____ *História de uma neurose infantil* (1918). Vol. XVII
- _____ *Além do Princípio do Prazer* (1920). Vol. XVIII
- _____ *O eu e o isso* (1923). Vol. XIX
- _____ *Um estudo autobiográfico* (1924). Vol. XX
- _____ *Notas sobre o Bloco Mágico* (1925). Vol. XIX
- _____ *Prefácio a 'A juventude desorientada de Aichhorn.* (1925) XIX
- _____ *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1932). Vol. XXII.
- _____ *Angústia e vida pulsional* (1935). Conferencia XII. Vol XXII.
- _____ *Análise Terminável e Interminável* (1937). Vol XXIII.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

GONDAR, Jô. *Os tempos de Freud*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

HANS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

JERUSALINSKY, Julieta. *A criação da criança. Brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador, BA: Ágalma, 2014.

_____. *Enquanto o futuro não vem. A psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador, BA: Ágalma, 2002.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, v.1: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, v.2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, v.3: a prática analítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KING, Pearl; STEINER, Riocardo. *As controvérsias Freud-Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KLEIN, Melanie. *A psicanálise de crianças*. Publicação original: 1932. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KLEIN, Melanie.(Org.). *Os progressos da psicanálise* (4a. ed.). Rio de Janeiro: Zahar. 1986

KLEIN, Melanie (Org.), *Novas tendências na psicanálise* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

LACAN, Jacques. *O Tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* (1945), In: *Escritos* (pp. 197-213). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ *A agressividade em psicanálise* (1948). In: *Escritos* (pp.104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1998.

_____ *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960). In: *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1955-56). In: *Escritos* (pp.537-590.). Rio de- Janeiro: Jorge Zahar Editor,1998.

_____ *O Seminário, Livro 4: As relações de objeto.* (1956-57). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____ *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente* (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ *O Seminário, Livro 6: O desejo e sua interpretação.* (1958-59). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ *O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise* (1959-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ *O Seminário, Livro 9: A identificação.* (1961-62). Inédito.

_____ *O seminário, Livro 10: A angústia* (1962-63). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____ *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

_____ *O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse um semblante* 1971. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____ *O seminário. Livro 20. Mais ainda.* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____ *O seminário. Livro 22.* (1974-75. R.S.I. Inédito.

_____ *Seminário XXIII (1975-76)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____ *Duas notas sobre a criança (1969)*. In: *Outros escritos (369-370)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____ *Radiofonia (1970)*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____ *Formulações sobre a causalidade psíquica*. In: *Escritos (pp.152-194)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ *O seminário, livro 20: Mais, ainda (1972-73)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ *Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval*” (1960 retomado em 1964). In: *Escritos (pp.843-864)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ *O estádio do espelho como formador da função do eu – tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949)*. In: *Escritos (pp.77-95)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____ *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LAJONQUIÈRE, Leandro. *Apresentação*. In: *O infantil na Psicanálise*. Robert Lévy. Petrópolis: Vozes, 2008.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnica e Crítico de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LECLAIRE, Serge. *Mata-se uma criança: um estudo sobre o narcisismo primário e a pulsão de morte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

LEITE, Sonia da Costa. *Angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEITE, Sonia da Costa. *Angústia, recalque e forclusão: algumas notas para a clínica*. Psicanálise & Barroco em revista v.7, n.1: 209-218, jul.2009

LEVIN, Esteban. *A função do filho: espelhos e labirintos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEVY, Robert. *O infantil na psicanálise: o que entendemos por sintoma na criança*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes: 1986.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. *Fantasia originária, fantasias das origens e origens da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MANNONI, Maud. *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____ Maud. *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ Maud. *A primeira entrevista em Psicanálise: um clássico da psicanálise*. Rio de Janeiro:Elsevier, 2004.

MENDONCA, Leila Guimarães Lobo de e BARROS, Rita Maria Manso de. Nota sobre o silenciamento da criança na atualidade. *Estud. psicanal.* [online]. 2014, n.41 [citado 2018-03-09], pp. 125-131.

NASIO. Juan David. *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan / sob a direção de J.-D. Nasio, com as contribuições de A.-M. Arcangioli*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

NASIO. Juan David. *A criança magnífica da psicanálise. O conceito de sujeito e objeto na teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

PACHECO, Ana Laura Prates. *Da fantasia de infância ao infantil da fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume, 2012.

PEREZ, Lucia Maria de Freitas. *Tempo, ato e repetição em psicanálise*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental – IPUB- UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

PORGE, Erik. *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

PORGE, Erik. *Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2006.

QUINET, Antônio. *O objeto a: um percurso*. In: Soler, Colette. *Seminário A angústia de Jacques Lacan (2006-2007)*. São Paulo: Escuta, 2012.

SCHLACHTER, LINA; BEIVIDAS, Waldir. (2010). *Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber*. *Agora*, 8(2), 207-227.

SEGAL, Hanna. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

SOLER, Colette. *Seminário A angústia de Jacques Lacan (2006-2007)*. São Paulo: Escuta, 2012.

SUZUKI, Shunryu. *Mente zen, mente de principiante*. São Paulo: Palas Athena, 1994

TANIS, Bernardo. *Memória e Temporalidade: Sobre o Infantil em Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

VALAS, Patrik. *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à Deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001

VOLNOVICH, Jorge. *Lições Introdutórias à Psicanálise de Crianças*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1991.

ZAVARONI, Dione de Medeiros Lula; VIANA, Terezinha de Camargo and CELES, Luiz Augusto Monnerat. A constituição do infantil na obra de Freud. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2007, vol.12, n.1 [cited 2017-01-26], pp.65-70.

ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. *A criança e o infantil em Psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.